

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

MARINA CYRINO FORTI

**O MARKETING URBANO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO NA PRODUÇÃO
CAPITALISTA DO ESPAÇO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - S.P**

São José dos Campos
2021

MARINA CYRINO FORTI

**O MARKETING URBANO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO NA PRODUÇÃO
CAPITALISTA DO ESPAÇO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - S.P**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como complementação dos créditos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e Silva

São José dos Campos, SP
2021

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Forti, Marina Cyrino

O marketing urbano como forma de dominação na produção capitalista do espaço em São José dos Campos - S.P / Marina Cyrino Forti; orientadora, Fabiana Felix do Amaral e Silva. - São José dos Campos, SP, 2021.

1 CD-ROM, 187 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

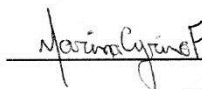
1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Cidade neoliberal. 3. Marketing urbano. 4. Planejamento urbano. I. Silva, Fabiana Felix do Amaral e , orient. II. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

Eu, Marina Cyrino Forti, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 22 de Março de 2021.



Autor(a) da Obra

Data da defesa: 08 / 04 / 2021

MARINA CYRINO FORTI

**“O MARKETING URBANO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO NA PRODUÇÃO
CAPITALISTA DO ESPAÇO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - S.P”**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

PROF. DR. PAULO ROMANO RECHILIAN PauloRR

PROF.^a DR.^a FABIANA FELIX DO AMARAL E SILVA F.F.A.

PROF. DR. PAULO EDUARDO DE OLIVEIRA COSTA - UNIP P.O.L.

Prof.^a Dr.^a Lúcia Vieira

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 08 de abril de 2021.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma pesquisa seria possível sem a compreensão e incentivo de pessoas queridas que fazem parte de nossas vidas.

Começo agradecendo ao meu pai, Moacir, que me deixou em matéria durante esta pesquisa, mas que pouco antes de partir, talvez “prevendo” que não poderia me dar mais seus conselhos de mestre, deixou em minha mesa um compilado de documentos sobre comunicação verbal da sua época de mestrando. Enquanto estiver neste plano, não saberei para onde a morte te levou, mas sei que estará me acompanhando, assim como fez em minha graduação e especialização.

Obrigada mãe por sempre ter acreditado em meu futuro e me apoiado, pelas ligações diárias para saber se eu estava bem quando me mudei para São José dos Campos, obrigada por ser tão guerreira e ao mesmo tempo tão acolhedora. Prometo sempre me esforçar para te orgulhar. Aproveito para agradecer também as minhas irmãs, Eloisa e Beatriz, por todo o amor e companheirismo que compartilhamos.

Certa vez li que as avós maternas são os sinais mais óbvios da existência do amor puro e eu tenho a sorte de poder comprovar essa teoria. “Vó”, obrigada por ser espelho, por ser segunda mãe e amiga. Obrigada por sempre ver o lado positivo, obrigada por me fazer sentir segura.

Agradeço a minha namorada que me ajudou, incentivou, me ouviu e sempre foi compreensiva diante as minhas ausências durante o processo da pesquisa. Gratidão por ter você ao meu lado, gratidão por ter você para compartilhar.

Não posso deixar de agradecer a minha companheira de vida, Flávia, que conseguiu se fazer presente mesmo nas minhas ausências. Você é um ser de luz em minha vida, obrigada por me ensinar tantas coisas todos os dias, por ter acreditado em mim e me incentivado sempre que o cansaço bateu na porta.

Agradeço todo o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UNIVAP pela dedicação dentro e fora da sala de aula e por contribuírem com o meu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Estendo este agradecimento aos meus colegas de classe, pela troca de experiências e pela descontração nos cafés entre as aulas.

Agradeço à Fundação Capes do Ministério da Educação pela bolsa de estudos.

Agradeço aos participantes entrevistados durante a pesquisa, os quais, por motivos de privacidade ficaram anônimos nos documentos, mas que nunca serão anônimos em minhas memórias. Com certeza foi com vocês que mais aprendi durante toda a pesquisa.

Finalmente, meus agradecimentos mais que especiais a Prof^ª. Dra. Fabiana Felix Amaral e Silva, que me abriu as portas para mergulhar na enigmática São José dos Campos e me acolheu não só como orientadora, mas como amiga durante a realização de um sonho e no momento mais delicado da minha vida. Obrigada por acreditar no meu potencial e por sempre me encorajar a seguir em frente tanto na pesquisa quanto na vida. Obrigada por me ensinar tanto. Fabi, você é a minha referência como professora, pesquisadora e mulher. Espero que a finalização deste mestrado seja só o início de muitas parcerias.

*A cidade se autoconsome
E eu insone
Pronome reto
Do caso oblíquo
Sem sobrenome
Percorro-me resto de homem
A cidade em mim
Me absorve
E eu sem nome
Me como de fome.*

José Moraes Barbosa

O MARKETING URBANO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

RESUMO

Levando em conta que o modelo de urbanização neoliberal, no qual o território é a última fronteira do capital e segue a lógica do mercado, o objetivo desta pesquisa é discutir como o capital financeiro trabalha o espaço da cidade, onde o marketing urbano é um mecanismo e uma estratégia utilizada pelas cidades ditas como globais para inserção nos fluxos econômicos. O recorte de estudo é a dinâmica urbana e a análise da lógica neoliberal da cidade de São José dos Campos, situada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, na macrometrópole paulista, no interior do estado de São Paulo, a qual foi analisada por meio do levantamento de materiais iconográficos e entrevistas semiestruturadas. Foram levantadas seis estratégias de aplicação do neoliberalismo no território urbano de São José dos Campos: capital excedente como indutor da produção do espaço ou do território urbano, competições interurbanas e modelos de mercado, subordinação do futuro das cidades às empresas, subordinação do local ao global, bancos e agências multilaterais e empreendedorismo. Como o marketing urbano é um consolidador destas estratégias, a proposta era identificar com a gestão pública da cidade faz a sua utilização. Foram identificados e analisados basicamente quatro segmentos: o papel do Estado como empreendedor, o discurso como instrumento de adesão, a legislação e obras de infraestrutura urbana.

Palavras-chave: Cidade neoliberal. Marketing urbano. Planejamento urbano. Cidade global. São José dos Campos.

URBAN MARKETING AS A FORM OF DOMINATION IN THE CAPITALIST PRODUCTION OF SPACE

ABSTRACT

Taking into account that the neoliberal urbanization model, in which the territory is the last frontier of capital and follows the logic of the market, the objective of this research is to discuss how financial capital works in the city space, where urban marketing is a mechanism and a strategy used by cities said to be global for insertion in economic flows. The focus of the study is the urban dynamics and the analysis of the neoliberal logic of the city of São José dos Campos, located in the Metropolitan Region of Vale do Paraíba, in the interior of the state of São Paulo, which was analyzed through the survey of iconographic materials and semi-structured interviews. Six strategies were applied to apply neoliberalism in the urban territory of São José dos Campos: surplus capital as an inducer of the production of space or urban territory, interurban competitions and market models, subordination of the future of cities to companies, subordination of the local to the global, multilateral banks and agencies and entrepreneurship. As urban marketing is a consolidator of these strategies, the proposal was to identify with the public management of the city makes its use. Basically, four segments were identified and analyzed: the role of the State as an entrepreneur, speech as an instrument of adhesion, legislation and urban infrastructure.

Keywords: Neoliberal city. Urban marketing. Urban planning. Global city. São José dos Campos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Localização de São José dos Campos na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	13
Figura 2 – Organização territorial das áreas urbana, rural e dos distritos	13
Figura 3 - Gráfico Salário médio mensal dos trabalhadores formais	33
Figura 4 - Gráfico Produto Interno Bruto	33
Figura 5 - Gráfico Rendimento mensal de pessoas de 10 anos ou mais de idade em 2010 .	34
Figura 6 – Matéria “Razões para amar São José”	39
Figura 7 - Gráfico Investimentos por Macrozona entre os anos 2016 e 2019.....	43
Figura 8- Gráfico Habitantes por Macrozona em 2011	43
Figura 9 - Gráfico Renda Per Capita por Macrozona em 2011	44
Figura 10 - Áreas de ponderação definidas pelo IBGE em 2010	44
Figura 11 – Percentual de pessoas vivendo em vulnerabilidade média, alta ou muito alta..	45
Figura 12 –Matéria “São José na Web”	59
Figura 13 – Propaganda da escola Emak.....	64
Figura 14 - Gráfico Gastos da Prefeitura de São José dos Campos com Contratos de Publicidade	71
Figura 15 – Bandeira da cidade de São José dos Campos.....	75
Figura 16 – Logotipo de São José dos Campos.....	77
Figura 17 - Fotos da cidade de São José dos Campos em diferentes localidades	82
Figura 18 – Cartão postal de São José dos Campos entre os anos 1979 e 1982	82
Figura 19 – Mapa turístico de São José dos Campos	86
Figura 20 – Banner do PDDI de 2018 de São José dos Campos.....	88
Figura 21 – Imagem oficial do PDDI de 2018 de São José dos Campos.....	90
Figura 22 – Notícia sobre reajuste de IPTU em São José dos Campos.....	95
Figura 23– Notícia sobre isolamento social em São José dos Campos.....	96
Figura 24 – Notícia sobre comércio joseense multado durante a pandemia de COVID-19.	96
Figura 25 – Mudança no ícone urbano de São José dos Campos (1)	97
Figura 26 – Mudança no ícone urbano de São José dos Campos (2)	98
Figura 27 – Cartilha do Arco da Inovação	100
Figura 28 – Cartilha do Arco da Inovação	100
Figura 29 – Capa do informativo “Minha são José”	101
Figura 30 – Página virtual da Secretaria de Mobilidade Urbana.....	102

LISTA DE SIGLAS

ACI	Associação Comercial Industrial
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ACONVAP	Associação das Construtoras do Vale do Paraíba
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
EAS	Estudo Preliminar Simplificado
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDHAS	Fundação Hélio Augusto de Souza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAT	Posto de Atendimento ao Trabalhador
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PL	Partido Liberal
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
UBS	Unidade Básica de Saúde
RAP	Relatório Ambiental Preliminar
REVAP	Refinaria Henrique Lage
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPAS	Sociedade de Ensino Profissional e de Assistência Social
SEURBS	Secretaria de Planejamento Urbano e Sustentabilidade
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	METODOLOGIA	19
3	A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE NEOLIBERAL.....	23
4	O NEOLIBERALISMO APLICADO NO PLANEJAMENTO URBANO E NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	31
4.1	ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO TERRITÓRIO URBANO	34
4.1.1	Competições interurbanas e modelos de mercado.....	35
4.1.2	Capital excedente como indutor do território urbano.....	40
4.1.3	Obras urbanas como indutoras da especulação imobiliária.....	48
4.1.4	Subordinação do futuro das cidades às empresas.....	51
4.1.5	Subordinação do local ao global.....	56
4.1.6	Bancos e agências multilaterais.....	59
4.1.7	Empreendedorismo.....	62
5	MARKETING URBANO: ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO NO TERRITÓRIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	66
5.1	..IMPLEMENTAÇÃO DO MARKETING URBANO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS PELA ESFERA MUNICIPAL	68
5.2 CONSTRUÇÃO DA IMAGEM-SÍNTESE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	74
5.3	O PAPEL DO ESTADO NO MARKETING URBANO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE 2018	87
5.4	ÍCONES URBANOS COMO IMAGEM DE PROGRESSO: ARCO DA INOVAÇÃO	94
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
	APÊNDICE A: ENTREVISTAS	117
	ENTREVISTA 1 – JORNALISTA E CICLOATIVISTA	117
	ENTREVISTA 2 – MORADORA DA CIDADE	127
	ENTREVISTA 3 – HISTORIADOR E AMBIENTALISTA	142
	ENTREVISTA 4 – DEFENSOR PÚBLICO ATUANTE NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.....	159
	ENTREVISTA 5 – JORNALISTA, ASSESSOR DE IMPRENSA E ANALISTA DE COMUNICAÇÃO.....	175
	ANEXO A – PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	182

1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo desta pesquisa é investigar a estratégia de legitimação e produção do espaço capitalista, onde os interesses de classes hegemônicas são antepostos em função de outros segmentos sociais com necessidades básicas e urgentes, levando à cultura do efêmero e da acumulação, já que as cidades são lugares privilegiados para a criação e implantação de discursos sobre modos de vida.

A pesquisa visa analisar o marketing urbano como estratégia de dominação praticada pelo Estado e grupos dominantes e quais são as suas consequências em variados segmentos sociais. O propósito é debater sobre a consolidação da cidade neoliberal e suas estratégias de aplicação dos novos modelos de gestão.

Admitindo como pano de fundo o modelo de urbanização neoliberal, no qual, segundo Harvey (2005) o território é a última fronteira do capital e segue a lógica do mercado e um dos elementos que as cidades ditas como globais utilizam como estratégia de inserção nos fluxos econômicos é o marketing urbano. Segundo Vainer (2000), diante do cenário de concorrência entre as urbes, o espaço urbano local é dotado de novas identidades, submetendo-se ao espaço global, levando à legitimação de planos diretores instituídos estrategicamente para constituírem tal dinâmica.

Ao investigar o marketing urbano, é impossível desassociá-lo do discurso como tática de consenso público e da produção de imagens simbólicas a respeito das mudanças necessárias para o destaque da cidade na competição interurbana. Tais estratégias são utilizadas para garantir uma adesão social e amenizar possíveis conflitos acarretados tanto para o espaço físico quanto para os habitantes, já que o novo modelo se aproxima cada vez da gestão empresarial (VAINER, 2000).

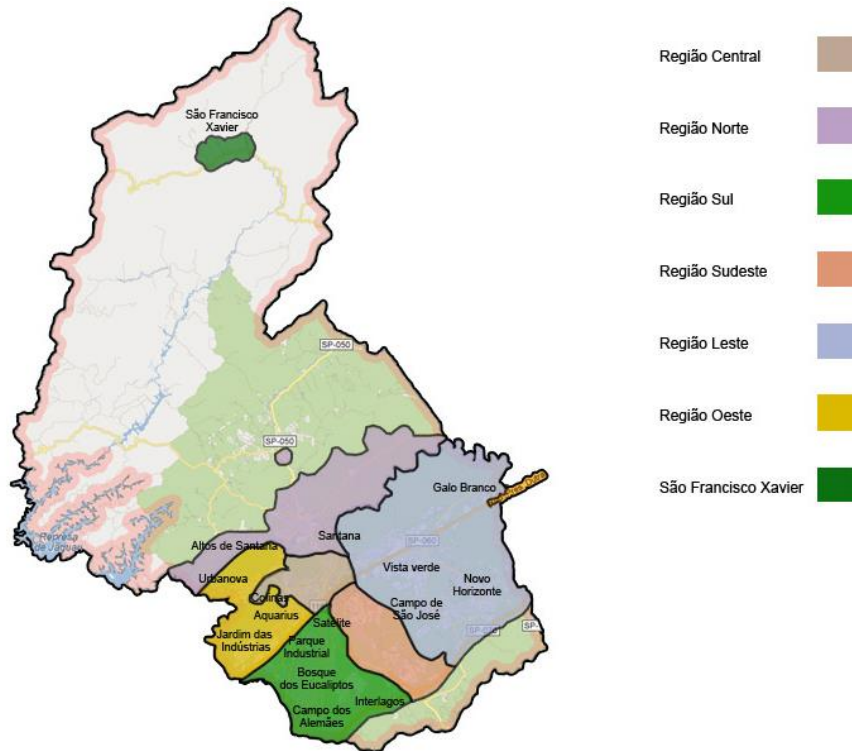
O recorte de estudo é a dinâmica urbana e a análise da lógica neoliberal da cidade de São José dos Campos, situada na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, no interior do estado de São Paulo. A urbe conta com 716.688 habitantes, uma densidade de 651,88 hab/km² e IDH 0,807 (SEADE, 2021).

Figura 1- Localização de São José dos Campos na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte



Fonte: Emplasa (2016)

Figura 2 – Organização territorial das áreas urbana, rural e dos distritos



Fonte: Prefeitura de São José dos Campos (2010)

São José dos Campos está entre as 20 cidades do Brasil com maior PIB, R\$57.105,31 (SEADE, 2018), porém, apesar deste número expressivo, a maioria das pessoas com rendimento recebe mensalmente entre 1 e 2 salários mínimos (IBGE, 2010), mais especificamente 33% de pessoas com 10 anos ou mais que apresentam rendimento mensal, enquanto na segunda colocação estão aqueles que recebem mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, o equivalente a 17%. Apesar do alto número de pessoas com baixo rendimento mensal, o grande número de renda acumulado em alguns setores da cidade faz com que São José dos Campos apresente uma média de 3,7 salários mínimos mensais dos trabalhadores formais (IBGE, 2018). Segundo dados do IBGE, entre os anos de 2006 e 2018 a média do salário mínimo caiu a cada ano, fazendo com que a incidência de pobreza tenha chegado a 16,90% em 2003 (último dado do Mapa de pobreza e desigualdade de São José dos Campos apresentado pelo IBGE).

Atualmente, a cidade pertence ao setor terciário na economia, a qual integra as atividades do comércio e da prestação de serviços. De acordo com o Secretário de Inovação e Desenvolvimento Econômico, Alberto Alves Marques Filho (2018), a cada 10 vagas de trabalho que são geradas na cidade, 7 são no setor de serviços, fazendo com que cada vez mais a urbe se torne um centro de serviços para a região.

Em São José dos Campos, o planejamento urbano tem ido em direção ao desenvolvimento de novas centralidades de acordo com os interesses imobiliários e capitalistas. A cidade passa por um processo de valorização de áreas já bem consolidadas por meio de instalações de infraestruturas urbanas financiadas pelo poder público e privado, sendo a maioria delas com base na presença do automóvel privado. Conclui-se que o desenvolvimento urbano acontece em função de interesses do grande mercado e conseqüentemente, com a apropriação do espaço público e a exclusão social.

Dessa forma, a iniciativa privada passa a ditar as regras e a dinâmica do espaço urbano, coordenando o seu desenvolvimento e fazendo dos habitantes também mercadorias, quando, na verdade, essas questões devem partir de políticas públicas e não do mercado privado, de modo que se chegue cada vez mais perto de suprir déficits. Cabem nessa logística estudos aprofundados para que estimule a produção de uma cidade menos segregada, aproximando o morador do espaço público sobre o qual tem direito.

Tais operações compõem uma excepcional oportunidade de viabilizar o marketing urbano, como grandes infraestruturas, pois instituem uma imagem de progresso e de recuperação econômica, seja ela legítima ou fictícia, que contribui para a aceitação dos habitantes (COMPANS, 1999).

Em São José dos Campos percebemos técnicas de produção e marcos urbanos criados pelo Estado para promover um contexto em que os empreendimentos de interesse são destinados ao terceiro setor, o que leva a descaracterização da paisagem construída no período anterior, ou seja, industrial (MIURA, 2006).

Pensando que a ideologia de consumo do espaço urbano e a da lógica da cidade capitalista é uma das principais questões para entender o desenvolvimento econômico da cidade de São José dos Campos, o pesquisador Ademir Santos (2006), considerando o processo brasileiro e paulista de industrialização, divide o caso joseense em dois momentos. O primeiro seria a Primeira Industrialização (1920 - 1945), marcada por grandes investimentos, inclusive no nível técnico. O segundo, nomeado como Segunda Industrialização (1946 – 2000), foi caracterizado pelo autor devido ao advento de fábricas de amplo porte e empreendimentos fomentados e encabeçados pelo governo federal. Neste último momento o autor apresenta a implementação do Centro Técnico Aeronáutico (1947) (propulsor da indústria aeronáutica, bélica e aeroespacial) e a atual Via Dutra (1951) (responsável pela implantação de indústrias no eixo Rio-São Paulo) como ações que promoveram uma grande corrida imobiliária e investimentos em loteamentos situados no perímetro da área já urbanizada. As primeiras indústrias chegaram devido a incentivos fiscais e não demorou muito para que o Estado e empresários fizessem grandes investimentos na cidade, os quais eram caracterizados pelo aparato tecnológico, pelo uso da energia elétrica e pela produção em grande escala, muitas vezes voltada para o mercado nacional. Um exemplo é a criação da Eletrobrás e da Petrobrás na primeira metade dos anos 1950, atraindo indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e intermediários.

Como o acelerado desenvolvimento industrial e as mudanças de modelos de produção influenciam nas condições sociais, demográficas e culturais, provocando amplo impacto urbanístico, o marketing urbano insere-se, segundo Souza (2001), como “uma tentativa de influenciar, não apenas investidores e turistas em potencial, mas, também, toda uma opinião pública, formando uma imagem de cidade conforme os interesses dos grupos dominantes” (p. 203). O conceito é desenvolvido por meio da análise das particularidades de cada urbe e dos mercados nos quais ela está inserida, assim como de seus habitantes, que passam a serem vistos como consumidores.

São José dos Campos constantemente utiliza técnicas do marketing urbano, como marcos físicos e o discurso legitimador, criando lacunas entre a realidade e a percepção dos indivíduos, assim como novas ideologias. O objetivo de tais estratégias é criar uma imagem positiva e uma paisagem passível de investimentos e desenvolvimento, atendendo às

necessidades e anseios de determinados indivíduos e organizações, como grupos de grande capital, bancos e agências multilaterais.

Difícilmente encontraremos um joseense ou um morador da cidade que não tenha se deparado com a frase “Bom mesmo é viver em São José”. Seja na mídia televisiva, impressa ou em algum outdoor, o jargão está sempre relacionado com a prospecção de alguma obra de infraestrutura, qualidade de vida ou desenvolvimento. Podemos chamar esse fato de marketing urbano e, nesse caso, ele é desenvolvido, na maioria das vezes, pela própria Prefeitura de São José dos Campos, a qual, segundo a Secretaria de Governança, investiu R\$11.656.395,46 em contratos de publicidade no ano de 2019, considerando mídia e serviços de terceiros.

Antes de ser analisado o caso específico de São José dos Campos, é necessário conceituar por meio de teorias o que é o marketing urbano. Primeiramente, é preciso entender o que é “marketing”. De forma abrangente, o marketing é um processo social e gerencial que utiliza técnicas para que indivíduos e grupos obtenham aquilo que desejam por meio de permutas paralelas ao capital econômico (ALMEIDA; ENGEL, 2017). De acordo com Armstrong e Kotler (2014), o marketing pode ser resumido nos seguintes termos: necessidades, desejos, demandas, produtos, valor, satisfação, qualidade, troca, transações, relacionamentos, mercados. Ainda segundo os autores, marketing significa administrar mercados para alcançar trocar e para haver transações lucrativas é necessário construir bons relacionamentos.

Para exemplificar o marketing, Armstrong e Kotler (2014) dão como exemplo uma ótima rateira, mas que só será vendida caso o fabricante tenha uma embalagem e preço atraentes, além de divulgá-la em canais competentes que convençam os consumidores de que ela é a melhor rateira para atender às suas necessidades.

O marketing nada mais é do que uma negociação entre indivíduos e organizações, porém é um grande causador de impacto na sociedade, já que acaba expondo questões sociais, culturais, políticas e econômicas (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2010). Sendo assim, é possível afirmar que o marketing é direcionado à sociedade com maior poder de compra (ARMSTRONG; KOTLER, 2014).

Segundo Cooper (2001), apesar de ser uma técnica surgida no universo empresarial, como o marketing é uma ciência da imagem, da percepção e do posicionamento, as empresas comerciais deixaram de ser as únicas a utilizarem a prática e abriu-se espaço para instituições públicas e gestores urbanos, originando-se o “marketing urbano”.

De acordo com Sánchez (2003), o marketing urbano (ou city marketing) é uma ramificação do planejamento estratégico¹ e a conexão entre política, cultura, mídia que trabalha com a ascensão e venda das cidades através de uma imagem de cidade modelo, a qual é difundida em várias escalas e veículos de comunicação. Ainda segundo a autora, o marketing urbano modifica-se de acordo com os artifícios de acumulação de diferentes agentes de mercado. A arquiteta e urbanista defende que o marketing urbano tem como premissa atingir tanto os habitantes, para que estes tenham orgulho em viver na cidade, quanto possíveis investidores e turistas.

Já de acordo com Duarte e Czajkowski (2007), a valorização do marketing urbano também é resultado da atual circunstância econômica mundial, como o crescimento da competitividade entre as cidades. Nesse momento há a adequação da livre concorrência neoliberal que com o capital cada vez mais especulativo, enxerga a urbe como local de investimento e expectativa de lucros.

O professor de marketing Meyronin (2012) afirma que existem diversas práticas de marketing urbano, mas as principais delas envolver valorização do capital intelectual e imaterial do território. Ele cita como exemplo criação de marca Branding, eventos e publicidade em redes sociais e veículos de imprensa.

Para conceituar o leitor, vale dizer que o uso do substantivo feminino “dominação” no título desta pesquisa é devido ao seu significado semântico retratar a ação do marketing urbano sobre as cidades: exercer domínio, reprimir, refrear, controlar, subjugar, ter influência sobre, exercer autoridade, sobressair, ter supremacia em relação a outra coisa ou pessoa (PRIBERAM, 2011). O dicionário Oxford Languages (2021) também apresenta uma definição muito próxima da finalidade do marketing urbano: “tendência de lutar por ascendência sobre os outros nas relações com estes mantidas, a qual se manifesta por meio de hierarquias bem estabelecidas”.

Tendo o objeto da pesquisa delimitado, primeiramente foram levantadas informações sobre a ocupação do Vale do Paraíba e mais precisamente da cidade de São José dos Campos para compreender o período chamado de desenvolvimentista, no qual o processo de urbanização da cidade tem maior expressividade, assim como o que estava ocorrendo economicamente no momento da concretização do projeto. Para isso, foram utilizados autores como Alexandre

¹ A expressão efetiva da intervenção urbana mediada pelo conceito de cidade global é o que se tem chamado atualmente de planejamento estratégico, negando, pelo menos na intenção, o planejamento urbano de tradição moderna bem como a crítica contextualista que lhe deu sequência (ARANTES, 2000).

Penedo (1997), Ademir Santos (2006), Pedro Ribeiro (2012), Paulo Eduardo Costa (2007), Valéria Zanetti (2008), Jairo Souza e Paulo Reschilian (2018) e Douglas Silva (2020).

Feito o levantamento do histórico e do desenvolvimento de São José dos Campos, foram necessários aprofundamentos no conceito de cidades globais para compreender as mudanças no ambiente construído por meio da reestruturação produtiva, assim como as atividades as margens das grandes iniciativas internacionais e suas consequências, como a segregação e a dominação através do espaço. A globalização traz fatores que passam a serem intrínsecos, como a mudança do papel dos Estados, os novos ordenamentos espaciais, o aumento da fluidez e das conexões e a mundialização da produção, da circulação e do consumo. Para essa etapa foram utilizados, principalmente, os autores David Harvey (1992, 1995, 1996, 2004, 2005, 2006, 2011, 2014), Ermínia Maricato (2017), François Ascher (1995), Jordi Borja (1996, 1997), Manuel Castells (1996, 1997), Mariana Fix (2001), Milton Santos (1998, 2000, 2008), Pierre Veltz (1997) e Saskia Sassen (1991).

Esta dissertação foi estruturada em 3 seções, além da introdução, metodologia e considerações finais. A seção número 3, intitulada “A Consolidação da Cidade Neoliberal” traz a urbanização exercendo seu papel na aplicação da lógica neoliberal, como a apropriação do capital pelo espaço da cidade, o qual passa a ser mercadoria e gerido como uma empresa, e, conseqüentemente, prima-se pelo consumo, o que leva ao aumento da desigualdade social. A seção número 4, mostra como a cidade torna-se um produto a ser vendido e como as administrações municipais adotam políticas que acabam por intervir diretamente nas relações sociais, geram mudanças na infraestrutura local e na imagem passada pela cidade como tentativa de adequar-se aos requerimentos do neoliberalismo. A seção traz subseções com as estratégias de aplicação do neoliberalismo no espaço urbano de São José dos Campos, as quais são impulsionadoras do marketing urbano.

Por último, a seção número 5 traz como o marketing urbano é englobado no planejamento e na gestão de cidades, especificamente em São José dos Campos, para promover imagem de progresso, de recuperação econômica, atrair investidores, impulsionar as exportações de bens e serviços e fazer com que segmentos sociais sintam-se parte dessas transformações. Para analisar a estratégia do marketing urbano, serão considerados quatro segmentos: o papel do Estado como empreendedor, o discurso como instrumento de adesão, a legislação e obras de infraestrutura urbana.

2 METODOLOGIA

A metodologia proposta como elemento indutor da presente pesquisa é a que apresenta métodos qualitativos. Segundo o Bloco Qualitativo de Métodos de pesquisa em Ciências Sociais, desenvolvido em 2016 pelas instituições SESC E CEBRAP, o método qualitativo tem como objeto a vida social, como instrumento a linguagem, a capacidade de argumentar e visa entender lógica de processos e estruturas sociais.

A razão de tal escolha é o fato de que é impossível isolar fenômenos sociais para realizar um experimento e o método qualitativo aceita a impossibilidade do conhecimento certo ou verdadeiro, já que visa a lógica de compreender “interações sociais cotidianas, valores dos indivíduos e ambicionam desvendar estruturas e processos sociais invisíveis a olho nu” (ALONSO, 2016).

O método qualitativo foi escolhido para analisar as fontes primárias, ou seja, os documentos estatais (documentação governamental) e não-estatais (jornais, revistas, panfletos, anúncios e vídeos). A finalidade é identificar mecanismos recorrentes e observá-los diretamente, buscando fatores que não costumam ser percebidos pelos habitantes da cidade, mas que estruturam suas vidas, como o padrão do controle social, a estrutura de concentração e monopolização do capital e os processos de urbanização.

Sendo assim, propõe-se dar início à pesquisa analisando publicidades oficiais da Prefeitura de São José dos Campos, devido ao alto investimento empregado no setor durante o ano de 2019. Quanto aos materiais provenientes de canais midiáticos não-estatais, a pesquisa terá como conteúdo de apoio o acervo de entrevistas do portal de notícias SP RIO + e OVale Entrevista, os quais recebem personalidades da esfera pública, como secretários, e da privada, como empresários.

Segundo o capítulo O Uso da Entrevista na Pesquisa Empírica, de autoria de Lima (2016), quando utilizamos métodos e técnicas qualitativos obtemos respostas em reações, comportamentos, conversas informais e entrevistas, a qual é uma das principais fontes de dados. Levando tal fato em conta e associando às outras técnicas de investigação citadas anteriormente propõe-se utilizar a entrevista qualitativa semiestruturada na segunda parte da pesquisa.

A entrevista qualitativa semiestruturada apresenta determinado número de questões principais e específicas direcionadas em uma ordem prevista a pessoas vivenciam ou vivenciaram determinados eventos, a fim de encontrar respostas e desvendar fatos não registrados por outro tipo de documentação. Tal modelo de entrevista é livre para incluir

outras questões, não apresenta questões fechadas de múltipla escolha, como em questionários, assim como, diferente dos depoimentos, o participante da pesquisa não discursa livremente (ALONSO, 2016).

Na entrevista semiestruturada é necessário definir quais fontes (ou seja, participantes da pesquisa) são mais adequadas para suprir lacunas deixadas nas informações levantadas previamente. Sendo assim, é importante ter conhecimento prévio das características e do perfil de todas as partes envolvidas. Também é de suma importância determinar previamente quais temas farão parte das questões. Esta técnica permite capturar pontos de vistas e experiências de diferentes agentes sociais e entender como cada parte de ator de determinado fenômeno interpreta a situação (LIMA, 2016).

Ainda segundo a autora Márcia Lima (2016), quando o roteiro é estruturado de modo que ocorra interação e fluidez entre entrevistador e o participante da pesquisa, aproximando-se de uma “conversa”, além de preencher lacunas deixadas por documentos, a entrevista qualitativa semiestruturada é capaz de compreender estratégias individuais e captar condições subjetivas e reações não verbais, como emoções e hesitações, qualificando ainda mais o dado coletado.

Determinada metodologia tem caráter bastante eficaz em pesquisas voltadas para grupos e fenômenos com fontes precárias, como quando o estudo é voltado para elites e políticas públicas, os quais se fazem presentes nas análises que se propõem.

Pensando nisso, o roteiro da entrevista foi formulado com questões detalhadas, precisas e claras, para recolher informações sobre a imagem da cidade, no quesito gestão e investimentos, diante aos olhos dos participantes da pesquisa e assim entender como o marketing urbano atinge determinados atores sociais.

Com tais finalidades, a entrevista abrangeu objetos e ações correntes na cidade de São José dos Campos, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de 2018, a publicidade feita pela Prefeitura da cidade e a construção do Arco da Inovação², também conhecido como ponte estaiada.

Segundo a cientista social (2016), a forma mais comum de realizar entrevistas semiestruturadas é presencialmente e com o auxílio de gravadores de áudio e imagem. Porém, devido ao cenário atual em que nos encontramos, foi proposto que, devido aos riscos

² Construída na rotatória do bairro Jardim das Colinas, a ponte foi construída com a justificativa de desafogar o principal ponto de congestionamento da cidade. De acordo com a sua cartilha, a construção de forma estaiada é o método de construção mais eficaz e econômico. O investimento total atingiu o valor de R\$ 60,972 milhões.

provenientes da pandemia de COVID-19, as entrevistas fossem realizadas virtualmente por meio de videoconferências, mais especificamente pelo serviço de conferência remota Zoom, as quais, com a concordância dos participantes da pesquisa, foram gravadas e transcritas literalmente.

Dessa forma, o TCLE foi enviado ao participante da pesquisa via e-mail, o qual assinou e mandou de volta digitalizado. Os participantes também tiveram a opção de receber e enviar o documento de modo postal, com todos os custos bancados pela pesquisadora.

A entrevista qualitativa semiestruturada tem como característica ser composta por pessoas com experiências comuns, já que dessa forma é possível visualizar o que é particular de cada participante da pesquisa perante de determinada situação. No caso da pesquisa proposta, o elemento comum, ou seja, de inclusão, dos participantes é residir no município de São José dos Campos.

Porém, para que não ocorresse generalização de conclusões, foi proposto que as entrevistas ocorressem com os seguintes atores sociais: personalidades ligadas à gestão pública, profissionais com atuação na mídia e outros moradores da cidade. Para que ainda assim não ocorressem generalizações, buscou-se diferentes indivíduos de cada grupo de atores sociais citados.

Procurou-se entrevistar pessoas que tenham participado, independentemente da forma, na formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 2018; profissionais atuantes na imprensa privada, como jornalistas e assessores de imprensa, e participantes de movimentos sociais diferentes, com foco em interesse distintos.

No total foram entrevistadas 5 pessoas, as quais por motivo de privacidade foram mantidas anônimas. No decorrer do texto, os participantes da pesquisa são citados de acordo com as ocupações escolhidas por eles para representá-los, além dos códigos das entrevistas: jornalista e cicloativista (entrevista 1), moradora da cidade (entrevista 2), historiador e ambientalista (entrevista 3), defensor público (entrevista 4) e jornalista, assessor de imprensa e analista de comunicação (entrevista 5).

Vale acrescentar que nenhuma das perguntas feitas durante as entrevistas eram direcionadas para questões relacionadas a instituições públicas e privadas ou organizações portadoras de CNPJ.

Após realizadas e transcritas, as entrevistas foram colocadas no contexto das informações e dos dados coletados previamente, para que assim fosse possível desvendar determinadas lacunas até o momento existentes. Dessa forma, a entrevista qualitativa semiestruturada foi parte da construção de elementos científicos e não um instrumento singular.

Para maior compreensão do texto, os estudos teóricos de diferentes autores não foram separados das análises e do levantamento de campo sobre as dinâmicas urbanas na cidade de São José dos Campos. Portanto, no decorrer do texto são apresentados de forma concomitante e relacionada os aspectos teóricos, históricos e as análises dos processos relacionados à dimensão da produção capitalista do espaço e o papel do marketing urbano na cidade joseense.

3 A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE NEOLIBERAL

No livro “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” (2016), os autores Pierre Dardot e Christian Laval afirmam que o neoliberalismo é um modelo de política econômica, não apenas uma ideologia, o qual possui influência no mundo inteiro, já que sua lógica não se restringe ao capital, mas sim afeta todas as relações sociais e esferas da vida. O sistema foi instaurado por poderes que se apoiam em nível nacional e internacional, como oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais.

Ainda segundo Dardot e Laval (2016), além de destruir regras, instituições e direitos, o neoliberalismo coloca em jogo a forma de nossa existência, ou seja, nos coloca em um universo de competição generalizada, no qual os assalariados e as populações ao entrar em luta econômica são intimidados e colocados uns contra os outros, de modo que venham a comportar-se como uma empresa, ordenando suas relações de acordo com o mercado e justificando as desigualdades sociais.

Quando o Estado é instituído no modelo neoliberal de gestão perante aos fluxos econômicos, a consequência é a livre ação do mercado, que se sobrepõe aos demais fluxos. Segundo Compans (1999), as administrações municipais se rendem a um mercado de modelos de gestão, o qual é disseminado por consultores internacionais que divulgam experiências ditas de sucesso no desenvolvimento econômico local numa articulação com o global, sem que esteja necessariamente integrado à economia regional e nacional.

Os modelos econômicos inspirados no denominado Consenso de Washington (1989), uma conjunção de dez regras básicas formuladas por economistas para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento, defendiam que as regulamentações eram um obstáculo ao crescimento econômico. Porém, a falta de controle estatal e o livre comércio não surtiram o equilíbrio fiscal pretendido e provocaram crises econômicas, sociais e políticas em muitos países (GARCIA, 2000).

Como afirmado por David Harvey “a privatização e liberação do mercado foram o mantra do movimento neoliberal” (HARVEY, 2004, p.130).

Ao estudar a cidade neoliberal, podemos concluir que a urbanização exerce uma função determinante na absorção de capitais excedentes ao custo do impulsivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade, que vai além do direito a uma vida digna como cidadão e da liberdade individual, sendo também o direito coletivo de dar nova forma ao processo de urbanização (HARVEY, 1982).

Segundo Carvalho (2000), os interesses do capital ordenam a apropriação do espaço da cidade, a qual passa a ser também mercadoria indispensável e um negócio a ser gerido como uma empresa para a conservação, aumento e reprodução dos capitais que estão sempre à espreita da desvalorização (CANETTIERI, 2017).

De acordo com Canettieri (2017), o espaço urbano deriva da materialização do capitalismo ao ser produzido para atender a acumulação de capital, fazendo da mercadoria a forma principal de socialização. Ainda segundo o autor, “o setor financeiro deve ser entendido como expressão máxima da capacidade dos capitais de canalizar o valor advindo de fontes diversificadas da economia urbana de forma ampla e difusa” (CANETTIERI, 2017, p. 526). É comum que este capital esporadicamente passe por crises conjunturais, as quais convém para que o modo de produção se reorganize e seja ampliado sobre novas condições. Tal fato pode ser exemplificado por uma passagem de Compans (1999), a qual afirma que a dispersão geográfica do setor industrial pode levar a internacionalização do setor de serviços por meio da abertura de filiais no exterior:

Isto porque, com a descentralização da produção, as unidades fabris irão requerer o fornecimento de serviços específicos nos quais a proximidade a elas próprias e aos mercados de consumo, e o domínio da legislação nacional são imprescindíveis, como as atividades ligadas ao comércio exterior, publicidade e marketing, contabilidade, consultorias jurídicas, manutenção de equipamentos etc. (COMPANS, 1999, p. 94).

As mudanças no planejamento urbano costumam priorizar o fluxo e o transporte através de grandes avenidas e viadutos, o que leva a diminuição da ocupação do espaço público e ao aumento da ocupação de espaços privados, como complexos empresariais, condomínios, hipermercados e shoppings centers. Com a autossuficiência desses locais, torna-se desnecessária a circulação de seus usuários, as classes dominantes economicamente, por outros espaços, causando segregação, discriminação e distinção de grupos sociais, levando ao descaso dos órgãos públicos responsáveis pelos investimentos em infraestrutura. Percebe-se, nesse ponto, que a cidade, considerada como mercadoria, prima-se pelo consumo, pois atrai as pessoas não para viverem melhor, mas para que aqueles que a ela se dirijam tornem-se consumidores de seus produtos, bens e serviços, enfim, de sua mercadoria. Conseqüentemente, há um significativo aumento da desigualdade social, levando ao “rebatimento na apropriação do espaço urbano” (CARVALHO, 2000).

Segundo o geógrafo Milton Santos (2000), o mercado dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas a

serviço dos atores hegemônicos, tornando o mundo menos unido e a cidadania um ideal ainda mais distante, enquanto, ao mesmo tempo, o consumo é estimulado.

Estas mudanças no planejamento das cidades levam a mudanças espaciais em diversas escalas, já que a lógica de funcionamento passa a ser pela acumulação, internacionalização de investimentos, competitividade interurbana, flexibilização da economia e pela consolidação de um Estado mínimo (VAINER, 2000). Tais transformações espaciais são orientadas a atender requisitos de produtividade e competitividade de empresas e privilegiam ações pontuais, como grandes obras de infraestrutura e operações imobiliárias aproximando-se de determinados grupos sociais, como executivos de grandes empresas e profissionais do terciário avançado (COMPANS, 1999), os quais muitas vezes estão separados por muros e não circulam pelo espaço público, acarretando na segregação urbana (CARVALHO, 2000). Ainda segundo Compans (1999), a consolidação da cidade neoliberal evidencia a construção de um modelo organizacional sociotécnico de produção para introduzir tecnologias da informação juntamente à reestruturação do capitalismo. “O elemento central da produtividade no novo modo de desenvolvimento informacional, que sucede ao industrial, baseia-se agora na qualidade do conhecimento e no processamento da informação” (COMPANS, 1999, p. 92), diferente do modelo anterior, o qual, segundo Vainer (2000), o planejamento adotado era racional, organizado hierarquicamente e dividido em setores, como o interior de uma fábrica.

Segundo Milton Santos (1998), o espaço é o objeto social mais presente no cotidiano da população e é formado por um sistema de ações e objetos indissociáveis. A formação do meio urbano influencia diretamente na vida de sua população e de sua relação com a cidade, fazendo com que o espaço deixe de ser apenas um conjunto de características geográficas e territoriais e passe também a ser um local de experiências sociais, constituindo a cultura no sentido mais amplo, porém, como afirmado por Carvalho (2000), “fragmentando os espaços da cidade, privilegiando o local por oposição ao global” (CARVALHO 2000, p. 75).

Para a aplicação do novo modelo de planejamento da cidade, consultores barceloneses foram exportados para as mais diversas cidades ao redor do mundo, principalmente para as americanas, a partir da década de 1970 (BORJA; CASTELLS, 1996).

Ainda segundo a literatura de Milton Santos, a ciência econômica é definida como uma disciplina da administração das coisas ao serviço de um sistema ideológico como forma de atribuir novos valores a indivíduos e lugares, criando novas normas de produção e de consumo. A gestão empresarial aplicada na esfera pública acarreta na atuação de atores privados na cidade como um todo conforme os seus interesses. Segundo Compans (1999),

esse modelo possui ideais liberais e conservadores, ignorando a periferia urbana, a qual é marginalizada e excluída. O mercado é excludente para a maioria dentro do capitalismo globalizado, o que reflete no espaço urbano de forma segregadora, não satisfazendo questões fundamentais, como o lazer, a educação e uma boa alimentação, o que acarreta em altos níveis de violência, como homicídios e feminicídio. Na opinião do historiador e ambientalista (entrevista 3), tal fato é um projeto político e neoliberal que começa na segunda metade de 1970 e vai amadurecendo nos anos de 1980 e 1990.

Outra questão trazida pelo mesmo entrevistado é a gentrificação dos bairros, principalmente os que se encontram dentro do perímetro urbano, devido à valorização. Os habitantes destas áreas são marginalizados e afastados do urbano. O padrão predominante é o estético e em função das exigências do mercado imobiliário que atende a classe média e a classe média alta.

Não é difícil descobrir as ferramentas para a consolidação da cidade neoliberal, tratando-se mais especificamente da cidade de São José dos Campos, quando analisamos as propostas de governança feitas pelos candidatos a prefeitos. Como já explicitado por Vainer (2000) “os prefeitos descobriram ter um novo papel. Eles já não são apenas administradores burocráticos, mas comportam-se como empresários que investem e vendem um produto, a sua cidade” (VAINER, 2000, p. 85). O mesmo autor também faz uma referência ao comportamento de muitos prefeitos: “mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos” (VAINER, 2000, p. 78).

Nesse quesito, as metas para a cidade foram levantadas por meio da análise dos discursos proferidos durante as campanhas eleitorais pelos cinco candidatos mais votados, Felício Ramuth (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira), Coronel Eliane Nikoluk (PL – Partido Liberal), Renata Paiva (PSD – Partido Social Democrático), Wagner Balieiro (PT – Partido dos Trabalhadores) e Anderson Senna (PSL – Partido Social Liberal), para a eleição municipal que ocorreu em 2020, para tomada de posse em 2021, quando o prefeito Felício Ramuth foi reeleito.

Segundo Ferreira (2003), a macroeconomia neoliberal de estabilização monetária, a qual causa grandes restrições orçamentárias que dificultam investimentos em infraestrutura, fez com que o planejamento estratégico e as parcerias público privadas fossem a salvação dos prefeitos, os quais utilizam ambos como “vitrine” da sua gestão e para à sua reeleição.

Quando questionados a respeito de geração de empregos e renda, percebe-se, independentemente da ideologia e do espectro político, unanimidade sobre desburocratização, investimento em setores de alta tecnologia, estímulo de empresas privadas

e startups, parcerias com empreendedores, atração de investidores e programas de capacitação de pessoas de acordo com as necessidades das empresas. O candidato Wagner Balieiro (PT) propunha uma política agressiva de incentivos para instalação de novas empresas e para empresas já instaladas, ao mesmo tempo, o até então candidato à reeleição, Felício Ramuth, afirmava:

Voltada às empresas, nós temos o Simplifica ISS, revisão de todos os planos de incentivo atuais (...), a desburocratização das rotinas da prefeitura. Hoje em 24 horas se abre uma empresa, este ano nós já abrimos mais empresas do que no ano de 2019. Também queremos (...) atrair novos centros de serviços compartilhados, como a gente fez com a Bayer, com a Ball, com a EDP e com a Pilkington (RAMUTH, 2020).

É bastante notório como as propostas voltadas à educação também são baseadas na capitalização da cidade; é o caso de uma das sugestões da segunda candidata mais votada, a Coronel Eliane Nikoluk, que propôs realizar parcerias com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e com a FUNDHAS (Fundação Hélio Augusto de Souza) e SEPAS (Sociedade de Ensino Profissional e de Assistência Social) para capacitar pessoas para as “profissões do futuro” e para as áreas que o empreendedor deseja investir (SP RIO +). Podemos notar o mesmo método de gestão da educação nas propostas da candidata Renata Paiva, que afirmou em entrevista à plataforma SP RIO + que implantaria “escola integral desde a pré-escola até o nono ano do fundamental com inglês, com robótica, com empreendedorismo, com ética e cidadania e com matemática financeira.” Já o candidato Anderson Senna (PSL), quando questionado sobre suas propostas para a educação respondeu que “tudo o que nós vamos fazer no nosso governo, tudo, vai passar pela nossa missão 01, que é a economia”.

Vale ressaltar também as parcerias feitas e propostas com o governo federal. Em entrevista para o jornal O Vale, o então prefeito Felício Ramuth (PSDB) comentou sobre o que a cidade recebeu do governo Bolsonaro (Sem Partido). Fica evidente as diretrizes de ambos os governos e as suas prioridades quando a parceria se constituiu em 30 mil cestas básicas para a população, a doação de uma área para UBS (Unidade Básica de Saúde), duas creches, a

doação da área para a construção da Via Esplanada³, recursos para a Via Jaguari⁴ e 30 milhões de reais para a Linha Verde⁵.

Mesmo quando o assunto foi mobilidade urbana, o assunto mais comentado foi a nova licitação do transporte coletivo. A maioria dos candidatos propõe que a Prefeitura de São José dos Campos assuma as tarifas gratuitas e reduzidas, como a de idosos e estudantes, para que haja redução no valor da passagem sem que a empresa que ganhe a licitação arque com o custo. Houve também propostas para a realização de obras para minimizar o congestionamento de veículos. Segundo o candidato Wagner Balieiro (PT), viagens muito demoradas são um grande problema de mobilidade na cidade e geram um custo enorme (SP RIO +). O mesmo candidato e o candidato Senna (PSL) também deixaram claro o apoio à “uberização” do transporte público ao se manifestarem favoráveis à aplicativos para motoristas (SP RIO + e Portal Meon).

A consolidação da cidade neoliberal é notada também em propostas de assistência social, as quais, com unanimidade, são voltadas para preparar populações em vulnerabilidade social para o mercado de trabalho.

Nós temos o albergue de São José que também não funciona (...). Nós temos que resgatar a dignidade das pessoas, então nós vamos transferir esse albergue para uma região que possa ser melhor agregado, que a pessoa possa ser formada, que ela possa ser formalizada e devolvida para o mercado de trabalho e para a sociedade (SENNÁ, 2020).

As propostas dos candidatos mostram como a cidade tem sido gerida como uma cidade empresa e reestruturada para um novo modo de produção capitalista, no qual a atividade industrial não é mais protagonista e sim a circulação e o consumo, o que leva a propostas de flexibilização e desregulação da economia e de fortalecimento da economia de serviços, o que, segundo Ferreira (2008), obriga as urbes a afeiçoarem-se a uma nova necessidade de

³ Localizada na região oeste, a Via Esplanada fica localizada entre os bairros Jardim Esplanada e Vale dos Pinheiros. A proposta é interligar a região centro e oeste para desafogar o trânsito de outras áreas da cidade. A obra propõe remodelar a mobilidade urbana da região com ciclovia. O investimento total é de aproximadamente R\$ 2.704.920,69.

⁴ A proposta da Via Jaguari é interligar a região norte ao centro da cidade margeando a linha férrea, transpondo o rio Paraíba e seguindo até a Estrada da Petybon. A obra conta com quatro quilômetros de via, em ambos os sentidos, incluindo a construção de uma ponte. A obra terá custo total de R\$ 32,4 milhões.

⁵ O projeto da Linha Verde prevê a criação de um corredor para interligar as regiões sul, leste e central e para circular transporte rápido de massa contando com 11 estações. O projeto utilizará até 31% da faixa pertencente à ISA CTEEP (Companhia Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S/A). O investimento total é de aproximadamente R\$ 55,832 milhões.

edifícios, serviços e equipamentos. Tais orientações fazem com que a cidade seja produzida por meio de parcerias público-privada, fazendo com que as obrigações do poder municipal remunerem o capital privado e se subordinem à lógica do mercado (CANETTIERI, 2017), o que David Harvey (1996) chama de “empresariamento da gestão urbana”. De acordo com Vainer (2000), este modelo de gestão atribui novos significados à urbe, transformando a cidade em um “sujeito de natureza mercantil e empresarial”.

Como afirma Canettieri, “a missão de vender a cidade se tornou a função mais elementar do governo municipal neoliberal” (CANETTIERI, 2017, p. 518). Ainda segundo o autor, a cidade regida pela ordem neoliberal é atingida por decisões de seus governantes que operam no âmbito privado, priorizando os custos e benefícios em função do lucro, fazendo com que a produção do espaço, o qual tende a ser passar por uma financeirização e se torna uma mercadoria, tenha importância central na globalização econômico-financeira.

De acordo com o historiador e ambientalista (entrevista 3), São José dos Campos cresce por meio do viés neoliberal, fazendo com que tanto o espaço mercadológico da cidade quanto o espaço geográfico se transformem em uma grande caixa registradora. O entrevistado cita que no estado de São Paulo foram criados diversos facilitadores de licenciamento de obras para dar vazão ao projeto neoliberal, como o RAP (Relatório Ambiental Preliminar) e o EAS (Estudo Preliminar Simplificado), que são estudos ambientais mais simplificados. Ele relata sempre dizer para seus alunos que o capitalismo globalizado neoliberal determina as diretrizes do modelo e que dispositivos, como os citados anteriormente, são utilizados para atender às suas demandas e que para entender o comportamento das pessoas, a despolitização e a desqualificação da política é preciso compreendê-lo.

Tais fatos podem ser analisados também por meio da teoria dos urbanistas norte-americanos Logan e Molotch (1987), a qual foi chamada de “máquina de crescimento urbano”. De acordo com os pesquisadores, o crescimento das cidades dos EUA foi devido à fusão entre público e privado, como elites imobiliárias, já que ambos têm o mesmo objetivo de acordo com os seus interesses hegemônicos. Ferreira (2003) também lembra que, no Brasil, uma das dinâmicas que ordenam a produção das cidades é a apropriação do público pela esfera privada dominante, sempre a favor de interesses do setor.

Podemos enquadrar nas questões levantadas anteriormente a analogia de cidade-mercadoria, instituída por Vainer (2000), na qual ela é colocada à venda em diversos mercados. O autor também examina o projeto de cidade de acordo com as analogias cidade-empresa e cidade-pátria. O pesquisador afirma que a cidade se tornou um bem de consumo e uma mercadoria vendida pelos neoplanejadores em um mercado bastante competitivo de outras cidades, por

isso a ascensão do marketing urbano na gestão das urbes, assuntos que serão tratados nas próximas seções.

4 O NEOLIBERALISMO APLICADO NO PLANEJAMENTO URBANO E NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A fim de que possam disputar os investimentos tanto estrangeiros quanto nacionais disponíveis no mercado, administrações municipais são engajadas a desenvolver a economia local de acordo com uma agenda de gestão estratégica (COMPANS, 1999). Ao ser inserida na competição interurbana, a cidade torna-se um produto a ser vendido onde outras urbanidades também buscam destaque à prateleira. De acordo com Vainer (2000), este é o motivo que leva o marketing urbano a ser cada vez mais determinante nas ações de planejamento e gestão municipal, assim como “embelezamentos urbanos” (COMPANS, 1999), nos quais a capacidade de produção de imagens é associada a padrões de consumo.

De acordo com Dardot e Laval (2016), a concorrência se torna generalizada entre os sujeitos quando os Estados adotam políticas que acabam por intervir diretamente nas relações sociais, mudando o papel das instituições de proteção social e orientando as condutas. Isso acontece porque o próprio Estado está inserido num campo de concorrência regional e mundial.

As chamadas “cidades globais” estão em constante disputa por um espaço dentro do fluxo econômico global, arquétipo que incita a competição interurbana e um mercado de novos modelos de gestão que tem como meta as características de grandes metrópoles, principalmente americanas e europeias. Tal processo consiste em gerar mudanças na infraestrutura local e na imagem passada pela cidade como tentativa de adequar-se aos requerimentos da economia e da competitividade internacional (COMPANS, 1999).

O modelo não se trata de abandonar a intervenção pública, mas sim de voltá-la para os interesses constituídos e dominantes do mercado por meio de uma relação de dependência dos atores privados, como grandes empresas, indústrias e corporações (VAINER, 2000).

O geógrafo David Harvey (1996) intitula esse conjunto de elementos como “empresariamento da gestão urbana”. Esses critérios tornam-se vantagens comparativas no momento em que as empresas, principalmente as que atuam no setor financeiro e de serviços à produção, escolhem para se estabelecerem a localização que mais oferece elementos de produtividade e condições materiais, sociais e institucionais. Essas estratégias levam a municipalidade a inverter a lógica de aplicação de recursos para se tornar uma candidata de peso na disputa. Os investimentos públicos passam a se concentrar em grandes obras de infraestrutura, provisão de equipamentos urbanos e operações imobiliárias, atividades socialmente segregadoras, já que são destinadas apenas a certos tipos de usuários (COMPANS, 1999).

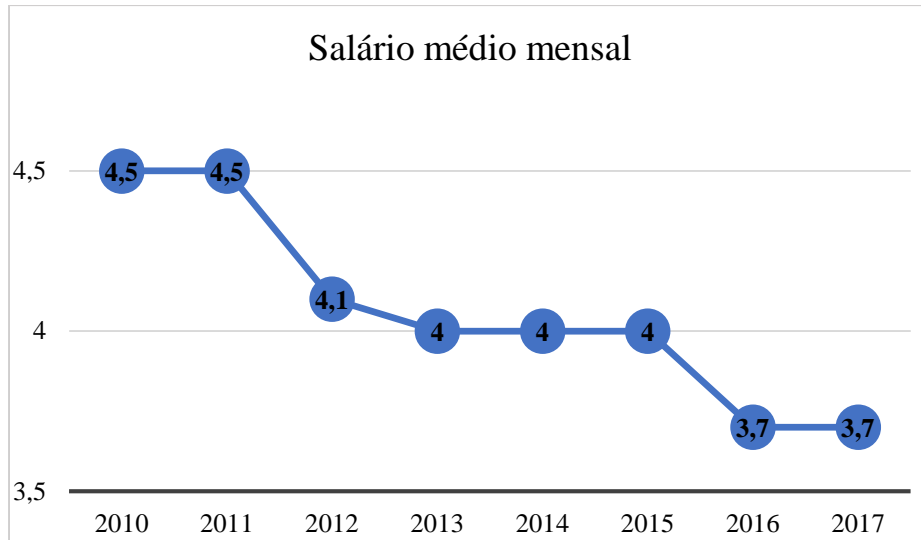
A cidade de São José dos Campos, onde setor terciário da economia prevalece, vive a predominância de produções e transformações guiadas pelo mercado, atividade chamada pelo geógrafo Milton Santos (2008) de meio técnico-científico informacional. Dessa forma, novas técnicas de produção e marcos urbanos são criados a fim de promover esse novo contexto (MIURA, 2006).

Os gráficos apresentados a seguir trazem dados que levaram aos principais questionamentos durante o levantamento de conteúdo e do desenvolvimento da pesquisa no que diz respeito à situação econômica da cidade como um todo.

Ao compararmos, por exemplo, o Produto Interno Bruto Municipal de 2010, ano em que temos os últimos dados colhidos a respeito da renda mensal em salário mínimo de indivíduos com renda, é possível notar uma grande contradição. Neste mesmo ano, São José dos Campos esteve na 7^o posição no ranking de cidades com maiores PIB's do estado de São Paulo, em um total de 645 cidades. A urbe também estava na 18^o posição no ranking brasileiro, em um total de 5565 cidades. Porém, apesar da posição de destaque, ao analisarmos o gráfico de rendimento mensal de pessoas de 10 anos ou mais, notaremos que a maior parte delas recebe apenas de 1 a 2 salários mínimos e a segunda colocação fica para aqueles que recebem de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, mesmo que durante o ano de 2010 o salário médio mensal (4,5 salários mínimos) tenha sido o maior durante o período analisado. Ou seja, é possível concluir que havia em 2010 uma grande desigualdade na distribuição de renda.

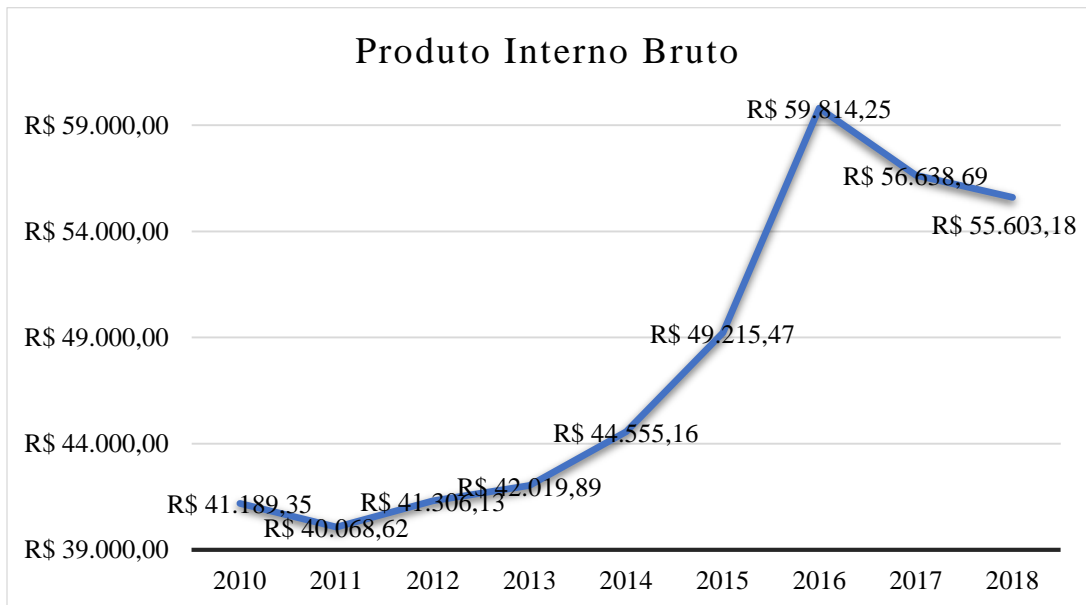
Podemos observar também duas quedas bruscas no salário médio mensal, as quais aconteceram do ano de 2011 para 2012 e do ano de 2015 e 2016. Quando comparamos a primeira queda o PIB da cidade, notamos o fenômeno de crescimento, mesmo que baixo comparado aos anos seguintes. Já quando olhamos o crescimento do PIB entre 2015 e 2016, notamos uma grande contradição, pois é o recorde de crescimento do período, chegando a um aumento de mais de R\$10.000.

Figura 3 - Gráfico Salário médio mensal dos trabalhadores formais



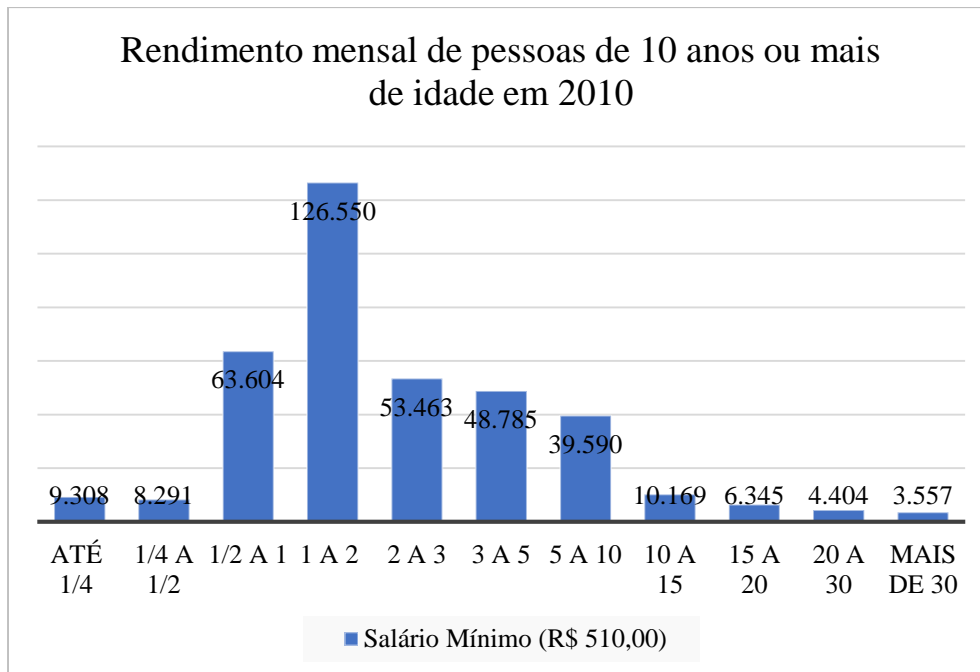
Fonte: IBGE

Figura 4 - Gráfico Produto Interno Bruto



Fonte: IBGE

Figura 5 - Gráfico Rendimento mensal de pessoas de 10 anos ou mais de idade em 2010



Fonte: IBGE

4.1 ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO TERRITÓRIO URBANO

Após a leitura de pesquisas endereçadas à aplicação do neoliberalismo no espaço urbano foi possível observar seis estratégias sendo aplicadas na cidade de São José dos Campos: capital excedente como indutor da produção do espaço ou do território urbano, competições interurbanas e modelos de mercado, subordinação do futuro das cidades às empresas, subordinação do local ao global, bancos e agências multilaterais e empreendedorismo.

O marketing urbano é um consolidador destas estratégias de obter retornos gerados por explorações e investimentos no espaço urbano e fazer com que o mesmo tenha sido frequentemente utilizado para superação de crises econômicas, tornando a urbanização um fenômeno de classe, no qual o capitalismo dita a cultura local, molda seus significados e domina iniciativas para impedir o desenvolvimento de qualquer tipo de diferença que não estejam diretamente incluída dentro da circulação do capital, oprimindo assim classes menos favorecidas economicamente, contribuindo para a gentrificação, deslocamento de empresas, abertura de viadutos e terminais, substituição do comércio local por lojas multinacionais ressaltando a apropriação pela propriedade privada, a segregação econômica do território e a disputa pelos melhores lugares e acessos da cidade (BOKANY, 2018).

4.1.1 Competições interurbanas e modelos de mercado

A competição interurbana parte da tentativa de cumprir as normas impostas pela agenda de transformações determinadas para a inserção econômica nos fluxos globais. De acordo com Compans (1999), a competição entre as cidades se espelha na competição entre as empresas, as quais buscam maior produtividade, assim como localizações com “condições materiais, sociais e institucionais para tanto” (p. 102).

Vainer (2000) complementa que, dessa forma, o governo local entra em disputa com outras localidades por investimentos de capital, tecnologia e mão de obra qualificada.

A cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades (VAINER, 2000, p. 78).

Ainda segundo Vainer (2000), as técnicas do planejamento empresarial fundidas no urbano trazem a apropriação do local por tais empresas, as quais possuem interesses globalizados e dependem do mercado externo. Isso faz com que encarem a cidade como mercadoria, dependendo da eliminação de conflitos e políticas de cidadania, assim como de usuários que não garantem mais-valia. Ao contrário, o incentivo é para a atração, por exemplo, de turistas e outros usuários consumidores ou com mão de obra especializada, ou seja, um público específico e qualificado. A cidade é vendida de acordo com quem é interessante se ter como compradores, ou seja, as características urbanas a serem vendidas dependem destes consumidores.

A “modernização” das cidades não provêm apenas de intervenções urbanísticas e materiais. Outra estratégia é a aliança entre cultura e economia, assim como a aliança entre governos e elites econômicas, as quais transmitem novos modos de gestão, ou seja, a cidade empreendedora que compete no mercado mundial (VAINER, 2000). O geógrafo David Harvey (1996) intitula esse conjunto de elementos como “empresariamento da gestão urbana”.

Quando tratamos de disputa entre cidades, não podemos resumir as mudanças estruturais em apenas alguns setores, como tecnologia, serviços, atividades econômicas e infraestruturas materiais. Em suma, a competência gerencial, a capacidade de inovação e a qualidade do mercado consumidor, assim como da força de trabalho, a qual deve ser adequadamente

especializada, tornaram-se os principais critérios de competitividade (VELTZ, 1996). Além de, como intitulou Rose Compans (1999), “potenciais extra econômicos”: relações de confiança entre atores políticos e empresariais, cada vez mais interdependentes.

Esses critérios tornam-se vantagens comparativas quando as empresas, principalmente as que atuam no setor financeiro e de serviços à produção, escolham para a localização que mais oferece elementos de produtividade e condições materiais, sociais e institucionais. Essas estratégias levam a municipalidade a inverter a lógica de aplicação de recursos para se tornar uma candidata de peso na disputa. Os investimentos públicos passam a serem concentrados em infraestrutura de telecomunicações, grandes obras de infraestrutura, como transportes de alta velocidade, provisão de equipamentos urbanos e operações imobiliárias, atividades socialmente segregadoras, já que são destinadas apenas a certos tipos de usuários e possuem custos de uso elevados. (COMPANS, 1999).

Atualmente, um grande número de cidades está em constante disputa por um espaço dentro do fluxo econômico global, arquétipo que incita a competição interurbana e modelos de gestão e mercado que tem como meta as características de grandes metrópoles, principalmente americanas e europeias. Tal processo consiste em gerar mudanças na imagem passada pela cidade como tentativa de adequar-se aos requerimentos da economia e da competitividade internacional (COMPANS, 1999).

Segundo Ferreira (2007), o modelo da competitividade econômica é fundamental no mundo globalizado atual e para as cidades alcançarem o pódio desde cenário e assim atraírem empresas e fluxos internacionais de capital financeiros é necessário apresentar vantagens comparativas e se manter em evidência na econômica globalizada. É possível encontrar um exemplo de tal situação em uma entrevista dada para O Vale Entrevista por Erllin Monteiro, em setembro de 2019, então Secretário adjunto de Gestão Administrativa e Finanças de São José dos Campos, na qual o entrevistado compara o instituto de previdência de São José dos Campos com o de outras cidades: “o nosso instituto é saudável, ele tem dinheiro, ele não está passando pelas dificuldades que a gente vê outras cidades passando.”.

Compans (1993) dá como exemplo de vantagens comparativas a proximidade de complexos universitários e de centros urbanos que ofereçam serviços financeiros, assim como uma gestão municipal que incentive a atração de centros empresariais e ofereça ao capital condições materiais e imateriais para a administração, como organização territorial e construção de imagens relacionadas a padrões de consumo, dos quais originam-se estratégias de marketing.

Da mesma forma, citando Borja e Forn (1996), “as cidades em competição buscam por todos os meios aumentar seu poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de inovação e difusão (p. 33). Já Carvalho (2000) cita como outras conveniências para urbes em concorrência são infraestruturas de comunicação, nas quais se enquadram aeroportos, feiras e hotéis; terciário de excelência, como centros de pesquisa e recursos humanos qualificados; qualidade de vida, como oferta cultural e bom clima; e o que é chamado de “boa imagem”, ou seja, prestígio a nível internacional.

Com a disseminação da competitividade urbana, é cada vez mais comum que modelos de gestão sejam levados por consultores internacionais empenhados em propagar experiências apresentadas como de sucesso. Assim como é cada vez mais frequente que administrações municipais se interessem por este tipo de serviço para se inserir na competição. Isso porque, com a dispersão geográfica da produção e de funções de comando são necessárias novas estratégias urbanas como “edifícios inteligentes”; distritos financeiros, a modernização e/ou construção das infraestruturas de transporte de alta velocidade, hotéis e residências de luxo, condomínios fechados ou novos loteamentos que ofereçam qualidade de vida” (COMPANS, 1999).

Segundo Amorin e Serra (2001), as empresas têm buscado o que chamam de “tamanho urbano ótimo”, uma cidade apta a oferecer máximo nível de produtividade segundo determinados setores produtivos e com oferta e demanda de infraestrutura urbana, o que varia com a dimensão da cidade. Outros fatores procurados pelas empresas são segurança, já que a imagem de uma cidade segura costuma ser relacionada a uma urbe justa e democrática, relações de privilégios entre instituições públicas e privadas, patriotismo e qualificação do mercado de trabalho.

Um vídeo institucional encontrado no site da Prefeitura de São José dos Campos⁶, o qual tem como premissa divulgar a cidade através de apontamentos de suas qualidades e diferenciais, mostra claramente a intensão da gestão municipal de exaltar a segurança da cidade ao trazer dados como taxa de homicídio de 4,95/100 mil habitantes⁷ e fornecer a informação que “trabalhamos com a integração das forças de segurança municipal, estadual e federal, oferecendo um dos melhores índices de segurança do país.”

As características sociais e valores culturais, os quais são intrínsecos ao lugar, também se tornam objetos de desejo capitalista, o que David Harvey intitulou como “renda

⁶ Vídeo institucional disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/videos/2020/institucional/>. Acesso em: 1 mar. 2021.

⁷ Avaliar a qualidade de dados como este não é a proposta da pesquisa.

monopolista”, a qual se torna real quando se encontra algum modo de conservar o local ou o objeto único. Quando não é possível obter singularidade pelo original território e tradição, procuram-se outros modos de se fazer distinção, muitas vezes a partir de tradições inventadas e discursos que reforcem a autenticidade de tais alegações (2005). De acordo com Carvalho (2000), um ranking de metrópoles nada mais é do que renúncias de suas especificidades históricas e a criação de “não-lugares”⁸ convenientes ao capital internacional.

A partir das reflexões de Harvey (2005), o conceito de renda monopolista busca entender como os processos contemporâneos da globalização econômica se relacionam com essas localidades e formas culturais únicas, como a busca de atores sociais para aumentar o fluxo de renda por meio do controle e da comercialização exclusiva, na qual singularidade forma a base para o preço monopolista.

Isso acontece porque tudo o que pode ser considerado comercializável e tem como característica a singularidade pode virar uma estratégia em potencial para a competição. Entre os meios para obter a “renda monopolista”, o principal deles é a intervenção nos campos da cultura, história, patrimônio, estética e significados (HARVEY, 2005).

Entre outras estratégias da cidade joseense para se inserir em uma posição de destaque dentro da competição entre cidades podemos observar as diversas publicidades proferidas pela municipalidade. Um dos instrumentos de São José dos Campos é o apelo à “qualidade de vida”, sempre apresentando suas posições em rankings, os quais não explicitam quais foram os critérios utilizados para chegar ao resultado e o que foi considerado como “qualidade de vida”.

Outra característica bastante impulsionadora da cidade na disputa é a sua localização geográfica, localizada no eixo entre as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, interligadas pela Rodovia Presidente Dutra. A proximidade do Porto de São Sebastião também é um fato que potencializa essa característica (COSTA, 2007).

O vídeo institucional encontrado no site da Prefeitura de São José dos Campos, citado anteriormente, o qual apresenta versão na língua portuguesa e inglesa, deixa bastante explícito este modelo de marketing. O vídeo de 3 minutos e 32 segundos é narrado com frases como “nascemos para romper fronteiras e levar para o mundo o que fazemos de melhor” e “São José é o maior complexo de inovação do país, reforçando o nosso posicionamento como referência mundial em tecnologia”. Ao mesmo tempo, o vídeo é ilustrado na maior parte do

⁸ Um não-lugar é um espaço intercambiável onde os seres humanos permanecem anônimos e que não possuem significado suficiente para serem considerados “lugares” (AUGÉ, 2017).

tempo com imagens de aviões, empresas e grandes infraestruturas e com frases de posicionamento da cidade perante às outras, como “1º lugar no ranking mundial das cidades aeroespaciais”, “Top 10 melhores cidades do Brasil para empreender” e “7ª maior exportadora do país”⁹.

São José dos Campos muitas vezes também tenta se enquadrar em um modelo de cidade global. Ao analisar o conteúdo da revista de edição especial publicada pelo jornal O Vale em comemoração aos 252 anos de São José dos Campos (julho de 2019), é possível notar que o marketing urbano é direcionado ao seletivo grupo para o qual a mercadoria cidade é produzida e visa ressaltar as competências e a qualificação dos habitantes. Na página 14 encontramos a matéria intitulada “Razões para amar São José”, na qual o jornal O Vale convida “ilustre moradores” para testemunhar sobre o local, os quais são influenciadores digitais, líderes religiosos, cientistas, empresários, advogados, militares e um compositor de rap.

Figura 6 – Matéria “Razões para amar São José”



Fonte: Revista + São José - Edição Especial 252 anos (2019)

Segundo os participantes da pesquisa entrevistados, São José dos Campos apresenta algumas estratégias, por exemplo, os investimentos em publicidades feitas em relação aos atrativos da cidade, e fatos concretos para a atração de pessoas de outras localidades, como o grande

⁹As informações apresentadas no vídeo institucional não são referenciadas no material veiculado.

número de instituições de ensino superior, geração de emprego através da construção de grandes infraestruturas e a necessidade de mão de obra especializada em empresas do setor da aviação e da tecnologia.

Porém, de acordo com a opinião da moradora da cidade (entrevista 2), a cidade não gera mais tantos empregos, nem na indústria e muito menos na construção civil. A participante dá como exemplo os moradores do Jardim Brasília, os quais trabalhavam na construção civil e hoje estão desempregados. Além do mais, segundo a entrevistada, as vagas oferecidas no PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador) são em sua maioria para nível de ensino médio e existem poucas para o nível superior.

Quanto ao defensor público (entrevista 4), existem muitos moradores do Pinheirinho dos Palmares que são operários trazidos de uma empresa mineira para trabalhar na cidade jenseense. Porém, segundo o mesmo, “a cidade não tem estrutura para receber eles, qualquer cidade pode receber gente rica, o problema são os pobres que vem junto, porque você tem a necessidade de outros serviços, de uma estrutura que não existe”.

4.1.2 Capital excedente como indutor do território urbano

Uma das consequências do modelo de cidade neoliberal é, assim como em uma empresa, a sua necessidade de máxima produção de capital, fazendo com que ela busque constantemente o crescimento, o que nos leva ao capital excedente. De acordo com Carvalho, “a cidade acabou reduzida à sua condição de meio de produção, reprodução e circulação do capital” (CARVALHO, 2000, p. 75). Tal situação faz com que o capital se aproprie de espaços produzidos coletivamente para garantir as relações capitalistas, o que causa graves impactos sociais, ambientais e políticos (SANTOS JUNIOR, 2015). Segundo Carvalho (2000), a apropriação do capital por espaços considerados por ele vazios e disponíveis desconsidera o estado da cidade como fruto de relações sociais constituídas no decorrer da história.

O capital excedente resultante do desenvolvimento da cidade neoliberal aparece, na maioria das vezes, como investimento em determinados setores, sendo o principal deles o processo de urbanização. A saída para o capital ocioso se torna o ambiente construído, já que dessa forma ele é aplicado com amplo período de amortização (HARVEY, 2011). Segundo Magalhães (2015), estas ações tem financiamento do próprio Estado, o qual é imprescindível para a geração de rendimentos. Ao mesmo tempo, de acordo com Harvey (2006), a urbe deixa de atender prioritariamente a uma lógica racional funcional para, a partir de então, atender a uma lógica de maximização da produtividade, competitividade e rentabilidade, em uma

tentativa de adequação à nova conjuntura do modo de produção pautada na internacionalização do capital, flexibilização econômica e no Estado mínimo.

Um exemplo de prática de cidade neoliberal em São José dos Campos é o centro de convenções, cotado em 220 milhões de reais, proposto pelo empresário Samuel Gommez e Caio Alcântara Machado Filho. Em entrevista para o Portal SP RIO +, em outubro de 2020, Gommez fala da escolha da cidade joseense para sediar o projeto e cita a localização, o aeroporto e o fato de ter sido bem recebido pela prefeitura da cidade como diferenciais. O empresário ainda afirma que pode “falar com toda propriedade que talvez seja o maior empregador da cidade ou pelo menos o maior gestor da cidade, no sentido de que pode movimentar muito dinheiro instantâneo”. O uso do termo “gestor da cidade” e o fato de o entrevistado ter colocado como destaque ser bem recebido pela prefeitura confirma tanto o que Harvey (2006) quanto Magalhães (2015) afirmaram: ao mesmo tempo em que se busca o Estado mínimo, ele é essencial para a gestão da cidade neoliberal.

Como apontado por Compans (1999), a acumulação de capital não se sustenta se apoiando apenas em “organização sociotécnica da produção” (p. 97). Para que haja aceleração da produção e da inovação, é preciso fazer o mesmo com o consumo, o que impacta diretamente no modo de vida social. Segundo pesquisa realizada pelo IPC MAPS em 2019, São José dos Campos está na 19ª posição das cidades brasileiras com maior potencial de consumo, com 24,1 bilhões, enquanto a Região Metropolitana do Vale do Paraíba apresenta 70,8 bilhões. Vale pontuar que entre as 18 cidades brasileiras com maior potencial de consumo que São José dos Campos, apenas 4 não são capitais estaduais.

A estratégia passa a ser a propagação da cultura do efêmero e do descartável, assim como a manipulação de gostos e comportamentos. Neste caso, torna-se indispensável a indústria cultural e das mídias. Aqui podemos trazer novamente o centro de convenções proposto por Gommez e Machado Filho, o qual afirmam ser o maior centro de convenções da América Latina, já que, segundo o entrevistado, a intenção é levar para São José dos Campos eventos internacionais de automóveis e congressos sobre tecnologia. Ao mesmo tempo, Gommez afirma que não vai movimentar a cidade inteira e sim poucos segmentos.

Sánchez (2003) acredita que se o espaço pode ser mencionado com base em períodos históricos, sociedades, modos de produção e relações de produção, então é cabível pensar que esteja sendo produzido um espaço particular da fase atual do capitalismo, específico das sociedades urbanas dirigidas e dominadas por novas relações de produção capitalista.

Por meio das entrevistas realizadas com os participantes desta pesquisa, fica bastante claro que há um consenso de que o setor industrial está em declínio e o setor terciário tem sido um

grande mecanismo de acumulação de capital. O jornalista, assessor de imprensa e analista de comunicação (entrevista 5) acredita que a cidade está cada vez mais voltada para o segmento de tecnologia.

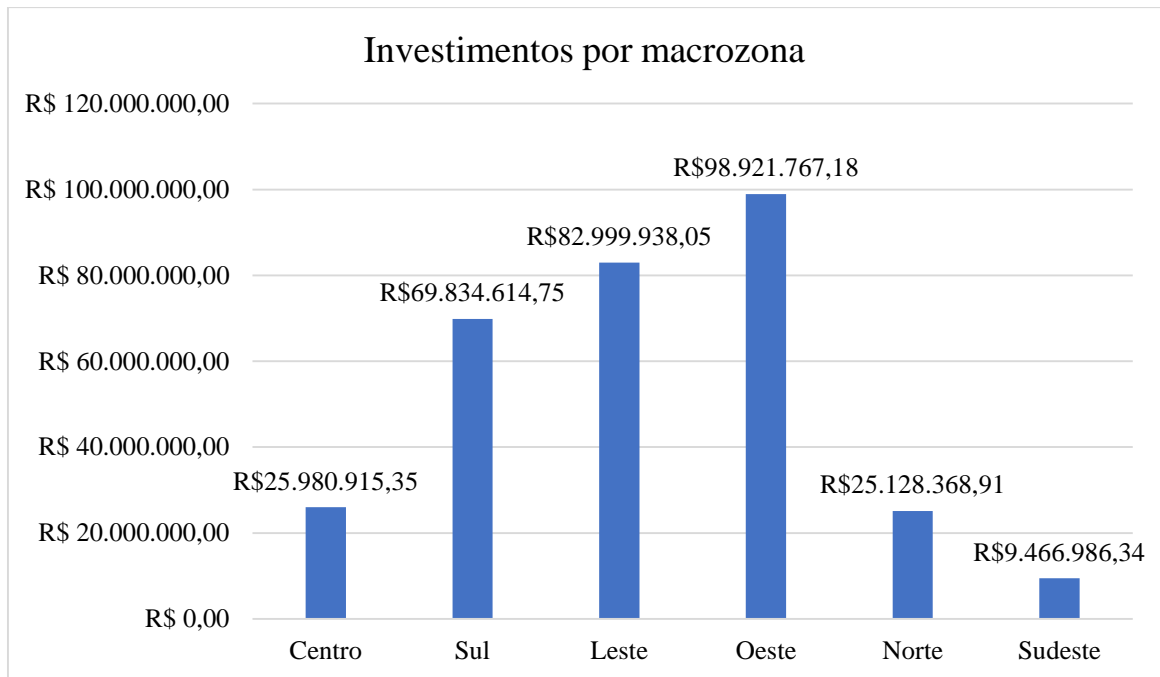
Apesar de a cidade estar voltada para o setor terciário, é importante registrar que, segundo o defensor público (entrevista 4), São José dos Campos tem um grande potencial no setor agrícola devido a extensa área para se agricultar, inclusive cinturões verdes dentro do perímetro urbano, como no Urbanova, no Banhado e na região norte, onde inclusive já existem vários pequenos agricultores. Porém, o setor não é explorado porque tais áreas estão aguardando valorização para se transformar em área urbana.

Vale ressaltar que o capital financeiro, determinado em obter o lucro, valoriza diferentemente as localizações, ou seja, não é qualquer urbanidade que é cabível de investimentos. Tal fato estimula a competitividade, tratada na subseção anterior, fazendo com que o ganho tenha que vir a todo custo. O resultado dessas ações são grandes concentrações na produção e nas finanças, nos quais os atores estão cada vez mais explícitos.

Os gráficos apresentados a seguir, com dados retirados do Portal da Transparência de São José dos Campos (2020) e do Atlas da Pesquisa Origem e Destino (2014), mostram o fenômeno de diferentes valorizações em diferentes localizações. Ao observarmos o gráfico de investimentos por macrozona, verificamos que a macrozona Oeste foi a que recebeu mais investimentos, sendo 16% a mais que a segunda colocada (Leste) e 90% a mais que a última colocada (Sudeste). Ao cruzarmos os dados do gráfico de investimentos por macrozona e habitantes por macrozona notamos que o local que recebe mais investimentos é o local com menos habitantes. Ou seja, a maior parte do dinheiro investido no território fica com uma pequena parcela da população, o que leva a macrozona também ser a com maior valor em renda per capita – 30% a mais que a segunda macrozona (Centro) com maior renda per capita e 74% a mais que a macrozona (Norte) com menor renda per capita.

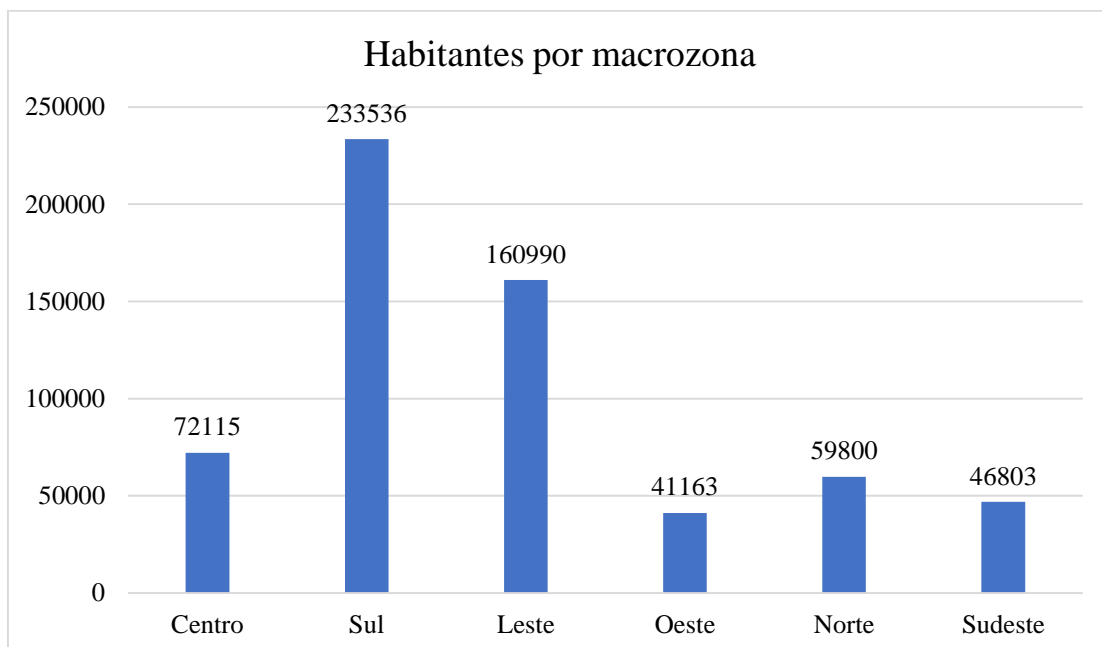
Outro modo de analisar estes dados é por meio do número de investimentos por habitantes. A macrozona Oeste apresenta R\$2403,17/hab., a macrozona Leste R\$515,56/hab., macrozona Sul R\$299,03/hab., macrozona Centro R\$360,27/hab., macrozona Norte R\$420,21/hab. macrozona Sudeste R\$202,27/hab. Nota-se um número consideravelmente maior de investimento por habitante na zona Oeste.

Figura 7 - Gráfico Investimentos por Macrozona entre os anos 2016 e 2019



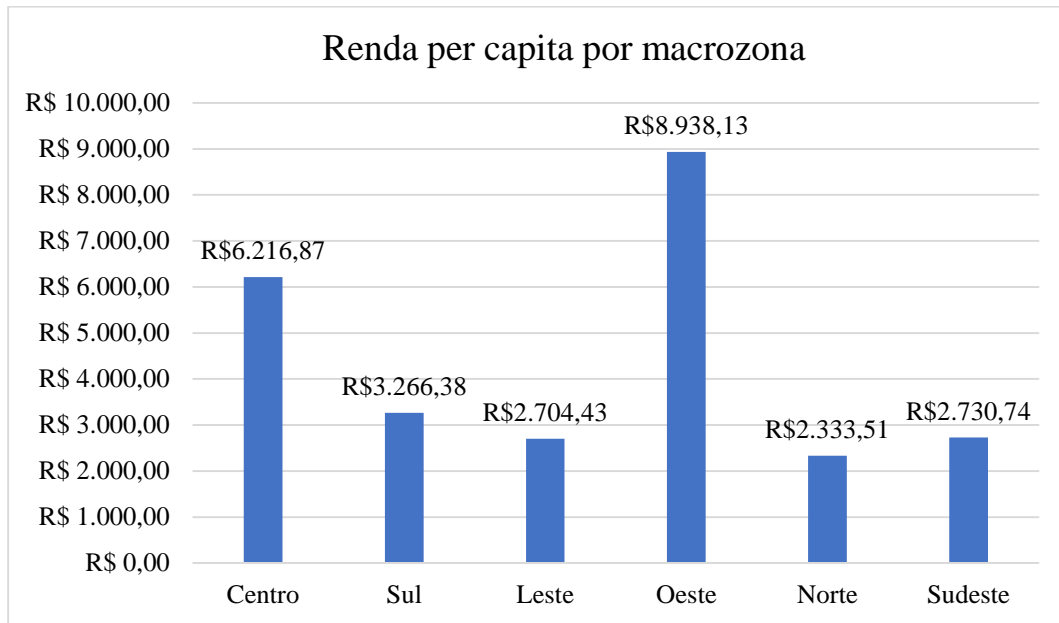
Fonte: Portal da Transparência de São José dos Campos

Figura 8- Gráfico Habitantes por Macrozona em 2011



Fonte: Atlas da Pesquisa Origem e Destino (2016)

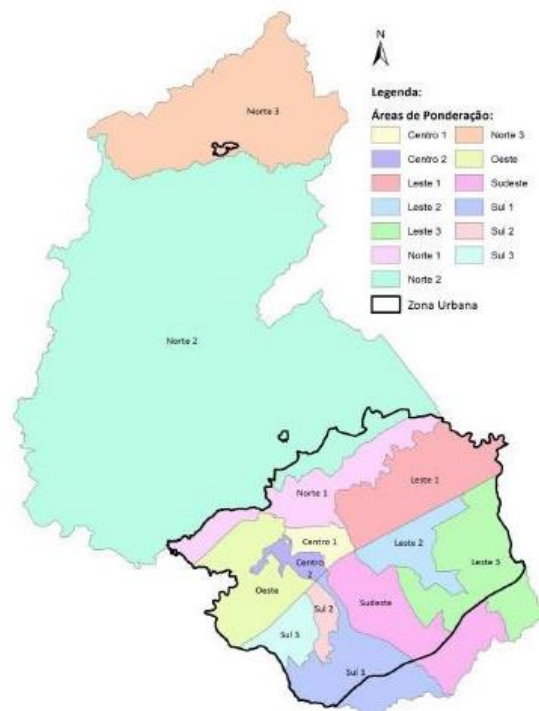
Figura 9 - Gráfico Renda Per Capita por Macrozona em 2011



Fonte: Atlas da Pesquisa Origem e Destino (2016)

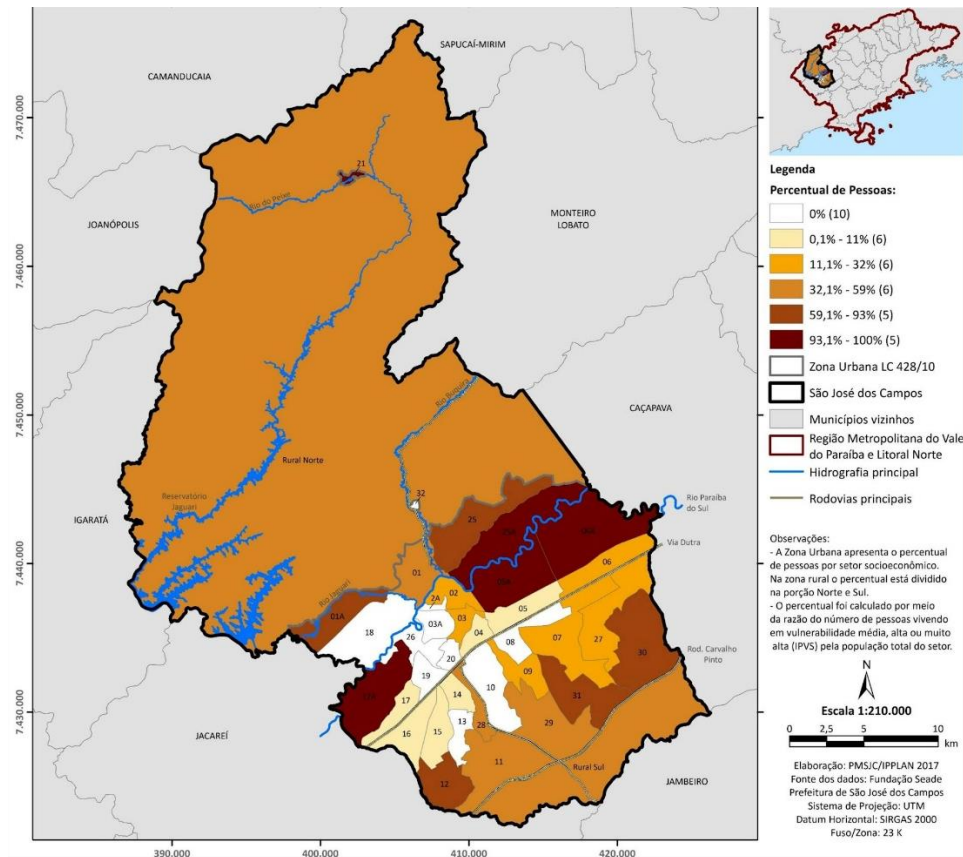
É possível observar a discrepância de valores investidos por território da cidade não apenas por meio de números, como também de forma espacial. Os mapas a seguir mostram como o percentual de pessoas vivendo em vulnerabilidade muda consideravelmente de acordo com a região da cidade.

Figura 10 - Áreas de ponderação definidas pelo IBGE em 2010



Fonte: Portal do Plano Diretor de São José dos Campos

Figura 11 – Percentual de pessoas vivendo em vulnerabilidade média, alta ou muito alta



Fonte: Portal do Plano Diretor de São José dos Campos

Apesar dos dados mostrarem ao contrário, José Turano Júnior (Secretário de Gestão Habitacional e Obras de São José dos Campos) afirmou em entrevista concedida ao Ovale Entrevista (2019) que “o governo do Felício é muito democrático, ele olha para todas as regiões da cidade (...) a Rotatória do Gás¹⁰ na Zona Leste, a Via Cambuí¹¹ na Zona Sudeste, a Rotatória do Colinas (Arco da Inovação) no Centro ao Oeste, a Via Jaguari na Zona Norte, tem obra na cidade inteira”. Vale notar que todas as obras citadas são referentes ao sistema viário da cidade.

Em outra entrevista dada para o Ovale Entrevista (2018), desta vez pelo Secretário de Mobilidade Urbana Paulo Guimarães, o entrevistado foi questionado pela repórter Thais Leite devido ao grande número de queixas feitas pelos habitantes da região norte em relação

¹⁰ Situada na região leste de São José dos Campos, a obra tem como intuito melhorar o trânsito no entroncamento da avenida Tancredo Neves com a estrada do Cajuru, no Jardim Americano. A Rotatória do Gás conta com três trechos de pistas passagem em desnível e 42 metros de comprimento. O investimento total é de R\$ 13.176.988,21.

¹¹ A Via Cambuí, com 8,6 quilômetros de extensão, foi considerada a maior obra viária da história da cidade e tem como premissa ligar as regiões sudeste e leste ao centro da cidade. A Via é dotada de ciclovia e passeio para pedestres. O investimento total é de aproximadamente R\$ 105,8 milhões.

a ser “esquecida pela gestão”. Guimarães respondeu que “não é verdade, nós temos um cuidado muito grande com a região norte”, mas que é preciso ter cuidado para não a adensar, devido a sua característica rural.

Em entrevista com o defensor público (entrevista 4) atuante na cidade joseense, o participante comentou sobre o abismo social existente em São José dos Campos, onde a distribuição de renda é muito desigual e poucos tem rendimento alto. Segundo o entrevistado, apesar da desigualdade social existir em todo o país, em São José dos Campos a pobreza não aparece e, conseqüentemente, torna-se uma cidade muito cara para a maioria da população (IBGE, 2010).

As melhores partes da cidade não se deram com investimento privado, se deram com muito dinheiro público, que é o dinheiro também tirado dessas pessoas, aliás, mais dessas pessoas, que ganham de 1 a 2 salários mínimos. Esses impostos arrecadados vêm da atividade econômica da cidade, mas ele não é distribuído equitativamente no território, sempre privilegiando determinada parte da população que já vem sendo beneficiada há muito tempo (DEFENSOR PÚBLICO - ENTREVISTADO 4, 2021).

A moradora da cidade (entrevistada 2) afirmou que a prefeitura “fechou os olhos” para a questão social. Segundo ela, São José dos Campos apresenta uma fila considerável de pessoas esperando para entrar no Programa Bolsa Família¹² e, mesmo a cidade joseense tendo um orçamento bilionário, a assistência social da prefeitura conta com poucas assistentes sociais, o que faz com que as entidades assumam o papel principal. Ela ainda complementa que, apesar de São José dos Campos ser uma das cidades mais ricas do país, todo dia toma conhecimento de pessoas que estão passando fome.

Não é novidade que o sistema viário aparece em inúmeras facetas da cidade neoliberal, como nos mecanismos de acumulação, em instrumentos utilizados na disputa interurbana, na construção de imagens-sínteses, em ícones urbanos que remetem ao progresso e como estratégia de intervenção do capital financeiro do território.

Como nos coloca Maricato em seu artigo *O Automóvel e a Cidade* (2017), a indústria automobilística vai muito além da fabricação de carros. Na verdade, ela envolve uma rede

¹² O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal para famílias em situação de pobreza (renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa) ou extrema pobreza (renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa). O Programa foi instituído no Governo Lula pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836. Atualmente cerca de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família.

econômica muito maior, como obras de infraestrutura destinadas a circulação e política energética.

George (1983) coloca ainda o sistema viário como “instrumento real da expansão de diversas formas de influência urbana” (p. 206). Uma forma clara da concretização desta afirmação é a fala da ex-candidata a prefeita Renata Paiva para o jornal O Vale: “Imagina se não fosse o Dr. Ednardo Paula Santos e o Sérgio Sobral se não estivessem nos anos 70 planejado o Anel Viário¹³? O que seria de São José hoje em relação ao macro viário e a malha viária?” (2020). Em um prazo de menos de 4 anos, São José dos Campos efetivou inúmeros projetos viários, dois deles são: a Via Cambuí e a Linha Verde. A Via Cambuí, a qual teve sua obra iniciada em 2018, liga a região sudeste com a região leste e com o centro da cidade e é uma alternativa para a conexão das Rodovias Tamoios, Carvalho Pinto e Ayrton Senna com a região central. Em entrevista para o Portal O Vale Entrevista, em julho de 2019, Guimarães, Secretário de Mobilidade Urbana, a obra seria também para levar desenvolvimento para a região leste e sudeste, as quais são vistas por ele como vetores de crescimento da cidade por terem sofrido adensamento nos últimos anos. O secretário ainda completa que “a Via Cambuí visa estruturar e faz parte da infraestrutura necessária para a gente tem esse crescimento sustentável”. Os informes publicitários, como o propagado pela TV Vanguarda, afiliada à Rede Globo e com sede em São José dos Campos, noticiaram que seria possível “cruzar as regiões leste e sudeste de São José dos Campos em apenas 8 minutos”, devido a velocidade máxima de 80 km/hora. O mesmo veículo midiático informou que a obra custou 90 milhões de reais para a cidade¹⁴. A Prefeitura de São José dos Campos informou em seu site o valor de R\$98.857.602,93.

A moradora da cidade (entrevistada 2) pontuou na entrevista o fato de que, quando o especulador tem a informação sobre a construção de vias, ele consegue obter lucro em dobro. Segundo ela, foi o que aconteceu na Via Cambuí: “se investigar quem é o dono das áreas ao lado da Via Cambuí, veremos que tem relação política. É uma forma de transformar a cidade em um grande negócio e tem a vantagem que a população gosta de via, gosta de ver a inauguração, acaba tendo um duplo efeito”.

Quanto à Linha Verde, a qual teve suas obras iniciadas em 2020, foi descrita pelo então prefeito Felício Ramuth (PSDB), durante uma entrevista para o Portal SP RIO + (2020) como

¹³ O Complexo Viário Sérgio Sobral de Oliveira foi construído em 1998 para integrar o Centro e a Zona Sul, evitando a utilização da malha intraurbana e da Rodovia Presidente Dutra. Porém, além de já estar saturado, o projeto não alcança todo o tecido urbano, fazendo com que determinadas regiões ainda dependam do sistema rodoviário.

¹⁴ O vídeo não se encontra mais disponível para acesso.

“um grande projeto de mudança no dia a dia e na forma de ir e vir das pessoas” e como um “transporte público moderno”. O prefeito deu como exemplo de modernidade o transporte contar com rede Wi-Fi, ar-condicionado e viajar para os bairros mais distantes.

Ao mesmo tempo, em entrevista para o Portal O Vale, Monteiro (Secretário adjunto de Gestão Administrativa e Finanças de São José) descreve a Linha Verde como um projeto importante para dar uso a uma área antes em desuso e de integração da cidade para fomentar a economia e agregar valor ao município.

Segundo o participante da pesquisa historiador e ambientalista, o projeto não contou com estudos preliminares, estudos de impacto ambiental, estudos de impactos de vizinhança e audiências públicas, mesmo tendo um custo de quase 200 milhões de reais¹⁵. O mesmo afirma que não há nenhuma garantia que esse modelo de transporte vai atender as necessidades da população, já que, por se tratar de um alto investimento, imagina-se que o custo de manutenção também será elevado, o que acaba sendo passado para o preço das passagens, prejudicando os usuários.

4.1.3 Obras urbanas como indutoras da especulação imobiliária

De acordo com Erminia Maricato (2017), o capital imobiliário se utiliza do sistema viário, como avenidas e rodovias para ofertar condomínios fechados e shopping centers, já que, com obras viárias, acontece a ascensão imobiliária orientada pelo aumento do valor das localizações.

Em sua pesquisa *O Mito da Cidade-Global* (2003), Ferreira dá como exemplo a região da marginal do rio Pinheiros, na cidade de São Paulo, onde o capital imobiliário tem produzido novas centralidades, as quais estão relacionadas com investimentos internacionais em busca de uma “localização globalizada”, financiando, por exemplo modernos business districts e rede hoteleira de negócios. Ainda segundo o arquiteto e urbanista e economista:

Esse aquecimento da atividade imobiliária de escritórios em outras partes do mundo sucedeu, em primeiro lugar, porque a intensa desregulação dos fluxos e investimentos financeiros promovidos por diversos governos neoliberais, nas décadas de 80 e 90, gerou uma ampliação dos investimentos no setor imobiliário, o qual passou a ser mais um setor de boa rentabilidade para o mercado (FERREIRA, 2007, p. 39)

¹⁵ De acordo com a Prefeitura de São José dos Campos, o contrato do Consórcio Projeto Linha Verde, formado pelas empresas Compec Galasso e Geosonda, tem valor de R\$ 55,832 milhões.

Como lembrado pela jornalista e cicloativista (entrevista 1), o sistema viário envolve capital de diversas fontes, como construtoras e empresas de terraplanagem, ou seja, recursos altos, os quais, segundo ela, “são fundamentais para promover essa cidade que se venda, essa cidade mercadoria”. Tais fatos podem ser confirmados em entrevista cedida ao Ovale Entrevista por Guimarães (Secretário de Mobilidade Urbana): “na área de gestão de trânsito, estamos trabalhando para usar a infraestrutura que a gente tem, as nossas vias, então a gente deve investir bastante agora em infraestrutura, inteligência, tecnologia e modernidade” (2018).

Cabe também neste quesito a teoria de Harvey (1992), na qual ele afirma que quando há uma superprodução que leva à diminuição nas taxas de lucro, o capital ocioso resultante é transferido do setor produtivo inativo para o setor imobiliário, o qual funciona como escoadouro para os investimentos.

Não podemos esquecer da função do Estado no sistema viário indutor da especulação imobiliária. De acordo com Villaça (2000), a parceria entre as elites imobiliárias e o poder público é capaz de promover o crescimento da cidade e a produção do espaço público de acordo com o interesse de ambos. Dessa forma, há uma inversão de prioridades nos investimentos públicos, os quais deveriam se concentrar em periferias com maiores necessidades, mas acabam sendo direcionados para a cidade formal, principalmente para bairros de elite.

Para garantir este cenário, os agentes imobiliários pressionam e associam-se ao poder público para garantir os investimentos de seus interesses, sejam eles em formato de legislação ou de infraestrutura. Ambos os lados obtêm vantagens desta aliança, como políticos interessados nos dividendos eleitorais das obras (FERREIRA, 2007). Porém, como cita Carvalho (2000), quando o governo municipal privilegia o mercado imobiliário, ele vai na contra mão da democratização da cidade.

É possível perceber a presença do mercado imobiliário em São José dos Campos durante uma entrevista dada por Fabiano Moura, presidente da Aconvap (Associação das Construtoras do Vale do Paraíba), o qual contou que 66% de seus associados pretendiam fazer lançamentos imobiliários em 2021. Segundo ele, o principal incentivo foi a redução drástica dos juros e da taxa SELIC durante a pandemia, além de um grande incentivo do governo federal por meio da Caixa Econômica para novos financiamentos (SP RIO +, 2020).

Ainda de acordo com Moura, no momento da entrevista (outubro de 2020) havia mais de 600 projetos acontecendo na cidade joseense, sendo 80 deles em grande escala, “enquadrados na ideia do que o consumidor quer”, como mais qualidade, amplitude nas áreas de lazer e dentro

dos apartamentos. O presidente da Aconvap ainda afirmou que estava otimista em relação ao mercado imobiliário em 2021 devido a nova Lei de Zoneamento e ao novo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Moura complementou que São José dos Campos apresenta muitas empresas capacitadas, as quais entregam todos os edifícios prometidos.

O historiador e ambientalista (entrevista 3) acredita que o projeto rodoviário usa como pretexto a mobilidade urbana, na verdade, ele seria para satisfazer os interesses das grandes empresas do setor imobiliário e da construção civil. Ainda segundo o participante da pesquisa, como São José dos Campos é uma “cidade rica, promissora e tem uma estrutura razoável”, há uma grande pressão dos setores citados sobre a Prefeitura e a Câmara Municipal para que eles se apropriem do espaço urbano.

O historiador e ambientalista (entrevista 3) dá como exemplo a comunidade Santa Cruz, que está sendo rodeada por edifícios verticalizados direcionados para a classe média, o que, segundo ele, não é um bom sinal, pois a prefeitura já está pressionando e utilizando estratégias para que os moradores da Santa Cruz se mudem para outra área da cidade e haja um processo de gentrificação¹⁶.

Esta mesma questão também foi citada pela jornalista e cicloativista (entrevista 1). De acordo com a participante, já houve inúmeros casos em São José dos Campos em que a população saiu do seu local de moradia para que fosse feita uma obra viária. Ela comenta como é usado um discurso de que “a população precisa sair porque aqui vai ter uma grande obra de infraestrutura viária”, pois seria agressivo dizer apenas “a população precisa sair”. A participante dá como exemplo a remoção de moradores para a construção da Via Norte, onde foi utilizado este discurso de que eram necessárias mais vias para o trânsito fluir e, assim, a situação foi aceita com mais facilidade.

Segundo o defensor público (entrevista 4), por mais que São José dos Campos tenha muitos investimentos em empreendimentos imobiliários, grande parte não é para moradia, mas sim para investimentos de compradores que em sua maioria não são da cidade e não tem a intenção de se mudar, mas adquirem o imóvel devido à expectativa de valorização, principalmente em bairros com as melhores infraestruturas e com grandes investimentos públicos.

¹⁶ O conceito de gentrificação foi cunhado pela socióloga britânica Ruth Glass (1960) no contexto de transformação da composição social dos residentes de determinados bairros de Londres devido ao enobrecimento e da elitização do território. O fato foi de uma reestruturação urbana que acarretou em mudanças sociais e econômicas, valorizando a região e afetando a população local.

Podemos colocar como consequência destas ações o que Maricato (2014) chamou de “morte da rua, do pedestre e do pequeno comércio” (p. 173). Segundo a arquiteta e urbanista, a segregação e a fragmentação do espaço, assim como a ocupação do solo urbano por novos condomínios e shoppings centers, leva a degradação das áreas centrais, as quais são apropriadas pelos habitantes expulsos de suas antigas localidades. Porém, ainda de acordo com Maricato, em determinado momento as áreas centrais passam a serem visadas pelo capital imobiliário para um projeto de “renovação urbana”, levando novamente à gentrificação.

De acordo com a jornalista e cicloativista (entrevista 1), as problemáticas da habitação e da mobilidade urbana estão totalmente atreladas e que com o remanejamento da população no território seria possível estruturar uma melhor mobilidade urbana. Segundo ela, São José dos Campos não faz valer o que está escrito no Estatuto da Cidade, já que a área central é bem estruturada e possui inúmeros imóveis vazios: “uma reforma urbana com regularização fundiária fazendo valer o Estatuto da Cidade aliada com um novo olhar para a mobilidade urbana, consegue colocar menos investimento pesado em infraestrutura e em deslocamentos”.

4.1.4 Subordinação do futuro das cidades às empresas

A composição deste modelo de política urbana leva à subordinação do futuro das cidades às empresas nelas instaladas, as quais são paramentadas por recursos territoriais específicos e fundamentais para seu funcionamento, como infraestruturas de suporte, conexões a redes internacionais e outros serviços públicos (FORN, 1993).

Utilizando de Borja & Castells (1996) para resumir e simplificar a constituição da chamada “cidade-empresa”, a mesma se inicia com a disseminação da ideia de crise por meio da conscientização da globalização da economia, passa pelas novas parcerias entre atores urbanos, como a pública-privada, e leva por meio do discurso a um consenso público de que tais mudanças são necessárias para a prosperação da cidade, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural.

Com a dependência das empresas de recursos sociais, gestores municipais tendem a usar como tática de atração oferecer de forma antecipada todas as condições materiais e imateriais de mobilidade e gestão. A lógica capitalista exige que os novos atores escolhidos sejam os mesmos que protagonizam as ações mais relevantes do mercado (SÁNCHEZ, 2003).

Segundo Milton Santos (2008), o espaço também se adapta para receber os recursos concretos, determinando uma porção do território para atividades de produção de alto nível, consideradas mundiais, as quais possuem forças que regulam ações em diferentes locais, independentemente de distâncias físicas.

O planejamento urbano é flexível às condições que permitam intervenções particulares, ao mesmo tempo em que o Estado atua na organização de infraestruturas que não podem ser definidas exclusivamente por organizações privadas, mas que são voltadas para os interesses dominantes do mercado. Assim, a parceria público-privada garante que os interesses mercantis sejam representados no planejamento urbano e nos seus processos de decisões (VAINER, 2000). Canettieri (2017) complementa que a parceria público-privada e os seus objetivos políticos e econômicos imediatistas configuram a dinâmica capitalista.

Não se trata de abandonar a intervenção do Estado, mas fazê-lo dependente das requisições dos atores privados, para que esses tenham condições de intervir. Há uma “diminuição” do Estado a partir do momento que setores estratégicos são privatizados, como estradas, energia elétrica e telefonia, os quais giram em torno exclusivamente da eficiência, ou seja, a iniciativa privada apresenta interesse em investir apenas em localidades de alta densidade econômica (AMORIM FILHO E SERRA, 2001). De acordo com Souza e Reschilian (2018), em São José dos Campos, grandes empresas atuam em nível local quando encontram segurança jurídica aos seus investimentos, os quais se dão por meio de legislações.

Em São José dos Campos, essa subordinação pode ser exemplificada com a repercussão, em agosto de 2020, da desistência da empresa americana Boeing em adquirir 80% da aviação comercial da Embraer, conglomerado transnacional brasileiro fabricante de aviões e peças aeroespaciais, com sede em São José dos Campos. O prefeito da cidade Felício Ramuth (PSDB) usou uma de suas redes sociais para declarar “uma péssima notícia para a cidade” e comentou sobre o assunto em entrevista para o jornal O Vale durante a campanha para reeleição: “nós temos um problema aqui na questão da Embraer, muito delicado, que a cidade vai ter que enfrentar junto” (2020). Enquanto isso, o editorial do jornal O Vale publicou que a Embraer “sempre carregou em suas asas parte da alma joseense” (CODAZZI, 2020).

Antes de ocorrer a desistência, Anderson Farias Ferreira (Secretário de Governança de São José dos Campos) também falou sobre o assunto e afirmou que estava otimista e não tinha dúvidas dos benefícios que seriam levados para São José dos Campos:

Isso tem um crescimento, é o mercado. Se não faz isso, qual é o caminho? Fecha as portas? Porque o mercado engole, as outras duas concorrentes se uniram para poderem se fortalecer no mercado mundial. Por que a Embraer

não faria o mesmo? Se a gente olhar a médio e longo prazo, é ganho para a cidade (FERREIRA, 2019).

Vale citar como exemplo da subordinação das cidades às empresas e de incentivo à competição global, o Projeto de Lei 495/2019 para sancionar o título “Capital Estadual da Indústria Aeroespacial – Capital do Avião” ao município, o qual foi acatado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) enquanto ainda ocorriam as negociações entre as empresas. Segundo a autora do projeto, a deputada estadual Leticia Aguiar, do partido político PSL (Partido Social Liberal), o setor aeroespacial brasileiro vivia a expectativa de um longo período de oportunidades com a nova empresa que seria criada entre a Boeing e a Embraer, sendo assim, a intenção era “chamar a atenção do Estado Brasileiro para a necessidade de incentivo e capacitação da indústria aeroespacial brasileira para a competição global e mostrar ao mundo que é em São José dos Campos, que se desenvolve o “estado da arte” em tecnologia para o setor” (AGUIAR, 2020). Em entrevista para o jornal O Vale o Secretário de Governança de São José dos Campos, Anderson Farias Ferreira também faz referência ao avião, mas dessa vez, mais especificamente, ao aeroporto. De acordo com o Secretário, o governo da cidade tem visto com “bons olhos” a sua privatização, pois, segundo ele, a Infraero burocratiza demais o desenvolvimento do aeroporto, o que impede que se tenha ganhos com processos. Ele propõe que o aeroporto fique dividido entre a Infraero, os militares, o CTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial), a Embraer, mas com um processo de gestão e terceirização. Outra ressalva de Anderson é o potencial do aeroporto para cargas devido a sua localidade: “Num futuro breve, em relação ao porto, à ampliação da Rodovia Tamoios e aos contornos do litoral norte” (2019).

O presidente da ACI (Associação Comercial Industrial), Humberto Dutra, falou sobre o impacto do fechamento de uma empresa em entrevista concedida ao OVALE Entrevista e como a chegada de novas empresas não é o suficiente para suprir esses danos em um primeiro momento: “você frustra o empresário que apostou nessa abertura, depois você frustra todo um grupo de pessoas que acompanha essa empresa” (2018).

José Turano Júnior, Secretário de Gestão Habitacional e Obras de São José dos Campos, também deixou claro em entrevista ao mesmo portal que até mesmo o seguimento de habitações tem relação de dependência com o mercado privado, como é o caso do programa Casa Joseense, o qual atende famílias com renda de até R\$ 2.600 inscritas no Programa Habitacional do município, enquadradas na faixa 1,5 do Programa Minha Casa Minha Vida:

Está sendo um sucesso e muitos empresários estão aderindo ao Casa Joseense, então tem vários empreendimentos para sair na cidade. Nós estamos muito entusiasmados, porque o que aparece de empresário lá querendo fazer o Casa Joseense com faixa 1,5, é um atrás do outro. Ainda mais agora que o governo está mostrando que a economia deve entrar nos trilhos, então os empresários estão animados (TURANO, 2019).

Durante as entrevistas feitas especificamente para esta pesquisa, os participantes deram suas opiniões sobre os critérios levados em conta pelas empresas ao escolherem São José dos Campos para se instalarem. O defensor público (entrevista 4), acredita que se trata da infraestrutura, segurança, qualidade de vida e mão de obra qualificada, assim como da localização, já que a cidade está próxima de duas grandes metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro). Outro fator levantado pelo participante é a estabilidade jurídica e política, tanto do estado quanto da cidade, os quais, com raras exceções, foram predominantemente governados por partidos com a mesma ideologia. O mesmo cita que, para quem tem boas condições econômicas, São José dos Campos é uma cidade excelente.

O jornalista, assessor de imprensa e analista de comunicação (entrevista 5), citou como exemplo o impacto causado na economia da cidade de Taubaté pelo fechamento da fabricante de automóveis multinacional estadunidense Ford e defende que o desenvolvimento econômico de uma cidade deve passar pelo desenvolvimento tecnológico, como as startups e os modos de produção que não sejam exclusivamente industriais. Sendo assim, em sua opinião, São José dos Campos não deve ter como alicerce apenas um determinado setor da economia, tomando como exemplo a EMBRAER, já que se o setor for mal, a cidade também irá.

O historiador e ambientalista (entrevista 3), considera os interesses econômicos na cidade brutais devido à riqueza da cidade. O participante da pesquisa cita alguns investimentos feitos pela prefeitura para satisfazer o setor empresarial e o setor imobiliário, como a Via Esplanada. Segundo o historiador (entrevista 3), a construção da via ignorou e não consultou a população do Vale dos Pinheiros, conjunto habitacional diretamente afetado por estar em sua margem, o qual provavelmente terá a sua população removida, já que, como exemplo citado pelo entrevistado, o empresário da construção civil Oliveira Roxo já apresentou interesse pela área. O mesmo também citou as consequências da priorização do transporte individual:

A população mais carente é a mais prejudicada com essas obras, então é uma preocupação que a gente tem, porque afinal de contas, quando se

prioriza o transporte individual motorizado, segrega mais ainda os pobres, porque o transporte coletivo é muito ruim, é muito caro, aqui de São José talvez seja um dos mais caros do Brasil, com isso só vai segregando, é uma cidade segregada (HISTORIADOR E AMBIENTALISTA - ENTREVISTADO 3, 2021).

Com a subordinação das cidades às empresas passa a ser essencial praticar estratégias de atração de empresas, as quais, basicamente, dependem dos mesmos fatores, já que “enfrentam a concorrência internacional e gerenciam serviços, atividades produtivas e recursos humanos” (ASCHER, 1995, p. 213). Segundo Forn (1993), as condições fundamentais para a instalação de uma empresa estão no território, como infraestruturas de suporte às atividades econômicas, formação profissional, qualidade dos serviços públicos etc. Um exemplo da administração de São José dos Campos se rendendo ao mercado em uma entrevista dada pelo Secretário de Mobilidade Urbana, Paulo Guimarães, na qual ele afirma que a cidade está inovando e dá como exemplo o fato de São José ter sido uma das primeiras cidades do Brasil a pacificar e regularizar os aplicativos de empresas prestadoras de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano.

Já de acordo com Compans (1999), não apenas infraestruturas materiais e serviços urbanos são o suficiente para a atração, como também valores culturais e sociais intrínsecos ao lugar. Podemos notar tais táticas de atração na fala de Humberto Dutra (2018), Presidente da ACI, na mesma entrevista citada anteriormente, na qual ele comenta que era preciso sair das eleições de 2018 com um governo que trouxesse uma proposta para o mundo dos investidores e empresários e que, caso ao contrário, passaríamos “por momentos muito difíceis”.

Não podemos ignorar o fato de que, segundo o IBGE de 2010, São José dos Campos está entre as 20 cidades do Brasil com maior PIB. Os participantes da pesquisa foram questionados sobre suas opiniões em relação a como a cidade atingiu este posicionamento e foi possível notar unanimidade no assunto atração de capital através de empresas e investimentos como da Petrobras, INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), REVAP (Refinaria Henrique Lage), ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e de todo setor da aviação na cidade.

Segundo Compans (1999), as administrações municipais se rendem a um mercado de modelos de gestão, o qual é disseminado por consultores internacionais que divulgam experiências ditas de sucesso no desenvolvimento econômico local numa articulação com o global, sem que esteja necessariamente integrado à economia regional e nacional.

4.1.5 Subordinação do local ao global

Observando a produção de outros autores, como Ascher (1995), que cunhou o termo “empresariamento urbano estratégico”, a subordinação do local ao global cria um novo contexto e mudanças radicais na política urbana, a qual perde seu modelo de intervenção e passa a ter como essência a atração e negociação.

A definição de “cidade global”, cunhada por Saskia Sassen (1991) já foi discutida por diversos autores. A pesquisadora considera as “cidades globais” como “sítios de controle específicos”, os quais seriam pontos nodais de fluxos financeiros, onde existe produção de serviços especializados que dão à urbe capacidade de controle global dos mercados financeiros secundários, no qual grande parte dos investimentos estrangeiros são oriundos do mercado de ações e títulos.

Na visão de Borja e Castells (1998), a cidade global também é uma rede de nós, mas com papel de “centro nervoso” da economia, suas inúmeras funções se estendem pelo mundo de forma interativa e variável, se adaptando de acordo com as empresas e cada cidade. Segundo os autores, o sistema urbano global não apresenta formato de pirâmide, mas sim de rede, a qual determina o futuro das cidades e de seus habitantes.

Já Compans (1999) afirma que este modelo de cidade vem sendo comprovado de forma empírica e define o novo papel da urbe de acordo com a reestruturação produtiva, as quais se deslocam dos contextos em que foram criadas, dispensando relativizações temporais e históricas. Segundo Compans, as “cidades globais” estão sempre tentando inserir-se nos fluxos econômicos globais. De acordo com a autora:

Tratam-se das tendências à especialização financeira e de serviços avançados nas cidades; do papel determinante das telecomunicações para a centralização das funções de comando e controle sobre uma rede de fluxos econômicos em escala planetária; e da ligação entre o local e o global sem a intermediação do regional ou do nacional (COMPANS, 1999, p. 98).

No artigo “Cidade global: anotações críticas sobre um conceito”, redigido por Carvalho (2000), o autor coloca como origem do conceito “cidade global” os impactos causados nas metrópoles do Primeiro Mundo na década de 70, quando a globalização da economia fez com que estas metrópoles perdessem a função de centralidade econômica, já que empresas do setor industrial passaram a ter, devido às novas tecnologias, flexibilidade para escolher outros locais para suas sedes. O autor ainda levanta como característica comum nas cidades consideradas globais o fato de que a história passa a especificar cada metrópole por meio de referências construídas durante o processo de globalização da economia. Dessa forma, é

difícil saber se algumas questões observadas nestas cidades estão realmente relacionadas à globalização ou às especificidades históricas do local. Outro fato apontado por Carvalho (2000) é o modo como essas cidades utilizam o estatuto de cidade global como único instrumento necessário para a superação de problemas urbanos.

O autor Ferreira (2007) traz em seu livro três formas utilizadas para averiguar se uma cidade pode receber o rótulo de global. A primeira é conferindo o que outros autores defendem: a presença de empresas transnacionais e uma economia voltada para o setor de serviços. A segunda maneira é averiguando qual é a real importância das novas atividades terciárias de comércio e serviço para estas cidades, como grandes empresas de marketing e comunicações. A terceira seria verificar o número de empresas desse tipo em relação à todas as outras atividades econômicas da cidade.

O pesquisador ressalta em seu livro “O Mito da Cidade Global” (2007) a importância de observar com cuidado a ideia do “novo” no cenário da globalização e da economia para que não se use fenômenos já existentes para validar o que é chamado de “cidade global”. O autor dá como exemplo a cidade de São Paulo, a qual muitas vezes é considerada global devido às atividades terciárias de comércio e serviços, porém, mesmo abrigando atividades industriais de grande porte, a cidade sempre teve atividades terciárias “de comando”, já que, há mais de 50 anos, é o polo do crescimento econômico do país.

Já a autora Sposito (2018) considera globalização o próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção e acredita que ela “corresponde a uma fração do longo processo de internacionalização que viabilizou este modo de produção e com ele vem se reproduzindo” (p. 196). Assim como outros autores, Sposito acredita que se estabelece novos contextos no território, porém, não de forma hierárquica, mas sim formando uma rede urbana articulada por fluxos, como sistemas de comunicação por satélite.

Novas estratégias de desenvolvimento local, que são mais difundidas em países do Terceiro Mundo, tornaram as cidades redes de unidades multilocalizadas com função de gestão sobre os fluxos de capitais e informações a partir da geografia do espaço financeiro e industrial global, os quais dependem de recursos sociais específicos de tratamento da informação (COMPANS, 1999). Segundo a autora, tal processo levou a generalização de determinadas atividades econômicas, reforçando a hipótese teórica da interdependência cultural e econômica global.

Os principais atores da gestão política e econômica acreditam que o único modo de desenvolver a economia das cidades é adaptando-se aos mercados internacionais, o que faz com que os mesmos elaborem estratégias de atração do que esperam ser solicitações da

economia global, como investimentos em infraestrutura urbana aliados a uma estratégia de marketing urbano que destaque a cidade (COMPANS, 1999, 107).

Milton Santos (2008) considera o próprio espaço como meio técnico-científico, ou seja, constituído por racionalidades e intencionalidades de produções e transformações guiadas pelo mercado. Dessa forma, seus objetos e atores escolhidos pelo capital correspondem à evolução dos procedimentos de fabricação e reprodução do local, consolidando o processo de globalização.

Segundo Milton Santos (2008), o espaço também se adapta para receber os recursos concretos, determinando uma porção do território para atividades de produção de alto nível, consideradas mundiais, as quais possuem forças que regulam ações em diferentes locais, independentemente de distâncias físicas.

Como dito anteriormente, a globalização não causa efeitos na cidade apenas por meio do setor econômico e do mercado de trabalho, como também no espaço urbano através de investimentos em infraestrutura urbana. Isso porque, segundo Harvey (2004), a globalização concentra riqueza e poder e promove oportunidades político-econômicas numas poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população (p. 115).

Ainda segundo o autor (2004), tais fatos fazem com que grande parte da população fique vulnerável à violência, ao desemprego, à deterioração dos padrões de vida, à perda de recursos ambientais e à transformação cultural e de modo de vida. Como afirma Carvalho (2000), “parece difícil desvinculá-la (segregação urbana) dessas ações que têm o espaço urbano como objeto” (p 74).

Quando questionado sobre o relacionamento da cidade São José dos Campos com o mercado exterior, o defensor público (entrevista 4) atuante na cidade comenta sobre os atrativos encontrados nas urbes e seus pontos positivos, os quais podem atrair investidores do mercado internacional, como o mercado de consumo e de mão de obra, assim como a segurança jurídica trazida pela estabilidade política na cidade e a ausência de conflitos de grande dimensão no cenário municipal.

Um exemplo de tentativa de enquadrar São José dos Campos em um modelo de cidade global é uma matéria, intitulada “São José na Web”, logo nas primeiras páginas da revista de edição especial publicada pelo jornal O Vale em comemoração aos 252 anos de São José dos Campos (julho de 2019). O assunto abordado é a representatividade da cidade na internet perante ao mundo por meio de pesquisas no Google. A revista afirma que a cidade é bastante

pesquisada por estadunidenses e indianos, reforçando a ideia de seu espaço dentro do fluxo econômico global.

Figura 12 –Matéria “São José na Web”



Fonte: Revista + São José - Edição Especial 252 anos (2019)

É possível notar em São José dos Campos fatos de abstração em relação ao contexto histórico da cidade. Um exemplo muito claro é o Parque Santos Dumont, o qual representa um apagamento de uma identidade joseense, a qual Zanetti (2008) chama de “indústria do doente” e que não interessa à indústria aeronáutica e espacial.

O Parque, inaugurado em 1971, durante as comemorações do Dia do Aviador, coincide com a política adotada pelo município de transformar São José dos Campos em polo industrial, soterrando o passado sanatorial intrínseco em sua anterior funcionalidade. O sanatório Ezra, construído em 1936 pela Sociedade Beneficente Amigos dos Pobres Ezra, de origem judaica, abrigou, até 1966, doentes que vinham de toda parte do Brasil, foi substituído por referências (portais e jardins) à cidade japonesa de Kadoma, representando a relação joseense com o oriente, e por maquetes de foguetes da família Sonda, aviões fabricados por indústrias aeroespaciais e réplicas do 14 Bis, em homenagem aeronauta e inventor brasileiro o qual o espaço leva o nome (ZANETTI, 2008).

4.1.6 Bancos e agências multilaterais

A relação entre cidades e bancos e agências multilaterais, as quais permeiam em intervenções empresariais e no campo político também pode se enquadrar como uma estratégia. Segundo

Vainer (2000), é por meio dessa associação que o planejamento estratégico vem sendo aplicado no Brasil e na América Latina. Estas instituições, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apresentam cartilhas de recomendações para a gestão das cidades, as quais seus gestores seguem à risca para possibilitar obras de infraestrutura graças a empréstimos, o que atrai visibilidade e, conseqüentemente, investidores (FERREIRA, 2007).

O BID, braço regional do Banco Mundial para a América Latina, até o momento presente, já apresentou quatro políticas relacionadas à questão urbana: Provisão habitacional, Estímulo à urbanização, Ajuste estrutural das cidades e Ajuste urbano (ARANTES, 2006).

Segundo Silva (2020), a ação de ajuste urbano renova estratégias discursivas por meio da cidade-empresa, na qual a governança empresarial das cidades tornou-se o principal objetivo dos Bancos, e por meio da governança urbana, teoria difundida em países do Terceiro Mundo, cuja finalidade deriva da intervenção empresarial no campo político.

Em entrevista realizada em 2019 pelo OVale Entrevista, o então Secretário adjunto de Gestão Administrativa e Finanças de São José, Erllin Monteiro, comentou que a prefeitura estava tomando medidas desde 2017 para equalizar o caixa e melhorar a sua “saúde financeira”. Como exemplo do que foi afirmado, o entrevistado informou que São José dos Campos recuperou a capacidade de investimento na cidade graças a nota A que a Caixa Econômica Federal deu para a urbe. Segundo ele, o fato significa que abrem opções de financiamentos para a prefeitura financiar obras e “faz toda a cidade movimentar”.

Na mesma entrevista o Secretário fala dos empréstimos feitos do BID, como o direcionado para o Programa de Estruturação Urbana, o qual tem várias obras viárias, como o Arco da Inovação (apesar de o BID afirmar que não financiou e pediu que a Prefeitura retirasse das placas o seu logotipo) e a Via Norte. Tal empréstimo, que corresponde a 85 milhões de dólares e foi selado em selado em 2011, já havia consumido 7 milhões de juros do município desde o momento de sua concretização até a realização da entrevista:

Na hora da prestação de contas, a gente tem que chegar no final com 85 milhões de dólares de financiamento e 85 milhões de dólares de contrapartida. A gente solicitou a Cambuí sendo 100% BID, licitamos o Arco da Inovação como sendo também 100% BID, mas pode acabar sendo 99% BID ou 50% BID e 50% prefeitura (MONTEIRO, 2019).

Em São José dos Campos, o BID, em 2006, interviu através do Programa de Estruturação Urbana (PEU), uma modalidade de empréstimo direcionada à municipalidade, quando a gestão municipal, enviou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), junto ao Ministério do

Planejamento, uma carta-consulta, solicitando Operação de crédito externo para ampliação do sistema viário, através da construção 13 obras viárias (SILVA, 2020). Ainda segundo o historiador (entrevista 3), o financiamento foi justificado pela equipe de consultores do BID devido características da cidade joesense, como a existência de um moderno parque industrial, universidades, institutos de pesquisa e da localização geográfica privilegiada, situada numa posição estratégica entre o Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas e o Litoral Norte.

Após questionado pela entrevistadora sobre o empréstimo feito para a construção da Via Cambuí, Monteiro afirmou que já tinha sido pago 20 milhões de dólares em juros. Apesar do alto valor, ele afirmou que os juros são baixos e que para o município vale a pena conseguir este tipo de financiamento. Tal fato se contrapõe com a fala de Turano Júnior, Secretário de Gestão Habitacional e Obras de São José dos Campos, o qual afirma que “a habitação é um problema, porque a prefeitura não tem recurso para construir as casas” (2019).

Apesar de o BID declarar que a sua participação sempre tem como premissa a inclusão social e equidade, produtividade e inovação e integração econômica, foi constituída a Rede de Comunidades Impactadas pelo BID (composta pela Associação de Favelas de São José dos Campos, Asopesca Tocopilla A.G., Coordenadora Cidadana No Alto Maipo e pelo Movimiento Ríos Vivos de Colômbia), a qual tem como premissa a busca por justiça, reparação e não repetição de danos ambientais e sociais associados a projetos financiados pelo Banco.

A carta constitutiva da Rede de Comunidades Impactadas pelo BID afirma que os projetos do Banco não só não melhoraram suas vidas, como pioraram as condições de trabalho, saúde, educação, lazer e transporte, levando a casos de encarceramento e mortes de jovens, assim como depressão em idosos. A autodeclaração também aponta que a Rede quer a reparação dos danos causados a cada comunidade, direito de retomar o controle de seus territórios e “um mundo construído a partir das necessidades das comunidades, e não dos interesses de um sistema opressor” (2020).

Na página do Instagram da Rede de Comunidades Impactadas pelo BID, Vanessa Sales Pereira, conta que foi tirada de sua casa para que a Via Cambuí pudesse ser construída e que o valor pago pela desapropriação não deu para comprar outra casa ou terreno, nem mesmo todo o material de construção necessário. Ela também conta que não houve nenhum tipo de negociação com a Prefeitura, a qual pagou 80% do valor prometido e ficou devendo o restante. Em outro depoimento, Ângela Silva afirma que o BID não faz audiência pública,

apenas aceita os relatórios enviados pela Prefeitura e não vai até o local fiscalizar se o que consta nos documentos está sendo cumprido.

A Via Cambuí, citada tanto por Erllin Monteiro (Secretário adjunto de Gestão Administrativa e Finanças) quanto por Vanessa Sales Pereira, viabilizou a construção de vários condomínios, os quais, conseqüentemente, impermeabilizaram o solo. Dessa forma, aumentou-se o número e o volume de alagamentos do rio Cambuí, colocando em risco todos os bairros ao seu entorno, como Sapé, Corinthians, Nova Esperança e Cambuí.

4.1.7 Empreendedorismo

O empreendedorismo, bastante citado nos discursos dos candidatos à eleição municipal de 2020, também não deixa de ser uma estratégia de aplicação do neoliberalismo no território urbano. O historiador e ambientalista (entrevista 3) fala sobre a reprodução dessa ideologia nas escolas por meio da ideia do empreendedorismo. Segundo o entrevistado, esse sistema é criado em torno da meritocracia, do estado mínimo e da livre concorrência, ou seja, um projeto para a minoria.

Em entrevista para o jornal O Vale, o Secretário de Inovação e Desenvolvimento Econômico atuante em 2018, Alberto Alves, comenta que a Sala do Empreendedor, a qual, segundo a Prefeitura de São José dos Campos, atende pequenos, médios e grandes empreendedores interessados em instalar suas atividades na cidade, que houve aumento de 26% de microempreendedores individuais até o fechamento dos dados do ano de 2018, em setembro. Segundo Alves, quando o número de empregos diminui, os cidadãos acabam abrindo microempresas e prestando serviços. Estas pessoas também contam com o programa Microcrédito oferecido pelo Banco Paulista, o qual empresta entre 7 e 15 mil reais para o desenvolvimento de negócios (e também de dívidas). “Tudo isso cria um ambiente favorável ao empreendedorismo” (ALVES, 2018).

De acordo com Souza e Reschilian (2018), em São José dos Campos, o empreendedorismo está vinculado à Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, a qual defende a construção de uma imagem de “cidade empreendedora”, fabricando uma imagem para consumo do mercado externo e também da população, afim de atingir a adesão ao modelo de gestão proposto, o qual esclarece a necessidade do marketing urbano.

Como nos lembra o historiador e ambientalista (entrevista 3), a cidade de São José dos Campos está com o mesmo partido político no poder, o PSDB, desde 1997, excluindo o período de 2013 a 2016, quando o PT (Partido dos Trabalhadores) se sobressaiu na eleição.

Porém, o cenário joseense vai contra a ideologia do partido, o qual prega a social democracia. Ainda segundo o entrevistado, a social democracia é uma negação desse empreendedorismo, é uma negação dessa sociedade de livre concorrência de mercado, é um Estado presente, regulamentador e que prima pelo contrato social.

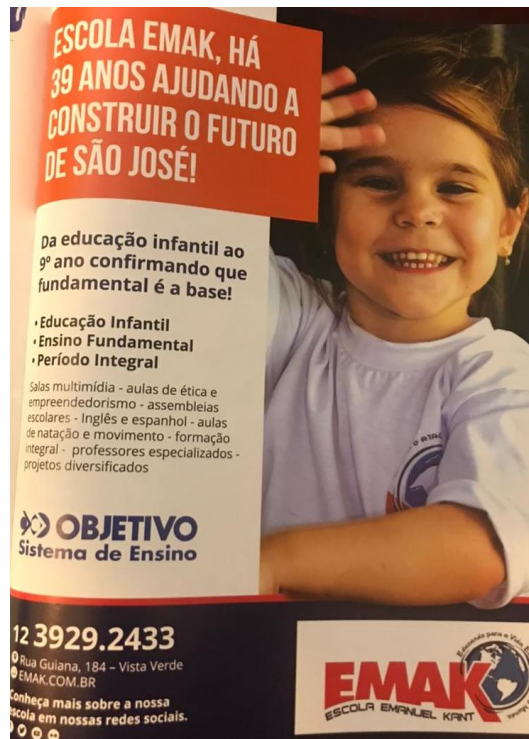
Se você não está satisfeito com o transporte público, compre um automóvel. O problema não é de quem administra, o problema não é do Estado, não é do Município, o problema é seu, é uma transferência do coletivo para o indivíduo (...). Se você não fez por merecer ter um plano de saúde, o problema é seu. É essa ideologia que prevalece hoje (HISTORIADOR E AMBIENTALISTA - ENTREVISTADO 3, 2021).

A primeira entrevistada, jornalista e cicloativista (entrevista 1), conta que quando era repórter no O Vale, o caderno de aniversário da cidade era chamado de “Caderno do Empreendedor” e uma seção de entrevista chamada de “Os empreendedores da cidade”, no qual havia, segundo a mesma, muita “babação de ovo” para as construtoras, em especial para a família Marcondes César, já que muitos dos anunciantes vinculados ao jornal eram do mercado imobiliário.

Na edição especial de aniversário da cidade da revista + São José, também veiculada pelo jornal O Vale em 2019, vemos inúmeras vezes referências ao empreendedorismo. Na matéria intitulada “Razões para amar São José”, já citada anteriormente, alguns moradores, como influenciadores digitais, representantes religiosos, empresários e advogados, responderam porque amam morar em São José. Cinco dos entrevistados citaram o empreendedorismo como motivo, como o advogado e presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São José, Klaus Calegão: “adoro a organização de São José, porque é a terra das oportunidades e do empreendedorismo que muito nos orgulha” (CALEGÃO, 2019, p. 21).

Na mesma revista também podemos observar propagandas de serviços privados estimulando e evidenciando o empreendedorismo, como a escola Emak, a qual ressalta oferecer “aulas de ética e empreendedorismo”.

Figura 13 – Propaganda da escola Emak



Fonte: Revista + São José - Edição Especial 252 anos (2019)

Segundo o defensor público (entrevista 4), o empreendedorismo foi uma grande sacada dos prefeitos, principalmente durante a gestão do ex-prefeito Emanuel Fernandes (PSDB), quando o empreendedorismo foi implementado inclusive no currículo escolar, criando a ideia de independência do estado e de responsabilidade individual.

Tem toda uma geração já de 20 anos sob essa racionalidade, entendendo que você tem que ter sucesso, mas é uma lógica não solidária, é uma lógica da competição, é a lógica da astúcia, é a lógica da transferência do esforço do outro, da auto responsabilização independentemente do seu ponto de partida. Essa racionalidade está muito entranhada na cidade, inclusive nas classes populares. Na época de crise tem muito público na defensoria que faliu e está cheio de dívidas e aí lembra do Estado, o Estado tem que ir lá socorrer ela (DEFENSOR PÚBLICO - ENTREVISTADO 4, 2021).

Tanto a jornalista e cicloativista (entrevista 1) quanto a moradora da cidade (entrevista 2) citaram o empreendedorismo como um dos protagonistas da cidade. Segundo a moradora da cidade, o empreendedorismo entrou na cidade em 1998 através do PSDB e “essa questão do empreendedorismo virou mania, todo mundo queria empreender”. A jornalista e cicloativista (entrevista 1) afirma que já pensou em se mudar de São José dos Campos por dificuldade de encontrar trabalho, já que, segundo ela, não é fácil trabalhar quando você pensa em ofícios fora da indústria, comércio, serviço e do “empreendedorismo diferente do que vendem”.

Após a análise das diferentes formas de estratégias neoliberais, podemos notar que, segundo Ascher (1995), a política urbana recorre a procedimentos característicos de gestão de empresas para a elaboração de planos estratégicos para as cidades, por exemplo, instrumentos de reestruturação econômica. Tal ação faz com que estas tenham muitas semelhanças entre si, como a dependência dos mesmos fatores econômicos e enfrentamento da concorrência internacional.

5 MARKETING URBANO: ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO NO TERRITÓRIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O principal objetivo desta seção é desvendar como o marketing urbano influencia no planejamento territorial e na consolidação da lógica neoliberal. Na cidade contemporânea, a promoção do espaço se dá com o acúmulo do que Harvey (1992) denomina como “capital simbólico”, o qual não é proposto apenas como atrativo de investimentos, e sim como forma de influenciar e fazer com que segmentos sociais sintam-se parte das transformações, já que segmentos sociais mais urgentes e relevantes deixam de ser prioridade de aplicações.

Alguns exemplos de “capital simbólico” são marcos de distinção, atributos da história e da tradição atraentes para o turismo e conseqüentemente, rendáveis (HARVEY, 1992). Tais distinções são celebradas com o marketing urbano através de inúmeras publicações e exposições que exaltam a cultura e tradição por quais se tem interesse (SÁNCHEZ, 2003). Por exemplo, em algumas cidades médias, busca-se suprir o mercado consumidor em relação à uma cidade grande através de campanhas de marketing urbano para atrair consumidores de cidades pequenas, os quais se deslocam para ter acesso ao que é vendido por determinada cidade média (SPOSITO, 2018).

Para promover a cidade no exterior com a finalidade de atrair investidores e impulsionar as exportações de bens e serviços, os governos locais passam a ter como função básica o papel de negociador e promotor de uma imagem urbana positiva, com oferta de infraestrutura, como comunicação e segurança. Dessa forma, os principais atores políticos e econômicos devem elaborar estratégias que incitem transformações na qualidade de vida e na formação de recursos urbanos, englobando o marketing urbano no planejamento e na gestão de cidades. Segundo Arantes (1995), um dos traços mais acentuados da cultura urbana é a presença imperadora da mídia, fazendo com que a sociedade viva em constante contato com signos e imagens, que representam uma cidade irreal. Tal imagem dessa urbe é cultivada por uma sucessão e sobreposição de apelos publicitários em redes, sejam elas físicas ou virtuais. Em A Sociedade do Espetáculo (2007), Guy Debord já afirmava que a cultura seria a principal mercadoria deste momento do capitalismo e que ela seria determinante no mundo dos negócios, assim como um próprio negócio.

As ações de marketing não manipulam apenas a percepção sob o território, como também intensificam o discurso dominante produzindo a memória da cidade que se deseja, apagando referenciais do passado e ocultando aspectos que não fazem parte do interesse competidor, estimulando na população novos hábitos e conceitos de vida (ZANETTI, 2008).

Para tornar o município atrativo aos capitais e à mão-de-obra, é fundamental que se crie um elemento diferencial, ou seja, investe-se em uma “marca” local característica e distinta de outras possíveis concorrentes. Este item resulta de um diagnóstico dos aspectos positivos e negativos, tanto econômicos como sociais, para destacar aqueles considerados potencialidades pelos empreendimentos, ou transformar (ou mesmo esconder) aqueles que são indesejáveis para a fruição do capital (MAGNANI, 2002).

Invariavelmente, a imagem que se tenta construir é a de uma cidade empreendedora, socialmente integrada, que oferece qualidade de vida e um “clima” favorável aos negócios. Sendo assim, determinadas operações imobiliárias compõem uma excepcional oportunidade de viabilizar o marketing urbano, como infraestruturas culturais, de lazer e de negócios (anfiteatros, marinas, centros de convenções), pois instituem uma imagem de progresso e de recuperação econômica, seja ela legítima ou fictícia, que contribui para a aceitação dos habitantes (COMPANS, 1999).

Ainda segundo Compans (1999), o marketing urbano abriu o mercado de consultores internacionais, os quais se especializam em vender o futuro das cidades, reproduzindo experiências bem-sucedidas em outros locais, prometendo minimizar os riscos de um mau investimento de recursos públicos.

Nessas relações, o Estado interfere como empreendedor e não como gestor, através, por exemplo, de legislações e publicidades para atrair investimentos de agentes multilaterais. Assim, as classes dominantes se organizam para manter o desenvolvimento urbano sob seu controle, através da constituição de mecanismos capazes de se apropriarem, para a valorização do capital, de práticas sociais e culturais. A exploração dessa atmosfera urbana permite que investimentos nos setores imobiliário e turístico sejam valorizados, tornando a cidade, seus habitantes e seu patrimônio material e imaterial mercadorias únicas (HARVEY, 2014).

Santos (2000) discorre sobre a criação de novos valores e uma nova ética persuasiva aos mecanismos da globalização, como a competitividade entre empresas que influencia o Estado na produção de condições a favor dos principais atores que movimentam o capital financeiro usando o território como instrumento, agravando ainda mais as diferenças econômicas e de poder.

Como dito por Dardot e Laval em 2016, “o mercado moderno não atua sozinho: ele foi sempre amparado pelo Estado” (l. 226). Os autores ainda complementam que os Estados são aliados às organizações econômicas e possuem relações estreitas com atores privados, o que leva à criação de normas e legislações favoráveis ao crescimento das finanças de mercado.

É simples de entender o motivo de o mercado moderno não atuar sozinho quando observamos algumas das estratégias de aplicação do marketing urbano elencadas por Vainer (2000), como arquitetura da grandiosidade, reabilitação de áreas urbanas e promoção de megaeventos.

Ao ser questionado sobre a existência do marketing urbano, o entrevistado jornalista, assessor de imprensa e analista de comunicação (entrevista 5), respondeu que acredita, na verdade, que existe muita poluição urbana. De acordo os participantes da pesquisa, este tipo de marketing poderia ser melhor explorado e qualificado, pois ele não permite o entendimento de diversas questões urbanas e acaba sendo contaminado por algum viés.

Nesta seção, para analisar a estratégia do marketing atual, será levado em conta basicamente quatro segmentos: o papel do Estado como empreendedor, o discurso como instrumento de adesão, a legislação e obras de infraestrutura urbana. A intenção é identificar como a gestão pública em São José dos Campos utiliza o marketing urbano como estratégia de gestão urbana e quais são imagens-síntese criadas para a cidade.

5.1 IMPLEMENTAÇÃO DO MARKETING URBANO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS PELA ESFERA MUNICIPAL

Ações de marketing urbano são aplicadas em São José dos Campos pela gestão municipal desde a década de 1960 por meio de rádio nas emissoras locais, programas em emissoras de televisão em rede nacional e instalação de outdoors, a maioria delas veiculando a imagem de “cidade progresso” (MIURA, 2006).

Atualmente, um dos instrumentos de São José dos Campos é o apelo à “qualidade de vida”, sempre apresentando suas posições em rankings, os quais não explicitam quais foram os critérios utilizados para chegar ao resultado e o que foi considerado como “qualidade de vida”. Um exemplo é determinada passagem do vídeo institucional publicado no site da Prefeitura de São José dos Campos, na qual é dito que “São José dos Campos tem orgulho de ser uma das 10 melhores cidades para se viver”.

Outra característica bastante impulsionadora da cidade na disputa é a sua localização geográfica, localizada no eixo entre as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, interligadas pela Rodovia Presidente Dutra. A proximidade do Porto de São Sebastião também é um fato que potencializa essa característica (COSTA, 2007). O

vídeo institucional citado anteriormente também menciona este fato dizendo que “estamos estrategicamente localizados e cercados por rodovias e ferrovias que dão acesso aos mais

importantes portos marítimos do país e que ligam os dois principais centros econômicos, São Paulo e Rio de Janeiro”.

Entre os materiais de marketing urbano mais propagados pela Prefeitura de São José dos Campos, podemos citar os vídeos, os quais são encontrados na área de comunicação de seu site e compartilhados em suas redes sociais oficiais e do prefeito (Facebook e Instagram). No site encontramos uma série de 12 vídeos com várias temáticas, como mobilidade, saúde, infraestrutura, geração de renda e educação, mas todos intitulados inicialmente com “Bom é viver em São José”, o jargão mais utilizado pela publicidade da cidade atualmente.

Entre os 12 vídeos de aproximadamente 30 segundos, 9 deles possuem um protagonista, Beto: um homem branco e de meia idade. Beto sempre aparece no início dos vídeos utilizando o jargão “bom, bom mesmo é viver em São José” e no final dizendo “só é bom mesmo quando é bom para muita gente”. O personagem sempre aparece em ambientes como casas de alto padrão, salas de cinema e quadras de tênis, mesmo que nada tenha a ver com a temática do vídeo. Por exemplo, no vídeo “Bom é viver em São José – recuperação de áreas públicas” (2018), a primeira cena acontece em uma praça de alimentação.

Outro veículo bastante utilizado pela Prefeitura de São José dos Campos é o informativo oficial Minha São José, o qual é publicado tanto de forma online quanto impresso. A última matéria publicada até o final desta pesquisa, 18 de janeiro de 2021, recebeu o título “São José dos Campos, bem-estar na cidade do futuro” e o lead “Tecnologia e inovação movem todas as ações da Prefeitura e estão presentes nas áreas saúde, educação, mobilidade urbana, urbanismo, segurança pública, esporte e cultura”. Por se tratar de uma matéria publicada no Portal G1, houve o acréscimo do “selo” “Especial Publicitário”, assim como outras diversas matérias publicadas no Portal pela Prefeitura.

Na presente matéria, publicada dia 18 de janeiro de 2021, afirma-se que a gestão pública moderniza os serviços prestados às pessoas, principalmente para aquelas que mais precisam, por meio de conceitos de cidade inteligente, como câmeras de reconhecimento facial, interligação semafórica, internet gratuita em espaços públicos, projetos viários, lâmpadas de LED, empreendedorismo nas escolas, criação do Poupatempo rural e incentivo às startups.

O texto continua com trechos que podem ser conceituados dentro do que chamamos de “competição interurbana” na seção anterior. A matéria faz menção ao fato de São José dos Campos ser referência mundial no desenvolvimento de Tecnologia Aeroespacial e de Defesa, única fabricante de aviões de alta tecnologia do Hemisfério Sul e a cidade com menor tempo de abertura de empresa do Brasil.

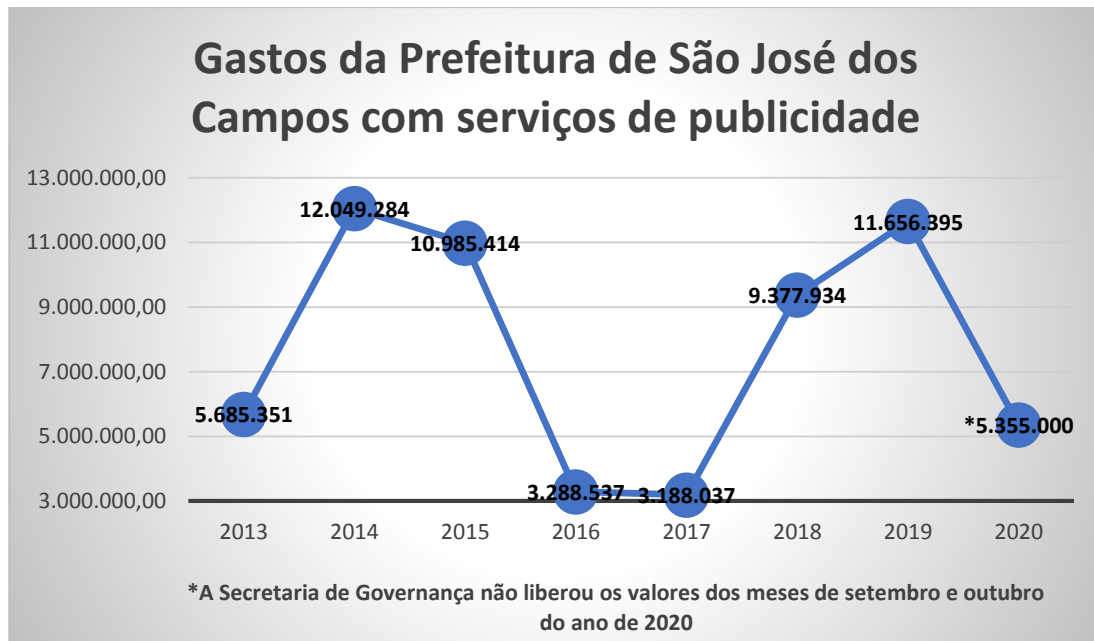
Vale notar também as imagens que ilustram a matéria sobre a cidade que “moderniza os serviços prestados às pessoas, principalmente para aquelas que mais precisam”. A publicação conta com imagens de 6 locais: Praça Engenheiro Riugi Kojima, no Jardim Aquarius; Parque da Cidade; Anel Viário com parte da cidade verticalizada ao fundo; Arco da Inovação; trecho verticalizado não identificado e do Parque Tecnológico¹⁷. Também se encontra na matéria uma fotografia de uma pessoa tocando saxofone representando a cultura e de um indivíduo em um ponto de ônibus utilizando o aplicativo da Prefeitura.

Visualizando o gráfico a seguir, é possível notar que os valores investidos em contratos de publicidade (mídia, produção e criação, serviços de terceiros) variam bastante conforme o ano, ou seja, não apresentam uma constância. É possível notar a influência de alguns eventos impulsionadores nos gastos com publicidade, como grandes obras de infraestrutura. Por exemplo, em 2019, quando os olhares estavam voltados para a construção do Arco da Inovação, houve um dos maiores gastos. Vale acrescentar também a proximidade com o período de eleições municipais.

É preciso ressaltar que o valor apresentado para o ano de 2020 é uma estimativa, já que os meses de setembro e outubro não foram divulgados (não foram encontradas justificativas para tal fato). Em 2021, o mês de janeiro (único divulgado até a finalização desta pesquisa) consumiu R\$1.980.146,35 em contratos de publicidade, mais da metade do que foi gasto em todo o ano de 2016 e todo o ano de 2017.

¹⁷ Todos os locais das imagens publicadas pela revista, com exceção do Parque Tecnológico, ficam situados nas zonas centro e oeste na cidade, localidades que, como mostrado anteriormente, recebem os maiores investimentos públicos.

Figura 14 - Gráfico Gastos da Prefeitura de São José dos Campos com Contratos de Publicidade



Fonte: Secretaria de Governança de São José dos Campos

Devido às situações atípicas decorrentes da pandemia de COVID-19 que se iniciou no ano de 2020, deu-se preferência para analisar os dados de gastos com contratos de publicidade no ano de 2019. Durante a pesquisa, a primeira medida ao se deparar com esta cifra foi procurar por contratos relacionados ao setor no Portal da Transparência de Prefeitura de São José dos Campos.

Porém, mesmo após a busca por estes contratos não foi possível esclarecer de que forma os R\$11.656.395 foram gastos. Foram encontrados apenas dois documentos em que havia clareza de que o serviço era realmente publicitário: os contratos N° 551/2019 e N° 552/2019. O primeiro diz respeito à contratação da empresa F. PUBLICIDADE LTDA durante 12 meses para publicação oficial dos atos no município em jornal de grande circulação em âmbito regional ou local. Já o segundo, difere-se apenas no tempo (e valor) de prestação de serviço, 24 meses. A soma do valor dos dois contratos é equivalente a R\$235.762,80.

Quanto aos outros contratos analisados, nenhum deixou explícito se tratar de serviços relacionados à publicidade. Por exemplo, é possível encontrar no Portal o contrato N° 402/2019 para confecção e instalação de totem luminoso. Porém, o contrato não especifica o seu conteúdo e onde será instalado, o que nos impede de analisá-lo como contrato de publicidade. O mesmo acontece com o N° 243/2019, o qual diz respeito a fornecimento e instalação de banners.

De qualquer forma, ao somar os valores dos contratos de publicidade de fato e os “suspeitos”, a cifra passa muito longe do que foi declarado na tabela de gestão de contratos de publicidade, conforme exige a Lei Federal 12.232/2010, a qual legisla sobre licitações e contratações pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda.

Com a falta de contratos de publicidade para se analisar adequadamente, a pesquisa voltou-se para o contrato N° 30/2020 resultante da concorrência pública N° 016/SGAF/2018. O objeto da licitação é “contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda pelo tipo “técnica e preço””.

A licitação esclarece que o serviço deve englobar “estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou de informar o público em geral.” O documento também impõe que a comunicação publicitária esteja em consonância com novas tecnologias e conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação da Prefeitura de São José dos Campos.

O contrato N° 30/2020 resultante da licitação firmou acordo com a empresa FC COMUNICAÇÃO LTDA no prazo de 6 meses pelo valor de R\$4.5000.000.00 No documento fica esclarecido que os serviços solicitados na licitação serão veiculados por televisão, cinema, rádio, internet e mídia impressa (revista e jornal).

Durante a pesquisa, todos os participantes entrevistados foram informados sobre este valor e questionados sobre a necessidade deste investimento em publicidade. Várias questões foram levantadas e diferentes respostas foram dadas.

A participante da primeira entrevista, jornalista e cicloativista (entrevista 1), entende que a cifra é bastante alta porque a prefeitura tem o conhecimento de que precisa se promover, não necessariamente para se manter no poder, mas para vender uma ideia e identidade de cidade para todos os habitantes, inclusive, segundo ela, para os moradores da “cidade invisível”, para que eles acreditem que habitam uma cidade com potencial. A jornalista e cicloativista (entrevista 1), complementou que o marketing urbano também é para a cidade atrair investidores.

Já a segunda participante da pesquisa, moradora da cidade (entrevista 2), acredita que a prefeitura precisava mostrar o que estava fazendo para se reeleger na próxima eleição (o que, de fato, aconteceu). A moradora da cidade (entrevista 2) diz que nota nas publicidades que as pessoas estão sempre sorrindo e que não se mostra pobreza, como se não houvesse nenhum

problema. A entrevistada ainda complementa que este valor (R\$11.656.395) é quase metade do dinheiro necessário para regularizar a comunidade do Banhado e acredita que outros setores “apertaram o cerco” para ter esta cifra, como a saúde e a assistência social.

O terceiro participante da pesquisa, historiador e ambientalista (entrevista 3), se ateu a dizer que “isso é um disparate, esse governo é um escarnio, isso é um deboche, é de um mau caratismo, uma cafajestagem, sem o menor pudor”.

O quarto entrevistado, defensor público (entrevista 4), afirmou que não condena o gasto com publicidade e que o considera muito importante, desde que seja empregado em campanhas educativas, como informação para a população. De acordo com o defensor público (entrevista 4), uma das premissas do BID, financiador de inúmeras obras na cidade, é o fortalecimento institucional, ou seja, melhorar a governabilidade e fortalecer a imagem do gestor, o que leva a um grande investimento em publicidade. Porém, segundo o entrevistado, esta publicidade acaba sendo para fortalecimentos pessoais e de determinados grupos políticos, para mostrar, por exemplo, inaugurações de obra, ou seja, publicidade sem caráter educativo.

O último entrevistado, jornalista, assessor de imprensa e analista de comunicação (entrevista 5), diferente dos outros, considera o valor de R\$11.656.395 proporcional ao orçamento da cidade, mas ressalta a importância de verificar a maneira como foi gasto, se foi em prol do interesse público e da cidadania, como em ações de esclarecimento em relação ao COVID-19 informações quanto a alterações viárias ou se foi para “lustrar a imagem da administração ou do seu gestor”.

Como já explicitado na abertura desta seção, os municípios passaram não só a investir em evidenciar aspectos positivos, mas também esconder os considerados negativos para a fruição do capital e para a imagem da cidade (MAGNANI, 2002). Pensando nisso, ambos os jornalistas participantes da pesquisa foram questionados sobre censura de publicação de algum tipo de matéria que seria maléfica para a cidade.

A primeira jornalista conta que quando foi repórter no jornal O Vale, no começo dos anos 2000, o corpo de anunciantes do jornal era em sua maioria do mercado imobiliário, então ela imagina que muita coisa não era falada, já que não se lembra do que acontecia naquela época, como o conflito no Campo do Alemães e o BID já atuando na cidade. Já quando trabalhou no mesmo jornal anos depois, dessa vez como colunista semanal, a entrevistada conta que nunca sofreu nenhuma censura, mas que recebia inúmeras críticas tentativas de retaliação pela carta dos leitores. Durante a entrevista, a participante recordou de alguns momentos mais polêmicos, como quando criticou condomínios fechados e recebeu muitas críticas. Segunda ela, era possível notar que se tratava de pessoas que viviam só uma parte da cidade. A

jornalista recordou também de quando o editor-chefe optou por publicar uma carta enviada pelo ex-prefeito e projetista do Anel Viário Ednardo José de Paula Santos, entre tantas cartas recebidas, quando ela criticou a intervenção do Anel Viário na Paisagem. A entrevistada contou também que foi colunista no Portal Meon por 4 meses, mas sentiu que foi cortada. Segundo ela, foi tirado do ar um texto no qual ela criticava o atual prefeito por não seguir as recomendações da OMS em relação aos limites de velocidade das vias.

Já o segundo respondeu que nunca sofreu censura no sentido de “você não vai publicar isso”, porém, já teve embates “bastante acalorados” quando participou da cobertura midiática da desocupação do Pinheirinho, assim como em manifestações, protestos, assembleias sindicais e greves. Segundo ele, a classe jornalística “tem que ter um grande cuidado de fazer com que esse enfrentamento ocorra em limites que respeitem a cidadania, que não invada o direito do outro e que não resvale para a violência”. Porém, ressalta que é função da imprensa estar em determinados locais mostrando situações que incomodam.

5.2 CONSTRUÇÃO DA IMAGEM-SÍNTESE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A imagem-síntese nada mais é do que uma imagem mitificada da cidade para a manipulação da opinião pública (SÁNCHEZ, 2001). A primeira etapa para a construção desta imagem é a definição de suas características positivas e negativas, para que as primeiras possam ser exaltadas e as segundas camufladas, assim como outras de interesse da gestão da urbe podem ser incluídas ou mesmo inventadas. Na maioria dos casos, a imagem que se tenta arquitetar é de empreendedorismo, qualidade de vida e favorável aos negócios (COMPANS, 1999). De acordo com Borja e Castells (1998), uma das formas mais eficientes de atingir este objetivo é através de obras e serviços visíveis.

Sánchez (2001) discorre que ao criar-se uma imagem-síntese de cidade ocorrem processos de exemplificação, ou seja, por meio da mobilização dos setores dominantes da sociedade, evoca-se parte da cidade como um todo, impactando o senso comum, a memória social e o uso dos espaços. Ainda segundo a autora, o processo de exemplificação obedece a uma determinada visão de mundo, a qual é propagada na mídia e nas políticas de marketing urbano.

Outra estratégia para a formulação da imagem da cidade é a qualificação de novas camadas sociais, para as quais a oferta residencial é farta em localizações com intervenções urbanas. A intenção resultante deste processo é “marcar a imagem do novo status social adquirido”

(ASCHER, 1995, p. 233). Por ser um artifício indutor do desenvolvimento econômico e não determinado por ele, Compans (1999) o chama de “estratégia de antecipação”.

De acordo com Vainer (2000), não é só através das camadas sociais que a cidade é transformada em mercadoria e posta em circulação, também são exaltados seus atrativos comerciais, turísticos e culturais.

Podemos flagrar isso durante uma entrevista com um dos participantes da pesquisa, o qual quando foi questionado sobre quais setores devem ser priorizados e desenvolvidos em São José dos Campos e quais projetos e reformas urbanas são mais urgentes na cidade respondeu que a terceira prioridade seria:

Estudar alguma coisa relacionada até mesmo no turismo, porque nós temos São Francisco Xavier como um local que pode trazer ganhos, pode trazer a vinda de uma receita maior para o município, e não só o turismo rural, o turismo de negócios também, ele pode ser indutor para auxiliar o desenvolvimento da cidade (JORNALISTA, ASSESSOR DE IMPRENSA E ANALISTA DE COMUNICAÇÃO - ENTREVISTADO 05, 2021).

A finalidade desta subseção é desvendar quais são as “marcas” adotadas pelo marketing urbano em São José dos Campos, esmiuçando conceitos teóricos sobre estratégias do marketing urbano na imagem da cidade, e quais de fato destes atrativos existem na cidade e quais o marketing “diz” ter, como inovação, eficiência, meio ambiente, entre outros.

Temos os primeiros indícios da imagem que São José dos Campos deseja passar quando analisamos a bandeira da cidade, desenhada por João Vitor Guzzo Strauss e instituída pela Lei Municipal 655, de 2 de fevereiro de 1960.

Figura 15 – Bandeira da cidade de São José dos Campos



Fonte: Prefeitura de São José dos Campos

A roda dentada dourada encontrada ao centro remete ao ouro, simbolizando a riqueza da cidade, enquanto os treze dentes da engrenagem representam o entrosamento entre o estado e o município, assim como as treze listras em azul e prata. Já a faixa sinuosa ao meio da engrenagem simula o Rio Paraíba do Sul e as três estrelas simbolizam os três distritos: São José dos Campos, Eugênio de Melo e São Francisco Xavier (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2021)

A imagem que São José dos Campos deseja passar, principalmente para investidores e instituições de outras localidades, é construída totalizando a cidade em alguns fragmentos do território mais atrativos para investimentos. No caso joseense, especificamente, a imagem-síntese foi se modificando conforme os interesses: cidade sanatorial, industrial, tecnológica e agora, segundo falas do prefeito Felício Ramuth (PSDB) em entrevista para o Portal Meon em fevereiro de 2020, busca-se o título de “capital da cultura”.

Não é de hoje que a cidade de São José dos Campos emprega essa dinâmica, os entrevistados da pesquisa relataram algumas questões das imagens-síntese já adotadas por São José dos Campos. O historiador e ambientalista (entrevista 3) conta que o tratamento da tuberculose na cidade, o qual levou à imagem de “cidade sanatorial”, tem início nos anos 1920 e se estende até os anos de 1960. Segundo ele, mesmo entre os anos de 1969 e 1973, quando o prefeito Sergio Sobral de Oliveira ingressou na prefeitura durante a ditadura militar e a cidade já se encaminhava para a “cidade industrial”, havia na entrada de São José dos Campos uma placa dizendo “cidade límpida, cidade desenvolvida”. Ele conta que o prefeito empossado na época recolhia indigentes e os enviava para bem distante da cidade para que pessoas que vinham de outras localidades ficassem admiradas ao ver a “limpeza” da cidade. De acordo com o historiador (entrevista 3), a cidade ainda traz a ideia de higiene devido às intervenções urbanas feitas para facilitar a higienização da cidade e da circulação do ar, por exemplo.

Já segundo a jornalista e cicloativista (entrevista 1), o poder público já conseguiu se distanciar da cidade sanatorial. Ela cita como exemplo o antigo sanatório Vicentina Aranha¹⁸, o qual, apesar de ser uma resistência materializada, só remete ao seu uso de origem em seu interior, não por outros meios. O segundo jornalista entrevistado também acredita que a imagem de cidade sanatório já foi superada, porém vê o Vicentina Aranha como um símbolo daquele

¹⁸ O Sanatório Vicentina Aranha foi inaugurado em 27 de abril de 1924 pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e chegou a ser considerado um dos maiores centros para tratamento de tuberculose da América Latina. O antigo sanatório foi tombando pelo COMPHAC e pelo CONDEPHAAT e, após ser adquirido pela Prefeitura de São José dos Campos, em 2006, se tornou o Parque Vicentina Aranha (PREFEITURA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2021).

período que é utilizado para outros fins e que traz em seu histórico esse tempo. De acordo com o participante da pesquisa, o Vicentina Aranha se apropriou de uma identidade da época dos anos 40 para transformar esse contexto a seu favor, já que é um espaço para a promoção da saúde, onde as pessoas fazem as suas caminhadas e andam de bicicleta.

Já a síntese “cidade industrial” veio com o chamado “milagre econômico”, entre 1969 e 1973, durante o regime militar, a cidade foi escolhida pelo governo ditador como “cidade-modelo”. Ou seja, São José dos Campos passou a ser vitrine da versão urbana do milagre brasileiro devido aos investimentos em infraestrutura realizados no local. Neste momento a cidade também já apresentava sinais de encaminhamento para a imagem-síntese “cidade tecnológica”.

Segundo Miura (2006), a gestão municipal utilizava programas de rádio locais, emissoras de televisão em rede nacional e outdoors no centro urbano como estratégia de marketing urbano, sempre vinculando à imagem de “cidade progresso” e utilizando o jargão “São José dos Campos acompanha os passos do gigante”.

O processo de criação da identidade “cidade tecnológica” teve início na década de 1950 com a instalação do ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica, ponta pé inicial para uma sucessão de chegada de institutos de pesquisa, como o INPE (1961) e futuramente o Parque Tecnológico (2009) e para a instalação de grandes infraestruturas como o Complexo Viário Sérgio Sobral de Oliveira, popularmente chamado de Anel Viário de São José dos Campos (1998). Com a chegada da indústria aeronáutica e a instalação da sede da Embraer em 1970, figuras representando aeronaves passaram a ser um referencial importante na imagem de São José do Campos, aparecendo inclusive num logotipo da cidade junto com edifícios simbolizando a verticalização (ZANETTI, 2008).

Figura 16 – Logotipo de São José dos Campos



Fonte: Assessoria de Turismo da Prefeitura Municipal (2008)

O historiador e ambientalista (entrevista 3) conta que durante a ditadura militar não era possível ter acesso a qualquer informação da cidade, como mapas, pois era considerada uma área de segurança nacional. Ele conta também que foi proibido tudo o que a gestão da cidade considerava antiprogresso, como ruas fechadas para a circulação de pedestres, cinema na praça, procissões, tráfego de veículos de tração animal, entre outros. Segundo ele, a mitificação de uma cidade tecnológica foi construída por meio de edifícios arranha-céu, pela Embraer e pelo CTA, o que o entrevistado acredita que, por ter sido muito bem trabalhado, a cidade traz isso consigo até os dias atuais.

O jornalista, assessor de imprensa e analista de comunicação (entrevista 5) apresenta esta mesma opinião, de que todos os governos que vieram após esse período até os dias atuais buscaram mostrar desenvolvimento, modernidade e tecnologia, principalmente com ações voltadas ao CTA, INPE e ao Parque Tecnológico.

Um exemplo desta prática é no decorrer da revista de edição especial publicada pelo jornal O Vale em comemoração aos 252 anos de São José dos Campos (julho de 2019), na qual encontramos inúmeras propagandas, inclusive de instituições privadas, fazendo menção à cidade por meio de termos que compõem ações empresariais, como “desenvolvimento”, “cidade empreendedora”, “tecnologia” e “inovação”.

O defensor público (entrevista 4) participante da pesquisa segue o mesmo raciocínio, mas complementa que as falas dos gestores dos últimos anos foram identificando a cidade como progressista e que existe preocupação em criar um rótulo que torne a cidade atrativa para investimentos. Segundo o entrevistado, para isso é dito que São José dos Campos é uma cidade sem favelas, onde há regras respeitadas pelos habitantes, empreendedora e inteligente. O defensor público (entrevista 4) finaliza dizendo que os interesses de determinados grupos são colocados como interesse da cidade, o que é um conceito jurídico abstrato e cabe qualquer conteúdo.

Quando questionados sobre qual seria a imagem-síntese que mais se aproxima da realidade, os entrevistados deram respostas diferentes: “polo tecnológico¹⁹”, “capital do vale”, “São José dos automóveis”, “São José carrocêntrica”, “Santo José dos condomínios”, “São José dos guetos” e “São José Tecnológica”. A jornalista e cicloativista (entrevista 01) afirmou que,

¹⁹ “Organizações que, com nomes diversos (...), decorrem todas de um mesmo princípio, o agrupamento, em uma mesma área geográfica, de tudo que se relacione com a ‘alta tecnologia’: empresas de ponta, organismos de pesquisa (...), terciário superior.” (AMORIN E SERRA, 2001, p. 29).

na opinião dela, São José dos Campos não tem uma identidade clara e passa a sensação de uma crise de identidade, um fato muito fácil de identificar nas falas dos candidatos a prefeito da eleição municipal de 2020.

O prefeito reeleito, Felício Ramuth (PSDB), afirmou em entrevista dada ao Portal Meon no dia 19 de fevereiro de 2020 que gostaria de “tirar essa fama de São José da tecnologia e da engenharia e passar a cada vez mais ter a São José da cultura” ao mesmo em que o Secretário de Inovação e Desenvolvimento Econômico, Alberto Alves, da sua primeira gestão afirmou em entrevista ao OVale Entrevista que a prefeitura tem “um cuidado todo especial” com as startups e outras empresas de base tecnológica, o que resultou em 11 programas de validação de tecnologias.

De acordo com Carlos Vainer (2000), o investimento na área cultural é importante para construir uma imagem favorável à cidade e para efetivá-la como mercadoria competitiva para disputar o capital internacional.

A segunda candidata mais votada, Coronel Eliane Nikoluk (PL), afirmou também para OVale Entrevista que uma das metas de seu plano de governo era investir em empresas, indústrias de tecnologia e entender quais são as demandas dos investidores para atrair empresas por meio de incentivos, atraindo, assim, mão de obra mais qualificada para a cidade.

A quarta candidata mais votada, Renata Paiva (PSD), declarou que seu plano de governo visava atrair desenvolvimento para a cidade por meio do turismo, mais especificamente o turismo de negócios. Segundo ela, sua intenção era incentivar a rede hoteleira e gastronômica da cidade construindo um parque temático, o Parque Aeroespacial, no Parque da Cidade, para mostrar as tecnologias de ponta existentes no INPE, ITA e CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais). De acordo com a candidata, a intenção era proporcionar visitação internacional e incentivar feiras e workshops. A candidata também prometeu investir em cultura, a qual ela considera fragilizada em São José dos Campos e acredita ser necessário criar projetos para dar vida em toda a cidade, já que segundo ela, geraria muita renda e empregos.

Vale ressaltar que quando informados sobre o atual prefeito ter falado em “São José da Cultura”, a reação de todos os entrevistados foi de estranhamento. A jornalista e cicloativista (entrevista 1) respondeu que não consegue imaginar São José dos Campos indo para essa direção, já que, apesar de a cidade contar com movimentos culturais incríveis, o próprio prefeito toma atitudes contrárias ao que ele afirmou, extinguindo o coral da cidade, por exemplo. Já a moradora da cidade (entrevista 2), afirmou que “essa prefeitura é a pior que tem na questão de cultura” e que se São José dos Campos pode ser considerada “a cidade da

cultura” é graças ao movimento cultural. Ela dá como exemplo o festival de teatro FESTIVALE e movimento de Hip Hop existentes na cidade. A entrevistada também conta que o mesmo prefeito que gostaria de transformar São José dos Campos em “São José da Cultura” fez uma lei que caçava os artistas que faziam arte na rua²⁰ e se nega a abrir o teatro Benedito Alves por ter sido reformado por um prefeito da oposição.

O historiador e ambientalista (entrevista 3) respondeu que São José dos Campos tem uma Fundação Cultural completamente desmantelada, com recursos insignificantes, o que leva a maioria da população a ficar dentro de suas casas assistindo televisão ou indo para o mundo do crime, o que seria totalmente contrário a esta imagem-síntese.

O último entrevistado, jornalista, assessor de imprensa e analista de comunicação (entrevista 5), acredita ser válida a imagem-síntese “São José da Cultura” e que agregaria mais valor à cidade devido à Fundação Cultural Cassiano Ricardo, de acordo com a sua opinião, contribuir muito para o patrimônio cultural da cidade. Porém, o participante da pesquisa não acredita ainda que este seria o momento de ver a cidade exclusivamente como capital da cultura.

É importante compararmos a imagem que os habitantes e os visitantes enxergam. A jornalista e cicloativista (entrevista 1), por exemplo, conta que às vezes tem vontade de mudar de cidade devido à baixa qualidade de vida que São José dos Campos vem apresentando, a qual é influenciada pela sua expansão, poluição sonora, poluição visual e pelo trânsito excessivo e focado nos automóveis. Segundo ela, São José dos Campos virou uma cidade caótica e violenta para a saúde física e mental.

O defensor público (entrevista 4) conta que vê na defensoria, principalmente em momentos de crises, muitas pessoas falidas e uma desigualdade social muito grande. Ele dá como exemplo a questão do sistema de saúde, o qual enquanto alguns possuem planos de saúde, outros dependem exclusivamente da rede pública.

O próprio defensor público (entrevista 4), o qual nem sempre morou em São José dos Campos, contou em entrevista que quando mudou para a cidade só a conhecia pela internet e “parecia um lugar dos sonhos”. O mesmo conta que certa vez encontrou uma matéria, em inglês, sobre São José dos Campos em uma revista de avião, falando dos benefícios da cidade para atração de investimentos e vendendo uma cidade sem problemas.

²⁰ A Lei Ordinária nº 9.890/1 proíbe malabaristas, vendedores, pedintes em semáforos e qualquer apresentação artística nas ruas. A justificativa utilizada para a sanção foi que a presença de artistas nos logradouros gera risco de acidentes de trânsito.

A jornalista e cicloativista (entrevista 1) conta que, trabalhando como intérprete de estrangeiros que vinham para o Brasil a negócios, percebeu que São José dos Campos consagrou a imagem de polo tecnológico e da cidade que produz avião.

Foi possível também identificar pontos de vista de pessoas de outras localizações através da entrevista dada por Thaís Moraes, diretora de comunicação da Ball na América do Sul, para o Portal SP RIO +. Segundo ela, a multinacional escolheu se mudar para São José dos Campos porque “a Ball inspira inovação e soluções tecnológicas e vir para cá tinha todo sentido, já que é uma região conhecida e respeitada por ser um polo de inovação”. A diretora também conta que um ponto positivo foi a localização e deu como exemplo a proximidade da capital paulista. Thaís Moraes também comentou sobre o fato de que boa parte dos trabalhadores da empresa aceitaram a vinda para o Vale do Paraíba devido a qualidade de vida oferecida.

Na última década, tem sido recorrente propagandas de órgãos municipais, principalmente vídeos institucionais, os quais veiculam imagens de pessoas se locomovendo pela cidade, trabalhando e tendo atendimentos médicos. A questão do lazer, quando ao ar livre, quase sempre é retratada na orla do Banhado e, em espaços fechados, em salas de cinema. Cada publicação, sendo em vídeo ou imagens estáticas, sempre vêm acompanhadas do jargão “bom, bom mesmo, é viver em São José”. Nessa modalidade de marketing urbano podemos comprovar o que afirma Kevin Lynch (2011), de que não percebemos a cidade como um todo, mas sim partes fragmentadas que permitem o surgimento de marcos e cartões postais, colaborando para um conceito de identidade e tornando menos visíveis os seus problemas.

Fica fácil de comprovar a teoria de Lynch em São José dos Campos ao analisar as duas imagens a seguir. As fotografias foram feitas em um curto espaço de tempo, mais precisamente de 5 meses. A diferença entre elas, além das explícitas na imagem, é a localidade: o bairro Rio Comprido, situado na macrozona Sul de São José dos Campos, e o Arco da Inovação sendo construído na macrozona Oeste. Vale ressaltar que as fotos do Arco da Inovação foram feitas do prédio de uma das maiores startups da cidade.

Figura 17 - Fotos da cidade de São José dos Campos em diferentes localidades



Fonte: elaborada pela autora (2019)

O início da propagação em massa de imagens-síntese através das mídias visuais de São José dos Campos, assim como de outras cidades, ocorreu por meio dos cartões-postais, assim como a exaltação de ícones urbanos. Independentemente dos métodos, estas imagens continuam sendo utilizadas para os mesmos fins, os quais podem partir de iniciativas públicas ou privadas.

Figura 18 – Cartão postal de São José dos Campos entre os anos 1979 e 1982



Fonte: Editora Edicard

Atualmente, como dito anteriormente, os vídeos institucionais estão sendo um dos veículos mais utilizados o marketing urbano e, conseqüentemente, para propagar a imagem da cidade. O último vídeo divulgado pelo site da prefeitura de São José dos Campos, em março de 2020, conta sobre parte da cidade, porém, como se fosse o todo, durante 3 minutos e 32 segundos. A narração do vídeo é feita ressaltando inúmeras vezes que “está no DNA de São José dos Campos” produzir, desenvolver, expandir contribuir para a educação e para a economia do país, voar alto e inovar. A narração também cita a tecnologia aeroespacial, assim como o

Instituto Tecnológico de Aeronáutica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e afirma que é a cidade para quem pensa no futuro:

(...) Nós nascemos para produzir. (...) Uma cidade que respira e inspira o futuro. Somos a capital brasileira da tecnologia aeroespacial, sede do Instituto Tecnológico de Aeronáutica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Quem vive aqui sabe bem que está no nosso DNA contribuir com a formação e o futuro dos jovens por meio de educação de qualidade. (...) Impulsionando a pesquisa, a tecnologia e os novos negócios. Vem do nosso DNA a força para desenvolver e expandir cada vez mais. A força para crescer com tecnologia inovando o tempo todo, fomentando o desenvolvimento econômico e social. Por isso o Parque Tecnológico de São José é o maior complexo de inovação do país, reforçando o nosso posicionamento como referência mundial em tecnologia. (...) Está no nosso DNA contribuir com a economia do país. (...) Somos uma cidade inteligente. (...) Trabalhamos com a integração das forças de segurança municipal, estadual e federal, oferecendo um dos melhores índices de segurança do país. Está no nosso DNA oferecer opções de mobilidade e acessibilidade aos cidadãos. São José dos Campos tem orgulho de ser uma das 10 melhores cidades para se viver. (...) Está no nosso DNA ser uma cidade que não para de evoluir para todos (...) (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2020).

Além da narração, vale a pena analisar as imagens passadas durante o vídeo. Todas as imagens remetem à grandes obras de infraestrutura, como o Anel Viário, o Arco da Inovação e edifícios de alto padrão; grandes empresas, como a Embraer, GM, Johnson & Johnson e a Ericsson; mobilidade, como rodovias, fábrica de automóveis, carros em movimento, aeroportos, radares, habitante andando de bicicleta e entrando de cadeira de rodas em ônibus; pesquisas e negócios, como operários sorrindo, laboratórios, reuniões, escolas e universidades; qualidade de vida, como parques e idosos fazendo exercício físico e, por fim, a área rural da cidade por meio de imagens de produção leiteira. Porém, uma das questões que mais chama a atenção no vídeo é a quantidade de aviões mostrados, totalizando 12, o que significa um avião a cada 17 segundos do vídeo.

Outro elemento bastante utilizado no marketing urbano é o discurso. Independentemente se político, administrativo ou institucional, o discurso como meio de informação produz, dentro de todo corpo social, enunciados sobre como a cidade é competente para receber o espaço de produção desse capital. Dessa forma, o discurso legitima determinadas imagens e práticas na cidade que são interessantes ao objeto que se deseja atrair (ZANETTI, 2008).

Segundo a historiadora Zanetti (2008), essa ferramenta é inserida em complexas redes de interlocução para conectar a população aos parceiros e difusores dos discursos, tendo como partido de construção as necessidades estruturais da sociedade.

A vontade coletiva de participação, o sentimento de pertencimento e a confiança no futuro da cidade são estimulados pelo governo local por meio do discurso aos habitantes, também chamado de “patriotismo cívico” com a intenção de promover a cidade internamente (HARVEY, 1995). Segundo Borja & Forn (1996), ao gerar o patriotismo, os cidadãos assumem com orgulho o futuro e, principalmente, a atividade presente em todos os setores. Apesar de o discurso englobar todos os setores da sociedade, fica claro que a urbe, como produto a ser vendido e comprado, é construída por meio de um planejamento estratégico que fomenta uma mercadoria de luxo destinada a um seletivo grupo, ou seja, a elite de potenciais compradores, como o capital internacional e turistas (VAINER, 2013). Segundo Compans (1999), além de ser na cidade que ocorre a mercantilização, é nela que estão inseridos os trabalhadores “imateriais”, ou seja, os produtores e manipuladores desses novos discursos que costumam estar associados aos signos e imagens, o que chamamos “marketing urbano”.

Esses novos meios utilizados envolvem todas as percepções da população por meio da manipulação da opinião pública e da ideologia, que pode inclusive estabelecer vínculos significativos com esses marcos urbanos e com essa “nova cidade”. Segundo Milton Santos (2007), decompõe a configuração espacial, social e cultural em inúmeros acontecimentos interligados para a construção da história.

Em São José dos Campos, diante as transformações econômicas, o próprio Plano de Desenvolvimento Integrado de 1970 acopla um discurso de desenvolvimento sociocultural, acompanhado de novas políticas urbanas, a fim de reforçar a imagem da cidade como polo regional do Vale do Paraíba. Segundo Miura (2006), esse discurso incluía a mudança de hábitos da população, que herdava atributos provincianos, e tentava-se criar o sentimento de orgulho e satisfação de ser um joseense ou residir na cidade. Essa estratégia acabou atingindo não só a população local, como outras cidades e estados do país, atraindo imigrantes em busca de novas oportunidades.

Um exemplo atual na cidade de São José dos Campos é a fala que se repete entre os materiais oficiais da Prefeitura, sempre dizendo que a população da cidade é qualificada, competente e trabalhadora, o que dá suporte tanto para a criação do sentimento de orgulho de viver em São José dos Campos, como para atrair investidores que procuram profissionais qualificados. Este modelo de discurso fica bastante claro também quando analisamos falas de personalidades políticas. Em entrevista para o Portal SP RIO, o deputado federal Eduardo Cury (PSDB) afirmou que “São José é uma cidade construída por gente que vem trabalhar, gente empreendedora.” O presidente da ACI, Humberto Dutra, também comentou em

entrevista concedida ao Portal OVALE Entrevista que os joseenses têm tradição de determinação e de muito trabalho.

Segundo o historiador e ambientalista (entrevista 3) entrevistado, São José dos Campos pratica um discurso que enche seus habitantes de orgulho: “é uma cidade mitificada, isso é muito forte, tanto é que até hoje isso é utilizado ainda, as pessoas internalizaram isso, houve uma incorporação disso”.

Por último, entre tantas ações de marketing urbano na cidade, é importante analisar o turismo oferecido pela prefeitura da cidade. Ao entrar na seção “Inovação e Desenvolvimento Econômico: Turismo” a primeira informação encontrada é:

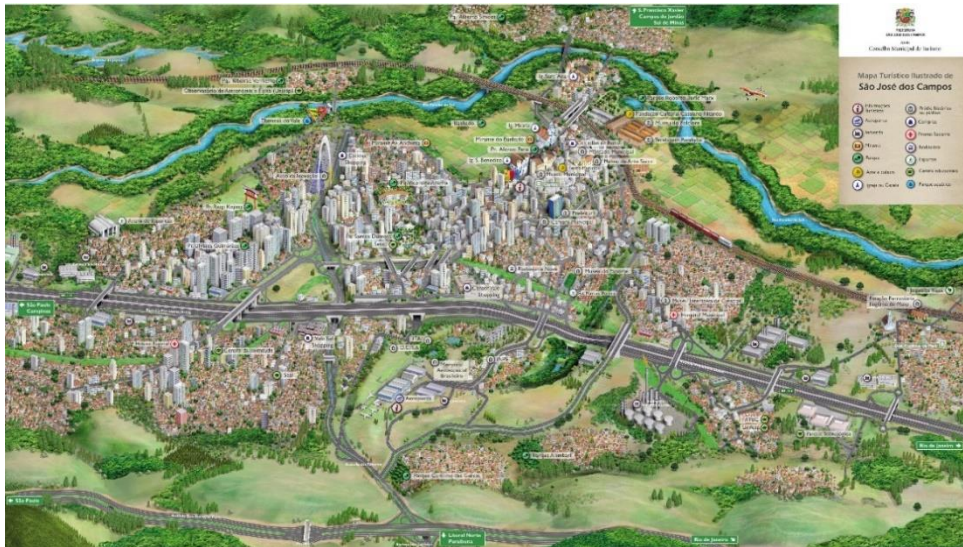
Em São José dos Campos, modernidade e prática caminham juntas. No núcleo urbano, os institutos federais de pesquisa científica, empresas de tecnologia de ponta, prédios de arquitetura arrojada, universidades e centros de formação de mão de obra qualificada. A zona rural concentra quase 70% do território do município (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2021).

Nesta área do site podemos encontrar informações sobre turismo ambiental nos distritos Eugênio de Melo e São Francisco Xavier, feiras, centros de compras (calçadão e shoppings), parques, museus e igrejas. O city tour da cidade apresenta quatro roteiros, com exceção do Memorial Aeroespacial Brasileiro (MAB), do Parque Tecnológico, do Parque Alberto Simões e visitas ao distrito Eugênio de Melo, todos os outros dezessete pontos de parada estão concentrados na macrozona Centro e Oeste.

O que mais chama a atenção na seção de turismo do site de Prefeitura de São José dos Campos é o mapa turístico. As figuras que mais chamam a atenção são o Arco da Inovação, a Praça Riugi Kojima, o aeroporto e a Refinaria Henrique Lage. Porém, o que de fato salta os olhos ao visualizar o mapa é o azul e a sinuosidade do Rio Paraíba do Sul e a quantidade de áreas verdes, inclusive em toda a extensão do rio. Sendo que, segundo o historiador e ambientalista (entrevista 3), São José dos Campos tem uma grande carência de áreas verdes, totalizando aproximadamente um déficit de quatrocentas mil árvores e, de acordo com o defensor público (entrevista 4) participante da pesquisa, a cidade já retificou o rio em vários pontos e tem inúmeros bairros na beira do rio que inundam em época de chuva.

Por fim, vale notar também que o mapa não mostra nenhum bairro “ilegalizado”, nenhuma favela e tão pouco a comunidade Jardim Nova Esperança, localizada na área do Banhado.

Figura 19 – Mapa turístico de São José dos Campos



Fonte: Secretaria de Inovação e Desenvolvimento de São José dos Campos (2021)

Como dito em entrevista pelo defensor público (entrevista 4), nós temos em São José dos Campos duas cidades, uma para que um grupo seletivo de moradores e para o público externo e outra cidade segregada. Segundo o entrevistado, a primeira é a cidade dos sonhos e a segunda são as periferias não geográficas, como o Jardim Nova Esperança (Banhado), o qual está a 200 metros do marco zero da cidade e não possui esgoto. Ainda de acordo com o participante da pesquisa, a mesma cidade com bairros sem água, esgoto e energia elétrica teve aproximadamente 200 milhões de superavit em 2020.

A síntese tentada passar por São José dos Campos dá certo devido a semiótica causada pelas obras, as quais induzem e seduzem por meio da imagem (ENTREVISTADO 03, 2021). De acordo com a jornalista e cicloativista (entrevista 1), a mídia convencional tem um grande papel ao reforçar esta imagem, já que a maioria das pessoas tem uma imagem de cidade a partir do que a mídia mostra, sendo que ela também tem uma visão urbana fragmentada, o que contribui para que os habitantes se distanciem do entendimento do que é gerir uma cidade e o que é organizar o espaço comum.

O defensor público (entrevista 4), conclui que uma cidade nunca deveria ser sintetizada por uma característica, porque toda urbe é um local de diversidade. Segundo ele, a imagem-síntese é uma estratégia que sempre foi usada por São José dos Campos, mas que todas as dominações são invenções que atendem a determinados interesses e determinados projetos de um seletivo grupo.

5.3 O PAPEL DO ESTADO NO MARKETING URBANO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE 2018

Entre as estratégias do Estado e de todos os poderes que o constituem, um dos principais instrumentos utilizados para a legitimação da cidade neoliberal e da “cidade-empresa” tem sido os Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado, já que as políticas públicas se submetem à racionalidade do capital e, dessa forma, segue um caminho diverso do bem-estar da população (CANETTIERI, 2017).

Segundo Vainer (2000), a transformação da cidade em empresa não está relacionada apenas à gestão administrativa, mas também à “possibilidade da transposição do Planejamento Estratégico de seu território natal (a corporação privada) para o território (público) urbano” (p. 84). Ainda de acordo com o autor (2000), os defensores dos conceitos e técnicas do planejamento estratégico acreditam que o planejamento empresarial deve ser adotado pelos governos locais devido às condições atuais da cidade, as quais estão expostas “na vitrine” (SÁNCHEZ, 2001) do mercado à espera de possíveis “compradores”.

Os defensores do planejamento estratégico também creem que só por meio deste instrumento as cidades se tornarão suficientemente competitivas aos desafios da globalização (ARANTES, 2000). Porém, segundo Canettieri (2017), quando o governo toma as medidas de um planejamento estratégico com vertentes empresariais vários problemas são observados:

- i) redução da experiência da democracia na construção da cidade, já que políticas públicas são decididas e gestadas por um grupo de acionistas e diretores que a população não elegeu e desconhece; ii) a política pública é pensada e realizada para gerar lucro e remunerar investidores; iii) há uma transferência de patrimônio público para os cofres da empresa, que possui dinâmica baseada na rentabilidade de suas práticas econômicas; iv) ocorre a redução de receita do município por meio das estratégias de formação de capital da empresa; e, ainda, v) a assunção dos riscos do negócio pelo poder público e dos ganhos pela iniciativa privada (CANETTIERI, 2017, p. 527-528).

Em São José dos Campos²¹, esta prática não é recente. No Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 1970 já era explicitada a “necessidade estimular o desenvolvimento

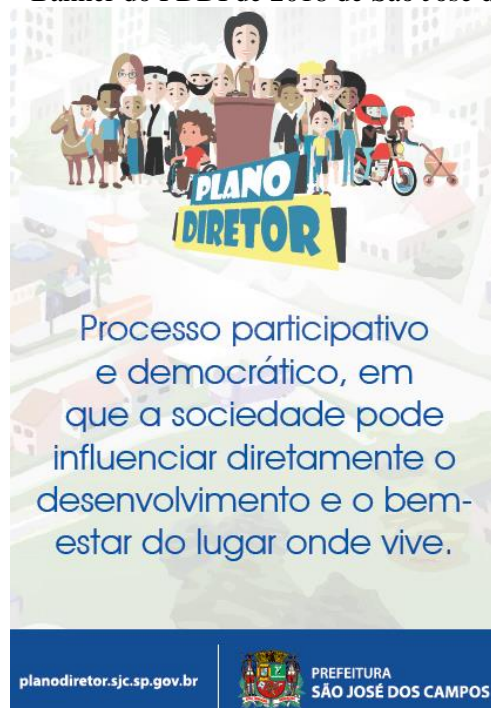
²¹ Para obter maiores informações sobre os planos diretores e estudos da política urbana de São José dos Campos ver a dissertação de mestrado “Legislação Urbanística e crescimento urbano em São José dos Campos” (2007) do pesquisador Paulo Eduardo Oliveira Costa. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-28052010-092006/pt-br.php>.

sociocultural da cidade, reforçando a imagem de São José dos Campos como polo regional no Vale do Paraíba” (p. 9).

Segundo a Prefeitura de São José dos Campos (2016), o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 2018, aprovado e sancionado como Lei Complementar 612/2018 no dia 30 de dezembro de 2018 tem como objetivo “planejar e organizar o desenvolvimento sustentável da cidade nos próximos 10 anos”. No Portal do PDDI é possível encontrar, segundo o próprio Portal, mapas temáticos que integraram os estudos para a revisão do Plano e os conselhos ditos representantes da sociedade civil e poder público para acompanhamento de todas as etapas do PDDI: movimentos populares, movimentos estudantis, ONGs, sindicatos, profissionais e acadêmicos e empresários.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 2018 contou com oficinas públicas de leitura comunitária sobre a cidade e fóruns regionais para a discussão de propostas. Na reunião do dia 10 de agosto de 2017 do Conselho Gestor do Plano Diretor, Marcelo Manara, secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, afirmou que Plano deveria promover a inclusão e diminuir as desigualdades²². Os convites para a população sempre vinham acompanhados da frase encontrada no seguinte banner:

Figura 20 – Banner do PDDI de 2018 de São José dos Campos



Fonte: Portal do PDDI de 2018 de São José dos Campos

²² Todas as reuniões citadas nesta subseção tiveram suas informações adquiridas por meio de suas atas, as quais estão disponíveis no Portal do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 2018.

Em outra reunião do Conselho Gestor do Plano Diretor, no dia 22 de agosto de 2017, foi abordado o Plano de Comunicação para informar e comunicar a população sobre o PDDI de 2018 e sobre as oficinas. Segundo o secretário Marcelo Manara, a proposta era realizar um plano inovador e com estratégias para atingir toda a população. Priscila (sobrenome não informado), assessora de comunicação da SEURBS (Secretaria de Planejamento Urbano e Sustentabilidade), acrescentou que o objetivo era estimular a participação social na construção do PDDI por meio de diversos canais de comunicação e de linguagem acessível a todos os públicos. A assessora complementa que a prefeitura estava trabalhando com uma empresa especializada nesse tipo de serviço, a qual criaria uma página veiculada ao site da Prefeitura no qual seria possível ter acesso a todos os documentos, atas, fotos e agenda de eventos.

A assessora de comunicação informou que também trabalhariam com TV, rádio, jornais de grande circulação e cartazes, cartilhas e banners distribuídos em locais de grande circulação de pessoas, como escolas e UBSs. Ângela Paiva, representante do Movimento Popular na reunião pediu que o Plano de Comunicação não esquecesse das redes sociais e das rádios comunitárias.

De acordo com Marcelo Manara, no dia 13 de setembro foi feito o lançamento do site do PDDI²³ e no final de semana do dia 30 de setembro de 2017 iniciou a divulgação de TV, rádio e jornal com 94 inserções na TV aberta e 958 spots rotativos nas rádios.

Os participantes da pesquisa que estiveram presentes nas reuniões relacionadas ao PDDI de 2018 foram questionados sobre como elas aconteceram. A moradora da cidade (entrevista 2) reclamou dos dias e horários em que as reuniões aconteciam, sempre em dia da semana e com finalização tarde da noite. Segundo ela, depois de muito ser falado, colocaram aos sábados às 9 horas da manhã. A entrevistada também pontuou que nunca houve devolutivas para os participantes do processo e que nenhuma proposta passou quando o PDDI chegou na Câmara Municipal: “os vereadores responsáveis não colocaram o que a gente pediu, mas claro que o que o prefeito queria, o que a construção civil pediu entrou”. Segundo a moradora da cidade (entrevista 2), as reuniões foram exaustivas e muitas pessoas saíram de lá decepcionadas.

O historiador e ambientalista (entrevista 3) comentou que inúmeros questionamentos feitos não foram respondidos, como um estudo sobre a qualidade da água. Segundo o entrevistado, a prefeitura se esquivava alegando que todos os dados técnicos eram resultados das pesquisas

²³ Endereço do site do PDDI de 2018: <http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/home>

da SEURBS e que esses dados deram embasamento para que ela elaborasse o PDDI. O participante da pesquisa também reclamou sobre o tempo destinado aos debates e para inteiração das propostas, o qual, segundo ele, foi muito curto para que houvesse aprofundamento: “ficou parecendo o seguinte: “é preciso que tenha porque a lei exige, então façamos”. Mas é só para cumprir formalidades, para que isso não fosse questionado judicialmente.”

De acordo com o defensor público (entrevista 4), o nível de participação da população em termos percentuais foi muito baixo, mas a contribuição foi muito rica. Porém, o entrevistado complementa que “a população viu que a sua opinião não serve para nada”, isso porque a proposta e os artigos elaborados para tratar da questão da regularização fundiária foi simplesmente desconsiderada e o que foi incorporado foi distorcido.

Após o entendimento da dinâmica do Plano de Comunicação e dos depoimentos dos entrevistados participantes das reuniões, fica evidente a contradição dos materiais divulgados midiaticamente que mostravam inclusão da sociedade e do que aconteceu durante as oficinas. A imagem oficial do Plano de Comunicação do PDDI de 2018 mostra pessoas de diferentes gêneros, raças, nacionalidades e ocupações, o que de acordo com os entrevistados, nada tem a ver com o que de fato aconteceu durante a formulação do PDDI de 2018.

Figura 21 – Imagem oficial do PDDI de 2018 de São José dos Campos



Fonte: Portal do PDDI de 2018 de São José dos Campos

Durante outra reunião do Conselho Gestor do PDDI, no dia 20 de julho de 2017, o atual secretário de Urbanismo e Sustentabilidade informou que com a mudança de governo, saída do prefeito Carlinhos Almeida (PT) e posse do Felício Ramuth (PSDB), foi preciso reposicionar pessoas e questões para uma nova condução do Plano Diretor.

Tal informação gerou bastante descontentamento dos participantes presentes na reunião. O representante das entidades acadêmicas do INPE afirmou que o colegiado deveria ser uma representação do estado e não do governo e que para a população não importa se mudou a composição do poder municipal, pois o secretário deveria ser um representante institucional e que o acúmulo de trabalhos realizados não tem relação com a estrutura do governo. O secretário de Mobilidade Urbana defendeu que a medida tomada pela gestão atual é mais transparente e democrática e que se alguém tem algum tipo de receio é porque está apegado ao mandato anterior.

É importante também analisar como o PDDI se altera para vender a cidade. Sendo assim, é possível encontrar informações no Plano que remetam a estratégias de uma empresa, como palavras e termos que fazem parte das ações do poder privado (por exemplo: soluções emergenciais, soluções eficazes, soluções eficientes etc.).

Um exemplo no PDDI de 2018 é o Art. 4º: “consolidar a posição do município como um polo de alta tecnologia”. A jornalista e cicloativista (entrevista 1) acredita que esta questão foi colocada para que o município garanta a imagem de cidade tecnológica com respaldo legal, pois a consolidação do polo de alta tecnologia aliada com outros setores da economia trariam potencial de crescimento para a cidade. O defensor público (entrevista 4) também acredita que seja para a atração de investimentos e considera um discurso de uma cidade que quer se vender, o que traz empresas e segurança jurídica, o que, segundo o entrevistado, é o que as empresas buscam. A moradora da cidade (entrevista 2) complementa que a alta tecnologia só é benéfica para “quem manda na cidade, como o alto capital e os grandes empreendimentos”, não para a população mais pobre.

Outro objetivo colocado pelo PDDI é “realizar ações de divulgação do Município em feiras e eventos nacionais e internacionais, com vistas à atração de investimentos”. A moradora da entrevistada acredita que isso só trará benefícios para o capital, não para as famílias. Ela conta que, na verdade, algumas parcelas da população já estão com medo, porque sabem que quando há atração de capitais internacionais usa-se as áreas que estão os pobres para fazer empreendimentos, principalmente para a área da construção civil e sistema viário.

Consta no Art. 4.º, o qual trata sobre objetivos referentes ao ordenamento territorial, “promover a função social da propriedade com a justa distribuição dos benefícios e ônus do

processo de urbanização” e “promover e viabilizar processos de transformação urbanística associados à iniciativa privada”. Os entrevistados foram questionados sobre como eles veem isso acontecendo. O defensor público (entrevista 4) afirmou que a parceria com a iniciativa privada e um urbanismo privatizado são questões muito complicadas para uma cidade e que a compatibilização entre o lucro e a vida na cidade é uma “equação” difícil de resolver. O historiador e ambientalista (entrevista 3) complementa que isto é o “DNA do Plano Diretor” e que a propaganda de um é projeto de cidade que dá certo vai neste sentido.

Outra meta do PDDI é “instituir o macrozoneamento urbano, definindo as áreas em que se dará prioritariamente o processo de consolidação, estruturação e contenção da malha urbana da cidade”. O defensor público (entrevista 4) foi questionado se sabia quais são os critérios para definir essas áreas e ele respondeu que não. Segundo o entrevistado, apesar das dezenas de reuniões públicas, prevaleceu o que foi negociado com determinados setores da sociedade, logo, todas essas questões não apresentam critérios de decisão e de eleição. O entrevistado ainda acrescenta que acredita que o plano já estava pronto e que as decisões referentes a estas questões ficaram na mão dos governantes, os quais normalmente tem determinados compromissos assumidos para chegar e se manter no poder, o que faz com que dois ou três setores econômicos determinem “o que a cidade tem que ser”.

Por último, os entrevistados foram questionados sobre o que eles veem sendo feito em relação ao Art. 2.º, que coloca como princípio do PDDI de 2018 o “desenvolvimento equitativo e centrado nas pessoas, construindo e fortalecendo comunidades justas, inclusivas, reduzindo o índice de vulnerabilidade social no município”. A moradora da cidade (entrevista 2) comenta que em um Plano Diretor tudo pode ser escrito, mas nem por isso será colocado em prática. Segundo a entrevistada, este plano diretor foi o plano da desigualdade e deixou claro o racismo estrutural. Ela usa como exemplo as áreas de ZEIS²⁴ (Zona Especial de Interesse Social) que foram retiradas do plano e comenta que não restou nenhuma no centro da cidade, como o Jardim Nova Esperança, a Santa Cruz I, II e III e o Guarani. A moradora da cidade (entrevista 2) complementa que acredita que o objetivo deste PDDI era remover as áreas de

²⁴ As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) são instrumentos urbanísticos que definem áreas da cidade destinadas para construção de moradia popular. As ZEIS são uma categoria de zoneamento que permite o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio com regras especiais, mais permissivas, para determinadas áreas da cidade. Existem dois tipos de ZEIS: as ZEIS Ocupadas, onde já existe assentamento de população de baixa renda que precisa ser urbanizado e regularizado, e as ZEIS de Vazios, que são áreas vazias ou mal aproveitadas que podem ser destinadas à construção de Habitações de Interesse Social (HIS) (Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano, 2021).

ZEIS, porque, assim, os direitos antes garantidos são tirados e não resta nenhum empecilho para ações de interesse tanto governamental quanto privado.

O defensor público (entrevista 4) diz que vê muito pouco sendo feito em relação ao desenvolvimento centrado em pessoas, o entrevistado acredita que o Plano é um grande discurso. Assim como a moradora da cidade (entrevista 2), ele dá como exemplo o apagamento de comunidades do zoneamento, a retirada de ZEIS. O entrevistado comenta que não há como incluir comunidades se elas não estão sendo nem vistas, se elas estão sumindo do mapa.

O defensor público (entrevista 4) também fala sobre o programa habitacional da cidade, o qual, segundo ele, possui lógica neoliberal, já que é baseado no mercado imobiliário. O entrevistado explica que a prefeitura dá um subsídio para a família comprar um imóvel do mercado, o que é fora da realidade de grande parte da população, a qual não ganha o suficiente para contrair prestações imobiliárias. A jornalista e cicloativista (entrevista 1) complementa que, independentemente da eficácia do programa habitacional, a política inclusiva não deveria se limitar à moradia, é preciso também questionar onde o imóvel está localizado e com qual infraestrutura os moradores contam. A entrevista adiciona o exemplo de que não adianta construir ciclovias enquanto uma ponte estaiada é construída, porque, segundo ela, incluir é redistribuir o que existe. Sendo assim, ela finaliza dizendo “não vejo a cidade avançando nesse sentido, eu vejo um discurso descolado da prática”.

Outro indicativo também é a mudança no nome da Secretaria, a qual mudou de Secretaria de Planejamento Urbano para Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade. Segundo o Art. 29 da Lei nº 9.495/17, à Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade compete:

Estudar, planejar, supervisionar, desenvolver, implantar e avaliar planos, programas e projetos de Planejamento territorial urbano e rural do Município; coordenar a fiscalização de obras, posturas e ambiental; e controlar o patrimônio imobiliário e Sala do Empreendedor (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2017).

De acordo com Souza e Reschilian (2018), a Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade é resultado da integração das Secretarias de "Planeamento Urbano" e "Meio Ambiente", concentrando suas atribuições em um único órgão com a justificativa de que a reorganização estrutural do município tinha como premissa a redução de gastos, uma “retórica neoliberal, adotada como receituário para países do Terceiro Mundo desde a década de 1990 (p. 410).” Ao consultar os serviços da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade no site da Prefeitura de São José dos Campos, notamos que a ela cabe desde aprovação, habite-se e licenciamento

de obras particulares, diretrizes e legislação do uso e ocupação do solo até cadastro de árvores e projetos de educação ambiental. Também é responsabilidade da Secretaria programas de apoio às empresas, empreendedores e microempreendedores. Vale notar que no “perfil do secretário” é ressaltado que sob o seu comando a Sala do Empreendedor atingiu recorde nacional para abertura de empresas em menos de 24h.

Sendo assim, é possível concluir o que afirma Ferreira (2004): “esse conveniente discurso político também tomou conta das metrópoles latino-americanas, e o planejamento estratégico se tornou moda entre os chefes dos executivos municipais, de qualquer perfil ideológico” (p. 29).

5.4 ÍCONES URBANOS COMO IMAGEM DE PROGRESSO: ARCO DA INOVAÇÃO

Fica evidente no espaço urbano que uma das estratégias de intervenção do capital financeiro como oportunidade de viabilizar o marketing urbano é a construção de grandes obras e marcos na paisagem, que se dá, em grande parte das vezes, no sistema viário, como imagem de progresso (COMPANS, 1999).

Para tornar o município atrativo aos capitais e à mão-de-obra, é fundamental que se crie um elemento diferencial, ou seja, investe-se em uma “marca” local característica, ou seja, ícones urbanos funcionam como vitrine para investidores. Este item resulta de um diagnóstico dos aspectos positivos e negativos, tanto econômicos quanto sociais, para destacar aqueles considerados potencialidades (MAGNANI, 2002).

Quando os investimentos no espaço urbano são concretizados através da parceria entre o setor privado e o setor público, os quais podem até confundirem-se, mas não se misturam, tais espaços acabam por se transformando em “não-lugares” (AUGÉ, 1994), ou seja, abandonando suas características culturais e históricas em prol da livre apropriação do capital internacional.

Inúmeras obras públicas são realizadas em São José dos Campos desde o período em que prevalecia o setor secundário da economia como forma de representar a modernidade, a maioria delas por meio do viário, como a conclusão das obras da Avenida São José. Ao mesmo tempo que se tomava medidas visando a modernização da imagem da cidade.

Podemos notar também a repetição do uso do ícone urbano em diferentes momentos econômicos da cidade, assim como a substituição do ícone urbano conforme interesses dominantes. Os exemplos são a criação de identidade de cidade industrial por meio do Parque

Santos Dumont e conclusão das obras da Avenida São José e a criação de identidade de cidade tecnológica por meio do ITA e do INPE.

Em São José dos Campos, inúmeras imagens iconográficas compõem o marketing urbano. Apesar de existirem materiais idealizados para segmentos distintos e linguagem diferenciadas, como propagandas privadas e figuras ilustrativas dos órgãos municipais, as imagens costumam ser as mesmas (MIURA, 2006). Independentemente do contexto, seja em publicidade privada ou em notícias disparadas por canal midiáticos, as ilustrações são quase sempre feitas pelos mesmos cenários: Orla do Banhado, Anel Viário com o bairro Jardim Aquarius e, recentemente, o Arco da Inovação.

Figura 22 – Notícia sobre reajuste de IPTU em São José dos Campos
IPTU terá reajuste de 5,2% em São José dos Campos em 2021



Fonte: Jornal O Vale (2020)

Figura 23– Notícia sobre isolamento social em São José dos Campos
São José dos Campos registra 61% de isolamento social

LIFE | COTIDIANO - PUBLICADO 15:14 | 4 DE MAIO DE 2020 - REDAÇÃO

COMPARTILHE: 

Percentual é obtido com base em dados de operadoras de telefonia



Fonte: Life Informa (2020)

Figura 24 – Notícia sobre comércio joseense multado durante a pandemia de COVID-19

Comércio abre e é multado em São José dos Campos

© 11/04/2020 00:01 Online # 3 Min de Leitura

A prefeitura chegou a suspender o transporte gratuito de idosos, população de maior risco, mas a justiça derrubou a medida



Quadrado: Corridos: 0.00



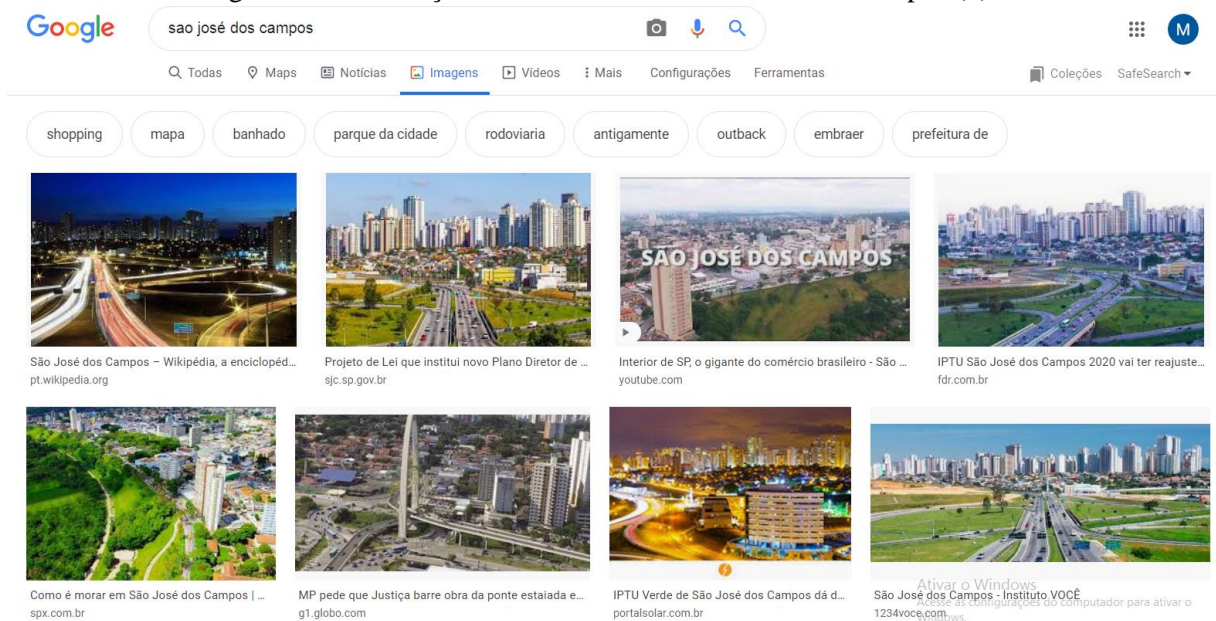
Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul (2020)

Nas imagens anteriores é possível perceber que tanto a imagem do Arco da Inovação quanto do Anel Viário e da Orla do Banhado apenas ilustram as notícias sobre a cidade e não tem qualquer relação com o assunto tratado. Enquanto o Arco da Inovação e o Anel Viário ilustram matérias sobre a pandemia de COVID-19, a Orla do Banhado ilustra uma informação sobre o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

De acordo com Sánchez (2003), como obras urbanísticas passaram a serem produtos de consumo, elas precisam de renovação para que haja o marketing urbano de uma “cidade que não para de inovar” (p. 204). Além disso, a cidade mercadoria precisa reciclar periodicamente as suas imagens, incorporando novos ícones espaciais.

Tal fato é bastante perceptível quando buscamos pela cidade de São José dos Campos no Google Imagens. É possível notar a substituição de ícone urbano em um breve período de tempo. Na figura 24, de março de 2020, notamos a predominância de imagens do Anel Viário, já na figura 25 notamos como a maioria das imagens do Anel Viário foram substituídas pelo Arco da Inovação.

Figura 25 – Mudança no ícone urbano de São José dos Campos (1)



Fonte: *print screen* Google Imagens (março de 2020)



Fonte: *print screen* Google Imagens (outubro de 2020)

Com a finalidade de verificar as atuais estratégias de intervenção do capital financeiro para modificar o território através do planejamento urbano e formar uma imagem de cidade conforme os interesses e à visão dos grupos dominantes, o objetivo desta subseção é analisar como se deu o marketing urbano, assim como o discurso ideológico, sobre o Arco da Inovação e qual é a sua influência em uma cidade que tenta se firmar como polo tecnológico. Atualmente, o Arco da Inovação, conhecido também como ponte estaiada, tem dito destaque quando se trata do marketing urbano da urbe. Imagens estão sendo veiculadas em inúmeras mídias como sinônimo de progresso e atrativo, como o “trajeto mais rápido para todos, trazendo desenvolvimento urbano e social”.

Ao serem questionados sobre qual desenvolvimento urbano e social a ponte traria para a cidade, nenhum dos entrevistados soube responder. Segunda a jornalista e cicloativista (entrevista 1), o Arco da Inovação continuou seguindo a mesma lógica já implementada na cidade, ou seja, um modelo desenvolvimentista, rodoviarista e que acumula capital no espaço urbano. A entrevistada da pesquisa complementa que a obra é um exemplo de que as grandes infraestruturas são feitas para uma seleta localização da cidade, já que foi construída na Zona Oeste, onde tem a população com maior renda da cidade. Apesar da localização em que foi construída, a participante da pesquisa completa: “Eu fico impressionada como a gente vê a ponte estaiada de vários ângulos da cidade, a onipresença dela é muito chocante, ela se sobrepõe ao todo.”

A moradora da cidade (entrevista 2) satiriza que só traz desenvolvimento social se for para as pessoas tirarem fotos e fazem selfies e diz que não consegue entender que

desenvolvimento uma ponte pode trazer. De acordo com a sua opinião, o Arco da Inovação foi feito apenas para atender o ego do prefeito.

O defensor público (entrevista 4) comenta que nem o ganho na velocidade média justifica o valor do investimento, porque isso seria possível apenas com a remodelação e otimização semafórica que foram feitas. Segundo o entrevistado, o Arco da Inovação não pega os fluxos mais intensos, os quais vem da Avenida Mário Covas e do bairro Jardim Aquarius.

De acordo com Vainer (2000), as grandes infraestruturas urbanas são construídas para serem monumentos, com beleza plástica e originalidade para reforçarem a identidade da cidade e fazê-la mais visível ao mercado, com a justificativa de trazer dignidade aos habitantes e reforçar o patriotismo cívico. O autor também afirma que outra característica do urbanismo monumentalista é a criação de símbolos para cidade favorecer o marketing urbano.

O Secretário de Mobilidade Urbana, Paulo Guimarães, conta sobre a monumentalidade da obra em entrevista para o Portal OVale Entrevista:

Para as pessoas terem uma ideia do porte dessa obra (Arco da Inovação), a gente montou essa semana uma grua que é uma coisa bem alta, é um terço do tamanho que vai ficar o Arco. A altura que vai ficar o arco que vai sustentar as pontes é a mesma do prédio comercial que tem dentro do shopping (GUIMARÃES, 2019).

Em entrevista para o Portal OVale Entrevista, em outubro de 2020, o prefeito Felício Ramuth afirmou que a obra deveria ser motivo de orgulho, inclusive para os veículos de imprensa. Segundo Ramuth, o Arco da Inovação “é o estado da arte da engenharia na nossa cidade, além de uma obra de arte especificamente que levantou até a autoestima e funcionou para atender o problema do transporte público.”

Podemos observar também o critério de originalidade, já que, de acordo com a Cartilha do Arco da Inovação (2018), a obra é a única ponte do Brasil em arco e curva. Outro fato trazido pela Cartilha que deve ser ressaltado é que Catão Francisco Ribeiro, o engenheiro contratado para projetar o Arco da Inovação é o mesmo que projetou a ponte estaiada Octávio Frias de Oliveira na cidade de São Paulo. Ainda de acordo com a Cartilha, a escolha foi devido ao fato dele ser considerado “o pai das pontes estaiadas” e por ser premiado internacionalmente por seus cálculos em curva.

Figura 27 – Cartilha do Arco da Inovação



Fonte: Prefeitura de São José dos Campos (2018)

Entre as ações de marketing urbano, também podemos encontrar na divulgação do Arco da Inovação apelos ao meio ambiente. Paulo Guimarães afirmou em entrevista que o método construtivo escolhido foi, entre outros motivos, devido à questão ambiental, já que sendo uma ponte suspensa, ela teria menos contato com o solo e ficaria em cima do córrego:

Figura 28 – Cartilha do Arco da Inovação



Fonte: Prefeitura de São José dos Campos (2018)

Como afirmado por Maricato (2017), por mais que os dados mostrem a maioria dos brasileiros se deslocam a pé e são praticamente exilados em seus bairros, o automóvel e as obras viárias continuam sendo o centro das questões de mobilidade urbana.

De acordo com o Secretário de Mobilidade Urbana, a gestão atual quer oferecer uma mobilidade moderna e dar opções para as pessoas se deslocarem, diferentemente da gestão passada (Carilinhos Almeida – PT), a qual, segundo o secretário “demonizava o carro.” Guimarães diz estar trabalhando para que a pessoa possa andar de carro, de bicicleta, de transporte público e a pé.

Porém, apesar do Secretário afirmar que a cidade se empenha em dar opções de mobilidade de forma igual aos habitantes, o informativo da Prefeitura de São José dos Campos “Minha São José” (2019), o qual teve o Arco da Inovação como destaque em sua capa, afirmou que a obra atenderia 180 mil veículos por dia e reduziria o tempo de viagem de 60 mil passageiros de ônibus. Podemos notar que mesmo que cada um dos 180 mil veículos conte apenas com o motorista, ainda será o triplo de passageiros de ônibus atendidos pela obra. No vídeo institucional do Arco da Inovação, o qual mostra uma maquete eletrônica em movimento, é possível observar 5 ônibus enquanto centenas de carros transitam pelos 2 minutos de vídeo.

Figura 29 – Capa do informativo “Minha São José”



Fonte: Informativo da Prefeitura de São José dos Campos (2019)

Apesar dos números trazidos pelo informativo Minha São José, o historiador e ambientalista (entrevista 3) comentou que um técnico da Defensoria Pública ficou durante 10 minutos observando o Arco da Inovação e nesse tempo passaram apenas 6 automóveis.

Segundo a moradora da cidade (entrevista 2), pedestres e ciclistas não tem muito direito em São José dos Campos. A participante da pesquisa conta que depois do Arco da Inovação teve que mudar o ônibus para chegar ao seu local de trabalho e precisa utilizar uma linha de Jacareí, e, conseqüentemente, pagar mais caro da passagem, além de sair mais cedo de casa devido a piora do congestionamento. Ela complementa que passou a ver mais acidentes pelo caminho.

Apesar de o empreendimento ser destinado majoritariamente a veículos particulares, a Prefeitura de São José dos Campos prometeu em matéria para a Revista + São José (Edição Especial – 252 anos) que o Arco da Inovação seria entregue em dezembro de 2019 como “presente de Natal para a cidade” (o que não foi cumprido) e colocou a imagem da ponte na página virtual da Secretaria de Mobilidade Urbana.

Figura 30 – Página virtual da Secretaria de Mobilidade Urbana



Fonte: Prefeitura de São José dos Campos (2020)

Os entrevistados foram questionados sobre a necessidade da implantação da ponte. O defensor público (entrevista 4) comentou que acredita ter sido apenas um projeto político, no qual determinado grupo quis deixar sua marca na cidade por meio de um objeto físico e valorizar uma determinada área da cidade, já que do ponto de vista técnico, nada justifica esta obra. O entrevistado conta que um engenheiro, ex-professor de Catão Francisco Ribeiro,

apresentou 11 soluções mais eficazes e baratas para resolver a questão do congestionamento no local, porém, foram ignoradas.

O historiador e ambientalista (entrevista 3) acredita que o propósito principal da construção do Arco da Inovação foi embelezar um espaço da classe média alta, já que é ali que está o eleitorado dele. Dessa forma, segundo o entrevistado, o prefeito utilizou esta estratégia para mostrar aos seus eleitores que está governando pra eles, “para os que tem e não para os que não tem”.

O mesmo entrevistado complementa que um empreendimento como esse é ótimo para o político, porque diferentemente de um plano de macrodrenagem, por exemplo, a obra é visível e palpável. Segundo ele, uma obra viária como essa estrutura a produção e a circulação de mercadorias pelo território.

Os ex-candidatos a prefeitos das eleições de 2020 também fizeram comentários durante entrevistas para o Portal O Vale Entrevista (2020). Segundo a Coronel Eliane Nikoluk (PL), a mobilidade em São José dos Campos deveria ser pensada como nos países “de primeiro mundo”, onde o transporte coletivo é priorizado e acrescenta que a ponte deveria ter um desenho diferente, “mais espartano”. Wagner Balieiro (PT) comentou que a única utilidade da ponte é fazer protesto, devido ao baixo fluxo de carros. Já Anderson Senna (PSL) disse que o Arco da Inovação foi uma falta de responsabilidade com o dinheiro público e que foi o cartão postal mais caro do mundo.

A discussão com a sociedade (ou a falta dela) foi uma questão bastante trazida pelos entrevistados. Segundo a moradora da cidade (entrevista 2), ela ficou sabendo do Arco da Inovação pelo PEU (Programa de Estruturação Urbana) e era difícil obter informações sobre o projeto, as quais só chegavam pela defensoria e pelo Ministério Público.

Em fevereiro de 2019 a Prefeitura de São José dos Campos promoveu uma reunião no Paço Municipal para apresentar o projeto do Arco da Inovação e discutir os desdobramentos em relação ao transporte e mobilidade, os investimentos e as consequências de sua implantação. De acordo com a moradora da cidade (entrevista 2), ela e o movimento social a qual pertence só tomaram ciência sobre a reunião porque “uma pessoa lá de dentro que nos mandou a informação”. Segundo ela, ninguém foi convidado, nem os moradores do entorno que seriam os mais afetados pela obra. A entrevistada comenta que a reunião foi em um horário muito ruim, durante a semana e às 10 horas da manhã, e em um local pequeno e de difícil acesso, no auditório da sala do prefeito, a qual se encontra no último andar do Paço Municipal. Ela conta que neste momento ficou claro que a reunião era para um grupo seletivo, já que só cabiam por volta de 30 pessoas no auditório.

O historiador e ambientalista (entrevista 3) complementa que a reunião só aconteceu para a Prefeitura não passar a imagem de omissa e negligente e que a sua divulgação foi péssima. Segundo o entrevistado, as informações durante a reunião estavam muito desencontradas e precárias.

Quando questionado a respeito pelo Portal O Vale Entrevista, Paulo Guimarães respondeu que a discussão com a sociedade foi feita “de forma empírica na construção do plano de mobilidade” e que na audiência pública para a validação do plano foram apontados os locais que demandavam intervenções. De acordo com o Secretário, “uma solução de engenharia” não tem necessidade de entrar em pautas de discussões.

A única pesquisa de opinião em relação à obra do Arco da Inovação foi realizada pelo IPPLAN em agosto de 2018. A pesquisa foi realizada com 328 cidadãos residentes nos seguintes bairros (todos localizados no Centro ou na Zona Oeste): Vila Ema, Jardim Apolo, Jardim Esplanada, Vila Adyanna, Jardim das Colinas, Jardim Aquáriu, Jardim Alvorada, Jardim das Indústrias e Urbanova. As entrevistas ocorreram por telefone com a utilização de questionário estruturado com questões fechadas.

Para finalizar, a moradora da cidade (entrevista 2) e o historiador e ambientalista (entrevista 3) responderam qual ícone urbano eles consideravam mais representativos da cidade. A moradora da cidade (entrevista 2) respondeu que considera o Anel Viário por ele dar acesso a muitos lugares e por ser a única via que não atende apenas áreas nobres. O historiador e ambientalista (entrevista 3) considera que a grande síntese joseense é o Banhado, já que ao mesmo que ele traz o bucolismo do território rural de joseense, por cima dele passam aeronaves. O entrevistado fala ainda que, vários anos se passaram e vários projetos foram feitos, mas o Banhado²⁵ continua resistindo.

Vale destacar que as ações trazidas nesta subseção exaltam apenas fragmentos da cidade pertencentes a determinado contexto sociocultural e econômico e de acordo com intencionalidades implícitas tanto dos órgãos públicos quanto de agentes privados. Ao mostrar determinada face da cidade como tentativa de totalização, os ícones urbanos tornam-se excludentes, já que nem sempre são representativos para todos os grupos de pessoas, principalmente em uma cidade onde há tantas contradições socioeconômicas e culturais.

²⁵ Para obter maiores informações sobre a história e a luta do Jardim Nova Esperança (Banhado) ver a tese de doutorado “Planejamento urbano, campo intelectual e sistema simbólico: a vida no Banhado, cartão postal de São José dos Campos, SP (1937-2016)” (2020) do pesquisador Douglas de Almeida Silva.

Enquanto isso, durante a implantação de ícones urbanos há uma grande transferência de recursos para a indústria da construção civil, com gastos superiores aos necessários, já que a prioridade é o fator estético, no qual a solução construtiva busca a espetaculosidade e criar um marco referencial em detrimento do fator técnico-econômico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro questionamento ao nos deparar com o marketing urbano é se ele de fato divulga a realidade da cidade e, após a finalização desta etapa da pesquisa, a hipótese de que não se mostra a verdadeira urbe foi confirmada. Porém, em uma cidade onde a lógica neoliberal é seguida, o marketing não poderia ficar de fora, afinal ela segue as mesmas diretrizes de empresas e, como sempre disse o ditado, “a propaganda é a alma do negócio.

A intenção desta pesquisa foi trazer o marketing urbano sendo aplicado em prol da consolidação dessa cidade neoliberal por meio do planejamento urbano e da produção do espaço da cidade de São José dos Campos, tanto no aspecto físico quanto social. ao analisar as estratégias de aplicação do neoliberalismo no território urbano, algumas já tinham sido adiantadas pela literatura, como competições interurbanas e subordinação ao local, outras foram reveladas durante as entrevistas com os participantes da pesquisa e com o levantamento de material midiático, como o empreendedorismo e o capital excedente sendo aplicado ao território urbano.

Porém, o que ambas as metodologias nos deixaram mais claro, foi a dualidade da cidade. A cidade mostrada pelo marketing urbano, a qual concluímos que é apenas um fragmento, já que as imagens divulgadas e os ícones urbanos estão sempre na zona central e na zona oeste, é um mundo separado das outras zonas da urbe, as quais a cidade-marca e a cidade-empresa precisam ignorar para se manter.

Não só as imagens mostram as inverdades do marketing urbano, os números também quando comparamos a média de investimento por habitante em cada macrozona da cidade: território mais habitado da cidade, a zona sul, recebeu entre 2016 e 2019 de investimento público R\$299,03 por habitante. Enquanto isso, a zona oeste, a qual aparece quase que exclusivamente nas publicidades municipais, é a região que mais recebe investimento público por habitante: R\$2403,17, o equivalente a 803% dos investimentos da zona sul.

A pesquisa confirmou também o quanto a mão do Estado é visível no marketing urbano, afinal, a maioria dos materiais analisados foram produzidos pela Prefeitura de São José dos Campos. Mesmo que após a leitura seja explícito que a cidade é governada para um seletivo grupo de pessoas, é preciso reafirmar que o discurso é bastante necessário para o convencimento de que a urbe é governada para todos e que é um privilégio nascer e morar em uma cidade “desenvolvida” como São José dos Campos, já que os habitantes que não fazem parte deste seletivo grupo são cada vez mais jogados às margens.

Como afirmou o geógrafo Milton Santos (2008), a disputa intrínseca no discurso e a ação do Estado e dos grandes acumuladores de capital não aconteceria sem os progressos técnicos recentes e, ao mesmo tempo, após termos vivido o tempo do corpo e das máquinas, agora vivemos a época dos signos. Isso nos leva a crer que, no momento atual, é praticamente impossível desassociar cidades em desenvolvimento (independentemente do significado que se atribui a essa palavra) das imagens, signos e discursos, conseqüentemente, do marketing urbano. Ainda segundo o geógrafo, na tentativa de utilizar o discurso para globalizar o espaço, criamos apenas uma metáfora, já que quem se globaliza, na realidade, são as pessoas e os lugares.

Pensando nisso e nas razões que levam as grandes empresas a usarem tais táticas, ou seja, quebrar políticas protecionistas, dominar regras nacionais e influenciar os gostos e hábitos de consumo, notamos que os símbolos e discursos criados pelo marketing urbano nos confundem e tomam o lugar da realidade.

Segundo Zanetti (2008), é necessário conhecer o referencial de análise para entendermos a produção desses discursos produzidos sobre o local e seus habitantes, já que implica histórias e cria significados, logo, nunca devemos confundir a cidade em si com o discurso usado para descrevê-la. Principalmente porque, como nos lembra Vainer (2000), a mercadoria-cidade tem um público consumidor muito específico e qualificado.

Conclui-se que o marketing urbano em sua origem não deixa de ser um artifício de comunicação, porém, apenas com objetivos que atendam a lógica neoliberal, como o *modus operandi* de venda de um determinado produto, o qual, no caso, a cidade.

Como já dizia Costa em 2007, “do ponto de vista do desenvolvimento urbano, o desempenho de São José dos Campos deixa a desejar”. Além de problemas como dispersão territorial, vazios urbanos e a barreira viária causada pela Rodovia Presidente Dutra, a qual cortou a cidade ignorando seu relevo e traçados pré-existentes, identificamos falta de geração de recursos e políticas para o âmbito social, como habitação de interesse social, regularização de assentamentos precários e qualidade ambiental. Sendo assim, vale questionar, bom mesmo é viver em São José?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, G. G. F.; ENGEL, V. A cidade mercadoria e o marketing urbano na (re)construção da imagem dos espaços públicos: o caso da marca da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, Recife, v. 19 n. 1, p. 89-105, 2017.
- ALONSO, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. *In*: ABDAL, A. *et al.* **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: CEBRAP, 2016. p. 8-23.
- ALVES, A. Entrevista concedida a Thaís Leite. **OVALE Entrevista**, São José dos Campos, 20 nov. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SJYyu9XhZ_k&list=PLZMhQ6Fjzow1ZtmnpsVlz0DiakonMnbWH&index=40. Acesso em: 20 set. 2020
- AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In*: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **Cidades Médias Brasileiras**. Brasília: IPEA, 2001. p. 1-34.
- ARANTES, O. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.B.; MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.11-74.
- ARANTES, P. F. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v. 20, p. 60-75, 2006.
- ARCO DA INOVAÇÃO. São José dos Campos: Prefeitura de São José dos Campos. 1 vídeo (2 min 23 s). Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/videos/2018/arco-da-inovacao/>. Acesso em: 10 out. 2019.
- ARMSTRONG, G.; KOTLER, P. **Princípios de Marketing**. Londres: Pearson, 2015.
- ASCHER, F. **Métapolis ou l'avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto de Lei Nº 495, de 17 de abril 2019. Declara o Município de São José dos Campos "Capital Estadual da Indústria Aeroespacial - Capital do Avião". Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000264022>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- AUGÉ, M. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9 ed. Campinas: Editora Papirus, 1994
- BALIEIRO, W. Entrevista concedida a Douglas Cruz. **SP RIO +**, São José dos Campos, 30 out. 2020. Disponível em: <https://www.spriomais.com.br/2020/10/30/eleicoes-2020-wagner-balieiro-pt-13/>. Acesso em: 20 nov. 2020

BALIEIRO, W. Entrevista concedida a Thaís Leite. **OVALE Entrevista**, São José dos Campos, 23 out. 2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=EZ6XMQKKPKY&list=PLZMhQ6Fjzow3Car2a8SkOR9E-xCThXjx8&index=9>. Acesso em: 20 nov. 2020

BOKANY, V. L. As manchas da intolerância na cidade de São Paulo. *In*: Vêras, Maura Pardini Bicudo. **Desigualdades urbanas: algum marco conceitual? Desigualdades urbanas, segregação, alteridade e tensões nas cidades brasileiras**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

BOM É VIVER EM SÃO JOSÉ – recuperação de áreas públicas, 2018. 1 vídeo (30 s). Publicado pelo site da Prefeitura de São José dos Campos. Disponível em
<https://www.sjc.sp.gov.br/videos/2018/bom-e-viver-em-sao-jose-recuperacao-de-areas-publicas/>. Acesso em: 10 out. 2019.

BORJA, J.; CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. **Revista Novos Estudos**, v. 45, p. 152-166, 1996.

BORJA, J.; FORN, M. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. **Espaço & Debates**, v. 39, p. 32-47, 1996.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: Taurus, 1997.

BRASIL. República Federativa do. **Lei Federal 12.232, de 29 de abril de 2010**. Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112232.htm. Acesso em: 01 fev. 2020.

CANETTIERI, T. A produção capitalista do espaço e a gestão empresarial da política urbana: o caso da PBH Ativos S/A. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 3, p. 513-529, 2017. Disponível em:
<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5475>. Acesso em: 27 out. 2020.

CARMO, R. L.; ANTICO, C.; LEITE, L. O. C. L. (org.). **Atlas das Condições de Vida em São José dos Campos**. São José dos Campos: UNICAMP, 2003.

CARVALHO, M. Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 70-81, 2000.

CODAZZI, G. Boeing e Embraer, o acordo que não decolou. **O Vale**, São José dos Campos, 26 abril 2020. Disponível em:
https://www.ovale.com.br/_conteudo/editoria__novo/2020/04/102448-editorial--boeing-e-embraer--o-acordo-que-nao-decolou.html. Acesso em: 20 jun. 2020.

COMPANS, R. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. n.1, p. 91-114, 1999.

COMPANS, R. **Empreendedorismo urbano**: entre o discurso e a prática. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

COSTA, P. E. O. **Legislação urbanística e crescimento urbano em São José dos Campos**. 2007. 258 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COMUNIDADES IMPACTADAS BID. **Constituição da Rede de Comunidades Impactadas pelo BID**. São José dos Campos (São Paulo), 18 dez. 2020. Instagram: @comunidadesimpactadasbid. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CI82ws0Jxjs/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

COMUNIDADES IMPACTADAS BID. **Depoimento vítimas**. São José dos Campos (São Paulo), 8 dez. 2020. Instagram: @comunidadesimpactadasbid. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/Cliv1cgJHsu/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

COOPER, C. **Turismo, princípios e práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CURY, E. Entrevista concedida a Douglas Cruz. **SP RIO +**, São José dos Campos, 2 jul. 2020. Disponível em: <https://www.spriomais.com.br/2020/07/23/eduardo-cury-psdb-deputado-federal/>. Acesso em: 20 nov. 2020

DALLARI, D. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEÁK, C. Acumulação travada no Brasil e a crise dos anos 80. **Espaço & Debates**. v. 32, p. 32-46, 1991.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DUARTE, F; CZAJKOWSKI, S. J. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. **Revista de Administração Pública**. v. 41, n.2, p. 274-282, 2007.

DUTRA, H. Entrevista concedida a Thaís Leite. **OVALE Entrevista**, São José dos Campos, 19 nov. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NTvXxnHJ8G4&list=PLZMhQ6Fjzow1ZtmnpsVlz0DiakonMnbWH&index=70>. Acesso em: 20 set. 2020

ELEIÇÕES 2020: Entrevista com o candidato à prefeitura de São José dos Campos, Wagner Balieiro (PT), 2020. 1 vídeo. Publicado pelo canal **Portal Meon**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RhbWgmgIXG0>. Acesso em: 20 nov. 2020

ELEIÇÕES 2020: Entrevista com o candidato à prefeitura de São José dos Campos, Anderson Senna (PSL), 2020. 1 vídeo. Publicado pelo canal Portal Meon. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z2-uz7aJ1AI>. Acesso em: 20 nov. 2020

FERREIRA, J. S.W. **São Paulo: o mito da cidade global**. 2003. 336 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERREIRA, J. S.W. O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo. **Revista Pós-FAUUSP**, n.16, p. 26-48, 2004.

FERREIRA, J. S.W. **O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FERREIRA, A. F. Entrevista concedida a Thaís Leite. **OVALE Entrevista**, São José dos Campos, 08 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7H7sIMShdCU&list=PLZMhQ6Fjzow1ZtmnpsVlz0DiakonMnbWH&index=28>. Acesso em: 20 nov. 2020

FIX, M. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada**. São Paulo. Boitempo, 2001.

FORN, M. **Estratégias de transformación urbana y econômica**. Barcelona: Mimeo, 1993.

GARCIA, M. A. Dez anos de política externa. *In: SADER, E. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2000. 1. 1207-1575

GEORGE, P. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GOMMEZ, S. Entrevista concedida a Glaucio Turzi. **SP RIO +**, São José dos Campos, 02 dez. 2020. Disponível em: <https://www.spriomais.com.br/2020/10/02/samuel-gommez-empresario/>. Acesso em: 12 dez. 2020

GUIMARÃES, P. Entrevista concedida a Thaís Leite. **OVALE Entrevista**, São José dos Campos, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m5scaFs1b7c&list=PLZMhQ6Fjzow1ZtmnpsVlz0DiaakonMnbWH&index=128>. Acesso em: 20 set. 2020

GUIMARÃES, P. Entrevista concedida a Thaís Leite. **OVALE Entrevista**, São José dos Campos, 12 jul. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hykw-ViSs18&list=PLZMhQ6Fjzow1ZtmnpsVlz0DiakonMnbWH&index=23>. Acesso em: 20 set. 2020.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 25 ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. “L’accumulation flexible par l’urbanisation: réflexions sur ‘post-modernisme’ dans la grande ville americaine”. **Futur Antérieur**, n. 29, p. 121-45, 1995.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. O novo imperialismo: acumulação por desapossamento (Parte II). **Revista Lutas Sociais**, v. 15/16, 2006
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- Institucional - São José dos Campos, 2020. 1 vídeo (3 min e 32 s). Publicado pelo canal Prefeitura de São José dos Campos PMSJC. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pvzrVvFHFg>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>. Acesso em: 7 out. 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISA, ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – IPPLAN (coord). **Atlas da Pesquisa Origem e Destino: panorama da mobilidade em São José dos Campos**. São Carlos: Cubo, 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA, ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – IPPLAN (coord). **Pesquisa sobre a obra da Ponte Estaiada**. São José dos Campos, 2018.
- IPC MAPS. **Consumo nacional deve movimentar R\$ 4.7 trilhões, elevando PIB em 2019**. São Paulo, 2018. 20 p.
- KOTLER, P; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 3.0: As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- LEFEBRE, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2009.
- LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. *In*: ABDAL, A.; OLIVEIRA, M.; GHEZZI, D.; SANTOS, J. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: CEBRAP, 2016. p. 42-59.
- LOGAN, J.; MOLOTCH, H. **Urban Fortunes: The political economy of place**. Berkeley: University of California Press, 1987. 383 p.
- LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MAGALHÃES, F. N. **O neoliberalismo e a produção da metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea**. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gérias, Belo Horizonte, 2015.

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-28, 2002.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MEYRONIN, B. **Marketing territorial: Enjeux et pratiques**. 2 ed. Paris: Vuibert, 2012.

MIURA, V. T. **Da imagem construída e imagem percebida: os marcos referenciais urbanos na paisagem de São José dos Campos – SP**. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2006.

MONTEIRO, E. Entrevista concedida a Thaís Leite. **OVALE Entrevista**, São José dos Campos, 6 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bq1CoOEx1gQ&list=PLZMhQ6Fjzow1ZtmnpsVlz0DiakonMnbWH&index=16>. Acesso em: 20 set. 2020

MORAES, T. Entrevista concedida a Glauco Turzi. **SP RIO +**, São José dos Campos, 24 set. 2020. Disponível em: <https://www.spriomais.com.br/2020/09/24/thais-moraes-diretora-de-comunicacao-da-ball-america-do-sul/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MOURA, F. Entrevista concedida a Glauco Turzi. **SP RIO +**, São José dos Campos, 6 out. 2020. Disponível em: <https://www.spriomais.com.br/2020/10/06/fabiano-moura-presidente-da-aconvap-mercado-imobiliario-tem-for-te-alta-no-vale-do-paraiba/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

NIKOLUK, E. Entrevista concedida a Thaís Leite. **OVALE Entrevista**, São José dos Campos, 16 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BTZHe3bYhF4&list=PLZMhQ6Fjzow3Car2a8SkOR9E-xCThXjx8&index=11>. Acesso em: 20 nov. 2020

PAIVA, R. Entrevista concedida a Douglas Cruz. **SP RIO +**, São José dos Campos, 27 out. 2020. Disponível em: <https://www.spriomais.com.br/2020/10/27/eleicoes-2020-renata-paiva-psd/>. Acesso em: 20 nov. 2020

PAIVA, R. Entrevista concedida a Thaís Leite. **OVALE ENTREVISTA**, São José dos Campos, 27 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TbuVM1qnrL4>. Acesso em: 22 nov. 2020

PENEDO, A. **Arquitetura Moderna: São José dos Campos**. São José dos Campos: Alexandre Penedo, 1997.

PINTO, G. J. Planejamento Estratégico e City Marketing: a nova face das cidades no final do século XX. **Caminhos da Geografia - Revista Online do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 2, n.3, p. 17-22, 2001.

RAMUTH, F. Entrevista concedida a Fabrício Correia. **Portal Meon**, São José dos Campos, 19 fev. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kISn25_igvA Acesso em: 14 mar. 2020.

RAMUTH, F. Entrevista concedida a Thaís Leite. **OVALE Entrevista**, São José dos Campos, 19 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tsaJwNkKWGs&list=PLZMhQ6Fjzow3Car2a8SkOR9E-xCThXjx8&index=4>. Acesso em: 20 nov. 2020

RAMUTH, F. Entrevista concedida a Douglas Cruz. **SP RIO +**, São José dos Campos, 29 out. 2020. Disponível em: <https://www.spriomais.com.br/2020/10/29/eleicoes-2020-felicio-ramuth-psdb-45/>. Acesso em: 20 nov. 2020

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. *In*: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2000. l. 3106-3308

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, p. 31-49, 2001.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTANA, J. V. Desenho ideológico do BID: o modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. **Revista Kátal**, v. 15, n. 1, p. 21-31, 2012.

SANTOS, A. **Arquitetura Industrial - São José dos Campos**. São José dos Campos: Ademir Pereira dos Santos, 2006.

SANTOS JUNIOR, O. A. Espaços Urbanos Coletivos, Heterotopia e o Direito à Cidade: Reflexões a partir do Pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. *In*: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. MONTE-MÓR, R. L. M. **Teorias e 25 Práticas Urbanas: Condições para a Sociedade Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015 p. 193-213.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. *In*: **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio-técnico científico informacional**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 12-18

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei nº 1.623, de 30 de novembro 1971. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos, e dá outras providências. **Boletim do Município**, n. 80. São José dos Campos, 08 dez. 1971.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP). Edital de licitação nº 016/SGAF/2018. Contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda pelo tipo “técnica e preço”. **Departamento de recursos materiais: Divisão de Licitações**, 29 novembro 2008.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei nº 9.495, de 24 de março de 2017. Altera a Lei n. 3.939, de 21 de março de 1991, que "Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de São José dos Campos.". Boletim do Município. n. 2377. São José dos Campos, 17 fev. 2017.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei nº 612, de 30 de novembro 2018. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos e dá outras providências. São José dos Campos, 30 nov. 2018.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP). PREFEITURA MUNICIPAL. **Cartilha do Arco da Inovação:** conheça a obra que vai desafogar o principal ponto de congestionamento da cidade. São José dos Campos, 2018.

SÃO JOSÉ lança obra da Via Cambuí, 2017. 1 vídeo (2 min e 40 s). Publicado pelo portal G1 – Link Vanguarda. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/link-vanguarda/videos/v/sao-jose-lanca-obra-da-via-cambui/6341123/>. Acesso em: 10 out. 2020.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP). PREFEITURA MUNICIPAL. Departamento de recursos materiais. Contrato nº 30/2020. São José dos Campo: Prefeitura do Município, 31 jan. 2020.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), PREFEITURA MUNICIPAL. São José dos Campos, bem-estar na cidade do futuro. **G1 – Minha São José**, São José dos Campos, 18 janeiro 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/especial-publicitario/prefeitura-de-sao-jose-dos-campos/minha-sao-jose/noticia/2021/01/18/sao-jose-dos-campos-bem-estar-na-cidade-do-futuro.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), PREFEITURA MUNICIPAL. Portal da Transparência: contratos. Disponível em: <https://servicos.sjc.sp.gov.br/contratos/>. Acesso em: 11 jan. 2021

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP). PREFEITURA MUNICIPAL, 2021. Comunicação: vídeos. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/videos/>. Acesso em: 10 out. 2019.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP). PREFEITURA MUNICIPAL, 2021. São José em dados: bandeira. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/sao-jose-em-dados/bandeira/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP). Secretaria de Governança. **Tabelas de gestão de contratos de publicidades**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/contratos-de-publicidade/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano Diretor de São José dos Campos**, 2018. Disponível em: <http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/home>. Acesso em: 30 jan. 2021.

SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. Nova Jersey: Princeton University Press, 1991.

SENNA, A. Entrevista concedida a Douglas Cruz. **SP RIO +**, São José dos Campos, 05 nov. 2020. Disponível em: <https://www.spriomais.com.br/2020/11/05/eleicoes-2020-senna-psl-17/>. Acesso em: 20 nov. 2020

SENNA, A. Entrevista concedida a Thaís Leite. **OVALE Entrevista**, São José dos Campos, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JeGqWc-TiXo>. Acesso em: 20 nov. 2020

SILVA, D. A. **Planejamento urbano, campo intelectual e sistema simbólico: a vida no banhado, cartão postal de São José dos Campos (1937-2016)**. 2020. 440 f. Tese (Doutorado em Planejamento urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2020.

SOUZA, J.; RESCHILIAN, P. Reforma da estrutura orgânica dos municípios e institucionalização das representações sociais sobre a cidade: a primazia da gestão gerando uma (des)ordem urbana em São José dos Campos, Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v. 15, p. 403-428, 2018.

SOUZA, M. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

SPOSITO, M. Reestruturação econômica, urbana e da cidade: os papéis intermediários de cidades médias em múltiplas escalas. *In*: ADRIANI, L.; LAN, D.; SPOSITO, E (ORG.). **Reestructuracion productiva e industria, en ciudades intermedias de Argentina y Brasil**. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018, p. 189-207.

TURANO JÚNIOR, J. Entrevista concedida a Thaís Leite. **OVALE Entrevista**, São José dos Campos, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bntUhFdI2w8>. Acesso em: 20 set. 2020

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2000.

VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires: L'Économie d'archipel**. Paris: PUF, 1996.

ZANETTI, V. São José dos Campos, da doença e dos ares – entre a identidade e a indiferença. *In*: PAPALI, M. A. (org.). **Histori(cidades): um olhar multidisciplinar**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 27-52.

APÊNDICE A: ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1 – JORNALISTA E CICLOATIVISTA

1 INTRODUÇÃO

Você é joseense?

R: Eu sou joseense, meus pais são italianos e vieram para cá na década de 70, durante o regime militar, quando São José já era industrializada e vivia o momento desenvolvimentista. Saí daqui e já tive um pouco de vida em São Paulo.

Por que seus pais decidiram vir para São José dos Campos?

R: Tem uma questão política envolvida, mas ele conseguiu um emprego porque a Tecelagem Paraíba tinha equipamentos que só os estrangeiros sabiam trabalhar, precisava de uma mão de obra mais especializada. Tanto é que teve o cobertor Paraíba que ficou conhecido no Brasil inteiro muito rápido. Depois que a tecelagem faliu, ele montou uma oficina de usinagem que fazia uma parte dos aviões da Embraer, como parafusos, porque começou a acontecer a terceirização. A própria Embraer, assim como outras empresas da região, fez o esquema de repartir as produções.

Você mudaria ou já pensou em se mudar? Por que?

R: Já pensei em me mudar de São José porque nem sempre eu tenho trabalho aqui. Eu vejo que a cidade tem uma bonança, mas dependendo da área em que você trabalha não é tão fácil, principalmente quando você quer ir para um empreendedorismo diferente do que vendem para gente. Se você pensa em trabalhos fora da indústria, ou mesmo do comércio e serviço. Eu trabalhei muito no terceiro setor, então por um período conseguia mais facilmente, só que ainda assim era um privilégio, se fosse fazer as contas eram poucas pessoas que tinham vínculo com o terceiro setor.

Teve uma época que eu trabalhava mais fora daqui. Mas hoje não é mais tanto isso que me faz pensar em ir embora de São José, eu tenho vontade de mudar porque, na minha opinião, a cidade chegou em um estágio que, para o que eu entendo como qualidade de vida, eu costumo dizer que São José tem todas as coisas ruins que uma metrópole tem, mas não tem todas as coisas boas. Em São Paulo você tem uma diversidade maior, aqui em São José ainda não. Mas o que me motiva mais a querer deixar a cidade é a expansão dela, o tamanho, a maneira como ela foi se configurando. Mesmo que muitas vezes São José seja chamada de

cidade média, para mim ela já é uma cidade caótica, pela poluição sonora, poluição visual, pelo trânsito com essa matriz totalmente focada nos automóveis. Para você morar em um lugar tranquilo, só em uma ilha de privilégio, ou você consegue um lugar em uma rua sem saída, ou você vai morar na Zona Norte. Você não consegue isso em qualquer área da cidade. Tem pessoas que falam da violência, eu nem acho que seja uma violência social, acho que é uma violência na própria aparência da cidade, uma violência com a saúde física e mental. Eu percebo que é uma cidade que me faz mal, que me estressa. Eu moro praticamente na periferia geográfica da região mais rica da cidade, a minha rua cada vez está mais movimentada, cada vez os carros passam mais rápido.

Quais setores você considera potencialidades econômicas e sociais em São José dos Campos?

R: Eu percebo o terceiro setor como a potencialidade, as indústrias contribuem absurdamente, mas o que mais produz empregos é o terciário. Mas dá para agregar outros tipos de economia, como a economia criativa. Ainda é um setor muito convencional. A indústria contribui muito na arrecadação, mas não é mais esse rumo que a cidade está tomando.

Quais setores devem ser priorizados e desenvolvidos em São José dos Campos nos próximos anos?

R: A gente não tem ainda, nem em São José e nem na região, investimentos de educação e pesquisa na área de humanas, não tem nenhuma universidade pública na área de humanas. Isso cria um grande disparate, as pessoas dizem que o índice de pobreza da cidade é muito pouco, mas esse pouco representa quanto? A gente vai ficar só analisando dados, mas não vai analisar os comportamentos? Atrás dos dados existem sujeitos. Foi um ganho absurdo, na gestão do Carlinhos, conseguir a UNIFESP, a faculdade de medicina, uma questão de saúde pública, o que é fundamental, mas a gente percebe uma resistência da cidade em se manter neste polo de tecnologia. As pessoas associam inovação apenas com tecnologia, sendo que, por exemplo, se você conseguir dar outro destino para o lixo da cidade que não seja ir tudo para o aterro, é uma inovação. Pessoas que poderiam trabalhar com inovações não vinculadas à tecnologia acabam indo trabalhar em outro lugar, a cidade perde muito capital humano. As periferias mesmo tem muito potencial e nós não conhecemos nem parte dos talentos, o que também é um capital humano.

Quais projetos e reformas urbanas você considera mais urgentes na cidade?

R: Eu acho que a gente precisa pensar urgentemente na regularização fundiária e pensar um novo modelo de mobilidade urbana. Quando nós pensamos na regularização fundiária, é para que as pessoas possam continuar onde elas estão sem ficar fazendo essas pessoas dançarem pelo território dependendo da pressão da Prefeitura. São José tem muito estoque de área e não faz valer tudo aqui o que está escrito no Estatuto da Cidade. Nós temos uma área central bastante estruturada, mas cheia de imóveis vazios. Uma reforma urbana com regularização fundiária fazendo valer o Estatuto da Cidade aliada com um novo olhar para a mobilidade urbana, consegue colocar menos investimento pesado em infraestrutura e em deslocamentos. Às vezes você consegue resolver a questão da mobilidade mexendo na política habitacional. Remanejando a população no território, é possível pensar em uma melhor mobilidade urbana.

Quais eram as fontes de informação utilizadas pelos veículos de comunicação nos quais você atuou?

R: No O Vale, eu trabalhei como repórter quando era recém formada, era uma máquina de produção de fazer matéria. Também fui colunista lá há quatro anos atrás. Quando eu fui colunista eu tinha mais liberdade. Também fui colunista no Meon por pouco tempo, por 4 meses, lá eu senti que eles me cortaram, incomodou, ainda mais que a gestão do momento era o PSDB. Eu lembro de um texto que não ficou no ar, era um texto que falava sobre São José não seguir as recomendações da OMS em relação aos limites de velocidade, quando o Felício alterou esses limites, mas o texto não está mais lá.

Quando eu era repórter, no começo dos anos 2000, os dados eram buscados no IBGE, na Prefeitura. Mas eu lembro que o corpo de anunciantes vinculados com o jornal era quase todo do mercado imobiliário. Quando tinha o caderno de aniversário de São José, o qual era chamado de Caderno do Empreendedor, era uma “babação de ovo” para as construtoras, para a família Marcondes César, tinha até uma seção de entrevista chamada “Os empreendedores da cidade”. Eu lembro que eles transitavam pelo jornal, eles mantinham o jornal. Então, eu imagino o tanto de coisa que não era falado. Por exemplo: eu, naquela época, era muito novinha, tinha acabado de me formar, era uma fase que São José estava bombando, porque já tinha passado a recessão dos anos 80 e 90, e eu nem lembro de conflito no Campo do Alemães, no BID já atuando na cidade, isso não saía muito no jornal, quando saía, não recebia destaque. A parte da cultura ainda ficava muito escondida, não se falava muito.

2 IMAGEM DA CIDADE

São José dos Campos já recebeu várias denominações “sínteses”, como “cidade sanatório”, “cidade polo-tecnológico” e agora, em entrevista concedida em fevereiro de 2020 para o Portal Meon, o prefeito afirmou estar trabalhando junto com a Fundação Cultural em busca da “São José da cultura”. Qual síntese você acha que mais representa a cidade? Seria alguma já existente ou existe alguma outra mais representativa?

R: Tem gente que nem sabe da cidade sanatório, para que a cidade se empenhou no apagamento dessa memória. Por mais que o Felício tenha falado isso, a que mais representa, ao meu ver, ainda é a de polo tecnológico. Mesmo que a Embraer vá totalmente embora, a gente vai ficar como “cidade do avião” por muito tempo. Eu acho que São José não tem uma identidade clara, para mim ela passa uma sensação de uma crise de identidade. Também acho que a identidade dela pode ser “a capital do vale”.

Eu não consigo imaginar São José indo para uma visão de cidade da cultura. Nós temos movimentos culturais incríveis aqui, mas eu faço parte de um grupo de pessoas que tem acesso a isso, não é a imagem que a cidade passa. O coral de São José é maravilhoso e o Felício aniquilou o coral, parece que a própria Prefeitura tem preguiça da Fundação Cultural.

Qual imagem você acredita que São José dos Campos passa para o exterior? Ela condiz com a realidade?

R: Eu já trabalhei com estrangeiros e, realmente, São José consagrou a imagem de polo tecnológico, como a cidade que produz avião. A cidade de fato produz avião, nós não podemos negar o fato, mas todo mundo consegue produzir avião? Não é todo mundo que está no núcleo da Embraer.

Qual é o papel da mídia na formação dessa imagem?

R: Ao meu ver, a mídia convencional de São José foi uma das grandes responsáveis por ajudar a manter esta ideia, dessa cidade de progresso, dessa cidade desenvolvimentista, dessa cidade com o avião como ícone mais representativo. A mídia teve um papel de reforço dessa imagem, não de fazer um contraponto. Às vezes pode até sair alguma matéria, mas a matéria fala “São José também tem tal coisa”, olha o poder de um “também”, é diferente de um “e”.

3 MÍDIA / PUBLICIDADE

Qual é o papel da mídia no desenvolvimento da cidade? E na gestão urbana?

R: A mídia tem o papel de informar, mas a gente vive em um país onde a mesma família tem vários veículos de comunicação, então o mesmo discurso é reproduzido mais vezes. Não sei dizer na escala de São José dos Campos. Ao mesmo tempo em que a mídia pode potencializar um setor da cidade, ela pode a partir até da não manifestação dela pode anular outros setores. A fala dela em excesso é tão prejudicial quanto a sua situação de silêncio perante a coisas que ocorrem na cidade, seja sistema produtivo, econômico, da área da saúde. No silêncio reside uma enorme informação.

A maior parte das pessoas tem uma imagem de cidade a partir do que a mídia mostra e a cidade é algo muito complexo, toda a nossa vida se dá nela. Porém, a mídia tem uma visão urbana totalmente fragmentada, isso contribui ainda mais para que as pessoas se distanciem do entendimento do que é gerir uma cidade e o que é organizar esse espaço comum a todos. A mídia vai numa linha muito dos dados e uma cidade não se gere só por dados, porque sempre por traz de dados, existem pessoas.

Você acredita que a mídia de maior circulação em São José dos Campos influencia os gostos, o modo de vida e o consumo do joseense?

R: Com certeza, principalmente a mídia convencional com as suas propagandas. Por trás da notícia sempre tem os anunciantes. A imagem da cidade também está muito atrelada ao potencial destes anunciantes. Você pode ir em qualquer padaria de São José que vai ter uma imagem do anel viário, que agora vai ser substituída pela da ponte estaiada. Mesmo jornais menores, com escala de bairro, como o Aquarius Life, ele vende a imagem de uma cidade que não é a cidade que todo mundo compartilha.

Em 2019 a Prefeitura gastou R\$11.656.395 em contratos de publicidade. Por que você acredita que há tanta publicidade?

R: Porque a prefeitura tem total conhecimento do quando o marketing é importante pra ela se promover. Eu nem acho que o PSDB use a propaganda para se manter no poder, ele usa o marketing para vender uma ideia de cidade. E não é uma cidade que vai ser vendida só para quem mora no Aquarius e no Urbanova, por exemplo, ou seja, para as populações mais privilegiadas, a ideia é fazer que mesmo quem é excluído, que mora na cidade invisível, que ele acredite que ele mora em uma cidade com potencial. Eu acho perverso, a prefeitura usa o marketing para promover uma identidade de cidade. Esse marketing não é só para quem mora, é para continuar a atrair investidores, para se destacar.

Você percebe um esforço do poder público em se distanciar da fase sanatorial e industrial?

R: Eu acho que esse esforço já foi tão bem feito que já distanciou, não precisa mais ser feito. O Vicentina Aranha acabou sendo uma resistência materializada, mas eu acho que porque seria demais a prefeitura não querer fomentar aquilo, porque seria muito “cara-de-pau”. Só que de novo cai naquilo, quem estimula o Vicentina Aranha está ligado com a Fundação Cultural, não à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por exemplo. Não é algo que vai lembrar demais a fase sanatorial, você vai ter informação sobre o Vicentina Aranha estando lá dentro, não por outros meios.

A mídia tem potencialidade para influenciar na resolução dos maiores problemas urbanos?

R: Eu não acho que na resolução direta, mas na medida que ela fizesse chegar até as pessoas a leitura real da cidade, ajudaria até no engajamento político das pessoas, não só pelo voto, mas de modo que as pessoas queiram ser partícipes do processo. A maneira como as coisas são colocadas talvez também distanciem a ideia de que talvez você possa ser participativo, até hoje as pessoas se confundem muito com o que é uma audiência pública, o que é uma reunião de orçamento de plano participativo, por exemplo. A mídia é muito fragmentada, não dá continuidade nos assuntos abordados.

4 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE 2018

Consta no Art. 2.º da Lei Complementar n.º 612 que um dos princípios do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos de 2018 é o “desenvolvimento equitativo e centrado nas pessoas, construindo e fortalecendo comunidades justas, inclusivas, reduzindo o índice de vulnerabilidade social no município”. O que você vê sendo feito em relação a isso?

R: A própria política habitacional é um exemplo muito claro de que o próprio Estado mantém esse processo, desses excluídos. E ainda cai naquilo, às vezes vai continuar usando recurso do BID ou do fundo, se promove, porque a cidade também acaba fazendo propaganda dela a partir do momento que as pessoas veem que ela tem vínculo com o Banco Mundial. E o pior, quando você pega essas fontes de financiamento, o que recurso vem, mas para alocar essas pessoas onde? A política inclusiva não se limita a dar uma casa para a pessoa, é preciso questionar onde é essa casa e com qual infraestrutura ela conta. Também não adianta fazer

ciclovias se constrói uma ponte estaiada, incluir é redistribuir o que existe. Então, eu não vejo a cidade avançando nesse sentido, eu vejo um discurso descolado da prática.

Um dos objetivos apresentados no Art. 4.º da Lei Complementar n.º 612 é “consolidar a posição do município como um polo de alta tecnologia”. Na sua opinião, por que?

R: O município quer garantir isso inclusive com respaldo legal. Quer se manter porque isso vai ajudar a favorecer essa cidade tecnológica. A consolidação do polo de alta tecnologia vai conseguir se aliar a outros setores da economia que tragam potencial de crescimento para a cidade, o próprio setor de serviços é um desses. A própria bicicleta compartilhada foi um exemplo disso que envolve uma grande tecnologia.

Consta no Art. 4.º da Lei Complementar n.º 612 que um dos objetivos é “atrair centros de distribuição e empresas de logísticas”, assim como consta no Art. 122.º que a Política de Desenvolvimento Econômico deverá “atrair novos empreendimentos e investimentos para o Município”. Quais estratégias você acredita que são utilizadas para atraí-los?

R: São José tem uma posição de liderança por ser polo regional, então esta questão das empresas de logísticas é extremamente interessante que ela centre nisso também. Talvez tenha a ver com a questão do aeroporto também. Um dia desses o prefeito pronunciou que finalmente o aeroporto vai começar a operar de forma que vai abranger mais voos.

Outro objetivo colocado pelo PDDI é “realizar ações de divulgação do Município em feiras e eventos nacionais e internacionais, com vistas à atração de investimentos”. Você acredita que a prática trará benefícios para a cidade? Se sim, quais e por que?

R: Vai depender de qual linha ela vai querer continuar seguindo, como a do empreendedorismo. O número de pequenas empresas em São José aflorou principalmente nos anos 90, então quando existe este discurso de cidade empreendedora é interessante para a cidade porque ela vai criar maneiras de ajudar a população a se fixar e a desenvolver esses projetos nessa linha mais tecnológicas e desenvolvimentistas.

5 ARCO DA INOVAÇÃO

Foi lido e ouvido inúmeras vezes durante o projeto e a execução do Arco da Inovação que ele traria desenvolvimento urbano e social. Com quais modelos de desenvolvimento você entende que o Arco da Inovação está vinculado?

R: Ele segue vinculado a um modelo desenvolvimentista e rodoviarista, que inclusive usa da própria mobilidade urbana. A gente não pode perder de vista o espaço urbano sendo usado para monetizar, para acúmulo de capital. A área de mobilidade é altamente representativa porque no imaginário das pessoas ela vai envolver obras de infraestruturas enormes e isso também é uma visão desenvolvimentista de mobilidade urbana. E onde são feitas estas grandes obras de infraestrutura? A ponte estaiada é um claro exemplo de uma grande obra de infraestrutura feita em uma seleta localização da cidade, já que não foi feita em uma zona leste e sim na zona oeste, onde tem a maior população de alta renda da cidade, que concentra o maior número de serviços, hospitais, escolas, enfim. Não resolve a questão de um fluxo realmente mais humano, mais eficiente para toda a população. Eu fico impressionada como a gente vê a ponte estaiada de vários ângulos da cidade, a onipresença dela é muito chocante, ela se sobrepõe ao todo.

Você conseguiria resolver várias questões de mobilidade urbana mexendo em outros setores da cidade, começando pelo processo de uso e ocupação do solo. A gente inclusive vive em uma cidade que fomenta que os edifícios tenham quatro vagas para garagem. Como que a gente vai resolver isso? Tem que acabar com essa palhaçada de quatro vagas, está todo mundo pagando para aquela fundação descer vários andares, eu estou pagando também para aquela fundação descer. Mas São José ainda está muito longe dessa discussão de rever o número de vagas na garagem, eu acho que a gente ainda vai ter dois planos diretores para deixarem alguém falar no microfone sobre isso, porque a primeira vez que eu tentei falar eu fui execrada. Lá na política urbana de mobilidade, por exemplo, não se fala disso, pelo contrário, fala de gerenciamento de demanda de estacionamento.

Por que você acha que o sistema viário é escolhido para grandes ações urbanas e não outros setores?

R: Porque envolve uma pesada infraestrutura, envolve muitos capitais, como construtoras e empresas de terraplanagem, envolve muitos agentes da cidade, envolve recursos altíssimos. Então, eles todos em operação são fundamentais para promover essa cidade que se vende, essa cidade mercadoria. De novo, é impressionante como a gente está vinculado com a questão da habitação também, porque muitas das grandes avenidas são feitas em lugares onde as populações são retiradas. Não é o caso da ponte estaiada, mas a gente tem exemplos claros aqui em São José onde a população precisou sair para ser feita a obra. É um pouco agressivo o discurso sozinho “a população precisa sair”, só que quando você diz “a população precisa sair porque aqui vai ter uma grande obra de infraestrutura viária”, fica mais tranquilo, tem

uma justificativa mais aceitável inclusive para o pobre que mora lá longe. A gente viu isso acontecer muito quando foi feita a Via Norte, foi comprado o discurso de que eu preciso realmente de mais vias para eu fazer o trânsito fluir, aí é aceitável, a gente aceita remover pessoas porque precisa fazer uma via, olha que absurdo. Então, o capital acaba se beneficiando muito disso, porque a resistência vai ser menor. A questão viária explica tudo, já lá trás para gente criar o processo de desenvolvimentista do Brasil precisou criar estradas, porque por mais que você queira fazer os núcleos, de produção e consumo, as mercadorias precisam rodar e a gente fez essa opção pelo rodoviarismo. Então, a gente tem um rodoviarismo de escala nacional para transportar pessoas e você tem um rodoviarismo de escala municipal para que as pessoas andem “pra lá e pra cá”, acreditando piamente que a gente precisa de mais vias.

Você pode contar um pouco sobre a sua experiência como colunista?

R: Não era realmente toda semana que eu recebia mensagens, porque, volto a dizer que, quanto ao jornal, eu nunca sofri nenhuma censura, nunca houve algum texto ou alguma frase que tivesse sido modificada. O que acontecia é que às vezes eu sofria tentativa de retaliação pela carta dos leitores. Então, ficava muito claro que escrevendo sobre a cidade, embora eu tenha me envolvido mais com as questões de mobilidade, eu podia escrever sobre outras coisas, porque a cidade não é um fragmento, ela é um todo. O que eu percebia muito nas cartas, e algumas delas me marcaram profundamente, era que tinha uma ala muito progressista da cidade que lia os textos, eu lembro que às vezes mesmo na rua já aconteceu de eu encontrar pessoas e falar “nossa, eu leio a sua coluna”. Eu lembro que tinha um rapaz que sempre escrevia que tinha gostado do texto, inclusive as pessoas não escreviam só que elas tinham gostado da coluna, elas diziam muito assim “realmente São José precisa de pessoas com esse olhar sobre a cidade” e era bem marcante, elas reforçavam que era uma outra visão, que não é a visão que costuma aparecer, principalmente numa coluna de jornal. Já quando eu recebia cartas mais críticas, ficava muito claro que era uma ala mais conservadora. Eu lembro que a do Anel Viário foi bastante provocativa, eu não questionei o Anel Viário só uma vez, em várias outras colunas eu fazia um contra ponto. Nesta que teve a crítica, eu fiz um paralelo com a questão do Banhado, mas nem era tanto relevando a comunidade, teve uma outra vez que eu escrevi enfatizando muito sobre a comunidade, mas ali era sobre identidade: o que, afinal, é o cartão postal? Aí eu fui até irônica no final e falei que se a Via Banhado, que era essa a história, não tinha ainda ponte estaiada, fosse o nosso autêntico cartão postal, aliás, se o Banhado fosse o nosso autêntico cartão postal, eles iriam

fazer aquelas fotos sem neblina pra gente poder ver a via, porque normalmente quando aparece foto do Banhado, tem a neblina, porque eles olham o Banhado só como uma paisagem contemplativa e não como um lugar que existe vida. Eu lembro também de um outro texto também que foi bastante polêmico, eu publicava os textos também no Facebook e deixava os comentários abertos, então já aconteceu algumas situações. Eu lembro que eu critiquei bastante as situações dos condomínios e fui bem enfática, principalmente sobre os condomínios do Urbanova e teve muita crítica. A coluna chamava “Cercamento e Cerceamento”, a ideia era explicar que os condomínios bloqueiam o ir e vir das pessoas e tudo mais. Eu notava muito que as pessoas escreviam coisas que elas viviam só uma parte da cidade, aquela velha história: você toma o todo pela parte e a parte pelo todo. Não vou falar nem que eram vidas dentro daquele bairro, eram vidas dentro do condomínio e se apegando na ideia de que realmente isso vai fazer você ter uma vida mais segura. Teve uma outra coluna também que eu falava da cidade cheia de vazios, falando muito sobre ser entre cortes, dos viadutos e o cara questionou dizendo que andando de carro ele se sentia muito mais seguro. Mas em suma, o que eu notava muito era essa visão completamente diferente, a cidade enquanto espaço compartilhado por todos, do ponto de vista do uso mesmo da cidade, e essa outra visão de que ela realmente não é pra todo mundo e que você vai viver entre muros e sob segurança para se sentir em uma cidade mais segura. Algumas cartas foram publicadas, como a do Ednardo (ex-prefeito e projetista do Anel Viário), porque às vezes o editor-chefe fazia isso e foi um pouco provocativo mesmo da parte dele, porque era uma caixa tipo Outlook, então um monte de mensagem que chegava para mim não virava carta do leitor, só que algumas vezes as pessoas escreviam para o editor-chefe, então ele publicava uma carta ou outra. Eu senti que foi um contraponto, ele era muito conhecido em São José, ele deve ter também ficado um pouco assustado com o tom do que eu escrevi e aí ele deixou sair a carta do Ednardo. Eu fui educada, mandei um e-mail e falei a mesma coisa para ele “estou aberta sim para uma conversa” e me defendi, porque foram pesadas as palavras que eu usei “estuprando os fundos de rios”, porque eu parti do princípio dessa nossa visão totalmente antropocêntrica, inclusive no território, de que é uma expropriação mesmo da natureza, então eu quis dizer para ele assim “como que o meio ambiente vai se defender?”, não tem como, é a mesma coisa de um estupro, é uma violência máxima.

ENTREVISTA 2 – MORADORA DA CIDADE

1 INTRODUÇÃO

Você é joseense? O que te trouxe até aqui?

R: Eu nasci em Lorena, saí de lá com 12 anos, vim para São José e estou até hoje aqui, praticamente comecei a minha adolescência em São José. O meu pai estava desempregado lá e ele trabalhava em indústrias metalúrgicas, aí ele fez um teste na GM e estava praticamente empregado, aí não deu certo, mas mesmo assim ele voltou buscar a família, porque a gente vivia em uma situação muito precária, aí ele começou a trabalhar na Kone e depois entrou na Volkswagen e lá ele se aposentou, em 1995.

A qualidade de vida de vocês melhorou?

R: Melhorou muito, até hoje eu lembro que o banheiro da casa era fora, tinha que caminhar, de noite a gente nem ia no banheiro, tinha medo. Morava na beira da Dutra. Era casa de alvenaria, mas o banheiro não era dentro, tinha muito disso lá em Lorena. Lá em Lorena, a cidade começou a ser asfaltada na época de 2000, tem ainda muita precariedade, falta de emprego. Aqui em São José não, aqui a gente chegou e meu pai já conseguiu trabalho, a minha mãe também e aí fomos melhorando, moramos em uma casa em que tomávamos banho de chuveiro, lá nem isso tinha, então deu um up na nossa vida. Aí já não precarizou tanto mais, eu vim com 12 e com 13 anos já trabalhava, nunca parei, trabalhava em casa de família, cuidava de criança, fazia faxina. Em 86 eu fui trabalhar no supermercado Piratininga, como caixa, e depois disso eu fui para a Mesbla, não saí do comércio, depois eu entrei na Volpi e fui trabalhar como digitadora terceirizada, fiquei de 93 a 97, depois saí porque eu decidi que não queria ficar na área metalúrgica, eu fui estudar, fazer curso de Direito, trabalhei como estagiária da minha professora, fui trabalhar na Câmara, como assessora de um vereador, fiquei lá até 2004 e entrei no sindicato e estou lá até hoje, trabalho de assistente financeiro. Depois de muita luta eu consegui terminar o curso de Direito, terminei em 2019.

Em algum momento dessa trajetória você pensou em sair de São José dos Campos?

R: Nunca pensei em sair, só queria ficar e ajudar a cidade a crescer mais, ajudar as pessoas. Só pensava em ficar. Agora que eu penso por causa do curso de Direito, eu penso em participar da área de defensoria, aí se sair um concurso para algum outro lugar, até penso em ir embora para ser defensora. Eu acho que já contribuí bastante para as questões de política pública aqui na cidade.

Quais setores você considera potencialidades econômicas e sociais em São José dos Campos?

R: Aqui o setor de serviços é uma área que está bem forte. A área metalúrgica já foi bem forte, mas atualmente ela está procurando outros lugares, porque aqui o sindicato é muito forte, então não é qualquer um que entra aqui. Isso, na verdade, é em todas as áreas, os sindicatos aqui são muito fortes. No social, são as entidades sociais que acabam fazendo o papel aqui na cidade, a prefeitura praticamente abandonou, fechou os olhos, não olha para o social. Atualmente, tem uma fila bem considerável de pessoas esperando para entrar no Bolsa Família, eu não sei o que vai acontecer com a cidade agora que acabou o auxílio emergencial, porque tinha muitas pessoas inscritas, tem uma dificuldade muito grande, mas as pessoas correm atrás, trabalham, vendem as coisas. Em 98, o PSDB entrou na cidade e essa questão do empreendedorismo virou uma mania aqui na cidade, todo mundo queria empreender, aí por conta desse empreendedorismo muitas pessoas montaram a sua lojinha, faz doce para vender, então as pessoas acabam se sobressaindo por isso. Quando deu a pandemia que você via essa gravidade, que as pessoas se viravam com o que elas tinham. No governo Lula teve muita Bolsa Família, as pessoas foram muito atendidas, então isso também ajudou bastante as pessoas a ter autonomia. Essa autonomia ficou nas pessoas, mas é uma autonomia às avessas, porque não é uma autonomia dizendo que é política pública, é uma autonomia onde a pessoa monta um churrasquinho na porta do supermercado, não é uma autonomia igual lá da Europa com bem estar social que tentam fazer com que tenha o governo para socorrer quando as pessoas estão em grande dificuldade. Aqui no Brasil, principalmente aqui em São José dos Campos, que é uma das primeiras cidades no ranking das cidades mais ricas. O orçamento é bilionário e se você olhar para a questão social é pífia, o que tem é quase nada. Na área de assistência da prefeitura são poucas assistentes sociais e as que têm estão se aposentando, aí vem as entidades que vão assumindo esse papel. Eu acho que é como uma panela de pressão, uma hora vai explodir. Eu penso que o ano de 2021 vai ser o ano da luta pelo social, a luta de exigir mais do governo, porque existe a necessidade de comer, sobreviver e está ficando gritante, todo dia você sabe de pessoas que estão passando fome, que não tem dinheiro para nada, que não comeu naquele dia. É uma coisa que não era normal aqui em São José. A pandemia trouxe 200 mil mortes, mas ela veio para mostrar que o país tem problemas, que o nosso governante é uma porcaria e que as pessoas não têm nível de consciência o suficiente para enxergar esses problemas e nós vamos demorar. Nós que estamos aí nas lutas há muito tempo, vamos ter que fazer mais coisas para ajudar na elevação

do nível de consciência, porque eu acho que se as pessoas tivessem um nível de consciência um pouco mais elevado não aceitariam o que está acontecendo.

Quais setores devem ser priorizados e desenvolvidos em São José dos Campos nos próximos anos? Quais projetos e reformas urbanas você considera mais urgente?

R: O setor moradia, regularização fundiária. Tanto é que o próprio governo descobriu isso, o Temer fez a lei e agora quem está nadando de braçada é o Bolsonaro, mas a Lei 13465 tinha um outro objetivo. Sabe aquela coisa que você dá um tiro e acerta no que não vê? É essa lei. Se souber trabalhar, ela vai ajudar a regularizar muitos locais. Ao regularizar você leva o mínimo, como saneamento básico, você leva a infraestrutura toda e mais ainda a questão de equipamentos públicos. Se o local não é legalizado não tem como chegar nenhum tipo de infraestrutura, a pessoa não tem nenhum documento, o que deixa ela muito fragilizada. Eu tenho certeza que quando o país investir em educação, moradia, saneamento básico, infraestrutura no geral e saúde, aí sim a gente consegue pensar em cultura, em ter mais lazer, porque sem essas coisas você limita as pessoas. Fora isso, você não dá nenhuma dignidade e isso tira a autoestima, então a área que tem que ser priorizada até 2030 é a área da regularização fundiária, é o caminho para tudo.

2 MÍDIA E IMAGEM DA CIDADE

São José dos Campos já recebeu várias denominações “sínteses”, como “cidade sanatório”, “cidade polo-tecnológico” e agora, em entrevista concedida em fevereiro de 2020 para o Portal Meon, o prefeito afirmou estar trabalhando junto com a Fundação Cultural em busca da “São José da cultura”. Qual síntese você acha que mais representa a cidade? Seria alguma já existente ou existe alguma outra mais representativa?

R: A cidade da cultura é graças ao movimento cultural que tem aqui. Essa prefeitura é a pior que tem na questão de cultura, a pior que incentiva . Tem um movimento cultural muito forte aqui em São José dos Campos, tanto que a cidade tem uma Fundação Cultural desde bem antes, acho que foi no período da ditadura que começou, um grupo de artistas se reuniu e formou, e disso, tem um festival aqui muito forte, que é o festival de teatro FESTIVALE. Esse festival traz peças do Brasil inteiro para fazer aqui, tem o festival da dança, antigamente também tinha o coral, que a professora Yara Campos esteve à frente por muito tempo. Então, o movimento de cultura é graças a esse grupo, porque se depender desse prefeito, ele fez uma lei que caçava os artistas que faziam arte na rua, criminalizou um movimento que é muito

organizado. Agora nós temos a defensoria pública, depois de anos, no estado de São Paulo, foi quase a última cidade a ter defensoria, quando chegou a defensoria eles conseguiram quebrar isso e agora mesmo tem o conselho. Então, a cidade tem esse símbolo e não precisa da luta dele, porque é graças ao movimento de cultura, não é mérito dele coisíssima nenhuma, o mérito é do movimento de cultura que fez a cidade realmente ser cultura. A cidade tem se elevado nessa parte de cultura, é muito forte, já foi mais, mas a prefeitura conseguiu tirar bastante pessoas daqui. Eu conheço um grupo de artistas que conseguem ganhar projetos porque tem qualidade, mas não que a prefeitura vai lá e dá, é mentira. O movimento de Hip Hop também é forte, mas por causa do movimento, porque nem grafite podia fazer nos muros, era na madeira, mas o pessoal do grafite e do movimento Hip Hop foi forte e continua aí fazendo os encontros. Então, se tem esse nome, se tem esse mérito não é da prefeitura, é do movimento de cultura que fez tudo isso. Poderia ser melhor, porque se você olhar o orçamento da cidade para esse grupo, como sempre é o primeiro que tira quando acontece algum problema. A cidade é forte, mas não porque a prefeitura apoia, é mentira. Quando não vai dar, a gente vai na rua, faz um abaixo assinado. Tem um teatro aqui, o Benedito Alves, que não abre. Ele é um teatro maravilhoso, mas ele não quer dar porque o prefeito anterior a ele, o Carlinhos Almeida foi lá, reformou o teatro e deixou ele lindo, então ele não abre. Se ele quer que a cidade seja tanto a “cidade da cultura”, começa por aí, abrindo o teatro, acho que nem ele sabe o que é cultura. Desculpa desabafar, mas é que dá uma raiva de gente oportunista que não está nem aí, mas quer sair bonito na foto.

Na cidade nós temos o que é chamado de ícone urbano, em São José, por exemplo, o ícone urbano era o Anel Viário, agora passou a ser o Arco da Inovação, pelo menos teoricamente. Entre os ícones urbanos de São José dos Campos, qual você considera o mais representativo? É o mesmo que a população joseense mais utiliza?

R: O Anel Viário. A cidade é uma cidade de vias, é louca por vias, agora pela ponte estaiada, mas pelo o que eu entendi com o professor Carlos Vainer isso aí é uma loucura dos planejadores mesmo. Aqui em São José o Anel Viário é muito utilizado mesmo, ele leva para muitos lugares, ele dá acesso a outros lugares, diferente de outras vias que foram feitas apenas por promessas de campanhas. A Via Norte, por exemplo, é uma via pouco utilizada, tanto que tem até problemas lá, problemas ambientais porque fez uma área de turfa, tem a Via Cambuí que não leva para lugar nenhum, só leva até aos grandes empreendimentos que estão para acontecer lá, fizeram a Via Esplanada que é uma linha de fuga para quem vem de São Paulo poder chegar mais rápido até o Urbanova, que é uma área nobre. Então, a única via

que não é para área nobre, que atendeu a população, foi o Anel Viário. A Via Mário Covas, um pouco. Essas vias pensando nas pessoas, elas foram feitas nos governos do PT. Mas eu acho que antes de ter via, precisava pensar no transporte coletivo ou no modal como um todo, porque faz as vias, mas só pensa no carro. É uma cidade que pensa no transporte individual, não pensa no coletivo. O Anel Viário atende até um pedaço ao transporte público, mas não atende aos ciclistas e aos pedestres. Quando se pensa no modal, por mais que a gente participe da discussão, o Anel Viário não, porque quando foi feito, eu não atuava tanto na parte política, mas a discussão foi feita. Nos outros eu participei bastante e a Via Norte, por exemplo, eles falam que dá pra ter ciclista, dá pra caminhar, mas é uma via abandonada, não dá pra sair andando à noite naquele lugar que não passa quase ninguém, que você pode encontrar com um lobo-guará passando por lá, uma raposa, porque tem isso. O grande problema é que não tem que ser via rápida, tem que ser uma via que atenda a todos. Por mais que o Anel Viário seja bastante usado, ele não atende a todos, é para transporte individual.

Você acredita que a mídia de maior circulação em São José dos Campos influencia os gostos, o modo de vida e o consumo do joseense?

R: Antes ela influenciava mais, agora quem influencia muito aqui é a Rede Vanguarda. Nós mesmos do movimento popular, que estávamos na discussão do BID, por exemplo, quando teve uma desocupação muito violenta na Nova Tatetuba, a mídia ajudou totalmente e aqui a gente tinha a mídia escrita, falada e tinha também a do rádio. Eram três veículos dizendo dia e noite para a população que era importante as famílias mudarem a 16 quilômetros, fora do centro da cidade e que lá eles seriam felizes. No Pinheirinho, por exemplo, lá falou-se que só tinha bandido. O Banhado, que teve financiamento do BID, um banco interamericano que tem políticas operacionais, que fala da discussão das pessoas morarem, de atender as mulheres, de ter respeito ao patrimônio imaterial das pessoas, e foi esse mesmo banco que aceitou todas as informações que a prefeitura passou e essa mídia também para tirar as pessoas de lá. No Banhado tem duas bases da guarda-municipal porque contém o tráfico, sendo que encontrou uma tonelada de maconha no bairro nobre Jardim Aquarius e no Banhado pegou alguns pinos. Depois ainda tem as redes sociais, como o Facebook, o Instagram e o Twitter, onde o prefeito fala que o Banhado tem que sair. Então, a mídia tem poder de fazer a cabeça das pessoas, a cidade já é conservadora, então tem que ter mais argumento para que eles falem “está certo mesmo, tem que ir embora, dar as casas”, mas não dá nada, as pessoas estão pagando. No Interlagos tem um monte de gente sendo despejada porque aceitou sair do Banhado e agora estão lá com uma dívida, uma ordem de despejo, mas

vê se alguém fala sobre isso? Pouquíssimo a gente consegue alcançar, mas quando foi para retirar, a mídia estava lá dia e noite martelando na cabeça que tinha que sair. Tinha uma rádio aqui com um radialista chamado Antônio Leite que falava das 7 às 11 da manhã pautando o que a prefeitura queria, pautando o que interessava aos grandes que queriam aqueles locais sem as pessoas para que eles fizessem seus empreendimentos. Para você ter uma ideia, na Nova Tatetuba, as famílias saíram e lá não podia acontecer nada porque ia “derreter” o lugar, a defesa civil fez em um dia uma vistoria em 270 casas e falando que tudo era de risco, sendo que lá tem uma alça da Via Cambuí, de frente tem um prédio que os últimos andares são caríssimos, tem o Carrefour na parte de baixo, a Havan está lá. Então quer dizer que está todo mundo lá embaixo de água, a chuva quase chegou lá no Atacadão. Já no Tatetuba que alagava até um pedaço, mas não atingia as famílias, tinha que sair. Mas eles que estão na área de risco, não saem, isso que é o fim. Não é do interesse que saiam, querem que fiquem e vão resolver o problema.

Você acredita que a mídia tem potencialidade para influenciar na resolução dos maiores problemas urbanos?

R: Não, porque tem os interesses, a mídia está a serviço do capital, então ela jamais vai dar soluções, quando começar a fazer isso, ela vai sair do ar, vão perseguir, vão tirar. Eu acho que isso é ilusão, há não ser que a gente tome, aí você pode mudar. Igual na Venezuela, em Cuba, que falam que é ditadura, mas aqui a gente vive a ditadura do poder e todo mundo aceita, você assiste o que eles querem. Enquanto a mídia for capitalista, nunca, porque ela vai estar a serviço do capital sempre.

3 GESTÃO DA CIDADE

Segundo dados obtidos pelo censo do IBGE de 2010, São José dos Campos está entre as 20 cidades do Brasil com maior PIB, sendo que 11 delas são capitais estaduais. Como você acha que a cidade alcançou essa posição?

R: A cidade alcançou essa posição por conta das empresas que tinham aqui, tinham muitas empresas, muita gente trabalhando, muita moeda circulando, então tinha esse potencial. Eu comecei a aprender a acompanhar o orçamento com esse vereador e na época a gente acompanhava, eu não lembro a cifra, mas era muito dinheiro. Não é uma coisa que eu me debrucei muito para estudar, mas ao meu entender leigo, eu acredito que tudo isso é por conta das indústrias, da Petrobras, também tem o ITA e o INPE, onde vem muita gente de fora,

então é muita moeda circulando. Tem também a questão da agricultura, que a gente tem um pouco. Mas tudo isso até 2010, agora você olha e já não é mais tudo isso, mas assim mesmo o orçamento é grande.

O que você acredita que São José dos Campos tem para oferecer às pessoas que vêm de outra cidade?

R: Tem o campo de serviços, de indústria está bem difícil. Tem muita tecnologia, estudo, a pessoa pode buscar estudar, isso tem bastante, tem faculdades, tem o próprio ITA. Mas quem vem pensando que vai trabalhar na indústria, não tem mais emprego. Na construção civil tem um pouco. A cidade não tem tantas vagas assim, se você for lá no PAT, tem vagas para nível médio, nível superior não tanto. Por exemplo, o grupo que eu atuo junto lá no Jardim Brasília, antigamente o pessoal trabalhava na construção civil e hoje muita gente está desempregada.

Você vê ações de promoção da cidade na gestão de São José dos Campos para atrair pessoas?

R: Até onde eu vejo, eu não sinto isso. Tem para quem mora aqui, tanto que a pessoa tem que comprovar na prefeitura, por exemplo, para fazer algum dos cursos. Não é para quem vem de fora, se a pessoa não mora na casa de ninguém, não conhece ninguém, ela tem mais dificuldade de acessar. O que tem é mais para quem já mora aqui, como curso de inglês rápido, antigamente tinha mais cursos, para a pessoa ser mecânico, ser padeiro, manicure, mas agora está bem reduzido. Se bem que a FATEC tem essas propostas, têm esses cursos, então ela suprime isso de dar mais condições.

4 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE 2018

Consta no Art. 2.º da Lei Complementar n.º 612 que um dos princípios do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos de 2018 é o “desenvolvimento equitativo e centrado nas pessoas, construindo e fortalecendo comunidades justas, inclusivas, reduzindo o índice de vulnerabilidade social no município. O que você vê sendo feito em relação a isso?

R: O plano diretor aceita tudo o que está escrito, mas na prática não é bem assim. Nós tínhamos um fórum do plano diretor e dele nós tiramos várias propostas. Pergunta se alguma proposta foi aceita. Nenhuma. Nós discutimos a questão da regularização fundiária exaustivamente e não mudou uma linha do que estava escrito lá. O plano foi horrível, nós

participamos de todas as audiências, sempre levávamos pessoas, fazíamos propostas, mas nada foi feito, foi apenas uma maquiagem mesmo, foi para inglês ver. Isso que está falando aí, nunca existiu. O Banhado, por exemplo, era uma área de ZEIS, saiu de ZEIS, não tem nenhuma área de ZEIS no centro da cidade. Esse plano diretor foi o plano da desigualdade, plano para desqualificar, fora que ficou claríssimo o racismo estrutural, o racismo ambiental. Onde tinha mais pessoas negras, que poderia ter uma discussão e apontar uma solução para o problema daquelas famílias, foi onde eles mais tiraram direitos de uma forma escandalosa. No Banhado, na Santa Cruz I, II e III, no Guarani e em todo esse pedaço dentro do centro, se você olhar não são ZEIS mais. Se a área não é de ZEIS, muitos direitos são tirados, porque elas garantem direitos que foram totalmente tirados, começando por apagar a cidade, houve um apagamento. O único objetivo desse plano diretor foi tirar as áreas de ZEIS e dizer “agora você pode fazer o que você quiser, porque não tem mais nenhum empecilho”, não tem mais nada que impeça a prefeitura de fazer as suas atrocidades.

Você pode contar um pouco sobre como foram as reuniões sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 2018?

R: As reuniões eram em dia de semana, a noite e depois de muito falar e brigar também colocaram aos sábados às 9 horas da manhã, mas os locais onde tinham esses horários, as pessoas não iam. Quando era a noite, terminava super tarde. Todas as pessoas falavam, mas não tinha devolutiva e eles falavam que iam dar a devolutiva depois. Se você olhar as devolutivas, são uns absurdos escritos, não é devolutiva. Quando terminou todas as oficinas, nós fomos pensando que íamos ouvir as devolutivas, mas não teve isso. O plano diretor foi para a Câmara, aí na Câmara nós tentamos fazer propostas e nenhuma passou. Os vereadores responsáveis não colocaram o que a gente pediu, mas claro que o que o prefeito queria, o que a construção civil pediu entrou. Foi exaustivo e as pessoas saíram de lá muito decepcionadas, porque além de não atingir os objetivos, viu que tudo o que ela fez foi em vão. Participaram muitas lideranças de movimentos e mesmo com tudo isso não se conseguiu chegar a um objetivo. Tivemos a defensoria atuando muito conosco em todos os momentos.

Um dos objetivos apresentados no Plano Diretor é “consolidar a posição do município como um polo de alta tecnologia”. Por que você acha que isso é importante o suficiente para estar no PDDI?

R: A alta tecnologia é importante para eles, agora mesmo, vão colocar uma linha verde com ônibus rápidos e que precisam de tecnologia. Mas essa alta tecnologia não é para beneficiar

os mais pobres, é para beneficiar quem manda na cidade, como o alto capital e os grandes empreendimentos. Está a serviço deles, não nosso.

Outro objetivo colocado pelo PDDI é “realizar ações de divulgação do Município em feiras e eventos nacionais e internacionais, com vistas à atração de investimentos”. Você acredita que a prática trará benefícios para a cidade? Se sim, quais e por que?

R: Benefícios para o capital, não para as famílias, isso vai ser um problema para nós. Nós já estamos até com medo, porque sabemos que trazer capitais internacionais para cá é para usar as áreas que estão os pobres, porque são as áreas que eles vão querer fazer empreendimentos. Com certeza esses grandes empreendimentos são para a área de construção civil, área de vias. É favorecendo-os, nunca nós. Tanto que o BID veio para cá falando que a Via Cambuí ia trazer benefícios e não trouxe nenhum, só foi retirada de pobre do local, sempre serão os vulneráveis os atingidos. Eu não vejo com bons olhos quando falam isso.

Em 2019 a Prefeitura gastou R\$11.656.395 em contratos de publicidade. Por que você acha que a gestão investiu esse montante em publicidade?

R: É a eleição, precisava mostrar o que a prefeitura estava fazendo. Esse problema de publicidade não é só da prefeitura daqui, se você olhar o ano de 2019, foi o ano que mais se gastou no Brasil em publicidade, haja vista o nosso presidente (da república), ele gastou “pra caramba”. Há uma necessidade de falar para o público, principalmente para o que aceita tudo o que ele (prefeito municipal) fala, o que ele está fazendo, até para ter o que dizer agora em 2020 para elegê-lo. Se você olhar os jornais, são sempre pessoas sorrindo, não tem nenhum problema, não mostra lugar nenhum de pobre para dizer que ele resolveu os problemas. Há uma necessidade de dizer os motivos para votar nele em 2020 e porque tem que reelegê-lo. Isso aí é uma coisa que já vem há muito tempo aqui em São José dos Campos, esses gastos absurdos em publicidade. 11 milhões é quase metade do dinheiro que tem para regularizar o Banhado. Se tem dinheiro para gastar 11 milhões com publicidade, tem dinheiro para regularizar, basta querer. Para isso acontecer, outros setores foram muito penalizados, como a saúde, a assistência, todo mundo apertou o cerco para ter essa cifra.

5 ARCO DA INOVAÇÃO

Qual era seu nível de conhecimento sobre o Arco da Inovação durante o projeto e a construção do empreendimento? As informações chegavam por quais veículos de comunicação?

R: A gente não sabia muito. Tanto que até saber o que era esse arco, como ia fazer, quanto ia gastar, já se começou a fazer e a gente já começou a questionar isso. O Ministério Público também questionou muito. A gente ficou sabendo do Arco da Inovação pelo PEU (Programa de Estruturação Urbana). Esse PEU teve uma verba que veio do BID, se não me engano 89 milhões de dólares, aí a Via Banhado foi retirada do projeto, o dinheiro foi destinado para fazer outras coisas e sobrou uma verba, foi daí que ele falou que ia fazer esse Arco da Inovação. A gente cobrou muito, quando eu falo “a gente”, estou falando do movimento de São José. Um dos movimentos chama Desperta São José e o pessoal estava cobrando e opinando que este dinheiro fosse destinado para o Bosque Betânia, que é um local que antes era uma área das freiras e aí foi vendido para alguém que ia derrubar muitas árvores. Com muita briga e abaixo-assinado, o movimento freou e questionou o porquê de não fazer o Parque Betânia com essa verba que sobrou se o PEU fala de construção de parques, regularização fundiária. Então, com esse dinheiro daria para fazer tudo isso, mas foi para a ponte estaiada. A gente foi sabendo das informações junto com esse movimento, junto com a defensoria, também pelo Ministério Público, que fez um estudo falando que essa ponte não seria otimizada e que daqui 8 anos ela não ia ter mais essa função, ia ter problemas. Tanto que esses dias atrás, tinha engarrafamento onde já tinha mesmo e a ponte estava vazia, ninguém usava a ponte. Então ela foi inócua, uma ponte que não trouxe benefício nenhum para a cidade. Eu como cidadã, entendo que essa porcaria não deveria ter sido feita e no lugar dela teria que ter destinado o dinheiro para regularizar o Banhado, para fazer regularização fundiária, para fazer o Parque Betânia. Tem um bairro aqui em São José chamado São Mateus que não tem água, sendo que os moradores moram quase que do lado da represa, vai de caminhão-pipa, então poderia também destinar esse dinheiro para lá. Aí, com muita briga, o BID teve que aparecer aqui, mandou em janeiro, quando já estava quase fazendo, um representante do banco. Nós ficamos questionando, entramos com denúncia no mecanismo de investigação do BID e chegou-se à conclusão que realmente o projeto era inviável, que ele ia contra as salvaguardas do banco, contra as políticas operacionais do banco e o banco tirou esse dinheiro. Não sei como o prefeito fez para pagar, mas esse dinheiro voltou para o cofre do banco. A gente continua querendo esse dinheiro, tanto que onde a gente vai, a gente questiona o BID sobre o que vai fazer com esse dinheiro que sobrou. Enfim, todas as informações sobre a ponte vieram através da mídia, através de estudos do Ministério Público,

através do Programa de Estruturação Urbana que em nenhum momento falava da ponte, até ela “brotar” lá e também estudos desse movimento do Bosque Betânia, que a gente começou a atuar junto.

Foi lido e ouvido inúmeras vezes durante o projeto e a execução do Arco da Inovação que ele traria desenvolvimento urbano e social. Com quais modelos de desenvolvimento você entende que o Arco da Inovação está vinculado?

R: Nenhum. Social só se for para tirar foto, as pessoas utilizam para tirar selfie. A Globo utiliza para fazer o programa dela, deveria até ter que pagar já que usa um símbolo que tirou dinheiro não sei de onde que poderia ter sido utilizado em outros locais e ela que usufrui. Eu não entendo que desenvolvimento uma ponte traz, ela não consegue nem atender as necessidades, que não eram tantas assim, dos moradores que passam por ali. Essa ponte foi apenas o ego do prefeito. O desenvolvimento foi só para a eleição, para votarem nele.

O movimento tomou conhecimento da reunião, promovida pela Prefeitura de São José dos Campos em fevereiro de 2019 no Paço Municipal, que apresentou o projeto do Arco da Inovação e discutiu os desdobramentos em relação ao transporte e mobilidade, os investimentos e as consequências de sua implantação? Como?

R: A gente descobriu que ia ter essa reunião, não fomos convidados, assim como não convidou ninguém, não convidou os moradores do entorno que seriam os afetados. Como começou a aparecer demais na mídia, o prefeito se sentiu obrigado a falar para alguns o porquê de ter aquela ponte e o BID mandou representante, sendo que o BID falou para nós que não ia ter nenhum representante do banco. Esse também foi um fator que culminou em não fazer o financiamento, as mentiras, porque uma das políticas operacionais do banco é a informação, tem que informar as pessoas, os interessados têm que estar muito munidos de informação. Nesse dia, as informações estavam muito desencontradas e precárias. Foi uma pessoa lá de dentro que nos mandou a informação de que teria essa reunião.

A reunião foi em uma quarta-feira, às 10 horas da manhã, certo?

R: Sim, nós até perguntamos para o representante do BID quem que vai em uma reunião às 10 horas da manhã. Ainda foi lá no último andar do Paço Municipal, do lado da sala dele, no auditório da sala dele, que não cabe ninguém, não dá nem 30 pessoas. Era para um grupo seletivo, para quem ia ganhar com isso, não para o povo.

Qual a sua opinião sobre a necessidade de implantação da ponte?

R: Nenhuma, aquilo ali foi só concreto, desassoreamento do rio, uma poeira danada, as pessoas que moram no entorno tiveram problemas porque não podem nem abrir a janela por causa da poeira e da fumaça. Eu, por exemplo, tive muito problema também. Eu moro na Zona Sul, eu passo pelo Anel Viário, antes eu não precisava sair tão cedo de casa para ir trabalhar, porque não congestionava tanto. A ponte estaiada piorou a situação, o congestionamento é maior, eu só tenho malefício, tenho que acordar mais cedo, sair mais cedo, vejo que aumentou muito os acidentes.

Você acha que a o Arco da Inovação trouxe melhorias para pedestres e ciclistas?

R: Não trouxe, talvez tenha alguma vantagem para quem mora ali no Urbanova, mas nem sei se tem. Essa ponte é a ponte do descontentamento, conseguiu descontentar um monte de gente. De tanto a gente reclamar, a prefeitura fez uma parte para os ciclistas, mas é um pedaço só. Eu sei que em cima do Anel Viário fizeram uma espécie de viaduto para bicicleta, mas não para pedestres. Ele desce e passa pela Mário Covas, sobe e depois continua, mas não tem pedaço para pedestre, pelo menos eu não observei isso. Pedestre aqui em São José dos Campos não tem muito direito, nem pedestre e nem ciclista. Vamos supor, se eu quero sair do centro da cidade e caminhar pelo 31 de março para chegar no meu bairro, eu vou ter dificuldades, porque nem sempre eu vou ter uma calçada segura, com tamanho correto. As vias são sempre para carros individuais, até o governo do PT pecou nisso quando fez o Anel Viário e esqueceu do pedestre e do ciclista.

Caso você use o transporte público, o Arco da Inovação trouxe melhorias nos tempos de viagem?

R: Eu vou de carro agora, por conta da pandemia, mas por conta da ponte estaiada, pelo tempo que demora, tive que mudar o meu ônibus. Antes era um ônibus que passava aqui perto da minha casa e ia lá no Shopping Colinas, fazia todo aquele pedaço para ir para o centro, agora eu tenho que pegar o de Jacareí, tenho que pagar mais caro ainda na passagem para conseguir chegar no meu local de trabalho. Se eu vou para o centro da cidade, eu pego outro ônibus que não passa por aquele caminho.

Por que você acha que o sistema viário é escolhido para grandes ações urbanas e não outros setores?

R: No sistema viário tem o carro para as indústrias, tem a questão do combustível, tem a construção civil que ganha muito. Nós vimos na operação Lava Jato quanto que foi passado para os políticos. Então, tem muito interesse do capital, é ele quem determina. Bicicleta não dá gasto. Quanto que é para consertar uma bicicleta? Você compra uma mais ou menos por 400 reais, uma boa por 2 mil, já um carro é 40 mil. Andar a pé é só gastar tênis e ainda faz bem para a saúde. Então, você não dá nenhum retorno para o capital usando outros modais. Andando de carro você vai ser sedentário, vai ter problema de saúde, de coração, de pulmão. Olha quanta coisa o capital pode ganhar com você, ainda mais em São José, onde dá o veneno do agrotóxico e depois te dá o remédio para você combater as doenças causadas pelo agrotóxico. A cidade não é para pessoas, principalmente para pessoas pobres. A professora Ermínia Maricato fala que para os grandes, para os riscos, nós deveríamos estar dentro de uma cápsula, aí essa cápsula abriria para você entrar e sumir e depois você voltava às 6 horas da manhã para você trabalhar, cuidar da casa deles e sumir de novo. A gente não quer mais fazer parte dessa senzala, a gente quer fazer parte e usufruir desses benefícios da cidade, nós também temos o direito à cidade.

Agora vou te deixar à vontade para você contar como tem sido a luta por moradia em São José dos Campos, como tem sido a relação com o Estado.

A luta por moradia em São José dos Campos é uma luta de tirar as pessoas da favela. É para que tenha programa habitacional para todas as classes sociais. Mas o que sempre tem são empreendimentos construídos fora da cidade para as famílias que eles dizem ser favela, que nem sempre é palafita, nem sempre alaga. Aqui no Rio Comprido, por exemplo, uma vez que teve um sinistro muito sério, era uma água que estava estancando e veio a chuva, o que trouxe lama para baixo e matou pessoas. Então foi algo provocado, tem até uma investigação sobre isso, se já até não saiu o resultado. Mas sempre tem o objetivo de tirar as famílias e construir uma via ou então porque está em uma área de especulador, como o Pinheirinho. Nunca é “nós vamos fazer o programa habitacional para tantas famílias, vamos dar carta de crédito, vamos ajudar as pessoas que querem morar no bairro a comprar um empreendimento ali no seu bairro”, não tem isso, é sempre com o objetivo de tirar famílias de baixa renda, famílias que estão em locais de grande interesse. O Banhado é o clássico disso, fizeram um bairro atrás do Banhado, dentro da concha do Banhado, o Esplanada do Sol, e teve uma secretária que falou que eles tinham que ter escritura, aterraram área de banhado, área ambiental. E por que querem tirar quem mora no Banhado? Porque quem mora lá nesse fundo, que começou com o Esplanada do Sol e agora tem um condomínio Alphaville, não tem saída, então querem o

pedaço do Banhado para eles saírem. Sempre é para atender os grandes, a burguesia, nunca pensando naquelas pessoas que trabalham para a cidade ser o que é. Quanto que vão gastar para as pessoas morarem ali de forma digna? Tem os equipamentos públicos que elas podem usar, trabalhar por ali, como é o caso do pessoal do Banhado que tem as verduras, têm os recicladores, mas nunca atende. É uma cidade voltada para atender os interesses do capital, é como um mantra.

Todo mundo desqualifica o movimento popular, é abandonado à própria sorte, não tem muito apoio, as pessoas também não acreditam muito. Se falar que São José dos Campos ocupou, foi só no Pinheirinho. Todos os outros lugares foram comprados de alguém, alguém foi lá, parcelou o solo e vendeu, não é uma ocupação. As pessoas morrem de vergonha de falar que estão em uma ocupação. Se você for hoje lá no Pinheirinho dos Palmares onde instalou as famílias, é difícil encontrar pessoas que estavam na ocupação, são pouquíssimas, a ocupação tinha muita gente que nem era daqui. Aqui em São José dos Campos não tem uma prática de ocupar, é sempre comprando, é sempre aqueles contratos de posse. Como o Vale do Paraíba é conservador e São José é mais ainda, a dificuldade de ocupar é muito grande. Quanto às pessoas que moram nos conjuntos habitacionais, muita gente vende e volta de novo para aquelas áreas alagadas para conseguir, e conseguem, a prefeitura contempla eles com as casas que depois vai ter que pagar. Muitos também saem porque estão devendo as prestações.

Eu acho que a luta por moradia é muito séria, a primeira coisa que a gente tem que entender e respeitar é o local em que as pessoas moram e isso não é respeitado nunca. Você está naquele local e nunca discutem sobre te colocar à 2km dali para você continuar a relação com o local, então constrói empreendimentos habitacionais distantes. Isso é a prática, isso tem uma razão de ser, ainda vou estudar. Eu sei que tem a questão de colocar as pessoas longe, porque quanto mais longe, mais equipamento público você pode levar com uma justificativa e aí depois quem vai usufruir é sempre quem tem mais dinheiro, como é o caso da Via Cambuí. Se você passar pela Via Cambuí, tem um monte de empreendimentos lá, mas tudo de alto padrão, já tem luz, tem asfalto, é parcelado, é perfeito para quem tem dinheiro para pagar, para quem vem de São Paulo para escapar dos grandes centros e ter uma vida mais tranquila e deixar a gente intranquilo. A luta por moradia passa por muitas coisas, principalmente em relação ao nível de consciência, passa pela questão racial, porque muitos que vão para lá são pessoas negras e pobres. Isso da propriedade não é um assunto nosso, negros, nós nunca tivemos propriedade, então como você se apega, mantém e cuida se você não foi educado para isso? Quando terminou a escravidão, nem casa tinha para morar, ainda tinha a lei da vadiagem, que você não podia ficar na rua, então você ia para as fazendas e

pros cortiços, então ainda tem isso, essa coisa do desapego da moradia, desapego da propriedade, de achar que não pode, então tem muita coisa ainda para mudar. E agora, entendendo mais a questão racial, é uma discussão muito séria que a gente tem que fazer entre nós do movimento negro, a questão de saber que tem direito sim, porque ninguém te dá nada, você paga e paga caro. Senão você sempre vai ser usado, você fica ali naquele local por 30 anos e aí quando não interessa mais você não tem direito de falar que a propriedade é sua, da sua família. Isso aí vem da escravidão, quando a gente era vendido e levado pra cá e pra lá. É nosso direito ter uma moradia, permanecer ali, ali ser aquela casa que vai ser de gerações, você ter um local para ter lembranças. Então, eu penso que a primeira coisa na discussão de moradia tem que ser o pertencimento. Muitas vezes a dignidade que você fala não é a mesma para mim e é muito o que se promete, São José dos Campos é a cidade da dignidade, mas vai ver a dignidade que deram para as pessoas, é indigno. O Jardim São José II, por exemplo, fica a 16 km do centro. Se a família tem 5 pessoas, é 50 reais ida e volta, é uma passagem para São Paulo. Quando a gente ia mais lá, tinha sorteio entre as crianças para dizer quem ia para a cidade com a avó, sendo que eles moravam à 20 minutos do centro da cidade na Vila Nova Tatetuba, iam a pé para o centro da cidade, passava não sei quantos ônibus na frente de onde eles moravam e agora tem que escolher quem que vai levar para passear ou quem que vai para a cidade. Teve uma pessoa que ia buscar reciclagem de cavalo, o cavalo morreu de exaustão e ele continuou sem o cavalo, um dia essa pessoa chegou na casa dele, deitou no chão e morreu de exaustão de buscar reciclagem, porque reciclagem só tem no centro da cidade, onde tem acúmulo de bens. Lá onde ele morava, quem acumula bens? Pobre não tem bens para acumular, não consome tanto assim. É uma cidade da indignidade, é uma cidade racista e o prefeito faz questão de deixar claro esse racismo dele. Logo depois da eleição, o prefeito colocou na página dele que ele estava dando condições das pessoas não terem problema no bairro dele, ali no entorno do centro, mas a justiça não quis. Quis dizer que ali só tinha bandido, que iam matar, iam roubar e ele não ia poder fazer nada. Ali no Banhado. E quem mora ali? Pobre e negro. Essa naturalização do racismo dele que me indigna muito. Pode demorar, mas uma hora isso vai mudar, eu tenho certeza disso, nada dura para sempre, ainda bem. Está difícil, a gente passa por sérios problemas, mas a gente não desanima não.

ENTREVISTA 3 – HISTORIADOR E AMBIENTALISTA

O senhor é joseense?

R: Eu nasci aqui em São José em 1961 no centro da cidade, em frente a padaria Pão de Açúcar. Eu costumo dizer para os meus alunos, eu sou professor de história, que quando eu nasci, São José não era nem uma província ainda, era uma paróquia. Conhecia todo mundo, não havia muitos carros, a gente andava de charrete, andava descalço, era uma cidade tranquilíssima. Então, eu vivenciei toda essa metamorfose urbana e confesso que eu estou muito assustado com tudo que estou vendo. Os interesses econômicos daqui são brutais. É uma cidade muito rica, está entre as 20 cidades mais ricas do país, então não é fácil. Você está se enveredando para o que especificamente? Quais são as suas curiosidades?

É sobre o empresariamento da cidade, com um recorte no marketing urbano como instrumento. Para isso, estou passando pelo Plano Diretor, pela imagem da cidade, pela gestão...

R: Sobre o Plano Diretor, o que eu e meu grupo reivindicamos inicialmente da prefeitura, é que a prefeitura nos apresentasse um conjunto de estudos para que ela tivesse mais fundamentação a título de fazer um diagnóstico da cidade. Porque São José dos Campos, por exemplo, não tem um estudo de inventário ambiental, não tem um estudo de microclima urbano, não tem um estudo de macrodrenagem, pelo menos até então não havia quando a prefeitura se dispôs a fazer e elaborar o Plano Diretor. Não havia um estudo da capacidade de suporte do município. Entrando na questão das mudanças climáticas, também não havia estudos mais específicos sobre isso e aí passamos a reivindicar também que fosse elaborado um estudo de vulnerabilidade às mudanças climáticas. Então, o grande questionamento que a gente levantava para a prefeitura quanto à elaboração do Plano Diretor era como é que a prefeitura poderia fazer um Plano Diretor se ela não tinha um diagnóstico do município. Então, o que ficou bem claro para nós é que o Plano Diretor foi feito sem esses estudos, inclusive, na época, o Marcelo Manara, que era o secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, alegava que para que o município fizesse todos esses estudos que nós reivindicamos, ficaria muito caro e que estudos, por exemplo de microclima urbano, que era um dos estudos que a gente reivindicava, que era um estudo muito complexo e de várias vertentes, e dependendo das vertentes, as quais a prefeitura tivesse que se fundamentar, que isso ocasionaria dificuldades para a elaboração do planejamento ou dificuldades para confecção do Plano Diretor. Não nos convenceu evidentemente. Também não havia, por exemplo, estudos de risco. Uma das nossas grandes preocupações era justamente com a região Sul e com a região

Leste. A região Sul porque, segundo vários estudos do INPE, os ventos úmidos que vêm do litoral e que passam pela fenda de Paraibuna, eles se deslocam para a região Sul, da região Sul para a região Central e da região Central para o Banhado, e do Banhado para as regiões Norte e Noroeste. Então, parte da ventilação que tem em São José dos Campos se deve muito a esses ventos que vêm da região Sul. Daí que nós questionamos o Marcelo Manara e os seus técnicos, porque, de acordo com esse Plano Diretor, a base desse Plano Diretor estava justamente naquilo que eles chamam de “centralidades municipais” e “adensamento”. A explicação em 2019 para que esse conceito fosse aplicado no Plano Diretor era que a grande preocupação que o gestor municipal tinha naquele momento era justamente evitar que houvesse um maior deslocamento de pessoas dos seus bairros para o centro da cidade, como via de regra acontece. Então, seria mais oportuno que nos próprios bairros se desenvolvessem, portanto, estruturas que pudessem atender as demandas desses bairros em suas regiões. Então, isso minimizaria os efeitos da mobilidade urbana e consequentemente a qualidade de vida, a saúde da população, porque nos próprios bairros nas suas respectivas regiões, as populações seriam atendidas, porque o setor de serviços, por exemplo, se instalaria nessas chamadas “centralidades municipais”, os empregos seriam gerados mais especificamente nesses bairros e consequentemente isso evitaria maiores transtornos no crescimento urbano. Só que tem um detalhe, especificamente na região Sul, ela já está bastante comprometida porque houve um processo muito acelerado de verticalização dessa região, assim como na região Centro-Oeste, então levantamos estes problemas. Ou seja, São José daqui a 20, 30 anos, se porventura ela sofrer os efeitos dessa verticalização e ter este adensamento, até que ponto esse Plano Diretor garantiria a população depois de 20, 30 anos, por exemplo, uma qualidade de vida que pudesse garantir a essa população um patamar razoável, no mínimo, para todos. Porque você há de convir que com a verticalização muito acentuada, isso afeta profundamente a passagem dos ventos, isso ocasiona também as ilhas de calor, isso provoca mudanças térmicas. Todas essas questões nós levantamos para o Marcelo Manara e para a SEURBS e eles não nos responderam. Todos os questionamentos que nós levantamos, não obtivemos respostas, porque no fundo nenhum daqueles estudos que eu citei foram apresentados. São José precisaria de um estudo de Microclima Urbano. São José não tem um estudo, por exemplo, de um inventário ambiental. O último estudo de emissões de poluentes em São José dos Campos foi em 2013 e os dados de 2013 eram dados extremamente alarmantes, por exemplo, no ano de 2013 foram emitidos na nossa atmosfera 23.118 toneladas de gás carbônico. Estou citando o gás carbônico para ter uma noção da grandeza do problema. Fora isso, aumentou muito a frota de automóveis. De 2013 até 2019,

segundo a instituição Denatran, houve um aumento da ordem de 86% da frota de veículos em São José dos Campos. Essa também era uma das nossas preocupações, porque no Plano Diretor prioriza-se, justamente, obras viárias, algumas delas já foram consolidadas, como a Via Cambuí, a Via Jaguari na região Norte, a Via Oeste muito recentemente foi inaugurada, há um projeto da Via Banhado, entre outras vias que vão entrecortar principalmente esta área de várzea que nós temos para fazer a ligação, por exemplo, entre a região Norte e a região Oeste, a região Oeste com a região Sul, enfim, tem vários projetos que contemplam o Plano Diretor. Aí levantamos todas essas questões e uma das outras questões que nós levantamos para a SEURBS era, por exemplo, qual é o vetor de crescimento da cidade? Porque, por exemplo, a região Norte já está saturada, a região Sul também já está saturada, a região Centro-Oeste também já está à beira da saturação. Então, qual seria a região que teria esse vetor de crescimento da cidade? A região Leste, onde há a refinaria Henrique Lage, que é a terceira maior refinaria do Brasil, a região também é entrecortada de gasodutos e álcooldutos, há também muitos depósitos de gás, a população está sobre uma bomba. Aí levantamos esta questão, se havia da parte da prefeitura, um estudo de risco naquela região, e no final das contas a prefeitura alegou que não porque quem deveria apresentar esse estudo era justamente a Petrobrás e não a prefeitura propriamente dita. Então, é neste sentido que todas as perguntas que nós fizemos ficaram no ar, não nos foi respondido. Inclusive muitos moradores da região Leste entram em contato comigo, agora com essa questão da pandemia, não estou podendo sair, mas eu havia combinado com esse pessoal da região Leste, mais ao fundo da região Leste, para fazer uma reunião com os moradores, eles estão muito preocupados, porque há uma tendência de crescimento, aliás aquilo vem crescendo muito rapidamente. As vias ali são muito estreitas, já estão saturadas, se acontece um acidente de grandes proporções, para onde que esta população vai se deslocar? Quais são os pontos de fuga? Fora isso também, no município, existem mais de 300 áreas contaminadas e a gente também questionou isso. Em relação a essas áreas contaminadas, como é que fica? Afinal de contas, estava ocorrendo justamente a contaminação da água na região Leste, gerando uma série de problemas de saúde para a população. A gente questionou o Ministério Público, a Defensoria Pública sobre um estudo sobre a qualidade da água também. Então, tudo isso ficou no ar, essas questões não foram respondidas, não teve devolutiva de nada e infelizmente, a prefeitura ela se esquivou de todos os questionamentos que nós fizemos, alegando que todos os dados técnicos que ela possuía eram resultados das pesquisas que a própria SEURBS fez, de tal modo que esses dados deram embasamento para que ela elaborasse o Plano Diretor, e na sequência, a Lei de Zoneamento. Por outro lado, o que fica muito claro para nós? Se você estuda, por exemplo,

o Plano Diretor, ele é um Plano Diretor rodoviarista, é um Plano Diretor que prioriza vias, que na verdade não estão sendo feitas para atender a mobilidade urbana, porque está priorizando o veículo individual motorizado, que é o automóvel, não há projetos voltados para o transporte público, e o que há é, por exemplo, peguemos o caso da Linha Verde, também não teve estudos preliminares, não foram feitos estudos de impacto ambiental, não foram feitos impactos de vizinhança, não foram feitas as audiências públicas, é um projeto caríssimo, quase 200 milhões de reais. Não há nenhuma garantia para a população da região Sul que esse modelo de transporte vai atender as necessidades dessa população, porque como é um projeto muito caro, a gente desconfia evidentemente que o custo de manutenção desse modelo de transporte também vai ser elevado, então não vai satisfazer efetivamente a população daquela região. Esse serviço passará debaixo de torres de alta tensão e essa foi uma das cobranças que nós fizemos. Tem um PPIC (Procedimento Preparatório de Inquérito Civil), nós questionamos o Ministério Público quanto a questão deste projeto, o valor do projeto, a eficiência do projeto, a ausência de vários estudos e a gente está aguardando agora um retorno do Ministério Público. Já abriu um Processo Preparatório de inquérito Civil, mas a gente gostaria que houvesse a conversão de PPIC para IC (Inquérito Civil). Pode ser que aconteça, porque é uma obra muito cara, assim como foi, por exemplo, a ponte estaiada. São José está crescendo muito rapidamente sem um planejamento e aí entra justamente aquele viés neoliberal, o espaço mercadológico da cidade, o espaço geográfico se transformou em uma grande caixa registradora. Então, há os grandes projetos de gentrificação dos bairros, principalmente dos bairros dentro do perímetro urbano, no qual há uma valorização. Essas populações estão sendo aos poucos apartadas e afastadas para bem distante e essa metamorfose urbana está tendo um padrão de estética de acordo, evidentemente, com as exigências do mercado e que atende especificamente a classe média, a classe média alta. São José está caminhando muito para isso, porque o transporte em São José é muito caro, é ineficiente, é poluidor e na medida que o poder público estimula o uso do transporte individual motorizado, fica muito claro que o gestor público não está muito preocupado com essas populações mais carentes, populações de baixo poder aquisitivo. A legislação que normatiza as diretrizes para o crescimento da cidade reflete bastante isso, como é o caso do Plano Diretor e é o caso também da Lei de Zoneamento. Na questão das Áreas Verdes, é algo também extremamente preocupante, porque se a gente pegar o Plano Diretor, ele compromete, por exemplo, a Zona de Proteção Ambiental. A gente fez um cálculo aproximado de 20 milhões de metros quadrados de área de proteção ambiental no município, tudo isso para satisfazer o setor empresarial da construção civil e também do setor

imobiliário. Tudo é pretexto para gerar renda, emprego, mas no fundo é para satisfazer esses setores. É como se fosse uma dívida de campanha, e é justamente este viés neoliberal, esse viés mercadológico que observa o espaço geográfico urbano como se fosse efetivamente uma caixa registradora. A grande maioria da população refém do desemprego, refém dessa precariedade, não consegue fazer essa conexão entre esse quadro alarmante e as diretrizes que foram estabelecidas pelo Plano Diretor e a Lei de Zoneamento. Então, o quadro é esse, um quadro assustador, preocupante, agora a gente esteve conversando com os moradores do Vale dos Pinheiros por conta da Via Esplanada, que foi inaugurada recentemente e eles também não foram consultados, foram negligenciados, nós ingressamos com o Ministério Público, ingressamos com o Ministério Federal, porque ali é uma área da antiga rede ferroviária federal, então nós ingressamos com uma representação no mínimo para que se tenha uma compensação ambiental para aqueles moradores, porque o estrago já está feito. Futuramente aqueles moradores serão removidos. Por exemplo, o Oliveira Roxo, um grande empresário da área da construção civil, já está de olho naquela área, próximo a Via Esplanada. A população não consegue fazer essa conexão, mas é uma tendência do mundo contemporâneo, o capitalismo globalizado e o modelo neoliberal se espalhou e o modelo dele é perverso, porque ele não inclui, ele exclui, ele é segregacionista, o espaço urbano acaba refletindo isso.

O que o senhor pensa sobre a construção de vias em relação à especulação imobiliária?

R: O pretexto sempre é o de facilitar a mobilidade, mas no fundo a gente sabe que não é isso que está em jogo, o que está em jogo na verdade é satisfazer os interesses das grandes empresas do setor imobiliário. Como São José é uma cidade rica, promissora e tem uma estrutura razoável, há uma forte pressão desses grupos sobre quem governa, sobre a Prefeitura, a Câmara Municipal, aí eles se tornam agentes facilitadores para que esses grandes grupos econômicos se apropriem do espaço urbano. Os maiores penalizados, vou pegar um exemplo do que está acontecendo deste fenômeno que hoje é muito comum nas grandes cidades ou nas cidades de grande médio porte: a comunidade da Santa Cruz, eles entraram recentemente em contato comigo, porque já estão levantando vários prédios e eles estão ficando sitiados de prédios, eu já havia alertado que isso não é um bom sinal, porque essa classe média que vai se instalar nesses prédios, vai exigir que vocês saiam daí. A prefeitura, na verdade, já está fazendo pressão, eles já estão sendo assediados, então é a estratégia, ou seja, cria-se uma estrutura para que essas empresas do setor imobiliário e da construção civil se apropriem dessas áreas e haja um processo de gentrificação. Essa população vai sendo

removida de onde ela efetivamente estava situada para regiões bem periféricas e aí há um embelezamento dessas áreas justamente para satisfazer esses grupos, este é um fenômeno que está acontecendo aqui. A Prefeitura, naquela tal da centralidade municipal, que tem como principal objetivo verticalizar porque, segundo a Prefeitura, o custo da verticalização é reduzido. Então, a prefeitura está se utilizando deste expediente para pressionar essas populações mais pobres que ainda estão nessas áreas, que elas sejam, com força da pressão do mercado, removidas para as periferias da cidade, então isso já está acontecendo, é algo preocupante. Na verdade, o que a gente observa, é que isso está muito claro, este fenômeno vem acontecendo de uma forma muito explícita, o poder público não está tendo nenhum pudor de atender essa demanda e isso está desprovido de uma reflexão mais aprofundada, isso não tem chegado à maioria da população, até porque, politicamente, ultimamente as pessoas estão muito receosas de se exporem. De modo geral, tem havido muitas pressões, por exemplo, muitos dos nossos colegas que participavam do Conselho Municipal do Meio Ambiente, técnicos do ITA, do INPE, da UNIFESP, sofreram retaliações da Prefeitura, as reitorias foram procuradas para que eles sofressem reprimendas e não se tornassem tão incômodos como estava acontecendo. Esse tipo de terrorismo tem ocorrido nas instituições, principalmente com aqueles que são mais atrevidos, são mais ousados, são mais questionadores. Então, essa é uma grande preocupação que a gente tem, no fundo este projeto rodoviário, ele na verdade não tem como principal objetivo resolver os problemas da mobilidade, mas sim do setor imobiliário e do setor da construção civil, e agrava o quadro de saúde da população, porque você há de convir que São José dos Campos, até pouco tempo atrás, era uma estância de tratamento da tuberculose e hoje eu pergunto para os meus alunos quem tem problemas respiratórios e é a maioria, a gente vive em uma cidade muito poluída. Os casos de rinite alérgica, asma, bronquite, doenças cardiovasculares, casos de câncer de pulmão, isso vem crescendo aqui, isso é consequência justamente deste modelo que aí está. Aqui em São José dos Campos, quem está ganhando muito são os pneumologistas, porque é impressionante o número de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos com problemas respiratórios. Essa é também uma questão que constantemente a gente levanta para a prefeitura, quanto a elaboração do Plano Diretor, da Lei de Zoneamento, mas é aquela história, como a gente está passando por um processo de recessão, o gestor público usa sempre como pretexto aquela ideia de abrir a cidade para todo e qualquer tipo de empreendimento, de investimento para gerar renda, emprego, essa falácia que a gente sabe que não resolve coisa alguma.

Este discurso é utilizado mesmo quando não se está em recessão...

R: Com certeza é um pretexto muito utilizado e quando está, mais ainda, porque dizem que a solução é abrir a cidade para tudo e a população, que está desesperada, não é educada para refletir, ela não é orientada para isso. Nós, que fazemos esse trabalho, sentimos muita dificuldade também, porque como as pessoas não querem ouvir, há não ser quando são afetadas diretamente, como foi o caso da Via Jaguari. A Via Jaguari está com um problema gravíssimo, porque o sistema de drenagem dela foi muito mal feito e ali tem muitas minas d'água também. Agora com essas chuvas fortes, está acontecendo uma deterioração do asfalto e infiltração, a Prefeitura está fazendo alguns reparos. A população que fica abaixo do nível da via já está sofrendo os efeitos da via. A população mais carente é a mais prejudicada com essas obras, então é uma preocupação que a gente tem, porque afinal de contas, quando se prioriza o transporte individual motorizado, segrega mais ainda os pobres, porque o transporte coletivo é muito ruim, é muito caro, aqui de São José talvez seja um dos mais caros do Brasil, com isso só vai segregando, é uma cidade segregada. É um projeto isso, é isso que a gente procura passar para a população, isso não nasce do nada, é um projeto político, é um projeto neoliberal, então a gente fica nesse fogo cruzado. O pessoal liga pra cá achando que isso é Pronto Socorro, e não é, o que a gente pode fazer é ser solidário, a gente pode ajudar em ações, Ministério Público, Defensoria Pública quando tem alguns atos. Por exemplo, a gente tem uma carência de áreas verdes em São José dos Campos, há um cálculo em torno de quatro metros quadrados de áreas verdes por habitantes em São José, é uma cidade carente de áreas verdes, há um déficit da ordem de quatrocentas mil árvores. Agora tem ocorrido cortes constantes de árvores, muito recentemente a prefeitura autorizou a Marcondes Cesar (construtora) a cortar 430 árvores no Bosque Betânia, a gente barrou isso também, eu participei desta luta. Recentemente, houve a supressão de 212 árvores no Jardim Paulista, na calada da noite no final do ano também. Eles ligaram para cá e eu estive lá com algo lamentável, a população está desesperada, eu falei que o que a gente pode fazer agora é questionar as autoridades através do Ministério Público, exigir uma reparação ambiental. O ideal era que não deixasse cortar as árvores, mas a população próxima é uma população de idosos e estamos também vivendo um período difícil que é a pandemia, não dá para expor as pessoas. Nós temos diversas ações no Ministério Público, com relação a patrimônio arbóreo, com relação a própria ponte estaiada, com relação a Via Esplanada. A gente se embasa tecnicamente, pega todos os estudos, os números que a gente tem e a gente procura argumentar, porque um ambientalista não pode só reclamar, ele tem que ser propositivo também, politicamente falando é um momento muito difícil que estamos vivendo.

Nós estávamos falando sobre São José ser uma cidade muito rica, no IBGE está entre as 20, sendo que 11 são capitais estaduais...

R: Se eu fosse empresário, eu obviamente ficaria de olho gordo. Por exemplo, a área das vaquinhas no Aquarius, aquilo é algo surrealista. Uma área de 560 mil metros quadrados, tem vacas pastando por ali, tem minas de água. Os moradores do Aquarius não estão satisfeitos com o que acontece lá, porque a Lei de Zoneamento de 1997, na época do Emanuel Fernandes, liberou geral a construção dos prédios ali, aquilo virou um palheiro. Do outro lado não tem, então o projeto que a gente defendia e defende até hoje é que seja uma grande área verde, um grande bosque, uma grande área de lazer para a sociedade, até para fazer um contraponto justamente aquele cânion de concreto que tem ali, e, infelizmente, por conta do Plano Diretor e a Lei de Zoneamento, houve a liberação para a construção de 100 prédios de 44 andares naquela área. Na época, nós fizemos essa discussão com os moradores, até criamos a frente de defesa do direito à cidade Desperta São José, a gente está sempre alfinetando a Prefeitura. Foi um jeito que a gente encontrou, a gente montou um grupo reunindo várias pessoas de regiões da cidade para discutir os problemas da cidade, para sermos propositivos e para usarmos os equipamentos públicos, como é o caso da Defensoria Pública e do Ministério Público. Conseguimos agregar bastante gente nesse processo de pensar a cidade. Tem engenheiros, arquitetos, profissionais liberais, ambientalistas, movimentos populares.

O senhor acha que a mídia teria potencialidade para influenciar a resolução dos problemas urbanos?

R: O ideal seria que sim, o problema é que a mídia também é refém dessas grandes empresas, ela vende o seu espaço e essas empresas tem muita grana, então elas caminham conosco até um limite, quando esse limite é incomodado elas puxam o freio de mão e simplesmente abandonam o barco, isso é muito comum acontecer. Mas eu creio que não só a mídia como a educação, as universidades, as instituições, poderiam ser mais incisivas nessas questões. Eu compreendo que hoje elas se sintam um pouco intimidadas a não fazê-lo, porque existe um problema político muito sério no país, os níveis de pressão, o terrorismo que existem hoje dentro das instituições é muito forte em relação aos profissionais, então esses profissionais ficam acuados porque eles precisam sobreviver. Eu mesmo, o que já sofri de retaliação, já fui processado por areeiro, por Alphaville, recebi ameaça de morte. A questão ambiental é muito interessante, mas ela é uma questão estrutural, porque você bate justamente de frente

com o capitalismo do sistema. Você pode plantar umas árvores, e aí tudo bem, é legal, não que a gente não deve plantar árvores, a gente deve sim, mas não pode ficar só nisso, então quando você extrapola tudo isso, o resultado é ataque. Mas eu tenho certeza absoluta que a mídia poderia, assim como a educação, instituições de pesquisa, embora produzam, muitas vezes o pesquisador se sente acuado na maioria dos casos. Então, é complicado, principalmente nesse momento de intransigência, essa intolerância que estamos vivendo que não se permite o diálogo, o debate de ideias. A sociedade está muito brutalizada, ela está sendo conduzida a isso, então fica complicado promover esse tipo de debate com a sociedade. Por exemplo, quando houve o anúncio da ponte estaiada, a população do entorno ali, a gente presumia que como lá estão médicos, dentistas, advogados, gerentes de fábrica, profissionais liberais, o pessoal tem mais um pouco de escolaridade, esse pessoal vai ter um pouco mais de entendimento que a construção daquela ponte é desnecessária, poderá comprometer inclusive a qualidade de vida, a saúde daquela população do entorno. Uma grande parcela era favorável, dizia-se que iria embelezar, valorizar os imóveis, e a gente se contrapondo. Uma colega enviou para mim umas imagens com essas chuvas torrenciais, a ponte estaiada realmente ficou tomada de água, o Vidoca promoveu uma insurreição. Pensar que eu tomei banho naquele córrego quando eu era criança dá uma demonstração da deterioração do quadro urbano, e é muito rápido. Então, eu imaginava, a população vai se opor a isso, no mínimo vai ter um olhar crítico a isso, mas não. Houve um segmento que nos acompanhou, mas infelizmente a grande maioria embarcou nessa propaganda, inclusive a mídia defendeu a obra caríssima, que deveria ter sido financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e nós denunciamos para o Banco as irregularidades da obra, assim como nós fizemos com a Via banhado. A Via banhado só não saiu porque nós, quando digo nós, somos os ambientalistas, os movimentos populares, a Defensoria Pública, denunciou ao Banco as irregularidades, o não cumprimento das políticas operacionais do Banco. Vieram para cá várias comissões do Banco, investigarem se efetivamente procediam as nossas denúncias e chegaram à conclusão que sim, então a prefeitura foi obrigada a recuar. Agora com relação à ponte estaiada, o que teve de maracutaia ali, inclusive pela parte do Banco. O Banco chegou em um dado momento que alegou que não financiaria a obra e a gente teve uma grande parcela de responsabilidade nisso, do fato do Banco ter assumido que não financiou a obra porque também não cumpriu com as políticas operacionais do Banco, que são várias, principalmente socioambientais, para nós foi uma vitória. Porém, a obra foi construída com o dinheiro nosso, sem dotação orçamentária, o que é o pior.

O prefeito Felício insiste que foi o BID...

O BID oficialmente alega que não, ele inclusive publicou uma nota alegando que não e exigiu que a Prefeitura retirasse das placas o logotipo do BID. É um quadro muito preocupante, me deixa muito assustado, porque eu estou vendo que São José dos Campos está caminhando para ser uma nova São Paulo, essa região, porque no fundo estamos em uma região metropolitana. Como uma região metropolitana, as cidades deveriam trabalhar em harmonia, os projetos deveriam ser mais estruturantes, deveriam ser mais horizontais, no entanto isso não vem acontecendo, porque nós estamos vivendo um processo acelerado de conurbação, onde há conurbação os problemas só crescem. Eu comento isso com os meus alunos, os problemas, os desafios ficam cada vez maiores. A ausência de preocupação com a conurbação e os seus efeitos é preocupante, é aí que entra os estudos, por exemplo, da capacidade suporte da região, os estudos de Microclima, de Macrodrenagem, o Zoneamento Ecológico Econômico seria fundamental para a nossa região para que tivesse minimamente umas bases, algumas referências para poder estabelecer algumas diretrizes mais palpáveis, mais plausíveis para a região, uma proposta mais sustentável para essa região daqui 30 ou 40 anos, mas nós não temos isso e a gente observa que as prefeituras são desprovidas desses interesses, as Câmaras então nem se fala e a sociedade como um todo, salvo por alguns segmentos da sociedade, não tem esse nível de compreensão, então eu fico muito angustiado com tudo isso que eu estou vendo.

Falando em sociedade, o senhor chegou a participar de alguma oficina do Plano Diretor?

R: Sim, eu cheguei a participar, mas uma reclamação que nós fizemos também é o tempo, porque o tempo que a Prefeitura destinou a isso, ao nosso entendimento foi muito curto, tinha que ter um aprofundamento maior, nós achamos que deixou muito a desejar neste sentido. Ficou parecendo o seguinte: “é preciso que tenha porque a lei exige, então façamos”. Mas é só para cumprir formalidades, para que isso não fosse questionado judicialmente. A Prefeitura fez, tem a lista de presença, tem toda a formalidade, todo o protocolo, então foi isso que aconteceu, mas demandava mais tempo para a gente estudar mais, o tempo foi muito curto para os debates e para nós nos inteirmos das propostas que a Prefeitura apresentou. Para nós não foi satisfatório, mesmo assim incomodamos bastante a Prefeitura, porque a gente questionava lá e houve muita discussão, muito enfrentamento, muito desgaste. As cidades estão desprovidas de uma massa crítica e esse modelo é muito cruel, muito perverso com as pessoas de modo geral, é uma sociedade muito injusta, muito violenta e as cidades

acabam refletindo isso. A grande maioria da população fica confinada em seus bairros, ela não se interage. Aliás, esse é o modelo de cidade globalizada, ela não agrega, ela desagrega, ela satisfaz alguns poucos, do bom e do melhor e a grande maioria fica marginalizada. Os níveis de violência, de homicídio, feminicídio só tendem a crescer, porque o próprio espaço urbano acaba induzindo a violência, semiótica da violência, porque ela não satisfaz o lazer, o esporte, a cultura, a educação, a saúde, uma boa alimentação, então ela acaba insuflando essa violência que a gente testemunha diariamente.

Ainda falando em reuniões, pessoas reclamaram que a reunião sobre o Arco da Inovação, no Paço Municipal, aconteceu em um horário inadequado...

R: Foi no início do mês de janeiro de 2019. Não foram convocadas audiências públicas, foi uma reunião para poucos, em um horário e local ruim. Já foi feito com o propósito de somente dar uma satisfação, tanto é que a gente questionou muito o representante do Banco, ele ficou até meio constrangido, porque, afinal de contas, todas as políticas operacionais do Banco foram rasgadas, foram ignoradas. Então como é que o Banco poderia estar presente em uma reunião daquela se o próprio Banco estava desrespeitando as suas regras, isso acabou gerando um desconforto na reunião. Foi uma reunião terrível, tensa, muita briga e enfrentamento de ambas as partes, porque afinal de contas a gente não foi lá para passar a mão na cabeça da Prefeitura, uma vez que a gente entende que uma obra desse porte, com esse custo, realmente afetaria a qualidade de vida e a saúde da população.

Também houveram reclamações sobre a divulgação da reunião...

A divulgação foi péssima, isso já foi feito com segundas intenções, só para dizer que a Prefeitura não foi omissa, negligente, ela chamou uma reunião. A gente inclusive havia protocolado, o Desperta São José protocolou na Câmara Municipal um pedido de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar as irregularidades da ponte estaiada. Eu tenho tudo documentado, porque ninguém vai poder dizer amanhã ou depois que não estava sabendo, todo mundo estava sabendo, mas a Câmara se esquivou, porque o prefeito tem a maioria da Câmara com ele, foi alegado que o prefeito deu satisfações do projeto, apresentou os valores, planejamento, enfim, tudo balela. Na verdade, a oposição lá é minoria, então a gente não tinha chance de ganhar, mas a gente fez para fazer um fato político, para não dizer que a sociedade foi omissa, a sociedade não foi omissa, a sociedade se manifestou, ela exigia que a realização de uma comissão parlamentar para fazer uma investigação sobre, mas infelizmente não foi adiante.

Como vocês obtinham informações sobre a obra?

R: Era muito complicado, porque a grande questão que a gente levantava era a seguinte: quem faria o licenciamento da obra? No caso seria a CETESB. Qual era o instrumento que a CETESB deveria usar para fazer o licenciamento da obra? Um EIA RIMA? Um estudo ambiental preliminar? A CETESB não nos transmitia essa informação, porque pelo nosso entendimento, pelo tamanho da obra, aquilo tinha que ser um EIA RIMA. A CETESB não fez através de um EIA RIMA, porque ela alegava que o local onde seria realizada a obra, já estava intensamente antropizada, então não seria necessário a utilização de um EIA RIMA, um estudo ambiental preliminar já seria o suficiente para fornecer os dados e as informações necessárias para que a Prefeitura amenizasse os impactos da obra. o Ministério Público entrou com uma ação, aliás no dia 26 de janeiro, inclusive está lá na página do Desperta São José, será realizado uma assembleia de reconciliação entre a Prefeitura e o Ministério Público, isso depois que a obra já foi levantada, porque não foi julgado o mérito ainda da questão. O que o Ministério Público pretende, juntamente com a Defensoria, porque foi uma ação feita pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, eu participei desse processo, estive nas audiências e o que o Ministério Público e a Defensoria Pública estão defendendo agora, é que a prefeitura apresente um plano de transporte coletivo, porque pela ponte estaiada não passa um ônibus, só automóveis, então o Ministério Público e a Defensoria Pública chegaram a essa conclusão, vamos cobrar um plano de transporte público, já que a obra teria sido feita para facilitar a mobilidade urbana, para evitar o tráfego pesado e no final das contas, há um estudo da Defensoria Pública apresentado, o técnico da Defensoria ficou por 10 minutos no prédio ao lado da ponte e nesses 10 minutos passaram apenas 6 automóveis, porque não passa mesmo, o grosso do movimento é na Jorge Zarur e não na ponte. Há uma previsão de que até 2025, a obra estará saturada, que ela não vai atender a demanda para qual ela foi constituída. Aqui em São Paulo foram criados vários dispositivos como agentes facilitadores de licenciamento de obras. O EIA RIMA é mais complexo, mais detalhado, pormenorizado. O RAP (Relatório Ambiental Preliminar) e o EAS (Estudo Preliminar Simplificado) são estudos mais simplificados, são dispositivos que foram criados aqui em São Paulo como agentes facilitadores de licenciamento ambiental. No governo do PSDB, dos Tucanos, que está no poder aqui em São Paulo desde 1995, eles desmontaram os novos licenciadores, justamente para dar vazão ao seu projeto neoliberal. Eu sempre falo para os meus alunos, a questão estrutural é uma questão sistêmica, econômica, é o modelo, capitalismo globalizado neoliberal que determina as diretrizes, é a partir daí que deve estudar o problema, porque o

problema está aí, na forma, como evidentemente estes dispositivos são utilizados para atender às suas exigências, às suas demandas. A partir do momento que você tem essa leitura, passa a compreender melhor tudo, o comportamento das pessoas, a reação das pessoas, essa despolitização, desqualificação da política faz parte do projeto de capitalismo globalizado neoliberal, os seja, as questões coletivas foram praticamente desmanteladas, hoje você tem um projeto individualista, egoísta, pragmático. Toda essa ideologia é reproduzida, reproduzida nas escolas através, por exemplo, na ideia de empreendedorismo, o sistema criou essa expectativa em torno de meritocracia, de estado mínimo, de livre concorrência, para o qual evidentemente ela não atenderia, porque não é um projeto para a maioria, é um projeto para a minoria. O mercado, dentro do globalismo neoliberal, é um mercado excludente, não é para a maioria, isso reflete no espaço urbano. Isso é um projeto que começa na segunda metade de 1970 e vai amadurecendo nos anos de 1980 e 1990. Os sinais negativos disso nós estamos vendo agora, porque o modelo, além de todos esses predicados, ele é também predatório, veja o exemplo das mudanças climáticas que estão acontecendo de uma forma muito acentuada, isso é consequência do modelo. O mercado tem que estar a serviço da sociedade, não a sociedade a serviço do mercado.

Ainda falando sobre o Arco da Inovação, o que o senhor acredita que motivou a construção?

R: Na verdade, um embelezamento que tem como principal propósito a valorização daquele espaço por uma classe média e média alta, porque a base do eleitorado dele está ali. Ele (prefeito) usou isso como uma estratégia para dar uma satisfação aos seus eleitores particularmente dali e deixando bem claro o propósito do seu governo, que é de governar para os que tem e não para os que não tem, satisfazer as necessidades dos que tem, porque os que tem são merecedores, existe a tal da meritocracia, que é uma característica peculiar a política do PSDB, que de social democracia não tem absolutamente nada. Aliás, é uma questão que eu levanto sempre para os meus alunos, vocês já pesquisaram o que é uma social democracia? Porque a social democracia é uma negação dessa meritocracia, é uma negação desse empreendedorismo, é uma negação dessa sociedade de livre concorrência de mercado. Em uma social democracia você tem um Estado muito presente, organizador, regulamentador, que prima pelo contrato social. Então, por exemplo, se você não está satisfeito com o transporte público, compre um automóvel, compre uma moto, o problema não é de quem administra, o problema não é do Estado, não é do Município, o problema é seu, é uma transferência do coletivo para o indivíduo, você é responsável pelo seu fracasso.

Se você está com COVID e precisa de um equipamento público, e o equipamento público tem limites para o atendimento, se você não fez por merecer ter um plano de saúde, o problema é seu. É bem isso, é essa ideologia que prevalece hoje, a ponte estaiada foi construída com esse propósito, para satisfazer os interesses dos eleitorados dele, o Aquarius, o shopping, todo aquele conjunto de prédios na Jorge Zarur, muitos automóveis. Pode observar que a maior parte dos automóveis que circulam por lá são carros grandes, eu falo que parecem carros de agência funerária, porque são enormes, o que gasta de combustível, de matéria prima, de espaço, poluem, e é para atender essa clientela, lamentavelmente, não é para atender o município. Com o dinheiro que ele gastou com a ponte, que hoje está em quase setenta milhões, ele poderia regularizar em torno de 111 bairros, São José dos Campos tem quase 200, são 173 bairros irregulares. A maioria desses bairros não tem água potável. A gente pensa que lá no Nordeste brasileiro não tem água, aqui, esses bairros irregulares, que são considerados pela Prefeitura como bairros clandestinos, a maioria dessa população é de crianças, de idosos, não tem água, não tem UBS, não tem transporte, não tem Correio, não tem CEP, e detalhe, o Plano Diretor excluiu vários desses bairros como ZEIS, foram excluídos. Foi uma questão que levantamos na época, do porquê. Isso é o projeto cidade, não é para esse pessoal, essa população, como dizia Zygmunt Bauman, é a população redundante, é o excedente obsoleto, é a população economicamente inútil, esse é o modelo. Não é para essa maioria, aliás, para que serve essa maioria dentro da lógica de mercado? Porque ela não acrescenta nada ou quase nada para a economia. Eu digo que essa cidade é um reflexo do país, ela expressa isso, ela revela isso. São os aglomerados subnormais, então a cidade não está a serviço dessa população e isso fica muito claro no Plano Diretor, na Lei de Zoneamento. Quando eu ingressei nos movimentos sociais, no final dos anos 70, a ditadura estava dando sinais de fraqueza, eu estava no Movimento Estudantil, inclusive eu estava comentando alguns dias atrás com alguns colegas que ingressei na luta pela anistia “ampla, geral e irrestrita” em 79, depois pela Diretas Já em 84 e por aí foi, então a gente tinha aquela perspectiva que com a democracia a gente iria mudar esse país e eu acho que a gente errou em algum momento, e deu nisso que estamos vendo, mas eram outros tempos. O movimento ambientalista aqui foi muito forte, a gente impediu, por exemplo, a instalação de incineração de lixo, termelétricas, extração de areia em cava, a gente conseguiu uma regulamentação das antenas de telefonia celular, que é a poluição invisível, a preservação do Parque da Cidade, porque na época queriam privatizar o Parque. Então, a gente conseguiu bastante coisa, apesar dos pesares, conseguimos evitar muitas coisas aqui, mas eram outros tempos, nos anos 80 a gente ainda estava naquela expectativa de mudanças, transformações da sociedade. Para fazer

esses contrapontos, a gente tem que ter muita paciência, tem que ser muito didático, a gente tem que ouvir, às vezes sem xingado, ser maltratado e ter que engolir, porque você tem que entender que o momento é esse, que as pessoas são conduzidas a isso, e ser dialético. Eu procuro trabalhar com as contradições e argumentar com base nas minhas leituras, porque é o que temos e eu tenho para mim, usando a argumentação do Jean Paul Sartre, a experiência da escassez, o Milton Santos também acabou fazendo uma análise disso, quer dizer, a experiência da escassez. A escassez será tamanha, que ela vai acabar gerando uma reação a esse quadro de devastação que a gente está vivendo. Eu acho que isso, de um certo modo já está acontecendo, nos Estados Unidos, por exemplo, aconteceu recentemente, no Chile, na Bolívia, na Nova Zelândia, Finlândia, você já nota que a cartilha neoliberal não está sendo mais tão bem aceita como fora até uns 20, 25 anos atrás.

Sobre a imagem da cidade, São José dos Campos já recebeu várias sínteses, como “cidade sanatório”, “cidade polo tecnológico” e em fevereiro de 2020, o prefeito falou em uma entrevista ao Portal Meon que ele gostaria que a cidade fosse agora a “São José da cultura”. O senhor acredita que existe alguma síntese que traduza melhor a cidade?

R: “São José dos automóveis”, “São José carrocêntrica”, porque São José é uma cidade, como costuma dizer, a São José pobre, cidade rica, é uma cidade rica, mas ela é pobre, porque ela não oferece absolutamente nada ou quase nada para a grande maioria da população. Você tem uma fundação cultural completamente desmantelada, os recursos para essa área são insignificantes e a grande maioria da população fica confinada dentro de seus bairros, assistindo televisão ou se enveredando para o caminho do crime, porque não tem política pública para nada. Se for analisar a saúde pública com o COVID, é lamentável. É uma cidade que deixa a desejar, então para mim é São José dos Automóveis, “São José carrocêntrica”, é uma cidade que não atende as necessidades da grande maioria da população, uma cidade segregacionista, condominizada, cheia de guetos, é “Santo José dos condomínios”, “São José dos guetos”.

E qual é a imagem que o senhor acredita que São José dos Campos passa para o exterior?

R: São José tem várias peculiaridades, o tratamento da tuberculose tem início nos anos 1920 e se estende até os anos de 1960. Eu me recordo quando o prefeito Sergio Sobral de Oliveira ingressou na prefeitura no auge da ditadura militar, ainda do General Presidente Emílio Garrastazu Médici, entre os anos de 1969 e 1973, quando aconteceu um grande boom

industrial em São José, o milagre econômico, o milagre brasileiro. São José crescia 11% ou 12% ao ano, assim como crescia o Brasil, o que a China crescia até bem pouco tempo atrás, São José crescia. Havia na entrada de São José dos Campos uma placa dizendo assim: “cidade límpida, cidade desenvolvida”. Essa ideia de higiene que caracteriza muito a cidade de São José dos Campos, já trazia consigo esse perfil, porque várias intervenções urbanas foram feitas justamente para facilitar a higienização da cidade, circulação do ar. São José dos Campos, na ditadura militar, era uma cidade à qual você não tinha acesso às informações dela, porque era uma área de segurança nacional, não tinha nem acesso aos mapas da cidade, então São José é uma cidade que se utilizou dessa política higienista de uma forma muito acentuada. As pessoas que vem de fora ficam admiradas de ver a limpeza da cidade, impecavelmente limpa, ela passa essa ideia, e quando eu era pequeno, aqui em São José, nessa transição dos anos 60 para os anos 70, era muito comum o prefeito Sergio Sobral de Oliveira recolher os indigentes e enviá-los para bem distante da cidade, isso é uma coisa fascista. Tinha outra placa na entrada da cidade “São José acompanha os passos gigantes”. Ocorreram transformações urbanas aqui muito significativas, por exemplo, o futim, que era muito comum aos finais de semana e foi proibido, a prefeitura fechava o centro na cidade, a rua XV de Novembro e as pessoas ficavam circulando por ali, isso foi proibido, foi proibido cinema na praça, foi proibido as procissões, o tráfego de veículos de tração animal, ou seja, tudo que remetia aquela iconização do atraso, foi proibido. A semiótica urbana utilizada pelo Sergio Sobral de Oliveira não cabia qualquer resquício, qualquer sinal que remetesse a ideia do anti progresso. Progresso era arranha-céu, aviação, capital da tecnologia, Embraer, CTA, então tem toda essa mistificação, toda essa glorificação da cidade. Isso foi muito bem trabalhado, até hoje ela traz isso consigo, uma cidade de perspectivas, prosperidade, chances de oportunidades, apologia à prosperidade, esse discurso que enche de orgulho, parece que ela já nasceu com isso, está no DNA dela, está no sangue dela essa ideia, está nas veias da urbe. É uma cidade mitificada, isso é muito forte, tanto é que até hoje isso é utilizado ainda, as pessoas internalizaram isso, houve uma incorporação disso.

No marketing urbano utiliza-se o termo “ícone urbano”, no caso de São José dos Campos seria, teoricamente, o Anel Viário, a Ponte Estaiada. O que o senhor acha que é mais icônico na cidade?

R: A grande síntese joseense para mim é o Banhado, porque o Banhado é a expressão do bucolismo, porque dois terços do território joseense é rural, a gente vive rodeado de um universo rural. Então, o Banhado traz consigo essas características, ele é a expressão do

bucolismo e, ao mesmo tempo, por cima dele passam as aeronaves, além do talude, existe este cânion de concreto, então ele é um ponto e contra ponto. Ao mesmo tempo que há esse frenesi urbano com os seus rios de aço, ao mesmo tempo você tem vacas na sua mansidão bovina, ruminando o tempo. Então eu creio que o Banhado é isso, o nosso mar verde, é uma grande metáfora, eu creio que ele é a grande expressão, é o grande ícone da cidade. Ele sobrevive, vários anos se passaram e vários projetos foram feitos para ele, como um parque ecológico, pretendiam transformá-lo em uma praia artificial, parque temático, vários projetos foram feitos para ele, embora tenha sido ocupado pelas bordas, mas está resistindo, por enquanto, mas estão de olho gordo nele. Às vezes eu tenho a impressão que ele olha pra gente e não a gente olha para ele, tentando entender as bobagens que fazemos por aqui, porque ainda não tivemos a sensibilidade suficiente para entender a importância de sua preservação, ele é maravilhoso. Ele para mim é o grande símbolo, é a grande expressão, é o grande ícone, o Banhado é epifânico, uma revelação do Vale do Paraíba, embora seja a poesia do caos na urbe, é isso que me fascina aqui em São José, a mesma coisa na área das vaquinhas, ou então quando vai para a região Norte, ali para o Buquirinha, como lá ainda há áreas rurais, sítios, chácaras, fazendas, criação, apicultura, também na região Leste e aqui no Centro, às vezes os bois e as vacas superam o talude do Banhado e tomam a Avenida São José, incrível isso, aquela mansidão bovina olhando para você e vem o matuto lá de baixo, reúne, tira, e é isso.

Qual é a opinião do senhor sobre a Prefeitura ter gastado 11 milhões com contratos de publicidade em 2019?

R: Isso é um disparate, esse governo é um escárnio, isso é um deboche, é de um mau caratismo, uma cafajestagem, sem o menor pudor. O governo fica muito à vontade, porque foi reeleito com quase 60% dos votos no primeiro turno. Nós estamos falando de todos esses problemas criados por esse governo, cuja população em sua maioria é vítima, isso dá uma demonstração que a política dos currais eleitorais é muito eficiente. O PSDB está em São José a um bom tempo e adotou essa política dos currais, então a cidade está loteada. A política de varejo que é feita resulta nisso, uma grande parte dessa população se torna refém desses currais. O prefeito ou os prefeitos inseridos nessa política dos currais desenvolvem com perfeição, porque são políticas varejistas, que atende minimamente algumas demandas de bairros, regiões e com isso ele consegue agregar e manter essa rede de dependência, é algo muito sofisticado que dá margem justamente ao continuísmo do PSDB, fora, evidentemente a política do ódio ao PT. É uma cidade bonita, uma cidade que salta os olhos, então há uma marca, entre aspas, registrada dos gestores do PSDB, essa beleza, essa assepsia, essa

higienização, essa ideia de ordem, de respeito às regras, que no fundo é uma grande balela, mas que faz efeito, para uma grande maioria desarticulada, desavisada, despolitizada, é impressionante e ele consegue fazer isso com muita competência. Como eu disse, a cidade está loteada, então colocam asfalto, faz algumas obrinhas cosméticas, como eu chamo, e dá certo, porque a imagem mexe muito com as pessoas, a semiótica revela isso, como você induzir, como seduzir através da imagem. O exemplo é a ponte estaiada, que é um ícone, o Arco da Inovação, como eu falo, a Ponte Estragada e o Arco do Atraso, e não o Arco da Inovação, a ponte foi chamada até de bolinho caipira pelo formato.

É impressionante como a propaganda é ufanista em São José, tudo aqui é ponta de lança, tudo aqui está à frente de seu tempo, enfim. Porque ela traz na sua história isso, na sua genealogia ela traz isso, então está enraizado, então quebrar com isso é muito difícil. Quando eu fiz essa discussão com os moradores do Vale dos Pinheiros, deveria ter umas 15 pessoas lá, algumas pessoas diziam “nós não somos contra a via, o que nós queremos é algumas melhorias para o bairro”. Eu dizia para elas: “mas vai poluir mais, vai ter mais tráfego, vocês vão sofrer com isso, vocês vão sofrer com ruído, com poluição, pode até mexer com a estrutura da casa de vocês, por causa das trepidações, porque nada disso foi debatido com vocês” e eles respondiam: “mas esse não é o problema, o problema é outro, a gente quer que o prefeito nos ouça, que nos atenda”. A tendência das cidades é essa, é justamente purgar o espaço urbano daquilo que a torna feia para torná-la mais atraente e atrativa aos olhos dos empreendedores.

ENTREVISTA 4 – DEFENSOR PÚBLICO ATUANTE NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

1 INTRODUÇÃO

Você é joseense? O que te manteve aqui? Você mudaria ou já pensou em se mudar?

R: Não, eu sou carioca, vim para São José dos Campos em 2007 para assumir o cargo de defensor público, mas até então eu morava no Rio. Nunca pensei em voltar ou em me mudar, eu ganhei o título de joseense pela Câmara, sou cidadão honorário joseense.

Quais setores você considera potencialidades econômicas e sociais em São José dos Campos?

R: A cidade inteira na verdade, eu vejo que existe um grande potencial de produção. Depende muito do conceito que você tem de desenvolvimento, na verdade de desenvolvimento humano o potencial é total em relação à toda a cidade. A gente tem duas cidades na verdade, uma cidade que é para que o público externo veja, um grupo bem pequeno de pessoas, que é uma cidade dos sonhos, ideal, uma cidade segregada, segura e a gente tem a realidade das periferias, que não são periferias geográficas, mas que são periferias que existem no centro da cidade, como é o caso da Santa Cruz, da Vila Guarani, do Banhado, Vale dos Pinheiros. Elas são comunidades que têm esse contraste entre um grande desenvolvimento e uma situação precária, como o Banhado que está a 200 metros do marco zero da cidade, que é a Igreja São Benedito, e é uma comunidade que não tem esgoto. Tem lugares como a Ilha Escura, por exemplo, que fica 11 km do centro e não tem energia elétrica, tem São Matheus que não tem água, tudo dentro da mesma cidade, uma cidade rica onde sobra dinheiro, esse ano sobrou mais de 200 milhões, se não me engano de superávit e essas situações não são resolvidas. Então, potencial a cidade tem, o nível arrecadatório dela comparado com o número da população, era para ter um desenvolvimento humano muito maior e não tem. Em relação ao desenvolvimento econômico de áreas da cidade, a gente vê que tem um grande potencial da agricultura não explorada, São José tem uma agricultura ridícula de produção agrícola e tem muita área para se agricultar, mas essas áreas estão todas aguardando valorização para se transformar em área urbana, dentro do próprio perímetro urbano você tem vários cinturões verdes, que é o caso do Urbanova, ali você tem vários agricultores, o próprio Banhado, a região norte também, então tem muita potencialidade agrícola. São José hoje tem investimentos muito grandes em empreendimentos imobiliários, muitos empreendimentos não são para moradia, são para ganhar dinheiro, tanto é que, se fazer um levantamento, a maioria dos compradores são de fora de São José e não tem a menor intenção de morar aqui, compra porque é uma cidade boa para investir, principalmente nos bairros onde tem melhores infraestruturas, grandes investimentos públicos, bairros que são usados como atrativos. Então nesse ponto de muita gente ganhar pouco dinheiro, essas regiões são bem privilegiadas. A atividade industrial, de uma maneira geral, tem sofrido um declínio de investimentos, o carro chefe da cidade, se não me engano, são os serviços, responsáveis por grande parte da economia do município.

Quais setores você acredita que devem ser priorizados e desenvolvidos em São José dos Campos nos próximos anos? Quais projetos e reformas urbanas são mais urgentes?

R: Eu acho que a cidade tem algumas questões estruturais não resolvidas, como a questão do saneamento básico, a questão das áreas de risco e a questão da macrodrenagem urbana. São três problemas básicos que a cidade tem projetos, tem estudos, gastou milhões nesses projetos e não se implementa. Na verdade, utiliza esses estudos para fazer justamente ao contrário do que deveria, usa os estudos de áreas de riscos para em vez de remover os riscos, remover a população. Esconde a sete chaves o plano de macrodrenagem para que não se tenha acesso às informações das áreas inundáveis e áreas que você não vai poder construir. Ao mesmo tempo que você faz um zoneamento, um plano diretor sem ter um plano de macrodrenagem orientando isso, ocupando a cidade sem saber onde enche, onde não enche, então a gente tem umas aberrações, que é o caso da Bacia do Cambuí, onde você tem vários bairros que inundam e teve que construir um dique improvisado na beira do rio para evitar que esses bairros inundem em época de chuva, tem também as retificações do rio. Nessas estruturações urbanas os recursos foram muito mal utilizados, a gente tem agora um investimento de quase 50 milhões na área esportiva, que é um investimento do orçamento para passar para a iniciativa privada, porque o custo de manutenção não gera nenhum tipo de renda. Você gastar um dinheiro desse para passar para a iniciativa privada é um absurdo e isso fez com que toda a região ali fosse reestruturada. Tem a ponte estaiada que é um problema sério também, um investimento milionário e em dólar, a gente pegou o dólar em baixa e agora está em alta, a gente pegou esse empréstimo com o dólar em 2 e pouco e vai pagar em 4 e pouco, 5 e pouco, além de juros que não são baixos. Houve endividamento da cidade desnecessário para um projeto que não era prioritário e que não foi discutido com ninguém. Então, acho que os projetos de saneamento básico, de áreas de risco e de macrodrenagem são três projetos urbanos estruturantes para a cidade, projetos que tem que ser para ontem, porque isso salva vidas e você consegue estruturar o território a partir de uma realidade. Esses estudos já foram contratados, já foram até entregues, só que eles não são executados.

2 IMAGEM DA CIDADE

São José dos Campos já recebeu várias denominações “sínteses”, como “cidade sanatório”, “cidade polo-tecnológico” e agora, em entrevista concedida em fevereiro de 2020 para o Portal Meon, o prefeito afirmou estar trabalhando junto com a Fundação Cultural em busca da “São José da cultura”. Qual síntese você acha que mais representa a cidade? Seria alguma já existente ou existe alguma outra mais representativa?

R: Essa da cultura me surpreende, essa eu não tinha ouvido ainda, já ouvi “do avião”, “novo Vale do Silício”. Eu acho que a cidade é o local da diversidade, sintetizar uma cidade por uma determinada característica é bem complicado, na verdade isso sempre fez parte do marketing de São José. Primeiro era a “cidade sanatório” para poder atrair investimentos na cidade, o que foi bem sucedido. A “cidade tecnológica” não foi muito para frente, não colocou esse estigma na cidade, mesmo com toda a tecnologia, com as instituições ligadas à pesquisa. Eu acho que a síntese ideal seria uma cidade para todos, uma cidade igualitária, uma cidade humana, solidária. Todas essas outras dominações são invenções que atendem a determinados interesses, determinados projetos de grupos que têm interesses. Assim como a indústria da tuberculose também tinha interesses e o clima não era nada disso, não existia fontes aqui e São José foi a Estância Hidromineral, senão me engano, então, dessa mesma forma, tentam forjar essas identidades pela falta de identidade. Acho que o mais importante é construir uma cidade que seja inclusiva, que seja para todos, que não tenha esse tipo de desigualdade que a gente tem, desigualdade e violência, São José é muito violenta, não só no sentido simbólico, mas no sentido prático. A gente tem liderado índices de violência absurdos, principalmente por conta da pobreza.

Você percebe algum esforço do poder público em se distanciar da fase sanatorial e industrial? Se sim, você acredita que é fundamental para o desenvolvimento de São José dos Campos?

R: Sim, eu acho que a fala dos dirigentes dos últimos anos, os prefeitos que eu acompanhei desde que eu cheguei à cidade, sempre foram nesse sentido de identificar a cidade como cidade progressista, moderna, sempre na vanguarda do seu tempo. Existe essa preocupação constante de sempre criar um rótulo que torne a cidade atrativa para investimentos. É dito que é uma cidade sem favelas, uma cidade onde as pessoas respeitam a lei, onde há regras, é uma cidade empreendedora, inteligente, cidade isso, cidade aquilo. Na verdade, isso é para alguns, transformar a cidade em um sujeito é a mesma coisa de dizer o que é melhor para o país, como se ela tivesse vida própria. Tudo o que objetiva interesses de determinados grupos é subjetivado, coloca a cidade como anteparo, diz que é o interesse da cidade. Interesse nacional, interesse do país são coisas muito vagas, são conceitos jurídicos abstratos e cabe qualquer conteúdo.

Qual imagem você acredita que São José dos Campos passa para o exterior? Você acha que ela consegue passar o que esses grupos desejam?

R: Sim, eu mesmo quando vim para São José e não conhecia nada, só pela internet, parecia um lugar dos sonhos. Não sei quantos minutos da praia, da montanha, que não tem isso, não tem aquilo. Então, passa essa imagem, tudo isso é vendido, por exemplo, eu me surpreendi em um avião de ver numa revista de avião um texto em inglês falando da cidade, falando dos benefícios da cidade para atração de investimentos, essa imagem é sempre vendida, sempre passada, como uma cidade sem problemas. Isso é muito em função dessa disparidade, a gente tem, por exemplo, pela população e PIB, população e orçamento, e é uma população que tem uma desigualdade muito grande, que você não tem toda a população utilizando, por exemplo, o sistema de saúde, tem muita gente que tem plano de saúde e não utiliza a rede pública, então, existe essa facilidade de criar isso. Quando as crises vêm, elas também são violentas, porque elas criam uma situação, a gente sente isso na defensoria, muita gente que não é pobre, é falida.

Qual é o papel da mídia no desenvolvimento da cidade e na gestão urbana? Ela tem potencialidade para influenciar na resolução de problemas urbanos?

R: Eu acho que sim. Na verdade, a mídia tem sofrido, pelo menos em relação à mídia da minha geração, é uma mídia que a gente pegou toda uma transformação. A mídia hoje é um pouco diferente da estrutura de monopólio que existia, mas ela tem um papel fundamental, porque na verdade existem interesses de grupos econômicos, são grupos econômicos a concessão de veículos de comunicação, seja de rádio, seja TV, é um serviço público que deveria ser público, mas não é, é direcionado para o setor privado e eles têm um interesse econômico de manter alianças entre setores que fazem com que eles direcionem as suas linhas editoriais e a sua programação para um determinado objetivo. Isso é bem visível e eles têm tanto o poder de influenciar positivamente, no sentido de construir uma cidade mais igualitária, como também de uma cidade mais restritiva, uma cidade direcionada a determinados grupos. Tem grande poder porque tem grande influência na população.

3 GESTÃO E INVESTIMENTOS NA CIDADE

Em São José dos Campos, qual é o papel das pessoas que vieram de outras localidades? Existem estratégias para atraí-las?

R: Com certeza, São José tem muita gente de fora, principalmente por conta disso, dessa atratividade. Isso de todos os níveis, a questão do investimento na publicidade que é feita em relação aos atrativos da cidade é muito forte e questões concretas mesmo, como geração de

emprego, por exemplo, cada grande obra que tem aqui atrai milhares de trabalhadores que acabam permanecendo por aqui. Recentemente a gente teve o exemplo do gasoduto que passou por Paraibuna e destruiu a cidade, levou milhares de trabalhadores para uma cidade com poucos mil habitantes e aqui em São José talvez seja a mesma coisa. Eu acompanhei vários casos, como a construção de Pinheirinho dos Palmares, todos os operários praticamente vieram de Minas Gerais, foram trazidos da empresa para cá, o que é natural já que eles já têm a mão de obra contratada, e essas pessoas acabam ficando Fora a questão da mão de obra especializada em algumas empresas especificamente, como no setor da aviação, da tecnologia. Só que a cidade não tem estrutura para receber eles, qualquer cidade pode receber gente rica, o problema são os pobres que vem junto, porque você tem a necessidade de outros serviços, de uma estrutura que não existe.

Segundo dados obtidos pelo censo do IBGE de 2010, São José dos Campos está entre as 20 cidades do Brasil com maior PIB, sendo que 11 delas são capitais estaduais. Como você acha que a cidade alcançou essa posição?

R: Pela estratégia vitoriosa de atração de capitais. Eu vejo que é um conjunto de fatores, a localização geográfica é muito importante também, mas São José foi alvo de muitos investimentos, não foi pouco, foi muito investimento. Tem investimento da REVAP, do ITA, tem investimento de toda a fase da aviação na cidade, é muito dinheiro investido aqui e isso reflete também na atração dos polos industriais, a questão da desconcentração também das indústrias de São Paulo. É uma coisa bem interessante, porque como eu falei, é uma arrecadação alta para uma população ainda razoável. Então, você tem todas as condições, que é o que mais me deixa triste, que você tem todo o potencial para ter vários problemas resolvidos e não resolve, só vai criando.

Apesar de São José dos Campos ser considerada uma das cidades mais ricas do Brasil, segundo dados do IBGE, a maioria das pessoas com rendimento recebe mensalmente entre 1 e 2 salários mínimos. O que explica isto?

R: É uma desigualdade muito grande em relação à distribuição de renda na cidade, poucos tem o rendimento alto, isso gera um abismo social enorme. Isso tem no Brasil inteiro, mas em São José tem um fosso muito grande e essa cidade pobre praticamente não aparece, não se faz aparecer. É uma cidade cara para quem ganha um salário mínimo e é uma cidade voltada para a população de alta renda. As melhores partes da cidade não se deram com investimento privado, se deram com muito dinheiro público, que é o dinheiro também tirado

dessas pessoas, aliás, mais dessas pessoas, que ganham de 1 a 2 salários mínimos. Esses impostos arrecadados vêm da atividade econômica da cidade, mas ele não é distribuído equitativamente no território, sempre privilegiando determinada parte da população que já vem sendo beneficiada há muito tempo.

Quais são os critérios levados em conta pelas empresas ao escolherem São José dos Campos para se instalarem?

R: Eu acho que é a questão da infraestrutura, a questão da segurança, da qualidade de vida, porque para quem tem condições, São José é uma cidade excelente, e tem o potencial da mão de obra, acho que aqui tem muita mão de obra qualificada. Também os núcleos industriais, da cadeia produtiva, estar próxima de duas grandes metrópoles, ter também a possibilidade de ter acesso a determinados recursos. A questão também de ter um estado e uma cidade, com raras exceções ao longo da história, com uma estabilidade política, é um fator importante não ter insegurança jurídica que é também o que as empresas procuram, ter uma estabilidade de governança. Então, você tem no governo do estado um grupo político já com não sei nem quantos anos no poder, o que dá uma certa estabilidade, e a cidade também com uma certa continuidade, fora algumas interrupções, mas nada que possa abalar a estrutura desse modo de pensar que acaba se refletindo na estruturação do espaço.

Qual é o relacionamento da cidade de São José dos Campos com o mercado exterior? Como ela é vista pelos investidores do mercado internacional?

R: Na verdade existe uma competição internacional, São José tem vários atrativos, tem vários pontos positivos, isso pode contribuir para atrair. Até mesmo pelo mercado de consumo também, não só de mão de obra, acredito que para alguns setores isso seja um grande atrativo. A questão da segurança jurídica também, de ter uma estabilidade política na cidade e não ter conflitos de grande dimensão, muito pelo contrário. São José tem uma questão que eu acho que foi uma grande sacada dos prefeitos, isso não começa com o Emanuel Fernandes, mas é ele que inicia o grande ciclo do empreendedorismo, que é muito interessante porque cria uma racionalidade de não dependência do estado, de responsabilidade individual pelo próprio destino e isso é implementado de forma oficial em São José, você tem isso no currículo escolar. Tem toda uma geração já de 20 anos sob essa racionalidade, entendendo que você tem que ter sucesso, mas é uma lógica não solidária, é uma lógica da competição, é a lógica da astúcia, é a lógica da transferência do esforço do outro, da auto responsabilização independentemente do seu ponto de partida. Essa racionalidade está muito entranhada na

cidade, inclusive nas classes populares. Na época de crise tem muito público na defensoria que faliu e está cheio de dívidas e aí lembra do Estado, o Estado tem que ir lá socorrer ela. Acho que essa questão do empreendedorismo foi uma grande sacada e vitoriosa, acho que isso explica muito do diferencial de São José, a não dependência do Estado, pensar que deu errado por própria culpa é muito bom para o empresário. Foi muito inteligente, eu admiro muito ele por essa sacada, isso vem se consolidando com governos de outras tendências que passaram e nunca questionaram essa racionalidade.

4 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE 2018

Consta no Art. 2.º da Lei Complementar n.º 612 que um dos princípios do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos de 2018 é o “desenvolvimento equitativo e centrado nas pessoas, construindo e fortalecendo comunidades justas, inclusivas, reduzindo o índice de vulnerabilidade social no município”. O que tem sido feito em relação a isso?

R: Eu vejo muito pouco, na verdade isso é um grande plano discurso, é um artigo só para constar, porque há, como Chico Buarque fala, uma distância entre a intenção e o gesto. Existem conceitos polêmicos nessa questão, como inclusão e exclusão, isso é uma questão meio indeterminada, porque você tem pessoas invisíveis na cidade, o próprio plano diretor apagou comunidades do zoneamento, simplesmente sumiram do mapa, então não é nem questão de incluir, é questão de ver primeiro para depois incluir. Isso necessitaria de um forte programa porque se na verdade essa lógica empreendedora, que é uma lógica que produz racionalidade neoliberal, se ela prevê, pelo menos nos liberais menos radicais, uma questão do desenvolvimento, da própria diminuição das desigualdades, nada é feito na cidade na verdade. Você desmonta um programa habitacional, por exemplo, que é o que dá a base da vida, que é você tem um abrigo para morar, você desmonta os programas de assistência como os programas de bolsa auxílio de formação de mão de obra e não coloca nada no lugar, então hoje a gente tem um programa habitacional baseado no mercado, a prefeitura te dá um subsídio para você comprar uma casa no mercado, o que é fora da realidade da população que não tem dinheiro para contrair uma dívida e transformar o seu ganho em prestação imobiliária. Quem se aventura, muitas vezes acaba perdendo a casa. A gente tem hoje enfrentando uma verdadeira epidemia, acho que os números são maiores do que os da COVID, em relação às ações da CDHU retomando imóveis das pessoas. O CDHU ainda está tendo a humanidade de não despejar as pessoas, mas assim que passar a pandemia terá muita

gente nas ruas de São José. Muito pouco está sendo feito para diminuir esta questão das desigualdades e da vulnerabilidade, acho que a primeira coisa que tem que ser pensada são nas políticas sociais que hoje estão completamente abandonadas. A própria lógica que eu falei ainda pouco prevalece e “é problema seu, você que se vire”, o Estado não está nem aí. A gente tem várias ações judiciais para que as pessoas tenham o que comer, essas ações quando chegam no supremo não têm tido fruto, o entendimento é que isso é problema da pessoa, tem pessoa que vive com 80 reais por mês. A questão da COVID trouxe um grande alívio para muitas dessas pessoas por conta do auxílio. Muitas dessas pessoas que receberam 600 reais, recebiam 80, quando muito. Essa questão não tem uma política municipal de atendimento, na verdade a política é muito débil. A gente tem vários problemas também em relação às comunidades carentes, em relação à falta de serviço público, não regularização, insegurança jurídica da posse. Essas questões estão sendo negligenciadas na minha visão.

O PDDI coloca como meta “instituir o macrozoneamento urbano, definindo as áreas em que se dará prioritariamente o processo de consolidação, estruturação e contenção da malha urbana da cidade”. Você sabe quais são os critérios para definir essas áreas?

R: Não, eu gostaria de saber. Na verdade, isso foi tirado de um plano que foi imposto, ele foi uma pseudo discussão com a sociedade. Apesar de todos os diagnósticos das oficinas e das dezenas de reuniões públicas, o que resultou disso foi simplesmente ignorado e o plano já estava pronto, a tecnocracia prevaleceu e acabou valendo o plano que a gente sabe que foi negociado com determinados setores da sociedade, não com toda a sociedade. Enquanto a gente permanecer com essa questão do caráter não deliberativo, por exemplo, dessas instâncias de discussão, vai ser um simples teatro a discussão do plano diretor. Então, toda essa questão que está contida no plano diretor em relação a essas definições, elas não têm os critérios de decisão e de eleição, deixa isso bem nebuloso, e também não tem critérios democráticos de decisão sobre isso. Acaba ficando na mão do governante que está lá no momento e normalmente ele tem determinados compromissos que ele assume quando se joga na vida política para que ele possa chegar e se manter no poder, então isso torna ele também um pouco refém. Eu acho que até para eles mesmos seria interessante que fosse uma questão democrática, decidida pela população livremente, mas isso não é a realidade que a gente acompanhou. Eu acompanhei todo o processo do plano diretor e da lei de zoneamento e a gente vê um pequeno grupo que domina a cidade e diz o que vai acontecer, o que passa e o que não passa, mas não é novidade em nenhuma cidade do Brasil. Mas o que me espanta é que é um grupo muito pequeno, ligado a dois ou três setores econômicos da cidade, que

determina o que a cidade tem que ser. Uma cidade para eles, não para a população, o problema é que a população não se organiza como eles.

Segundo o Art. 4.º da Lei Complementar n.º 612, o qual trata sobre objetivos referentes ao ordenamento territorial, uma das diretrizes para “promover a função social da propriedade com a justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização” é “promover e viabilizar processos de transformação urbanística associados à iniciativa privada”. Como você vê isso acontecendo?

R: Na verdade, a gente não tem uma noção da utilização dos princípios do plano diretor, eu vejo que a função social da propriedade é simplesmente ignorada no nosso dia a dia, a lógica proprietária prevalece acima de tudo, ela é sacralizada, então não tem, por exemplo, fiscalização da utilização. Então, tem vários imóveis vazios, abandonados, sem destinação nenhuma, nem que seja econômica, não está se falando aqui que tem que distribuir ou redistribuir as propriedades, mas não tem nenhum tipo de mecanismo implementado, apesar de haver previsão em relação ao IPTU progressivo e ao parcelamento compulsório, então tem uma aberração, por exemplo, que é a área do pasto do Aquarius, que está lá sem nenhum mecanismo que obrigue a fazer o parcelamento. Agora parece que tem projeto, mas por muito tempo ficou lá aguardando investimentos públicos para valorizar e agora que já foram feitos todos os investimentos, a pessoa simplesmente vai e faz o parcelamento da forma que lhe convém, sem nenhum compromisso com a cidade. Isso é inimaginável em um país civilizado, como se diz, entre aspas, que você possa fazer isso. Se a gente tem como parâmetro cidades europeias, basta ver a história de Barcelona, a luta que é, se não pode, não pode. Aqui esses instrumentos são praticamente ignorados em relação a isso. Em relação a parceria com a iniciativa privada, eu acho que é uma questão muito complicada de você ter uma cidade, um urbanismo privatizado, porque a cidade não deve atender interesses individuais e essa compatibilização entre o lucro e a vida na cidade, é uma equação muito difícil de ser bem resolvida, que tenha um ganho para a maioria da população. Em São Paulo, por exemplo, você tem uma comissão de função social da propriedade, onde se faz levantamento de imóveis abandonados, faz notificações, tem instrumentos de IPTU progressivo, de parcelamento compulsório, basta implementar e fazer isso efetivo, porque a lei no papel é muito bonita, o problema é tirar ela do papel e transformar ela em realidade, isso só faz se você tiver instrumentos adequados para que se faça isso.

Um dos objetivos apresentados no Art. 4.º da Lei Complementar n.º 612 é “consolidar a posição do município como um polo de alta tecnologia”. Por que?

R: Por conta da atração de investimentos. São José tem essa característica de estar sempre buscando novidades e a questão de investimento em tecnologia hoje é a tendência. É natural que se busque um investimento onde não tem grandes necessidades de áreas, além da mão de obra especializada, com remuneração maior. Eu vejo que é a questão de um discurso de incluir em um diploma jurídico o objetivo de como a cidade quer se vender. Se você tem isso no plano diretor, você tem um documento dizendo que a cidade quer isso e isso traz empresas e segurança jurídica, que é o que muitas empresas buscam, o empresário precisa de segurança.

Consta no Art. 4.º da Lei Complementar n.º 612 que um dos objetivos é “atrair centros de distribuição e empresas de logísticas”, assim como consta no Art. 122.º que a Política de Desenvolvimento Econômico deverá “atrair novos empreendimentos e investimentos para o Município”. Quais são as estratégias para atraí-los?

R: Não sei, mas quem escreveu deve saber. Na verdade, acho que tem que entender São José dentro do grande plano da macrometrópole paulista, que é um projeto que vem desde a década de 70, é um projeto que São José tem a sua parte dentro desta lógica. A questão da disputa por distribuição logística e outros investimentos relacionados a essa área de fluxo de mercadoria é muito em função da sua posição geográfica, teria potencial em relação a ter uma infraestrutura aeroviária, ter um acesso ao porto, ter acesso ao interior do Brasil via Campinas. Então, toda essa interligação faz São José ser estratégico para esse tipo de investimento de logística e de vender essa atratividade, que na verdade não é uma atratividade para São José, é uma atratividade para a macrometrópole. Eu acho que a macrometrópole é estruturante nesse sentido, porque nada é feito sem o consentimento, é um plano estadual. Eu acho que o grande sonho de quem elaborou é de transformar isso em um novo país, de ter a independência.

Uma das diretrizes do PDDI é “promover a utilização da propriedade para usos de interesse da cidade em intensidade compatível com a oferta e capacidade de atendimento da infraestrutura e dos equipamentos públicos e comunitários e serviços públicos”. O instrumento outorga onerosa não pode causar efeito contrário?

R: Com certeza. Na verdade, isso é um discurso, porque não tem regulamentação. Houve uma liberação, há uns ciclos, principalmente nas leis de zoneamento, de liberação geral e

depois de contenção e expansão da área urbana, isso é caro, demanda muito investimento, mas você sempre tem aquelas pessoas que tem terras em áreas periféricas e lindas a malha urbana que tem interesse que a sua terra se transforme em área urbana, porque transforma hectare em metro quadrado, então tem um ganho violentíssimo sem fazer nada, basta um vereador fazer um projeto, ele vai gastar folha de papel e você ganha milhões. Então, se você tem essa informação privilegiada é melhor ainda, porque você vai comprar terra a preço de banana e vender a preço de ouro. Se você tem informações de áreas que vão inundar, de áreas de risco e de expansão urbana com antecedência, você consegue ficar rico sem fazer esforço, porque você vai comprar terras muito desvalorizadas e vai vender muito valorizadas. Ter o conhecimento de uma determinada via, como a Via Cambuí, é incrível, o asfalto não tinha nem esfriado ainda e já tinha placa de venda de lotes, de condomínios na beira da via. Essas previsões em relação a isso também é de sinalizar essa questão do tal do crescimento desordenado, que na verdade é uma balela, não existe crescimento desordenado, existe crescimento ordenado de acordo com uma determinada lógica e é justamente de fazer esse discurso para justificar determinadas restrições que também do ponto de vista político são interessantes, porque na medida que você faz restrições, depois você já pode vender as facilidades das restrições que você criou. Você nunca dá tudo, porque na próxima lei, no próximo plano, você não vai ter o que negociar. Não é à toa que a gente teve na lei complementar da penúltima lei de zoneamento centenas de modificações, tudo negociado no varejo, não sei o preço que foi pago, se foi político ou financeiro. Houve modificações pontuais de um terreno de alterar loteamento que foi declarado até inconstitucional, são coisas totalmente imorais na minha visão, nem do ponto de vista de você estruturar uma cidade voltada à produção de lucro, nem sob esse aspecto, porque é completamente não razoável.

Em 2019 a Prefeitura gastou R\$11.656.395 em contratos de publicidade. Qual é a importância da publicidade para a cidade?

R: Eu não condeno gastos com publicidade se forem gastos com campanhas educativas. Na verdade, como eu acompanho a questão do financiamento do BID para a cidade, você tem dentro dos dois projetos, tanto do projeto BID Habitar, que foi o primeiro, depois com o programa de reestruturação urbana, que é uma lógica das instituições financeiras internacionais, que eles tem um item chamado “fortalecimento institucional” e é justamente de melhorar a governabilidade e fortalecer a imagem do gestor, que é importante que você não tenha um político, que você tenha um gestor que seja bem eficiente, que economize, que

cumpra as metas, aquela questão do Consenso de Washington nas suas diversas versões de responsabilidade fiscal etc. Esse fortalecimento pressupõe também um forte investimento em publicidade. O problema é que há um desvirtuamento, esses gastos normalmente não são para fortalecimento institucional, mas para fortalecimentos pessoais e de determinados grupos políticos, que se dizem não políticos, mas são eleitos por um partido político. Também houve um aumento desproporcional nestes gastos em relação a outros gastos que são tidos como essenciais, por exemplo, é inadmissível que as pessoas esperem 6, 7 anos por uma prótese auditiva e não é culpa só do nível municipal, a política estadual que não consegue dar conta dessa demanda e as pessoas tem que ficar anos na fila de espera e isso a gente acompanha diariamente. Por mais esforço que o município faça, não se consegue resolver esse problema. Ao mesmo tempo você gasta 11 milhões numa publicidade que não tem o caráter educativo, é pra falar que inaugurou uma obra tal. Porém, a verba de publicidade é muito importante, não vejo como uma coisa ruim, mas ela tem que ser utilizada no sentido de promover melhorias para a população, na informação etc.

Qual foi a participação da população no desenvolvimento do PDDI?

R: São José tem uma população muito grande, o nível de participação em termos percentuais foi muito pequeno, mas eu que peguei todos esses processos de lei de zoneamento etc., foi um processo muito rico. Do ponto de vista didático foi importante porque a população viu que a sua opinião não serve para nada na verdade, porque a síntese da proposta, a proposta que foi elaborada, que a gente participou e ajudou a elaborar artigos para tratar da questão da regularização fundiária de um programa municipal foi simplesmente desconsiderada. As emendas que foram levadas para a população foram simplesmente ignoradas. Acho que a proposta que mais foi levada foi a questão da regularização fundiária e ela simplesmente foi lá incorporada como uma frase, houve uma distorção do que foi proposto por estes movimentos de bairros e não foi levado adiante. Isso contribui para a desmoralização do processo participativo, para enfraquecimento da democracia, as pessoas acham que ninguém está vendo isso e isso se refletiu depois na discussão dos instrumentos da lei de zoneamento. Se você pegar as atas dos instrumentos, foram ridículas, teve audiências que tiveram 5, 6 pessoas, 3 pessoas falando que envolve justamente esse descrédito da população em relação a isso. Acho que a população, quem participava pelo menos, acho que viu que não adiantava de nada. A participação foi boa, houve mobilização, houve organização, foram formuladas propostas que não resultaram em nada, então isso foi um grande desserviço, um demérito para quem conduziu esse processo, porque as justificativas apresentadas não tinham uma

substância. Eu acho que a síntese disso, a origem desse problema é de você não ter o caráter deliberativo dessas reuniões, se deixa nas mãos dos técnicos e os técnicos que vão dizer o que é melhor para a cidade, então não precisa ouvir a população, porque no final é sempre eles que batem o martelo. A população percebeu isso e acho que hoje vai ser muito difícil você conseguir mobilizar, a não ser que seja problema concreto para discutir teoria de plano diretor, de projeto de cidade, hoje ninguém acredita mais. A gente vai ter agora o processo de discussão do transporte público e eu temo que as pessoas também não vão participar, mesmo sendo afetadas diretamente.

5 ARCO DA INOVAÇÃO

O que você acredita que realmente motivou a construção do Arco da Inovação?

R: Eu acho que foi um projeto político, de um grupo político que quis deixar a sua marca na cidade com um objeto físico, alguns dizem objeto fálico. Porque do ponto de vista técnico, hoje já foi feita a perícia e essa perícia chegou à conclusão que do ponto de vista técnico não se justifica a obra de nenhuma maneira. A simples otimização semaforica que foi feita já produzia o efeito que está produzindo hoje e é uma obra cara, desnecessária, inútil, que poderia ser utilizada para outras coisas e que não foi. Acho que é mais um projeto político de criar um marco para a cidade para valorização de uma área específica da cidade. Atrai interesses econômicos também que se juntou, mas não dá pra ficar fazendo especulações sobre os objetivos que estão por trás disso, mas é uma obra que eu posso dizer que é totalmente desnecessária que atendeu a pelo menos a um projeto político de criação de um monumento da cidade, para ter essa marca. Eu acho que não foi muito bem sucedido, a obra física está lá, mas tem um vazio, não sei se é impressão minha. A escolha técnica foi errada, não se justifica uma ponte estaiada para um córrego de 4, 5 metros, não tem necessidade de fazer aquilo daquela forma se o problema era ultrapassar o córrego, tinha outras soluções muito mais baratas e durante o projeto foram apresentadas 11 soluções pelo engenheiro que ajudou a duplicar a Dutra, que deu aula para quem fez o projeto da ponte. O cara apresentou 11 soluções muito mais baratas e eficazes para resolver o problema do fluxo ali, então nem sustentação técnica tem. Houve o reconhecimento de que houve um erro básico de cálculo, mandaram os dados todos errados para o Ministério Público, foi por isso que a gente entrou com a ação, a gente está atuando no processo, não sei qual vai ser o desfecho, mas o processo é uma coisa bem gritante e se tinha dúvida, aquela dúvida do leigo, hoje você tem técnicos

nessa área dizendo que essa obra é totalmente desnecessária, existiam outras soluções. Agora ela já está lá, fazer o que.

Consta no Projeto para Implantação de Melhoria Viária que não são identificadas “populações vulneráveis” na área de influência direta e indireta do Arco da Inovação.

Na sua opinião, qual é a importância dessa informação?

R: É mais uma questão de licenciamento e necessidade de reassentamento. Isso é uma exigência que se você tiver população vulnerável, você tem que ter um plano para essa população. Como era uma obra, no início financiada pelo BID, que depois retirou o financiamento dessa obra e fez uma manobra contábil para incluir outras obras no financiamento, essa era uma exigência que tinha que constar no edital, porque o edital foi publicado sob a supervisão do BID. Então, como eles têm as políticas operacionais eles têm que mencionar isso explicitamente. Porque na verdade o Arco faz parte de uma lógica que vem do plano macroviário e vai afetar indiretamente algumas comunidades, como o Vale dos Pinheiros e o Banhado, ele está dentro desta lógica viária, só que como está se fazendo o fatiamento desde plano, constrói trechos, também é uma forma de burlar a legislação. Tem uma grande obra que é esse Anel Viário da cidade, que compõe a Via Banhado, a Via Oeste, a Via Norte, a Via Ressaca e para fazer a circulação por fora da cidade e conseguir ligar a cidade a Jacaré sem usar a Dutra. Esse plano, na verdade está sendo feito aos pouquinhos, já fizeram a Via Oeste, depois fizeram a Via Norte, falta agora a Via Banhado que é ligar os pontos ali da Via Norte até a Via Oeste, que é a próxima batalha e o Arco também varia parte. Meio sem sentido essa obra, porque se você tem no plano macroviário que você nem usaria mais aquele caminho ali, não tem sentido você jogar 80 milhões ali naquele ponta da cidade.

Foi lido e ouvido inúmeras vezes durante o projeto e a execução do Arco da Inovação que ele traria desenvolvimento urbano e social. Com quais modelos de desenvolvimento o Arco da Inovação está vinculado?

R: Não tenho a menor ideia, quem afirmou isso deve estar louco, porque uma ponte não vai trazer desenvolvimento para cidade. Até em termos de diminuição de tempo de viagens, você poderia dizer que traria mais conforto para o transporte público, mas vai aumentar o tempo do transporte público, por exemplo. O ganho ali gasto de velocidade média não justifica o valor do investimento e fora que você teria esses mesmos ganhos num prazo até maior se você fizesse uma remodelação e uma otimização semaforica, que foi feita. O Arco ainda não foi posto realmente em prova por conta da pandemia, mas vai ter melhora não por conta do

Arco, mas por conta mais dos semáforos inteligentes, que foi feito o projeto em conjunto, então você não tem como saber se esse ganho foi por conta do Arco, que não pega os fluxos mais intensos, principalmente de quem vem da Mário Covas para o Aquarius. Se fosse fazer uma obra teria que fazer uma vindo do Urbanova, que é onde para tudo mesmo e foi escolhido isso por conta de uma conveniência, então não vejo como isso vai trazer desenvolvimento para a cidade, a não ser que tenha um projeto de ocupação da margem do rio, porque essa obra não é nem estruturante como é a Cambuí, como é a Via Norte. A Cambuí, por exemplo, vai estruturar a exploração de várias áreas do seu entorno.

Por que você acha que o sistema viário é escolhido para grandes ações urbanas e não outros setores?

R: Porque eles estruturam o território, estruturam os investimentos, é uma obra que aparece, para o político é bom porque é uma coisa visível e tocável, diferente de um esgoto, diferente de um plano de macrodrenagem que só vê a importância quando as pessoas perdem tudo, quando as pessoas morrem de enchente e aí durante 4 anos como você tem um ciclo de retorno da água de 200 anos, a chance de uma tragédia dessa ocorrer durante um mandato de um político é pequena. Uma obra que apareça é muito mais importante do que uma obra estruturante do município, elas estruturam a produção e a circulação de mercadorias, inclusive do próprio território, da própria malha urbana. Ela também tem um foco privilegiado de uma determinada população, porque se você for ver bem essa questão, o Arco da Inovação conta com uma ou duas linhas de ônibus que vão se beneficiar, porque o ponto foi tirado, então não tem como parar no ponto. A Via Oeste nunca viu um ônibus na vida, se viu foi porque passou lá para cortar caminho para alguma coisa, porque não tem linha de ônibus. A Via Norte é a mesma coisa, o número de linhas que usa a Via Norte, pelo o que eu saiba ou é reduzido ou é zero. Ou seja, essas vias foram feitas para automóvel, então foram feitas para determinados públicos e uma determinada racionalidade de cidade, porque a grande questão é a disputa de tempo na cidade. De quem é o tempo mais importante? É do pobre que pega ônibus ou de quem sai de carro? Hoje você tem lugares que você demora quase duas horas para chegar do seu bairro ao centro da cidade de ônibus e por essas vias você chega lá em 15 minutos. Isso é um efeito que toda via rápida acaba atraindo mais carros, em breve ela estará congestionada. Isso acontece em qualquer cidade. São Paulo não deu certo, quantas pistas tem a marginal e vai sempre ampliando e vai sempre atraindo mais carro, porque na medida que o fluxo anda, mais as pessoas vão querer andar de carro. Também tem a lógica da indústria automobilística de se favorecer também a venda de carros. Eu acho que

é isso que justifica essa racionalidade de investimento no viário para automóvel. Com certeza tem também o viário como indutor da especulação imobiliária, porque estrutura o território e quando você tem essa informação com antecedência, você tem um lucro em dobro. Se você for investigar quem é o dono das áreas ao lado da Via Cambuí, você vai ver que tem alguma relação política. É uma forma de você transformar a cidade em um grande negócio e aí você tem a vantagem que a população gosta de via, gosta de ver a inauguração, essas coisas, então acaba tendo um duplo efeito, ajuda de um lado e de outro.

ENTREVISTA 5 – JORNALISTA, ASSESSOR DE IMPRENSA E ANALISTA DE COMUNICAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Você é joseense? O que te trouxe até aqui?

R: Eu sou do interior do Rio de Janeiro, uma cidade chamada Barra do Piráí. Eu vim para a região de São José dos Campos por volta dos 18, 19 anos. Eu era militar formado em Guaratinguetá, fui trabalhar no aeroporto de São José dos Campos como controlador de tráfego aéreo, trabalhei durante 7 anos em São José nessa atividade, ao mesmo tempo em que eu fazia faculdade de comunicação em Taubaté. Depois de formado, deixei a aeronáutica para me dedicar exclusivamente ao jornalismo e em São José dos Campos eu desempenhei atividades como repórter da Folha de São Paulo, o antigo Caderno Folha Vale que tinha na região. Posteriormente, deixei a cidade para outra atividade de assessoria de imprensa da prefeitura de Pindamonhangaba, fiquei lá durante um tempo, depois eu voltei para trabalhar em São José dos Campos no antigo jornal Vale Paraibano, o qual se tornou o Jornal Vale. Nesse jornal, eu fui repórter especial e trabalhei como editor nas editorias de política e depois cidades até outubro de 2015.

Quais setores você considera potencialidades econômicas e sociais em São José dos Campos?

R: A potencialidade econômica é a vocação industrial que São José possui, já é uma questão histórica. Já voltando um pouco mais para o segmento de tecnologia, nos últimos anos a gente já percebe a implantação de um novo polo de tecnologia mais consolidado, o desenvolvimento de diversas atividades voltadas nesse modal, nesse estilo. Em relação às questões sociais, a gente acaba percebendo que existe uma dissociação muito grande entre a

riqueza que é produzida e boa parte da sociedade joseense, que sofre com os efeitos, não só em São José, mas como no Brasil, todos os reflexos da crise econômica, a gente percebe que existe uma dissonância, uma boa parcela ainda sofre bastante com esse tipo de situação. Potência social em São José, eu acredito que ela esteja voltada para alguns segmentos culturais, eu não saberia dizer especificamente setor A ou setor B. Na questão social, eu entendo que existe uma dinâmica de classes, quem tem dinheiro tem bastante dinheiro e a população mais marginalizada não tem tanto acesso aos bens de consumo e as possibilidades, em função das restrições econômicas.

Quais setores você acredita que devem ser priorizados e desenvolvidos em São José dos Campos nos próximos anos? Quais projetos e reformas urbanas você considera mais urgentes na cidade?

R: Eu acho que São José dos Campos é uma cidade que ela se encontra em um momento de decisão da sua vocação, porque ela tem todos os problemas de uma cidade grande e não tem as características positivas de cidades de pequeno, médio porte, ela encontra-se em uma fase de transformação, para isso, ela tem que identificar algumas questões que, ao meu ver, são prioritárias. A questão da mobilidade urbana, a gente percebe que ela é tratada de uma maneira muito ferrenha entre o governo e os setores que são críticos em algumas ações, porque a gente percebe que tem um deslocamento muito privilegiado para os carros. Somente agora, ações alternativas de deslocamento viário, como os novos modais, como a própria bicicleta, as ciclovias estão sendo reestruturadas. Eu acho que essa questão da mobilidade urbana, ela deve ser avaliada de uma maneira para promover uma cidade um pouco mais inclusiva. Eu também acredito que o desenvolvimento econômico pode passar por uma outra questão mais voltada ao desenvolvimento tecnológico, às startups, aos modos de produção que não sejam exclusivamente os modos industriais. Em Taubaté, muito recentemente, a gente está vendo o que é um reflexo do fechamento de uma Ford, o que isso representa no impacto de uma economia do município. Então, se você tiver São José alicerçado único e exclusivamente em uma EMBRAER, em uma General Motors, em uma Petrobrás. A gente vê que determinados setores da economia quando vão mal, se a cidade tem uma base muito forte nesse setor exclusivamente, ela acaba sofrendo bastante, então eu creio que são potencialidades que podem ser exploradas. Em um terceiro momento, a gente poderia estudar alguma coisa relacionada até mesmo no turismo, porque nós temos São Francisco Xavier como um local que pode trazer ganhos, pode trazer a vinda de uma receita maior para o município, e não só o turismo rural, o turismo de negócios também, ele pode ser indutor para

auxiliar o desenvolvimento da cidade. Quanto à questão ambiental, acredito que também deva ser revista, temos toda a polêmica voltada ao Banhado, não é de hoje que essa questão vem se arrastando e vem sendo tratada muitas vezes de maneira polêmica. Eu acho que esses são os principais pontos que a gente poderia destacar em relação ao futuro da cidade e as perspectivas que se apresentariam.

2 IMAGEM DA CIDADE

São José dos Campos já recebeu várias denominações “sínteses”, como “cidade sanatório”, “cidade polo-tecnológico” e agora, em entrevista concedida em fevereiro de 2020 para o Portal Meon, o prefeito afirmou estar trabalhando junto com a Fundação Cultural em busca da “São José da cultura”. Qual síntese você acha que mais representa a cidade? Seria alguma já existente ou existe alguma outra mais representativa?

R: Eu acredito que atualmente a questão do polo tecnológico é mais verdadeira e mais aplicada à situação do momento. A “São José da Cultura”, eu acho válida, acho que seria uma tentativa de agregar mais valor à cidade, temos a Fundação Cultural Cassiano Ricardo que traz uma contribuição muito rica ao patrimônio cultural da cidade, mas ainda não seria o momento de ver exclusivamente como capital da cultura do município. A “São José Tecnológica” é o termo que atualmente seria retratado pela realidade da cidade.

Qual imagem você acredita que São José dos Campos passa para o exterior? Ela condiz com a realidade?

R: Eu acredito que ela passe a mesma imagem, acredito que a cidade seja vendida, seja repassada para o público externo dessa mesma maneira, chega-se a percepção do consumidor externo a imagem de uma cidade voltada à tecnologia.

Qual é o papel da mídia na formação dessa imagem?

R: Eu acredito que a mídia tem papel essencialmente crítico no sentido de sempre estar buscando, estimulando um posicionamento crítico em relação a tudo que é apresentado. A gente tem uma máxima que se refere a seguinte questão: tudo que é colocado gratuitamente em relação a um determinado tema, é publicidade. Não há uma crítica pela crítica, mas uma crítica construtiva, sabendo apontar eventuais correções de rumo, se contrapondo às verdades que até então são colocadas de maneira absoluta. Dessa forma, você ajuda a construir uma identidade de uma maneira mais plural e mais democrática a todos os envolvidos.

3 MÍDIA / PUBLICIDADE

Qual é o papel da mídia no desenvolvimento da cidade e na gestão urbana?

R: Eu acredito que de ser uma provocadora. Cabe aos integrantes da mídia provocar, estabelecer tensões saudáveis, no sentido de estar pontuando correções de rumo, pontos que devem ser melhorados, demonstrar alternativas que sejam mais viáveis em um determinado modelo e dar voz, eu acho muito importante isso, dar voz a alguns segmentos que não possuem tanta representatividade em um discurso que muitas vezes acaba se mostrando totalitário, é a gente conseguir colocar todo mundo para conversar a respeito do tema.

Você vê muito marketing urbano?

R: Dentro do conceito da pesquisa, eu entendo que exista muita poluição urbana. Eu acho que o marketing urbano poderia ser melhor explorado, melhor qualificado, até mesmo para que tivesse um entendimento melhor dessas questões. Muitas vezes o marketing urbano acaba sendo contaminado por um viés de poluição urbana.

Você acredita que a mídia de maior circulação em São José dos Campos influencia os gostos, o modo de vida e o consumo do joseense?

R: Eu acredito que já apresentou uma influência maior em anos anteriores. A gente hoje, com as redes sociais em atividade, a gente tem percebido uma horizontalização da divulgação das informações, não que isso necessariamente traduza uma qualidade do que é apresentado. A gente tem recebido uma avalanche de dados, informações que são bombardeadas para gente por meio das redes sociais, você acaba então diluindo um pouco o papel da mídia tradicional, mas ainda assim, eu acho que a mídia tradicional, sejam os rádios, sejam as TVs, sejam os jornais, os veículos formais dos portais de internet, eles têm uma responsabilidade social de qualificar essa informação e cancelar essa informação até que ela chegue ao seu público alvo. Hoje, eu acho que o papel da mídia tradicional, seja o de dar qualidade ou de qualificar um pouco mais tudo aquilo que chega para a gente quanto ao consumo de informação, isso se traduz em uma responsabilidade, é o que a gente fala, um termo que é colocado como “curadoria da informação”, é você ser o curador de uma determinada informação, por exemplo, “essa questão se coloca em uma maneira interessante, ela possui esses fundamentos, deve ser observada, deve ser acatada, ou não, isso já é uma disseminação de um conteúdo absolutamente falso, enviesado, você não deve dar valor a esse tipo de

informação que estão tentando passar para você”. Isso é uma questão que a gente vê hoje como urgente nos fóruns de comunicação, coloca-se como primordial qualificar uma informação que está sendo distribuída.

Em 2019 a Prefeitura gastou R\$11.656.395 em contratos de publicidade. Por que você acredita que há tanta publicidade?

R: Se for levar em consideração o valor de onze milhões dentro de um orçamento acredito que de quase dois bilhões de orçamento, se colocar proporcionalmente o valor que é utilizado, que é gasto em publicidade dos atos oficiais em relação ao orçamento, a gente tem que fazer uma avaliação de proporcionalidade mesmo, se é muito ou é pouco, o que precisa ver é a maneira como esse dinheiro foi gasto, se ele foi bem utilizado ou mal utilizado, para que fins esses recursos foram empregados. Se você faz um emprego desse recurso para campanhas que são destinadas a prestação de serviços para a comunidade, vamos citar como exemplo, ações de saúde pública voltadas à dengue, ações de esclarecimento em relação ao COVID-19, ações voltadas ao IPTU, informações quanto a alterações viárias, quanto ao transporte público. Precisa primeiro ver de que maneira esses recursos foram aplicados e se efetivamente eles agiram sobre a área do interesse público, porque uma coisa você atuar com o dispêndio desses valores nessas ações que refletem uma questão de cidadania, a outra não, é meramente lustrar e punir a imagem da administração ou do seu gestor, são duas coisas distintas que a gente precisaria ter um pouco mais de análise para ver se esses recursos foram efetivamente bem empregados.

Como repórter, você percebe um esforço do poder público e até mesmo do setor privado em se distanciar da imagem sanatorial e industrial?

R: Eu acho que sim. São José no início dos anos 40 era vista realmente como cidade sanatório, como um local para que os doentes tivessem a sua recuperação. Hoje nós temos um símbolo daquele período que é utilizado para outros fins, que se transformou em um parque, o Vicentina Aranha, o qual traz justamente em seu histórico esse tempo. O uso do Vicentina Aranha, eu acho que inclusive foi uma iniciativa bastante razoável, no sentido de se apropriar de uma identidade da época dos anos 40 para que transformar esse contexto a seu favor, sendo um espaço para a promoção da saúde, onde as pessoas fazem as suas caminhadas, andam de bicicleta, fazem a sua corridinha, foi uma iniciativa interessante em relação a isso. Sim, volto a dizer, acredito que durante esse período, todos os governos que vieram, independentemente de coloração partidária, tentaram dar tons de desenvolvimento, de

mostrar que a cidade não estava parada no tempo e que ela estava buscando uma modernidade, em especial com o desenvolvimento de ações voltadas ao CTA, INPE, ao próprio parque tecnológico de São José dos Campos. Hoje, a gente percebe e identifica esse viés mais voltado à tecnologia, fruto desses esforços do poder público nesses últimos anos.

Quais são as fontes de informação utilizadas pelo veículo de comunicação no qual você atua?

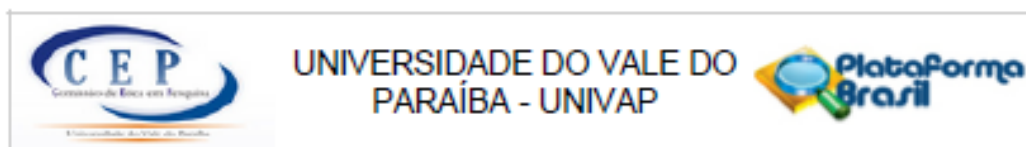
R: Na minha época, não sei se posso dizer graças a Deus, a gente dizia que lugar de repórter é na rua. Então, diariamente, buscando a informação junto a fonte, que é as ruas das cidades, as pessoas que vivem nas ruas dessa cidade, você cativando as suas fontes, você conseguia construir uma base muito sólida para que você pudesse fazer os questionamentos necessários para a produção das matérias. Então, nos contatos com cientistas, políticos, pensadores, lideranças comunitárias, com pessoas que, usando um linguajar dos metalúrgicos, estão no chão de fábrica, o cidadão que espera uma hora para pegar o ônibus, que sente na pele o preço do aumento de uma passagem, você acaba construindo uma rede de relacionamentos que é muito rica para que você tenha as ferramentas necessárias para questionar o poder público na elaboração das pautas. Além disso, fontes de dados de instituições de pesquisa, como Fundação SEAD, como instituições de cunho econômico, universidades, a academia com os seus pesquisadores, os seus professores também trazem uma colaboração muito grande e também as lideranças políticas em todos os seus aspectos, desde os setores da oposição, quanto os setores da situação que ajudam a construir a narrativa que você está buscando entender e estabelecer. Eu acho que esse conjunto de coisas que, quando você pega os atores principais que estão diretamente envolvidos no problema, os pesquisadores que pensam a respeito de um determinado assunto, os institutos, as instituições que apresentam dados e pesquisas que podem te ajudar a dar uma quantificação ao que você trabalha e o próprio poder público, eles acabam sendo esse universo que vai ajudar a compor a matéria.

Em algum momento do seu trabalho, em alguma reportagem, você sofreu algum tipo de censura ou retaliação?

R: A gente já teve alguns embates, a própria questão do Pinheirinho, já tivemos alguns momentos de embates bastante acalorados na época da desocupação do espaço, já participei da cobertura de manifestações, protestos, assembleias sindicais, greves. Eu posso dizer que, censura, “você não vai publicar isso”, eu tive a sorte, o prazer de não ter tido nenhuma experiência nesse sentido, mas enfrentamento acontece, a gente tem que ter um cuidado

muito grande de fazer com que esse enfrentamento ele ocorra em limites que respeitem a cidadania, que não invada o direito do outro e que a coisa não resvale para a violência, mas o enfrentamento ele acontece, porque a função da imprensa é estar em locais para mostrar algumas verdades incômodas em momentos que as pessoas não querem que necessariamente essas coisas sejam colocadas a limpo ou às claras, mas é preciso coragem e serenidade para que você possa passar por esses momentos de tensão e fazer o seu trabalho.

ANEXO A – PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O marketing urbano como forma de dominação na produção capitalista do espaço

Pesquisador: MARINA CYRINO FORTI

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 37221720.8.0000.5503

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.453.626

Apresentação do Projeto:

O projeto intitulado "O marketing urbano como forma de dominação na produção capitalista do espaço", pesquisa da área das Ciências Sociais Aplicadas, de natureza qualitativa, propõe analisar o marketing urbano produzido na cidade de São José dos Campos, para entender o discurso e a produção de imagens como marcos do discurso legitimador, para criar uma imagem positiva da paisagem da cidade com fins de atrair investimentos, atendendo às necessidades e anseios de determinados indivíduos e organizações, como grupos de grande capital, bancos e agências multilateral.

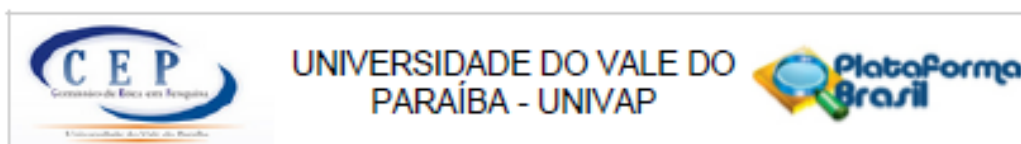
As informações elencadas nos campos "Apresentação do projeto", "Objetivos da pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo "Informações Básicas do Projeto".

Objetivo da Pesquisa:

Geral:

"Analisar a intervenção do marketing urbano em São José dos Campos como uma abordagem empírica vinculada às ciências sociais aplicadas com o intuito de entender quais são as estratégias de dominação praticadas pelo Estado e grupos dominantes a partir do planejamento urbano e quais são as suas consequências em variados segmentos sociais"

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 33
Bairro: Urbanova **CEP:** 12.244-000
UF: SP **Município:** SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Telefone: (12)3947-1111 **Fax:** (12)3947-1149 **E-mail:** cep@univap.br



Contribuição do Pesquisador: 4.453.626

Específicos:

"Entender como se consolida a cidade neoliberal e qual é a sua lógica quanto ao direito à cidade;

Averiguar quais mudanças ocorreram na cidade e legitimaram o projeto de cidade neoliberal, como projetos no sistema viário e novas áreas de empreendimento;

refletir sobre a competição entre cidades e os instrumentos utilizados em busca de atração de capital, principalmente na disputa entre cidades médias e globais;

Reaver quais os instrumentos presentes nos dois últimos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos na disputa entre cidades médias e globais;

Constatar quais mecanismos de acumulação de capital a cidade de São José dos Campos utiliza;

Levantar as causas e consequências das mudanças dos setores econômicos, já que a cidade partiu de um modelo de economia sanatorista, passou para a industrialização e, atualmente, baseia-se no modelo de polo tecnológico;

Elaborar uma linha do tempo de São José dos Campos de acordo com as alterações no setor econômico;

Comparar os dois últimos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDI de 2006 e PDDI de 2018) vigentes na cidade para levantar o papel do Estado na consolidação do modelo de cidade neoliberal por meio da legislação;

Averiguar no Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado de 2018 se existe a intenção de induzir novas centralidades na cidade, assim como levantar no documento estratégias empresariais;

Refletir sobre a mudança no nome da secretaria, a qual era chamada de Secretaria de Planejamento Urbano e hoje passou a ser Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade;

Investigar a natureza indutora da especulação imobiliária para entender como o marketing é usado para consolidar a estratégia;

Concluir se o sistema viário pode ser um indutor da especulação imobiliária e como o uso do marketing urbano consolida a estratégia."

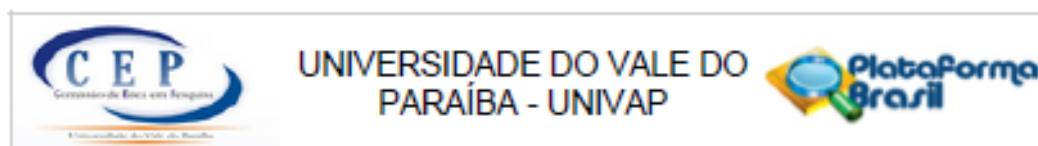
avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisadora aponta como riscos: "constrangimentos e desconfortos incitados pela perda de privacidade, dificuldades em abordar determinados assuntos e conflitos de interesses".

Para minimizar tais riscos, a pesquisadora ressalta que "a entrevista será realizada virtualmente por meio do serviço de conferência remota Zoom, o que permitirá que o participante da pesquisa

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 33
 Bairro: Urbanova CEP: 12.244-000
 UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS
 Telefone: (12)3947-1111 Fax: (12)3947-1149 E-mail: cep@univap.br



Continuação do Parecer: 4.453.626

esteja em local reservado ou onde se sentir seguro e confortável.”

O sigilo, de acordo com a pesquisadora, “será mantido com a confidencialidade das informações fornecidas pelo participante da pesquisa, o qual será identificado sempre por meio de código numérico. Mesmo diante a autorização de gravação da entrevista, nenhum vídeo ou áudio será divulgado, apenas servirá como material de apoio para a pesquisa”.

Benefícios:

Com relação aos benefícios a pesquisadora destaca:

- dar ciência aos moradores da cidade de que a administração pública gasta excessivamente com publicidade e utiliza o marketing urbano para fabricar imagens da cidade e vendê-la para investidores, o que beneficia uma mínima parte da população, enquanto o capital investido poderia ser direcionado para outros setores mais urgentes, como habitação e transporte público”.
- “No âmbito acadêmico, a pesquisa poderá contribuir para a literatura que tem sido produzida sobre esta temática.”
- “Na escala do território, a pesquisa trará novos dados para a região de São José dos Campos, cidade considerada um polo de tecnologia e desenvolvimento”.

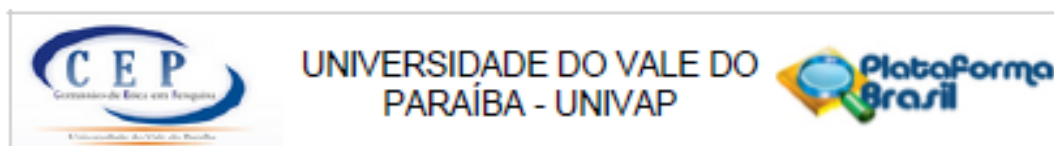
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de estudo acadêmico para obtenção de título de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Programa de pós-graduação da UNIVAP. Em parecer n. 4.281.571, emitido pelo CEP-Univap em 20 de Setembro de 2020, foram solicitados ajustes, agora atendidos. Este CEP requereu ajustes para ampliar a garantia do sigilo e a confidencialidade das informações do Participante da Pesquisa, bem como maior especificação do processo de consentimento dos participantes. Também se requereu uniformizar informações, o que foi atendido.

A pesquisadora informa que serão 6 os Participantes da Pesquisa: “atores sociais: personalidades ligadas à gestão pública, profissionais com atuação na mídia e líderes de movimentos”.

Sobre o processo de seleção e contato inicial com os participantes, a pesquisadora indica o uso de informações públicas. A municipalidade possui em seu site contatos de assessores para atendimento de cada Secretaria e da Diretoria de Comunicação. Quanto aos outros profissionais, serão selecionados de acordo com a sua atuação em jornais e mídias locais, utilizando como referência materiais produzidos pelos mesmos que possam contribuir com a pesquisa, bem como informações fornecidas pelos canais de comunicação em seus sites.

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 33
 Bairro: Urbanova CEP: 12.244-000
 UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS
 Telefone: (12)3947-1111 Fax: (12)3947-1149 E-mail: cep@univap.br



Continuação do Parecer: 4.453.626

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

No referido parecer n. 4.261.571, este CEP também questionou sobre a necessidade de carta de anuência. Em resposta, a pesquisadora informa que: "Levando em conta que a entrevista não dependerá de qualquer instituição, sendo ela pública ou privada, já que não será usada qualquer infraestrutura e o participante será entrevistado fora do local e horário de trabalho, não será utilizado o Termo de Anuência. Vale acrescentar que todas as questões das entrevistas foram formuladas a partir de documentos públicos".

Este CEP destaca que, na medida em que os participantes não respondem enquanto representantes de determinado grupo social, ou de determinado cargo/função, a publicação dos resultados deve evitar esta vinculação. Inclusive, ao preencher o formulário online na Plataforma Brasil, a pesquisadora afirma que os participantes serão considerados como um único grupo.

Cabe à pesquisadora destacar que os participantes respondem na condição de cidadão, desvinculados da figura de representantes das empresas que trabalham. Os participantes não podem ser associados, em nenhuma hipótese, às empresas que estão vinculados e em nenhuma parte do projeto, seja em desenvolvimento ou finalizado.

Deve ficar claro, ao longo da pesquisa, no TCLE, na metodologia do Projeto, que os participantes responderão às perguntas na condição de cidadão, desvinculados da figura de representantes das empresas que trabalham. Os participantes não podem ser associados, em nenhuma hipótese, às empresas que estão vinculados e em nenhuma parte do projeto, seja em desenvolvimento ou finalizado.

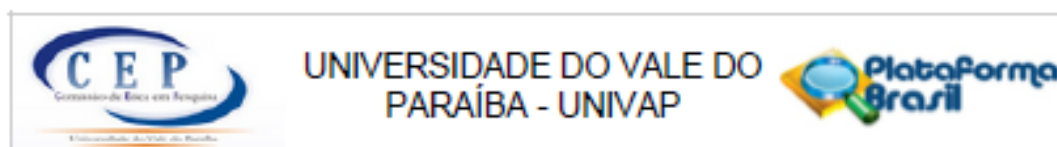
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Este CEP considera o projeto aprovado e destaca que, ao não vincular os participantes à instituição que representam, por não inserir carta de anuência destas instituições, a publicação dos resultados deve evitar esta vinculação. Os participantes não podem ser associados, em nenhuma hipótese, às empresas que estão vinculados em nenhuma parte do projeto, seja em desenvolvimento ou finalizado.

Considerações Finais a critério do CEP:

"elaborar e apresentar os relatórios parciais e final", sendo esta uma responsabilidade "indelével e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais". A Resolução 510/16, no art. 28, V, reforça que cabe ao pesquisador "apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 33
 Bairro: Urbanova CEP: 12.244-000
 UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS
 Telefone: (12)3947-1111 Fax: (12)3947-1149 E-mail: cep@univap.br



Continuação do Parecer: 4.453.626

delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.”

Segundo a carta circular n. 0226/CONEP/CNS, de 2010, o relatório final deve incluir (veja modelo no site do CEP-Univap):

- Dados do projeto: Registro CONEP e
- Título do Projeto e Dados dos participantes: total de participantes recrutados, incluídos, selecionados, excluídos, retirados/descontinuados, concluintes (em cada centro, se for o caso, e no total). Ocorrendo participantes retirados/descontinuados, indicar principais razões disto. Ocorrendo “eventos sérios”, indicar as condutas adotadas. Se houve pedido de indenização por danos causados por este estudo, indicar qual o dano e conduta tomada.

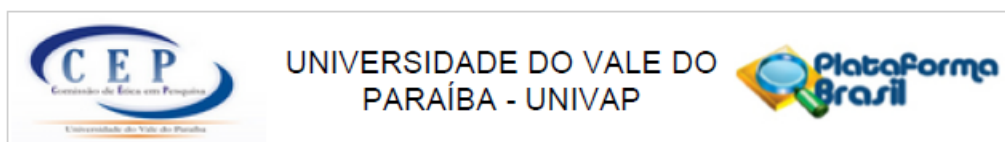
CEP-Univap - (12) 3947-1111

<https://www.univap.br/universidade/instituto-de-pesquisa/comites/comissao-de-etica-em-pesquisa-cep.html>

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1574312.pdf	04/11/2020 18:52:41		Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_3.pdf	04/11/2020 18:52:15	MARINA CYRINO FORTI	Acelto
Outros	carta_resposta_2.pdf	04/11/2020 18:51:22	MARINA CYRINO FORTI	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_brochura_3.pdf	04/11/2020 18:49:53	MARINA CYRINO FORTI	Acelto
Outros	carta_resposta.pdf	05/10/2020 16:09:23	MARINA CYRINO FORTI	Acelto
Outros	declaracao_de_anuencia.pdf	05/10/2020 16:08:33	MARINA CYRINO FORTI	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_2.pdf	05/10/2020 16:06:52	MARINA CYRINO FORTI	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura	projeto_brochura_2.pdf	05/10/2020 16:05:47	MARINA CYRINO FORTI	Acelto

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 33
 Bairro: Urbanova CEP: 12.244-000
 UF: SP Município: SAO JOSE DOS CAMPOS
 Telefone: (12)3947-1111 Fax: (12)3947-1149 E-mail: cep@univap.br



Continuação do Parecer: 4.453.626

Investigador	projeto_brochura_2.pdf	05/10/2020 16:05:47	MARINA CYRINO FORTI	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	30/08/2020 23:01:14	MARINA CYRINO FORTI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_brochura.pdf	09/08/2020 18:19:13	MARINA CYRINO FORTI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/08/2020 18:01:02	MARINA CYRINO FORTI	Aceito
Outros	entrevistas_rotatorios.pdf	09/08/2020 17:52:33	MARINA CYRINO FORTI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO JOSE DOS CAMPOS, 10 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Mauricio Martins Alves
(Coordenador(a))